UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

FERNANDO HENRIQUE DO VALE

**ECONOMIA DE ABASTECIMENTO EM UMA SOCIEDADE EXPORTADORA: O
MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG NA TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XX**

São Paulo

2018

FERNANDO HENRIQUE DO VALE

**ECONOMIA DE ABASTECIMENTO EM UMA SOCIEDADE
EXPORTADORA: O MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG NA TRANSIÇÃO
PARA O SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Macchione
Saes

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

de do Vale, Fernando Henrique
Economia de abastecimento em uma sociedade
exportadora: o município de Pouso Alegre/MG na transição
para o século XX / Fernando Henrique do Vale ;
orientador Alexandre Macchione Saes. - São Paulo, 2018.
308 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento
de História. Área de concentração: História Econômica.

1. História Econômica. 2. História Regional. 3. Sul de
Minas Gerais. 4. Transição para o capitalismo. I. Saes,
Alexandre Macchione, orient. II. Título.

VALE, Fernando Henrique. **Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora**: o município de Pouso Alegre/MG na transição para o século XX. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição _____
Julgamento _____	Assinatura _____

Prof. Dr. _____	Instituição _____
Julgamento _____	Assinatura _____

Prof. Dr. _____	Instituição _____
Julgamento _____	Assinatura _____

Prof. Dr. _____	Instituição _____
Julgamento _____	Assinatura _____

Dedico este trabalho à memória de meus antepassados: ao meu pai Roberto Pereira do Vale, que em vida me apoiou sempre, sendo peça fundamental em minha formação humana, e à Alexandre de Araújo, guardião da História de Pouso Alegre, sem ele não teríamos o precioso acervo histórico de nossa cidade.

AGRADECIMENTOS

“A gratidão nos engrandece e nos torna mais humano”, aprendi isso no decorrer de minha vida, a sempre dar valor e retribuir o que de alguma forma foi acrescentado durante algum momento da vida. Neste sentido, primeiramente, gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) pelo apoio concedido à esta pesquisa, processo nº 2015/23013-6, durante os dois anos (2016-2017) de investigações e elaboração deste texto.

Ao Professor Alexandre Macchione Saes, por ter acreditado em mim, não medindo esforços para me ajudar neste processo, mais que um orientador, um amigo que se leva para a vida toda, a quem devo a formação que adquiri e o conhecimento compartilhado durante três anos de estudos no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, pessoa que muito estimo e tenho como referência em meus estudos.

Aproveito também para agradecer a todos os meus companheiros de orientação, pela convivência e debates calorosos em nosso grupo de estudos “Brancaleone”, fundamental para entender diversos aspectos do conhecimento humano. Meu muito obrigado a todos!!!

Aos Professores Alexandre Carvalho de Andrade e Thiago Fontelas Rosado Gambi pelas pertinentes sugestões no exame de qualificação e por comporem a banca de defesa.

À Professora Luciana Suarez Lopes, desde o primeiro momento como docente da disciplina sobre “Fiscalidade no Brasil colônia e Império” a qual participei, às questões, ajudas cotidianas e conversas sobre a vida. Obrigado pela acolhida e por me ouvir sempre! Com toda certeza, guardarei para toda a vida!

Aos funcionários da “FIPE” e da “FEA-USP”, ambiente em que passei o maior tempo nos meus estudos e reflexões, pela acolhida, o carinho, a prestação de serviços e o bom humor diário.

Agradeço em especial às companheiras e amigas do Sul de Minas, Natânia Ferreira da Silva e Rafaela Carvalho Pinheiro, pelo aprendizado e crescimento juntos nesta caminhada acadêmica, e por compartilhar em terras paulistas do gostinho do Sul de Minas. Aproveito para lembrar dos novos amigos que fiz em São Paulo e que são dignos de menção: Pedro... Otávio... Rafael, Ana e Flávia Maria Ré, companheiros e amigos moradores do CRUSP.

Aos Arquivos do Cartório de Registro de Imóveis, do Fórum da Comarca de Pouso Alegre, da Cúria Metropolitana de Pouso Alegre por ceder espaço e autorização para o levantamento da documentação utilizada nesta dissertação. Em especial ao Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, nas pessoas dos amigos de Mayke Riceli e Gisele Ribeiro, pela acolhida e o carinho de sempre neste lugar que é o espaço das muitas memórias de Pouso Alegre.

Enfim, agradeço a toda minha família, em especial a minha avó Nazaré, mãe Adriana e irmão Felipe, pelo apoio em minha ausência nos períodos que passei em São Paulo, pelo carinho e por sempre acreditarem em mim. Em especial a duas pessoas que considero família: Ana Eugênia Nunes de Andrade, mestra e amiga de sempre e ao seu marido Dinho Caninana.

Se de alguém esqueci ou omiti, o tempo encarregará de agradecer.

Sou mineiro, gosto de procurar as coisas
miúdas, uma vez que as grandes,
mostram-se por si mesmas.
(QUEIROZ, Amadeu de, 1956)

RESUMO

VALE, Fernando Henrique. **Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora**: o município de Pouso Alegre/MG na transição para o século XX. 2018. 308 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta pesquisa se enquadra ao grupo de trabalhos que estudam as dinâmicas econômicas no Sul de Minas, especificamente entre os séculos XIX e XX, momento este de transição para uma sociedade capitalista e em que o país passava por um processo de modernização. Nosso objeto de estudo, Pouso Alegre, se consolidou como um dos principais municípios do Sul de Minas no período proposto neste estudo, por possuir o maior número de habitantes da região, estando em um ponto estratégico, o que a tornou uma espécie de centro abastecedor regional. Diferentemente de outras cidades da região, em que o dinamismo econômico era resultado da expansão da produção de café, em Pouso Alegre a agricultura de abastecimento foi a responsável pelo crescimento e constituição de um dos mais importantes mercados regionais do Sul de Minas. Com a documentação levantada, abordou-se o processo de urbanização do município, por meio das Atas da Câmara Municipal e documentos do legislativo; os registros de imóveis nos demonstrou, partindo das transações de imóveis rurais e urbanos, as dinâmicas ocorridas nos espaços da cidade e seus distritos; e, por fim, os inventários *post-mortem* nos deram pistas sobre a constituição da elite e das faixas de riqueza local. Com esta documentação e as demais leituras bibliográficas iniciamos a construção de uma história econômica de Pouso Alegre e da região do Sul de Minas.

Palavras-Chave: Economia de Abastecimento- Modernização- Urbanização- Elite

ABSTRACT

VALE, Fernando Henrique do. **Economy of supply in an exporting society:** the municipality of Pouso Alegre / MG in the transition to the XX century. 2018. 308 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

This research is part of the group of studies that study economic dynamics in the South of Minas Gerais, specifically between the nineteenth and twentieth centuries, a transition period for a capitalist society in which the country underwent modernization. Our object of study, Pouso Alegre, was consolidated as one of the main municipalities of the South of Minas in the period proposed in this study, because it possesses the greatest number of inhabitants of the region, being in a strategic point, which made it a kind of center supplier regional. Unlike other cities in the region, where economic dynamism was a result of the expansion of coffee production, in Pouso Alegre, supply agriculture was responsible for the growth and constitution of one of the most important regional markets in the South of Minas. With the documentation raised, the process of urbanization of the municipality was approached, through the Municipal Camera Acts and legislative documents; the real estate records showed us, starting from the transactions of rural and urban properties, the dynamics that took place in the spaces of the city and its districts; and finally, post-mortem inventories have given us clues about the establishment of the elite and the local wealth. With these documents and the other bibliographical readings, we began the construction of an economic history of Pouso Alegre and expanded that of the South of Minas region.

Key-words: Economy of supply-Modernization-Urbanization- Elite

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura1- Quadro de formação dos Municípios em Minas Gerais	55
Figura 2- Avenida do Imperador- Década de 1870	93
Figura 3- Aterrado e ponte sobre o Rio Mandú- Década de 1870.....	103
Figura 4- Cadeia Pública de Pouso Alegre- 1885.....	118
Figura 5- Planta da construção e ampliação do Mercado Municipal (1890).....	125
Figura 6- Mercado Municipal de Pouso Alegre- 1893	127
Figura 7- Grupo Escolar de Pouso Alegre	148
Figura 8- Distrito de Borda da Mata, Capela Nossa Senhora do Carmo- (Década de 1920).....	165
Figura 9- Distrito de Sant’Ana do Sapucaí, Praça Central- Década de 1930.....	168
Figura 10- Pintura Distrito de Estiva- Década de 1920.....	170
Figura 11- Distrito de São José do Congonhal- Década de 1920.....	173
Figura 12- Núcleo Central, Rua do Imperador (Avenida Dr. Lisboa)-1910	189
Figura 13- Vista parcial do núcleo do Rosário (Largo que leva este nome)	192
Figura 14- Núcleo das Cruzes (vista para região central e subúrbios)	194
Figura 16- Patrimônios da Igreja- Colégio Diocesano (início do século XX)	195
Figura 16- Patrimônios da Igreja- Colégio da Visitação (início do século XX)	195

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização de Pouso Alegre entre os três maiores centros do país	19
Mapa 2- Evolução da malha ferroviária em Minas Gerais: 1879-1888	48
Mapa 3- Regionalização e níveis de desenvolvimento na Província de Minas Gerais para a primeira metade do século XIX	49
Mapa 4- Comércio inter-regional e interprovincial segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX- Minas Gerais	51
Mapa 5- Sul de Minas- Localização de Pouso Alegre.....	65
Mapa 6- Rota percorrida pela Companhia Viação Férrea Sapucaí	130
Mapa 7- Planta da Cidade de Pouso Alegre, década de 30. Traçado delimitando as zonas urbanas e suburbanas em 1904 (elaborado pelo pesquisador)	138
Mapa 8- Planta da Cidade de Pouso Alegre 1927 (adaptado com cores para a realidade estudada).....	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Fronteira de Campanha- participação por recebedorias (1802-1884).....	57
Tabela 2- Principais atividades econômicas exercidas em alguns municípios do Sul de Minas (1870-1880)	59
Tabela 3- Porcentagem da população nas principais regiões de Minas Gerais (1872-1940).....	63
Tabela 4- Rubricas presentes nos livros de Receitas e Despesas	83
Tabela 5- População em relação às profissões- Município de Pouso Alegre	92
Tabela 6- Transações feitas por pessoas identificadas por diversos ramos de atividades e instituições (1896-1910)	157
Tabela 7- Transações e valores de imóveis (1870-1910)	186
Tabela 8- Aquisições feitas pelo Cel. José Ignácio de Barros Cobra (1879-1888)	198
Tabela 9- Transações feitas pelo Major João Basílio da Costa Pinto.....	199
Tabela 10- Transações feitas pelo Coronel Saturnino Vilhena de Alcântara	201
Tabela 11- Distribuição dos inventários por ano de abertura de processo (Pouso Alegre, 1870-1920).....	209
Tabela 12- Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários <i>postem-mortem</i> do município de Pouso Alegre (1870-1920)	212
Tabela 13- Número de ocorrências por tipo de ativos (1880-1899).....	213
Tabela 14- Composição da riqueza do município de Pouso Alegre, 1870-1899	221
Tabela 15- Quantidade de semoventes por distritos do município de Pouso Alegre ...	227
Tabela 16- Quantidade de animais que compõem os inventários por décadas	228
Tabela 17- Quantidade de criadores e de animais por distrito (1870-1920)	229
Tabela 18- Plantéis de escravos presentes no município de Pouso Alegre	232
Tabela 19- População escrava nos municípios da região sul- mineira	234
Tabela 20- Estrutura de posse de escravos de Pouso Alegre (1880-1888).....	235
Tabela 21- Composição da Elite local por valores de fortunas (1870-1920)	247
Tabela 22- Distribuição dos ativos entre os 10% mais ricos do Município de Pouso Alegre (1870-1920)	251
Tabela 23- Distribuição dos ativos entre os mais ricos do Município de Pouso Alegre (1870-1920)	256
Tabela 24- Distribuição dos ativos das pessoas que compunham a “base” no Município de Pouso Alegre (1870-1920).....	262
Tabela 25- Composição da riqueza dos municípios de Pouso Alegre, Campanha e	

Varginha- 1880-1889.....	267
Tabela 26- Composição da riqueza dos municípios de Pouso Alegre e Lavras- 1870-1888	267

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Arrecadação da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1870-1879	96
Gráfico 2- Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1870-1879	98
Gráfico 3- Arrecadação da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1880-1889	113
Gráfico 4- Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1880-1889	114
Gráfico 5- Arrecadação da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1890-1898	122
Gráfico 6- Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1890-1897	124
Gráfico 7- Arrecadação da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1901-1904	134
Gráfico 8- Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1901-1904	135
Gráfico 9- Imóveis Rurais e Urbanos por localidade (1870-1910)	155
Gráfico 10- Registros de Imóveis realizados no município por década	158
Gráfico 11- Valores totais de imóveis rurais transacionados por décadas	163
Gráfico 12- Movimento das transações na cidade de Pouso Alegre por décadas	178
Gráfico 13- Patrimônio declarado nos inventários referente aos bens imóveis rurais e urbanos durante as décadas de 1870-1920	220
Gráfico 14- Culturas presentes no município de Pouso Alegre	224
Gráfico 15- Composição da riqueza do município de Pouso Alegre 1870-1920	248
Gráfico 16- Composição da riqueza da cidade de Pouso Alegre 1870-1920 (em libras esterlinas).....	249

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Arquivo Público Mineiro
CMPA	Câmara Municipal de Pouso Alegre
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico	
FCPA	Fórum da Comarca de Pouso Alegre
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FAPESP	Fundação de amparo à pesquisa do estado de São Paulo
MHMTT	Museu Histórico Municipal Tuany Toledo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I- SUL DE MINAS E O MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE.....	31
1.1 Apontamentos sobre aspectos econômicos do Brasil no século XIX e os primeiros estudos sobre a economia mineira	32
1.2 Discussões sobre as relações econômicas de Minas Gerais.....	40
1.3 A região sul-mineira e a formação de suas cidades	52
1.4 O município de Pouso Alegre	65
1.4.1 A formação do povoado e freguesia.....	67
1.4.2 De vila à cidade: Pouso Alegre nas primeiras décadas do século XIX.....	70
CAPÍTULO II- urbanização e construção do espaço urbano	79
2.1 O funcionamento da Câmara Municipal	84
2.2 A sociedade da ordem e do espetáculo (1870-1880)	89
2.3 Normatização e organização espacial (1880-1900)	110
2.4 Nos trilhos da modernização: o aparecimento da luz elétrica e comunicação telefônica (1900-1910).....	131
CAPÍTULO III- EVOLUÇÃO E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE DOS REGISTROS DE IMÓVEIS	150
3.1 Características dos imóveis urbanos e rurais presentes no município de Pouso Alegre....	156
3.2 A dinâmica de transações em cada distrito	164
3.2.1 Distrito de Borda da Mata	164
3.2.2 Distrito de Sant’Ana do Sapucaí	167
3.2.3 Distrito de Nossa Senhora da Estiva	169
3.2.4 Distrito de São José do Congonhal	172
3.2.5 Cidade de Pouso Alegre	177
3.3 Expansão e valorização do espaço urbano de Pouso Alegre	183
3.4 Entre o campo e a cidade: breve análise sobre aqueles que mais transacionaram imóveis no município	197
CAPÍTULO IV- FORMAÇÃO DA RIQUEZA LOCAL: ESTUDO DA ELITE POUSOALEGRENSE.....	206
4.1 Formação da riqueza: os diversos tipos de bens	211
4.1.1 Bens imóveis e as múltiplas formas de consumo.....	214
4.1.2 Valorização dos espaços: os imóveis rurais e urbanos.....	220
4.1.3 Cultivo da terra: as culturas e mantimentos existentes no município.....	222

4.1.4 De gado que sacia a fome à mula que movimenta o comércio: os bens semoventes	226
4.1.5 Bens humanos: a presença dos trabalho escravo no município	232
4.1.6 Movimento da vida econômica: dinheiro, dívidas ativas e passivas.....	236
4.2 Conceito de elite e faixas de riqueza local	243
4.3 A composição social dos inventariados e o patrimônio constituído	250
4.3.1 Os mais ricos: a elite agrária e seus investimentos	250
4.3.2 O perfil econômico da classe média local	255
4.3.3 A sociedade da base	261
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	270
REFERÊNCIAS	276
APÊNDICES	291
Apêndice A- Atas do poder legislativo de Pouso Alegre por meses e por ano	291
Apêndice B- Impostos arrecadados por década (1870-1900).....	292
Apêndice C- Despesas realizadas por décadas (1870-1900).....	292
Apêndice D- Bens imóveis transacionados no município de Pouso Alegre (1870-1910)	293
Apêndice E- Amostra de inventários <i>post-mortem</i> utilizados nesta pesquisa.....	294
ANEXOS	303
Anexo A- Minas Gerais: consumo interno como porcentagem da produção total de alguns produtos	303
Anexo B- Correspondências de pesos e medidas no império.....	303
Anexo C- Impostos arrecadados na Praça do Mercado de Pouso Alegre	303
Anexo D- Impostos municipais	304
Anexo E- Arrecadação do imposto predial.....	305
Anexo F- Impostos municipais a partir de 1908	305

INTRODUÇÃO

“Formosa, entre as mais formosas, ções de Minas, a cidade de Pouso Alegre se ostenta risonha e faceira como que orgulhosa da beleza de seu solo, da fertilidade de suas terras e de sua admirável e lisongeira posição (...) á tão favoráveis condições topográficas e ás abundantes culturas e pastagens que o cercão, deve Pouso Alegre a fundada esperança de próximo grandioso porvir”¹.

Assim é descrita a cidade de Pouso Alegre na segunda metade do século XIX pelo jornalista e escritor Bernardo Saturnino da Veiga, como uma bela localidade, de solo fértil e abundante produção. Em publicações posteriores, é denominada a “cidade das cidades”, por possuir grande projeção na vida estadual, sendo *“um município de inegável expressão econômica (...) quer pelo seu desenvolvimento, pelas suas possibilidades e pela densidade de sua população”*². Localizada no Sul de Minas Gerais, no Vale do Sapucaí, às margens da Rodovia Fernão Dias, hoje em uma área de acesso aos três maiores centros de produção e consumo do país³.

Mapa 01: Localização de Pouso Alegre entre os três maiores centros do país

Fonte: <http://mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/rodovias/rodovias>, acesso em 15/03/2018

¹VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul Mineira, 1874, p. 221-22.

²NOGUEIRA, Armando. *O Sul- Mineiro Ilustrado* (Edição especial do “O Sul Mineiro” dedicada ao Sul de Minas. Varginha: 1940.

³A sua localização dista de São Paulo 200km, de Belo Horizonte 385km e do Rio de Janeiro 390km.

Emancipando-se do município de Campanha no ano de 1831 e recebendo o título de cidade em 1848, atualmente atende as regiões circunvizinhas, que englobam em torno de 50 municípios com uma população estimada em 700 mil habitantes, mantendo-se como referência principalmente nas áreas do comércio, educação, cultura e saúde. E isso nos levou a pensar, no decorrer da trajetória histórica de Pouso Alegre, sobre a sua vocação econômica de um centro de comércio de abastecimento beneficiada pela vertiginosa difusão da cultura cafeeira que se estabeleceu na região, um dos motivos que nos levou a realizar este estudo.

Neste sentido, procuramos com este trabalho realizar um estudo em torno das relações econômicas, socioculturais e espaciais estabelecidas em Pouso Alegre, entre os anos de 1870-1910, por meio da urbanização, da constituição de uma elite local e das formas produtivas presentes no município, principalmente na transição do século XIX para o XX, momento este em que a região passava pela modernização e desenvolvimento capitalista. Buscamos analisar as atividades de produção local, a princípio realizada como forma de subsistência e fornecimento de gêneros para o Rio de Janeiro, e se especializando, anos mais tarde, no abastecimento de regiões próximas que se caracterizavam pela produção e exportação do café. Propomo-nos também compreender o processo de urbanização local e como essas transformações contribuíram para a composição do espaço urbano e o surgimento de novos hábitos e costumes presentes em cada estrutura de riqueza e sua inserção no plano social.

O que instiga a nossa investigação é o fato de que, enquanto que outras cidades da região se abria para o comércio de exportação cafeeira, Pouso Alegre trilhou os caminhos da diversificação de atividades urbanas e comerciais, se voltando para a produção ligada ao abastecimento do mercado interno. E isso nos leva a refletir sobre as seguintes questões: como pensar a economia local através da produção, comercialização e abastecimento regional? Como ocorreram as mudanças citadinas por intermédio do processo de urbanização na transição dos séculos XIX para o XX? Como se deu a formação da elite local? Qual o perfil desta elite? Estes questionamentos e inquietações nos deram bases para constituir este trabalho de pesquisa acrescentando novas possibilidades de problematizações neste campo investigativo que integram aspectos econômicos e regionais.

No caso do Brasil, os questionamentos e a rejeição sobre as teorias que estavam em torno da questão da dependência como fator explicativo da origem do subdesenvolvimento brasileiro, fizeram com que os historiadores repensassem as relações entre Metrópole/Colônia e mercantilismo, como fatores determinantes do processo histórico no período colonial e ao longo

do império⁴. Aos poucos, temáticas voltadas à monocultura de exportação e extração aurífera, cederam lugar a novos objetos de estudos, como o trabalho voltado para a produção de subsistência, a formação e consolidação do mercado interno e as dinâmicas de trabalho no meio rural e urbano⁵. Contudo, observamos que os trabalhos em história econômica passam a se preocupar com realidades mais específicas e os estudos regionais vão ganhando mais espaço na historiografia brasileira.

A produção historiográfica especificamente voltada para a economia Sul- mineira é recente, sendo de fundamental importância para a compreensão do movimento histórico da região e do estado, como também para as dinâmicas econômicas do país. No grupo de estudos que desenvolve pesquisas históricas sobre a região do Sul de Minas⁶, esse trabalho se insere, levantando questões sobre as dinâmicas econômicas no município de Pouso Alegre nas últimas décadas do XIX e alvorecer do século XX, momento este marcado pelo crescimento de cidades, desenvolvimento das pequenas indústrias, organização urbana e passagem para uma sociedade capitalista. Devemos lembrar que, mesmo com a decadência da exploração aurífera em finais do século XVIII, tido por Celso Furtado como um ciclo atípico⁷, havia em Minas Gerais outra

⁴Cf: LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre fontes para a História Econômica do Brasil. In: *América Latina en la Historia Económica*. Ciudad de México: Instituto de investigaciones Dr. José Maria Luis, 1995. Em nota de rodapé sobre esta questão da dependência, metrópole, colônia e mercantilismo, Libby apresenta exemplos de autores que trabalham estas questões: Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500-1820)*; Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo- Colônia*; Luís Amaral, *História Geral da Agricultura Brasileira, no triplice aspecto político- social- econômico*; Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*; Caio Prado Junior, *Historia Econômica do Brasil*; Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio Anglo- Português*; Fernando Antônio Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*.

⁵Idem, p. 100.

⁶Das dissertações defendidas no programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo por integrantes deste grupo temos: FERREIRA, Natânia Silva. *Elite agrária e processo de urbanização: o município de Varginha- MG (1882-1920)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em transição*. Dissertação defendida no programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: As ferrovias no Sul de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2012. VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2015. Assim como duas coletâneas com pesquisas: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012. SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; Thiago Fontanelles Rosado Gambi. *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

⁷Se nos determos na terceira parte de “Formação Econômica do Brasil”, nas três seções em que Furtado discorre sobre o ciclo da mineração, percebemos que o quadro econômico minerador baseia-se principalmente no trabalho escravo, mas paralelamente oferece oportunidades para o trabalho livre; ao contrário do que ocorrera com a atividade açucareira, estimulou os nexos com setores econômicos fornecedores, fortaleceu a Coroa com as atividades, assim como diversificou a economia. Cf: COUTINHO, Maurício C. *Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado*. Revista Nova Economia, Departamento de Ciências Sociais da UFMG, v. 18, nº3. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 363.

dinâmica interagindo, e que se nos determos atentamente em sua obra *Formação Econômica do Brasil* percebemos certa obscuridade acerca do sistema de abastecimento das cidades.

No entanto, o trabalho de Zamella nos indica a força da economia de abastecimento mineira na primeira metade do XIX, principalmente na região sul, que ultrapassando o grau de suficiência “*passou a abastecer as regiões que antes lhe faziam fornecimentos, numa completa inversão do quadro econômico que prevaleceu até a segunda metade do século XVIII*”⁸. Nas décadas por ela pesquisadas, o território sul mineiro era parte integrante do abastecimento da corte, temática esta retomada com maior impulso por Alcir Lenharo destacando o território do Sul de Minas.⁹ Nos estudos de Marcos Ferreira de Andrade sobre a elite regional sul-mineira, dando enfoque aos limites da cidade da Campanha da Princesa, constata-se que economia de abastecimento, neste mesmo recorte temporal, esteve assentada em um leque diversificado de atividades, com especial atenção para as agropastoris e a comercialização em praças regionais e interprovinciais¹⁰.

Décadas mais tarde, na transição para o século XX, com o estreitamento nas relações com o Estado de São Paulo, algumas cidades da região do Sul de Minas não se restringem apenas à produção de gêneros para o abastecimento, abrindo espaço para a produção primário-exportadora de café. Foi nesse cenário que o município de Pouso Alegre se consolidou como uma das principais cidades do Sul de Minas na transição para o século XX. Entretanto, diferentemente da trajetória de outras cidades da região, em que o dinamismo econômico era resultado da expansão da produção de café, em Pouso Alegre a agricultura de abastecimento foi a responsável pelo crescimento e constituição de um dos mais importantes mercados locais do Sul de Minas. Mesmo não se encaixando na economia cafeeira, introduzida na região nas últimas décadas do

⁸ZAMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1951, p.24.

⁹Como bem mencionado no trabalho de Alcir Lenharo, as relações econômicas mantidas com o Rio de Janeiro se constitui na primeira metade do século XIX, especialmente com a vinda da família real, contudo, observa-se que a produção de gêneros de abastecimento e à integração em um mercado interno já vinha desenvolvendo desde os anos finais do século XVIII. A relação mantida com o Rio de Janeiro, segundo o autor, colocará em evidência alguns personagens sul-mineiros no jogo político nacional. Cf: LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Editora Símbolo, 1979.

¹⁰Cf: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850)*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2008, p. 359. No prefácio da obra, a Professora Sheila de Castro faria profere interessantes apontamentos: Por muitos anos, a historiografia brasileira avaliou o setor de abastecimento no Brasil escravista como “secundário”, “ancilar” ou subsidiário, resultado de uma visão que privilegiava a economia mundial e o setor que a ela se ligava diretamente, a agroexportação. Entre as décadas de 1970 e 1980, partindo das teorias com perspectiva de relativa autonomia, foram observadas que haviam áreas compostas por grandes produções escravistas destinadas ao abastecimento interno, principalmente em Minas Gerais, que diante das pesquisas desenvolvidas, pode se observar um surpreendente dinamismo demográfico de livres e escravos, incluindo o acesso ao fornecimento de cativos pelo tráfico atlântico, em fins do século XVIII e primeira metade do XIX. Cf: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850)*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2008, p. 21.

século XX, se tornou a principal cidade do complexo econômico¹¹ que se formava, especializando-se na produção de mercadorias voltadas para o abastecimento, atendendo o mercado local e o comércio da região. Contando com uma economia de abastecimento pujante, Pouso Alegre¹² a seu modo foi acompanhando essas transformações. A realização de obras públicas garantiram novos traçados ao lugar e às práticas cotidianas, como a construção do Mercado Municipal¹³ em 1893, espaço este dedicado ao comércio, e a instalação da estação ferroviária em 1895, com trens interligando a cidade com outras regiões de Minas Gerais e do Brasil, favorecendo assim o escoamento da produção local/regional e a circulação de pessoas.

Os anos que antecederam a queda do Império brasileiro foram marcados por transformações na sociedade e economia brasileira. Da abolição da escravatura e das mudanças da estrutura econômica, o Brasil passa por um crescimento urbano proporcionado pelo processo de urbanização, expansão e surgimento de novas atividades comerciais e industriais e a atuação dos serviços públicos, como a implantação de ferrovias, surgimentos de bancos, entre outros¹⁴. Esta transição de séculos foi um período em que o Brasil vivenciou um crescimento econômico, modernização e urbanização, cada região possuindo uma dinâmica diferente, nos apresentando diversas singularidades.

O debate sobre o período de modernização no Brasil nos direciona para a segunda metade do século XIX, momento em que o país passava por um fluxo de transformações que impactaram de certo modo diversos aspectos das relações sociais, estimuladas, principalmente, “*por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, as quais alteraram a ordem e as hierarquias sociais, as noções de espaço e tempo dos indivíduos e os modos de percepção do cotidiano*”¹⁵.

¹¹Em sua obra *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, Wilson Cano busca compreender o processo do crescimento econômico de uma economia, no caso seu objeto, o Estado de São Paulo. E para este entendimento, segundo o autor, se torna necessário analisar as partes principais que a compõem, como atuam cada uma delas no processo de crescimento, e os graus e tipo de interrelacionamento entre elas, tornando possível o surgimento de um conjunto econômico integrado. Neste sentido, o autor define o complexo econômico como “*o conjunto de atividades sobre o qual atua um certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto*”. Cf: CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990, p. 17.

¹²O Município de Pouso Alegre, no final do século XIX era o mais populoso do Sul de Minas, contando com 37.422 habitantes, composto pelos seguintes distritos: São Sebastião da Bela Vista, Congonhal, Estiva, Borda da Mata e Sant'Anna do Sapucaí. Cf: *Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1890*. Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

¹³ANDRADE, Ana Eugênia Nunes de. VALE, Fernando Henrique do. *Mercado Municipal de Pouso Alegre: o cotidiano na cidade*. Campinas: Pontes Editores, 2014.

¹⁴SAES, Alexandre Machionne; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para século XX*. Bauru/SP: EDUSC, 2012, p. 08. Dentre estas transformações, deixaria seu caráter dicotômico- entre um setor de exportação e outro para subsistência-, tornando-se mais complexa.

¹⁵GOMES, A. C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARTZ, L.M (Org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. V. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 491.

Um dos teóricos que se insere neste debate é o sociólogo Florestan Fernandes¹⁶, e para ele, o início da modernidade brasileira, ou o novo momento da revolução burguesa no Brasil, compreende-se entre a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. Uma das causas que acarretou o processo de abolição no Brasil foi a de que o sistema escravista já não estava dando conta de atender as demandas produtivas que surgiam naquele momento, e sua extinção colaborou para a consolidação do modelo burguês da sociedade e o surgimento da “ordem social competitiva”. Nas sociedades nacionais dependentes, como no caso do Brasil, “*o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva*”¹⁷, se defrontando com “*estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica*”¹⁸, o que configura uma certa incapacidade de se desvencilhar de princípios particulares pertencentes à ordem social anterior. Mesmo com o fim do trabalho escravo, a estrutura social se manteve sob um *circuito fechado*, impedindo que a classe subalterna conquistasse espaços na sociedade, sustentando a manutenção do sistema econômico. No entanto, o processo de transição para o regime de classes no Brasil transcorreu de forma lenta, por carregar em seu bojo os elementos arcaicos presentes na sociedade. A competição acontecia, no momento em que os homens livres, ex-escravos e libertos estavam à procura de trabalho, mesmo com a dificuldade de se inserir na nova lógica do mundo trabalhista que se traçava, sendo incorporado no regime do assalariamento. Percebemos, no entanto, que o capitalismo se manteve sob a dominação externa, com a concentração de renda e a preservação do poder.

A modernização, para Florestan Fernandes, é uma fase inerente ao capitalismo brasileiro, que se principia no século XIX. Nas palavras do autor,

“ (...) a modernização econômica associada à extinção do estatuto colonial e à implantação de um Estado nacional independente não tinha por fim adaptar o meio econômico brasileiro a todos os requisitos estruturais e funcionais de uma economia capitalista integrada, como as que existiam na Europa. Os seus estímulos inovadores eram consideráveis, mas unilaterais. Dirigiam-se no sentido de estabelecer uma coordenação relativamente eficiente entre o funcionamento e o crescimento da economia brasileira e os tipos de interesses econômicos que prevaleciam nas relações das economias centrais com o Brasil”¹⁹.

¹⁶FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

¹⁷Idem, p. 149.

¹⁸Idem.

¹⁹FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 94.

Estas transformações favoreceram principalmente a elite, possuindo significados semelhantes aos comportamentos da aristocracia agrária, aprimorando os níveis de produção e de exportação que outrora foram alcançados pela grande lavoura e gerando melhorias e renovação na economia interna. Dentro desta civilização capitalista que se implantava no Brasil, surge o elemento burguês, que diferentemente da elite agrária, habitava as cidades.

A transição do século XIX para o XX foi marcada também pela transformação nos padrões econômicos, uma necessidade do sistema capitalista. O modelo de produção industrial, que já vinha sendo exercido nos países capitalistas do centro, era algo que vinha sendo desenvolvido no sistema capitalista competitivo. No entanto, as regiões do mundo, que antes eram tidas como colônias europeias, meras fornecedoras de matérias primas, passariam a mercados consumidores, principalmente com a instituição do trabalho assalariado, consumindo produto dos países centrais, e estabelecendo novos padrões de consumo.

Sobre o modelo capitalista que vinha se constituindo nos países periféricos, como no caso do Brasil, Celso Furtado expõe sua contribuição teórica mantendo certa semelhança à de Florestan Fernandes. A formação de uma estrutura social concentradora de renda reforça a tendência para a reprodução de padrões de consumo de sociedade de muito mais elevado nível de renda média²⁰. Passamos então a entender o conceito de modernização para Furtado, quando são introduzidos “*novos produtos à cesta dos bens de consumo*” de uma pequena parcela da população que passa a possuir renda maior que grande parte da sociedade, permitindo a apropriação do poder de consumo de bens importados, ou seja, uma minoria que vai se tornando modernizada. Percebemos esta diferenciação e novas formas de consumo quando analisamos, principalmente, os inventários *post mortem* em Pouso Alegre. As classes da base, constituída por pequenos agricultores em sua maioria, possuíam entre os bens móveis, elementos básicos para o dia a dia, como catres, panelas, algumas roupas e ferramentas. Já, aqueles que compunham a faixa de riqueza do meio e os mais ricos, possuíam maiores diversificações em suas formas de consumo. Nestas classes identificamos pessoas ligadas ao comércio, atividades liberais, serviços urbanos, médios e grandes fazendeiros. Em seus ativos móveis poderiam ser encontrados vestimentas, louças, pianos, livros, que geralmente eram importados de outros países, como também mobílias diferenciadas, objetos em ouro ou pedras preciosas, que evidenciavam a riqueza e os hábitos de consumo diferenciados desta classe. Além destas formas de consumir, estas classes tinham acesso a usufruir certas tecnologias que se tornavam padrões de consumo na

²⁰Cf: FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro S/A, 1974, p. 26.

sociedade brasileira na transição do século XIX para o XX, como a iluminação provinda da energia elétrica, a comunicação propiciada pelas linhas telefônicas, entre outros.

Como projeto empreendido pela elite brasileira na transição do século XIX para o XX, a urbanização, fruto do capital agrário mercantil e político, fora responsável pelos melhoramentos e modernização, como a implantação de ferrovias e portos, e na infraestrutura do espaço urbano, abastecimento e saneamento, caracterizando-se também pela diferenciação nos padrões de consumo direcionados aos privilégios de *“uma minoria, que está intimamente ligada à existência de um excedente. Sua rápida expansão na periferia é uma das consequências da ampliação do excedente possibilitada pela inserção no sistema de divisão internacional do trabalho”*²¹. Além das melhorias perceptíveis em torno do espaço, tal processo promoveu também alterações nos costumes e hábitos da população, introduzindo novas ideologias e novos valores originados das práticas civilizadoras e higienistas de origem europeia. Este projeto se tornou mais perceptível nos grandes centros urbanos, providos de

“(…) paisagens lineares, harmoniosamente estéticas, salubres e providas das últimas inovações tecnológicas em termos de infraestrutura- mas que não dialogavam com o entorno imediato e ocultavam por detrás de suas quadras um padrão urbanístico e arquitetônico colonial, mostrando assim as contradições de um país ainda fortemente marcado pela desigualdade e pobreza²².

Este processo de organização e embelezamento do espaço urbano se tornava ao mesmo tempo excludente. Em Pouso Alegre percebemos que no espaço urbano era comum observar construções ou espaços destinados a pessoas que possuíam padrões de consumo diferenciados, geralmente localizados no centro da cidade, e em outros núcleos estariam concentradas outras camadas da sociedade, como poderemos nos atentar no capítulo em que dedicamos aos registros de imóveis ao dividir a cidade em núcleos.

Por meio das fontes coletadas e analisadas, que constituem o corpus documental selecionado para este trabalho, tivemos a oportunidade de analisar nosso objeto de pesquisa sob os aspectos social e econômico. A utilização destas fontes nos possibilitaram estabelecer um possível diálogo com a temporalidade que estamos estudando, 1870-1920²³, proporcionando

²¹FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento- Enfoque histórico- estrutural*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000, p. 85.

²²JUNIOR, José Geraldo Simões. *Cenários de modernidade: os projetos urbanos das capitais brasileiras no início da República*. In: III Fórum de pesquisa FAU. Mackenzie. São Paulo: 2007, p. 08.

²³Em relação ao espaço geográfico, é importante frisar as mudanças espaciais ocorridas no território municipal de Pouso Alegre nas décadas propostas neste estudo. A região de Ouro Fino (composta pelos distritos de Monte Sião, Jacutinga e Campo Mystico, atual Bueno Brandão) fez parte do território pouso-alegrense até o início da década de 1880. Como o recorte temporal deste trabalho se estende até 1920, decidimos realizar nosso estudo considerando a

“uma relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais”²⁴. As décadas delimitadas nesta pesquisa, ou seja, a transição do século XIX para o XX, reforça a originalidade desta pesquisa, pois grande parte dos trabalhos de estudo sobre Pouso Alegre se dedicaram a compreender as décadas que compõem a primeira e a segunda metade do século XIX²⁵. Dividimos em três grupos de fontes primárias que trabalhamos: o primeiro se constitui de uma série formada por 602 atas de reuniões da Câmara Municipal, distribuídas em oito tomos, contemplando o período que constitui a temporalidade desta pesquisa. A documentação, pertencente ao acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, se encontra em boas condições, contudo, a ausência de documentos no período de 1891-1903, tornou-se empecilho para uma análise pormenorizada neste intervalo de tempo. Na intenção de suprimir este vazio e complementar os outros anos, nos debruçamos na organização e análise de séries de documentos soltos, como cartas, comunicados, projetos, entre outros, pertencentes ao mesmo arquivo, enriquecendo ainda mais a construção de nossa escrita histórica.

A segunda estratégia de investigação se dá com a análise dos registros de imóveis. Paralelo aos documentos do legislativo, que nos fornecem informações sobre as transformações urbanas em Pouso Alegre, os registros de imóveis nos ajuda a compreender a valorização do espaço urbano e rural do município estudado ao longo do tempo. Para este trabalho, foi solicitada autorização para o levantamento de dados no Ofício do Registro de Imóveis local (Cartório Amaral), sendo listados 2025 registros presentes em três livros, entre os anos de 1870-1920, digitalizados pelo pesquisador e organizados em planilhas.

O terceiro grande grupo de fontes históricas adotadas neste trabalho de pesquisa são os inventários *post mortem*. Característico por ser um corpus documental massivo e serial, possibilita ao pesquisador a recomposição histórica de uma sociedade no período investigado, por meio da observação daquilo que era deixado como espólio, os métodos de partilha, os valores obtidos pelo monte-mor e monte partível, nos deparamos com um outro universo,

área municipal de Pouso Alegre da seguinte maneira: Pouso Alegre- Sede e os seguintes distritos: Borda da Mata, Congonhal, Estiva e Sant’Ana do Sapucaí (Silvianópolis).

²⁴PINSKY, Carla Bessanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p.10.

²⁵Dos trabalhos de pesquisa realizados sobre o município de Pouso Alegre, destacamos: PASCOAL, Isaías. *Economia agrária e poder político no sul de MG: formação de uma identidade política conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2000. PASCOAL, Isaías. *Reprodução da força de trabalho no sul de Minas - século XIX - no contexto de uma formação econômica não-exportadora*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2005. DELFINO: Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: Incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2010. PASCOAL, Isaías. *O Escravidão no Sul de Minas: apogeu e crise*. Pouso Alegre: Instituto Federal Sul de Minas Gerais, 2015. GREGÓRIO, Juliano de Melo. *Economia e riqueza em Pouso Alegre (1831-1888)*. Dissertação de Mestrado. São João del Rei: UFSJ, 2018.

vivenciados por valores econômicos, sociais e culturais de uma sociedade. Mesmo que a documentação se refira a um só indivíduo, o conjunto nos proporciona uma análise social mais abrangente. Utilizamos em nossa análise de 466 processos realizados no município de Pouso Alegre. O processo de levantamento da documentação se deu em dois momentos: a primeira série, constituído de 139 processos (referentes aos anos de 1870-1898) sob a guarda do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, já se encontravam organizados em fichas de coleta de dados disponível no arquivo do NEHEEP (Núcleo de Estudos em História Econômica e Economia Política), localizado na Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP). Para obtermos análise mais completa do recorte temporal proposto nesta pesquisa, nos propomos a fazer um segundo levantamento nos arquivos do Fórum da Comarca de Pouso Alegre (1ª e 2ª estâncias), sendo localizados 80 processos, digitalizados e organizados pelo pesquisador, contemplando os anos de 1899-1920. Percebemos pequena quantidade em comparação com os anos levantados, justamente pelo processo de transferência de documentos para os arquivos MEJUD (Museu do Judiciário Mineiro), vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Com esta série documental, procuramos verificar principalmente a formação da riqueza e composição social dos inventariados no município.

Pelos documentos oficiais, composto das atas de câmara, correspondências e documentos soltos do legislativo, tivemos a ótica da construção do espaço urbano, promovido pelos serviços empreendidos pela municipalidade. Já os livros de receitas e despesas, registros de imóveis e inventários *post-mortem* nos proporcionaram um olhar sobre a economia municipal, por meio de suas receitas e despesas, e os aspectos sociais, observados através das transações de imóveis e da constituição de bens arrolados nos processos inventariais. Para o trabalho com estas documentações, utilizamos dos métodos quantitativos e análises seriais, o que nos proporciona analisar o cotidiano da sociedade, a vida dos homens inseridos em determinada região, seu dia a dia, aspectos familiares, comerciais e financeiros.

Para o cumprimento de nosso objetivo, dividimos este trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “Sul de Minas e o município de Pouso Alegre” passaremos por um estudo sobre os aspectos econômicos no Brasil e as primeiras observações empreendidas pelos estudos clássicos, sendo questionadas pelas pesquisas realizadas a partir dos anos de 1970, primícias de uma nova forma de se compreender as dinâmicas históricas e econômicas do Brasil e Minas Gerais. Tendo como cerne desta pesquisa a região sul mineira e o município de Pouso Alegre, trataremos neste mesmo capítulo a formação das cidades da região estudada e o processo histórico por qual passou Pouso Alegre, com a formação do povoado e freguesia, sua emancipação da

cidade da Campanha da Princesa, quando instituída como Vila, e sua elevação à categoria de cidade.

O segundo capítulo, “Urbanização e construção do espaço urbano”, nos remete a um estudo sobre a formação da cidade, por meio de leituras e investigação da documentação pertencente ao município de Pouso Alegre, atas da Câmara, livros de receitas e despesas e documentos soltos referentes à estrutura local. Neste sentido, realizou-se um breve estudo sobre a Câmara Municipal, sua origem e o funcionamento regular desta corporação no ambiente local, na elaboração de leis e execução de serviços públicos. Para o estudo das décadas que compõem o recorte temporal deste trabalho, focando as obras públicas realizadas, dividimos este capítulo em três seções: “A sociedade da ordem e do espetáculo”, a qual perpassa a década de 1870, identificamos que os trabalhos feitos pela Câmara estavam voltados para a ordem, por meio das leis contidas no código de posturas, e na construção da cadeia, e para a sociabilidade, com a construção de um teatro. Em “Normatização e organização espacial”, olharemos para as décadas de 1880 e 1890, momento este em que a cidade passava por melhoramentos em sua infraestrutura e se preparava para receber os primeiros apitos do trem, com a instalação da ferrovia. E por fim, “Nos trilhos da modernização: o aparecimento da luz elétrica e a comunicação telefônica” percorremos a primeira década do século XX, as políticas de urbanização continuam a dar mais forma à cidade, lugar que aos poucos vai se modernizando, a penumbra da iluminação feita por várias décadas pelo gás acetileno substitui-se pela claridade da luz elétrica e a comunicação encurta distância com a chegada da telefonia, facilitando a comunicação entre a sede e seus distritos. Em relação à dinâmica econômica local, perceberemos por meio da análise dos livros de receita e despesa, a influência exercida pelo comércio, com a função de abastecer as cidades próximas, as quais se dedicavam ao cultivo do café.

No capítulo terceiro, “Evolução e valorização do espaço urbano: uma análise dos registros de imóveis” nos voltamos para a observação dos espaços urbano e rural, observando as metamorfoses ocorridas no âmbito citadino e municipal, com a utilização, principalmente, dos registros de imóveis. Se no capítulo anterior nossa intenção foi a de demonstrar, por meio da documentação do órgão legislativo, o processo de urbanização ocorrido no município de Pouso Alegre, neste capítulo nos propomos a entender como a sociedade estaria assimilando este processo de transformações urbanas que estava ocorrendo, através das transações de imóveis rurais e urbanos realizados durante as décadas estudadas em âmbito municipal, dando ênfase a cada distrito, e por fim, na sede do município. Os dados obtidos em nosso corpus documental nos

proporcionam ter contato com o tipo de imóvel e suas características, bem como os preços, podendo variar em cada década.

Por fim, o quarto capítulo, “Formação da riqueza local: estudo da elite pouso alegreense” buscará entender a forma de inserção dos habitantes que compunham o município de Pouso Alegre no processo urbanístico que estavam vivenciando. Para esta análise, utilizamos os processos de inventários *post-mortem*, documentação que nos apresenta de certo modo a estrutura da riqueza dos moradores local. No decorrer deste capítulo analisaremos cada ativo constante dos inventários, o que nos possibilita a fazer comparações com outros municípios da região. E por fim, discorreremos sobre as faixas de riqueza, o que nos possibilitará entender cada uma delas e sua inserção na sociedade pouso-alegrense.

Que este trabalho possa contribuir ainda mais com a pesquisa local, ao observar o papel econômico e social de Pouso Alegre, que mesmo não avançando para a formação de uma agricultura exportadora, influenciada pela expansão da fronteira do café, permaneceu como importante produtora de bens voltados ao abastecimento ao circuito mercantil regional, e com a estruturação e crescimento do comércio, constituiu sua riqueza e pode traçar sua própria trajetória concebendo os ideais do mundo urbano moderno. Espera-se que, em conjunto com os estudos de outras regiões, possamos caminhar para a construção do processo histórico da economia sul mineira.

CAPÍTULO I- SUL DE MINAS E O MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

Para o melhor entendimento sobre a dinâmica econômica da região sul mineira e do município de Pouso Alegre, no período proposto em nosso trabalho de pesquisa, é necessário termos uma visão do contexto histórico e econômico em que se situa o objeto. O que se pretende neste capítulo é traçar a trajetória percorrida pelo Brasil e a região de Minas Gerais durante o século XIX sob o olhar das discussões empreendidas por teóricos clássicos da história econômica, e as teses apresentadas por novos trabalhos que criticam o modelo adotado por vários anos como referencial de estudos. O Brasil possuiu por algum tempo características coloniais, pautadas no estabelecimento das grandes propriedades, com a manutenção da monocultura e do trabalho escravo, fornecendo o que se produzia para os países europeus. As discussões lançadas pela historiografia clássica, devido o acesso aos mais variados tipos de fontes documentais e limitadas pela descrição dos fatos, contribuíram para a construção do pensamento histórico daqueles que se propuseram a entender o Brasil e suas regiões. Por meio destes autores, buscaremos enfatizar aspectos da historiografia mineira no período pós mineração, procurando argumentar sobre as dinâmicas econômicas que se estabeleciam nas regiões que estavam às margens dos territórios mineradores. Até então, os estudos perpassavam pelo século XVIII, percorrendo a trajetória, no caso de Minas Gerais, da mineração. Na visão de Roberto Borges Martins, um dos pioneiros nos estudos em que se analisam questões além do ciclo da mineração, as regiões que se encontravam às margens do setor exploratório e da mineração eram tidas como periféricas e dependentes, *“meros apêndices dos setores exportadores (...) colocada na mais desprezível de todas as categorias- economia de subsistência- e é condenada ao esquecimento”*²⁶. Com o esgotamento dos metais preciosos, a região entrará em um período de estagnação, como deixam claro os clássicos de Roberto Simonsen, Caio Prado Junior e Celso Furtado. Estas teses serão contestadas já no final dos anos 70, quando pesquisadores lançaram mão ao desafio de procurar entender as variações regionais, suas especificidades e peculiaridades²⁷.

O Sul de Minas, em seu modo de produção agropastoril, voltado para a lógica do mercado interno, ainda no final do século XVIII e primeira metade do século XIX, tornou-se uma das regiões mais dinâmicas da Província. Com a vinda da Família Real, parte de sua produção,

²⁶MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais*. Texto para discussão. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980, p. 02.

²⁷Trabalhos como o de Roberto Martins, Douglas Libby e John Wirth partiam de recortes políticos tradicionais remontando à realidade do século XX. Para as análises e problematizações regionais do século XIX, Marcelo Godoy e Clotilde Paiva retratam o território mineiro observando os relatos dos viajantes.

composta de gêneros de abastecimento, passa a ser comercializada com o Rio de Janeiro, favorecendo laços e vínculos políticos, e com a Província de São Paulo. O tema da presente pesquisa foi fruto dos debates realizados no NEHEEP (Núcleo de Estudos em História Econômica e Economia Política)²⁸ coordenado pelo Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes e pelo Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi. A coleta dos dados fez parte do projeto Fapesp em 2010/17321-6, *Sul de Minas em transição: formação das cidades e constituição do capitalismo na transição do século XIX ao XX*, sob coordenação do Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes. Dessa forma, as tabelas que demonstram as atividades econômicas da amostra podem porventura compor outros trabalhos oriundos desse Núcleo.

Inserindo neste cenário o município de Pouso Alegre, discorreremos sobre sua trajetória histórica, nesta primeira parte do trabalho percorrendo até 1870, perpassando pela formação do Povoado, seus primeiros habitantes e a pequena produção para o comércio local e regional. Subsequentemente, à instalação da Vila, concedendo autonomia política, antes dependente da cidade da Campanha, a criação da Câmara Municipal e a institucionalização do espaço urbano, culminando na elevação à categoria de cidade. Neste sentido, procuraremos inserir Pouso Alegre no contexto econômico do Sul de Minas, do estado de Minas Gerais e do Brasil.

1.1- Apontamentos sobre aspectos econômicos do Brasil no século XIX e os primeiros estudos sobre a economia Mineira

A busca pelo entendimento histórico e pelo seu registro sempre esteve presente no seio da humanidade em diferentes maneiras de interpretações e enfoques. Sejam elas agrupadas em forma de descrição e narração cronológica, constitui precioso corpus documental que nos dão importantes pistas para a realização de novos estudos. Temos como exemplo para a região de Minas Gerais o conjunto de obras denominado “Efemérides Mineiras” e as Revistas do Arquivo

²⁸Da produção deste grupo podemos citar os seguintes trabalhos: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (orgs.). *Sul de Minas em transição: A formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru, SP: EDUSC, 2012. (Livro). SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2015. (Dissertação defendida). FERREIRA, Natânia Silva. *Elite agrária e processo de urbanização: o município de Varginha- MG (1882-1920)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

Público Mineiro²⁹, ambas dirigidas por Xavier da Veiga, no final do século XIX e início do XX. Estes trabalhos procuravam apresentar a história de Minas Gerais sob os métodos da narração e cronologia, no intuito de se estruturar uma identidade cultural mineira, e nas palavras de Carrara, “mineiridade, de certa forma presumida necessária ao esforço político empreendido pelo estado para se impor na federação”³⁰. Neste sentido, percebemos no decorrer destas obras, as marcas dos grandes feitos, a presença daqueles que possuíam destaque no meio político e social.

Os precursores dos estudos voltados para a história da economia no Brasil, na primeira metade do século XX³¹, partiram da análise de diferentes ciclos, fazendo referência às atividades econômicas que foram desenvolvidas no país, em suas diversas regiões e momentos distintos. As teses clássicas que dizem respeito à sociedade e a economia mineira enfatizavam a importância da exploração dos metais preciosos com base no trabalho escravo, e com o seu declínio, após dedicar-se por muitos anos a pecuária, volta a ter o seu apogeu com a produção cafeeira mediante o trabalho escravo, principalmente na região da Zona da Mata. Ao longo dos últimos 40 anos, os debates sobre a involução econômica posterior a um ciclo econômico, as dinâmicas do mercado interno e aspectos da regionalização vem sendo realizados, e novos trabalhos estão surgindo ressaltando a importância da região sul-mineira no cultivo e comércio de gêneros de primeira necessidade. Ao se tratar da etapa colonial no Brasil, autores como Roberto Simonsen³², Celso Furtado³³ e Caio Prado Júnior³⁴ apresentam seus modelos clássicos, com diferentes enfoques, e, no caso de Minas Gerais, dedicaram suas análises ao ciclo da mineração.

Roberto Simonsen, em sua obra *História Econômica do Brasil*, nos apresenta o cenário minerador como um momento rentável, em que muitos em busca dos metais preciosos se

²⁹O conjunto de quatro tomos publicados no ano de 1897 que compõem a obra *Ephemerides Mineiras (1664-1897)* tratam de fatos concernentes à história de Minas Gerais, desde o ano de 1664 até 1897, acompanhados de um índice geral de nomes e de assuntos, além da corrigenda. A *Revista do Arquivo Público Mineiro*, cujo primeiro número foi publicado em 1896, já estava presente no decreto de criação do Arquivo, com tiragem de mil exemplares contendo aproximadamente duzentas páginas. Ambas foram idealizadas por José Pedro Xavier da Veiga, jornalista, historiador, Senador da República pelo estado de Minas Gerais e Fundador do Arquivo Público Mineiro. Cf: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221689> e <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicacoes/apresentacao.php> acesso em 23/10/2017.

³⁰CARRARA, Ângelo. *Minas e currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007, p. 15.

³¹Quando alegamos que estes clássicos fazem parte de estudos empreendidos na primeira metade do século XX, adotamos a data de publicação da primeira edição de cada obra. *História Econômica do Brasil (1500-1820)* foi escrita por Roberto Simonsen e teve sua primeira edição no ano de 1937. Caio Prado Júnior, em 1945, divulga seus estudos em *História Econômica do Brasil*. Alguns anos mais tarde, em 1958, seguindo similares linhas de pesquisa, é publicado “*Formação Econômica do Brasil*” pelo economista Celso Furtado.

³²SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil 1500-1820*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

³³FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Fundo de Cultura S. A, 1959.

³⁴PRADO JÚNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo- Colônia*. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Publifolha, 2000.

arriscavam nas condições de melhorar sua qualidade de vida, instalando-se e constituindo povoamentos ao redor das terras mineradoras. Para Simonsen, o minerador era um homem de poucas posses, diferentemente do senhor do engenho, que possuía um grande patrimônio. Era necessário que o minerador tivesse *“coragem, alguma ferramenta e um punhado de escravos”*³⁵. Por esse motivo o número de pessoas e empresas que se aventuraram na exploração dos metais preciosos era alto. Neste mesmo contexto, a pobreza do meio contribuiu para *“que os mineradores esgotassem rapidamente, na procura infrutífera de novas jazidas, os recursos auferidos nos tempos de prosperidade”*³⁶. Neste sentido, o autor apresenta o momento da decadência ao fim da exploração mineradora, quando a região de Minas Gerais

mergulha na sua primeira grande crise por falta de uma produção rica e exportável, numa organização social em que o atraso de seus habitantes, a falta de aparelhamentos técnicos e a alta proporção da população escrava não permitiam um comércio interno suficientemente rico para o seu progresso³⁷

Embora Simonsen enfatiza em seus escritos sobre uma possível decadência da economia mineira com a escassez da exploração de metais preciosos, nos chama atenção no decorrer de seu trabalho a existência do comércio interno que já se realizava na região sul- mineira (mesmo refém de um suposto atraso, em consequência da estrutura precária e de grande número de escravos) presente em um breve comentário com referência à crise que a região enfrentava neste mesmo contexto:

Cessada a mineração, mergulhou o Centro-Sul na sua primeira grande crise por falta de uma produção rica e exportável, numa organização social em que o atraso de seus habitantes, a falta de aparelhamentos técnicos e a alta proporção da população escrava não permitiam um comércio interno suficientemente rico para o seu progresso”.³⁸

Esta mesma sensação de declínio, do desaparecimento de um ciclo também se faz presente na obra de Caio Prado Júnior. Ao se referir sobre o ciclo minerador, iniciando sua tese, diz pertencer a mesma categoria da grande lavoura, pois ambas se dedicam a exploração desenvolvida a partir da necessidade da sociedade brasileira e impediram que a agricultura resolvesse o problema da subsistência alimentar. Em relação ao minerador e seu trabalho, o autor

³⁵SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil 1500-1820*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 82.

³⁶Idem, p. 84.

³⁷Idem, p. 87.

³⁸Cf.:SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil 1500-1820*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 87.

relata as suas dificuldades e desafios quanto às técnicas dos mineradores da colônia: falta de recursos técnicos e materiais e a ignorância no que se referia ao seu ofício. Em seus dizeres, “*a indústria mineradora no Brasil nunca foi além, na verdade, desta aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo em seguida e passar adiante*”³⁹ alterando até mesmo todo oferecido pelos recursos naturais em seu meio espacial. Conclui o autor, que no advento do século XIX, “*a um momento em que já se tinham esgotado praticamente todos estes depósitos de superfície na vasta área em que ocorreram, a mineração sofre o seu colapso final*”⁴⁰ permanecendo uma realidade que nada se acumulara com a riqueza extraída dos solos mineiros, chegando ao fim a este ciclo com um pouco que restara nas mãos de empreendedores estrangeiros.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Prado Júnior nos traz em seu trabalho historiográfico a síntese dos três primeiros séculos da colônia até o início do XIX, momento este para o autor marcado por “*uma etapa decisiva, e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova*”⁴¹. Em se tratando da colônia, o sentido apresentado por ele é o de fornecimento de alguns gêneros para suprir as necessidades da metrópole por meio do comércio, organizando a economia colonial no sentido de produzir estes gêneros. No decorrer do texto afirmará que três características são apontadas para a estrutura agrária do Brasil colônia, “*a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam*”⁴² presentes em toda forma de colonização, e nos direciona aos pontos característicos que fundamentam a economia colonial brasileira:

(...) de um lado, está a organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; de outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. Nestas bases se lançou a colonização brasileira, e nela se conservará até o momento que ora nos interessa⁴³.

O argumento presente na obra nos leva a perceber que poucas mudanças nas dinâmicas produtivas ocorreram com o passar dos tempos até a primeira metade do século XIX na economia brasileira, principalmente em relação às formas de produção e à força de trabalho, vigorando até a segunda metade do século XIX. Sobre o comércio realizado no período colonial,

³⁹PRADO JÚNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*- Colônia. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Publifolha, 2000, p.172.

⁴⁰Idem, p. 173.

⁴¹Idem, p. 01.

⁴²PRADO JÚNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*- Colônia. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 118.

⁴³PRADO JÚNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*- Colônia. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Publifolha, 2000, p.123.

o autor caracteriza o setor de exportação como a forma de extração da riqueza que era produzida na colônia e fornecida para o mercado internacional, sendo *a exportação destes gêneros, pois, que constituirá o elemento essencial das atividades comerciais da colônia. O mais se disporá em torno dela, em dependência direta ou indireta, mas sempre efetiva*⁴⁴. Com o crescimento do populacional no país, indicado pelo autor como um fator de transformação, o aparecimento de atividades imprescindíveis ao abastecimento do mercado interno se torna um fator de grande importância para a vida social. A economia de subsistência é considerada como produção que se volta para o mercado interno, isto é, abastecendo os próprios produtores e os centros urbanos, destinando à manutenção da própria colônia, como também aqueles que não estão ligados a grande lavoura, ou seja, aqueles que trabalham em sua própria terra, em pequenos sítios, com suas famílias ou até mesmo contando com o auxílio de um ou outro escravo.

A proximidade do Rio de Janeiro, cidade esta que se tornara um importante núcleo de povoamento, principalmente com a vinda da corte para o Brasil, proporcionou maior vigor na produção de gêneros de subsistência. Prado Júnior ressalta a importância deste tipo de agricultura, principalmente com a produção do algodão em Minas Novas⁴⁵ e do tabaco no Sul de Minas, fator este em que se *“adquire um nível bem mais elevado que o das demais regiões similares da colônia”*⁴⁶. Outro fator abordado nas páginas em que é retratada a *agricultura de subsistência* é o fornecimento destes gêneros para os tropeiros que percorrem as longas vias de comunicação espalhadas pela colônia, principalmente as de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. O consumo destes gêneros se dava em grande quantidade, o que se tornava um negócio lucrativo para o trabalhador local. Nestas rotas, segundo o autor, eram estabelecidos ranchos em que destinavam ao acolhimento e amparo àqueles que percorriam longas jornadas para transportar os produtos da província para a metrópole⁴⁷. Sendo um dos primeiros autores a

⁴⁴PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963, p. 116.

⁴⁵O município de Minas Novas está localizado no estado de Minas Gerais, na região do Alto Jequitinhonha, como é observado no mapa 01.

⁴⁶PRADO JÚNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo- Colônia*. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 162.

⁴⁷A Corographia Brasílica relata em algumas de suas páginas os tipos de produtos que eram exportados da Província de Minas Gerais e como eram exportados, e os produtos adquiridos na metrópole. É importante observarmos que o abastecimento do mercado interno, no caso do Sul de Minas, se dava apenas com o excedente do que era produzido. “Exporta-se desta Província, sola, coiros de veado, e d’outros animaes selváticos; algodão, tecido, e em lan; tabaco, café, frutas, assucar, queijos, carne de porco, rapaduras, pedra sabão, pedraria, salitre, marmelada. Quasi tudo he conduzido a Metrópole em bêstas, das quaes se encontram em comboys de cem, e maior número, repartidas em récuas de sete cadauma, e governada por um homem: levando de retorno sal, fazendas seccas, e molhados”. (363). Para a região em que hoje conhecemos como Sul de Minas, anteriormente pertencente a Comarca do Rio das Mortes, a corografia assim descreve: “Tem muitos, e extensos pedaços de terreno apropriado para a cultura da mandioca, milho e legumes; como também para a plantação de cannas de assucar, e tabaco, que sam dois lucrozos objectos de exportação; outros onde algodoeiros prosperam. Em alguns districtos da parte meridional recolhe-se considerável quantidade de centeio, e trigo. Por toda parte se cria muito gado vaccum; e também lannigero e porcos;

apontar sobre o contexto sul mineiro em *História Econômica do Brasil*, no capítulo referente a Mineração e ocupação do Centro-Sul, o autor encerra afirmando sobre a realidade da economia de abastecimento praticadas no Sul de Minas, destinadas principalmente para as regiões em que se praticam a mineração, localizadas no centro de Minas Gerais (em que o solo é impróprio para a prática de atividades agrícolas), o Rio de Janeiro e São Paulo. Este território, “*onde se desenvolve uma economia agrária que embora não contando com gêneros exportáveis de alto valor comercial- como se dera com as regiões açucareiras do litoral-, alcançará um nível de relativa prosperidade*”⁴⁸, como observaremos no decorrer do trabalho por meio dos estudos de outros pesquisadores.

Com os estudos de Caio Prado, surge uma nova concepção em torno da economia colonial. Ângelo Carrara nos direciona a observar que as análises feitas por Prado Júnior e Furtado se distanciaram com as de Simonsen, porém, não anularam a teoria dos ciclos, mas deram novos sentidos a ela⁴⁹. Neste sentido, “*Caio Prado substitui o primeiro plano ocupado pelos ciclos econômicos de Roberto Simonsen pelo sentido da colonização*”⁵⁰, buscando compreender o Brasil contemporâneo e caracterizar o que foi o período colonial nos fins do século XVIII e na primeira metade do XIX.

Celso Furtado, em sua interpretação na clássica obra *Formação Econômica do Brasil*, parte do ponto de vista que o final do século XVIII seria um período de grande decadência da economia Mineira. Isto se dá devido à ausência de meios de produção para a exportação, exceto alguma agricultura de subsistência⁵¹ e da exploração mineral. Com esta decadência, para o autor, a reposição da mão de obra escrava já não se poderia ser feita, pois o capital investido aos recursos mineradores já era escasso. Neste sentido, sobre o retrocesso da economia mineira, Furtado nos afirma que

cuja carne, e os queijos do primeiro fazem dois consideráveis ramos de commercio exportativo. Cf.: CAZAL, Padre Manoel Ayres de. *Corografia Brazilica*, ou relação histórico- geográfica do Reinado do Brazil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817, p. 363-374.

⁴⁸JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963, p. 66.

⁴⁹CARRARA, Ângelo. *Minas e currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007, p. 16.

⁵⁰Idem, p. 15.

⁵¹Ao se referir sobre a produção do Mercado interno em Minas Gerais, Celso Furtado apresenta circunstâncias que tornavam a região mineira propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno: além disso, fatores como a menor concentração de renda, os altos custos que se despendiam ao meio transporte essencial para a realização de uma atividade econômica afastada do litoral contribuíram para modificar a composição da procura em favor dos bens de consumo corrente. Em comparação com o Nordeste açucareiro, o ambiente econômico tornou-se propício ao desenvolvimento de atividades de mercado interno. No entanto, segundo Furtado, “o desenvolvimento endógeno- isto é, com base no seu próprio mercado- da região mineira, foi praticamente nulo. É compreensível que a atividade mineratória haja absorvido todos os recursos disponíveis na etapa inicial”. Cf: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1959, p. 98.

Uns poucos decênios foi o suficiente para que desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros. Essa população relativamente numerosa encontrará espaço para expandir-se dentro de um regime de subsistência e virá a constituir um dos principais núcleos demográficos do país. Neste caso, como no da economia pecuária no Nordeste, a expansão demográfica se prolongará num processo de **atrofiamento da economia monetária**. Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera dentro de um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fora um fator extremamente escasso, **involuiu** numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência.⁵²

A expressão “sistema colonial”, para Furtado, se difere de outros historiadores que se dedicam ao estudo da economia. Em sua obra *“A Economia Brasileira”*, adota a técnica da construção de modelos (período colonial escravocrata, economia colonial com base no trabalho assalariado, transformações rápidas que sucederam a crise de 1929 e desequilíbrios que se introduziram no sistema econômico com a crise do setor colonial) e qualifica o sistema colonial como *“aquele que não pode crescer senão por indução do crescimento de um outro sistema, melhor ainda àquele que não é capaz de criar o seu próprio impulso de crescimento”*⁵³. Para o autor, o período denominado colonial perpassa a independência do país, indo além do Brasil-Colônia, como deixa claro em sua obra *Formação Econômica do Brasil*⁵⁴. Uma economia marcada pelo sistema escravista, que se especializou na produção de bens primários para a exportação, cujo crescimento depende essencialmente do produto que exporta, e sua dependência ao mercado externo continuará caracterizando-a como colonial.

Ao analisar a importância do abastecimento interno para o Brasil, diferentemente das análises de Caio Prado Júnior, Celso Furtado, trilhando as mesmas linhas deste trabalho pioneiro, não dá conta de perceber a importância que este tipo de economia teve, principalmente ao se referir a Minas Gerais. Com o declínio da extração de metais preciosos, e *“não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica- à exceção de uma agricultura de subsistência”*⁵⁵ a região passaria por uma regressão econômica, por meio de uma *“lenta diminuição do capital aplicado no setor mineratório”*⁵⁶. Segundo o autor, muitos daqueles que investiram na mineração, se tornaram simples faiscadores e com o tempo passaram

⁵²FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1959, p. 105-106. Grifos meus.

⁵³FURTADO, Celso. *A Economia Brasileira*. Editora A Noite, Rio de Janeiro, p. 15.

⁵⁴FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S. A., 1959, p.113.

⁵⁵Idem, p.104.

⁵⁶Idem.

a se ocupar do trabalho ligado à economia de subsistência. Consistia-se em grande número com propensos a se espalhar pelo vasto território em pequenos grupos isolados uns dos outros. Percebemos que para o contexto deste tipo de economia em Minas Gerais, Celso Furtado atribui os conceitos de *comunidades isoladas*, *atrofiamento da economia monetária*, *população desarticulada*, *baixíssima produtividade*⁵⁷, desencadeando um processo de involução na economia mineira.

No caso do Sul de Minas, a principal atividade econômica exercida se caracterizava pela agricultura de subsistência e fornecimento de seu excedente para os núcleos mineradores e anos mais tarde para o abastecimento da corte no Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro representava o principal mercado de consumo do país e os hábitos de consumo de seus habitantes se haviam transformado substancialmente a partir da chegada da corte portuguesa. O abastecimento deste mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração⁵⁸.

A economia brasileira durante o século XIX foi caracterizada por uma estrutura baseada na agro exportação de produtos primários em conjunto com a mão de obra escrava. Nas obras clássicas citadas, percebemos estas características remanescentes do período colonial, ou seja, de uma economia dependente do comércio internacional. Os trabalhos realizados por Furtado e Prado se aproximam em diversos pontos. Vale ressaltar as suas discussões sobre a emergência da Nação brasileira (questão nacional), o que na visão de ambos ainda estariam incompletas no momento em que escreveram seus trabalhos. Enquanto Caio Prado se preocupa em realizar uma análise mais abrangente, tomando como pressupostos a economia, política, sociedade e cultura, estudando o processo de passagem de uma economia colonial para a nacional, Furtado direciona suas interpretações para os aspectos econômicos, tomando como base a linha da Cepal, análise esta composta dos países desenvolvidos (centro) e subdesenvolvidos (periferia), procurando investigar as condições que permitiram a transição de uma economia exportadora para uma economia de mercado interno⁵⁹.

⁵⁷PASCOAL, Isaías. *Economia e trabalho no Sul de Minas no século XIX*. Revista Economia e sociedade, vol. 16, n. 2 (30), ago. 2007. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 262.

⁵⁸FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S. A., 1959, p.138-139.

⁵⁹Cf.: COSTA, Wagner Cabral da. *Celso Furtado e formação econômica do Brasil: uma interpretação*. Revista Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, v. 2, nº 2. São Luiz: 1996.

Os autores mencionam, mesmo que em poucas palavras, a presença de um mercado interno na região do Sul de Minas, que disponibilizava o excedente de sua produção para abastecer inicialmente as regiões mineradoras e no início do século XIX a população do Rio de Janeiro.

A primeira metade do século XIX, período este que se insere entre a crise da mineração, até o surgimento do café, seria para esses autores como um momento de estagnação na economia mineira. Devemos ter em mente que eles, tendo uma visão macro da economia, se voltavam mais para o setor exportador. Somente a partir da década de 1970, com o surgimento de novos estudos e abordagens, os pesquisadores lançarão outras perspectivas em torno da história econômica em Minas Gerais, procurando entender aspectos que vão além do ciclo minerador.

1.2- Discussões sobre as relações econômicas de Minas Gerais

As pesquisas dos anos 70 do século XX deram início a uma nova forma de se entender o contexto histórico e econômico do Brasil e de Minas Gerais. Os trabalhos, até este momento, eram baseados em documentos geralmente transcritos e impressos em publicações como a *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* e os *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* ou até mesmo publicações estaduais e locais, como os *Almanaques* e *Corografias*. Foram utilizados para a elaboração desses trabalhos os relatos dos viajantes estrangeiros, que registraram em ricas narrações o cotidiano de cada localidade por onde passavam, a dinâmica econômica e o funcionamento do mercado. As limitações das pesquisas com estas fontes tornavam os trabalhos mais descritivos, o que limitava o exercício da análise.

Novas fontes foram levantadas para a investigação histórica e novos debates foram inseridos sobre o estudo da economia, levando em conta as especificidades das diferentes regiões do estado. Em contrapartida, outros autores, a seu modo, questionaram em seus trabalhos a tese sustentada nos clássicos. No final dos anos 50, Francisco Iglésias nos chama atenção para a existência da economia de abastecimento, principalmente no Sul de Minas e na região da Zona da Mata, em que passando o momento áureo da exploração de metais preciosas, o estado não se dedicava apenas à produção de subsistência, possuindo certa articulação econômica com o interior da província:

Minas viu-se tal qual é: região que não dispõe de ouro como riqueza básica, mas que tem no minério de ferro o fundamento mais sólido da sua economia; que pode e deve ser industrial, não só em função desse minério, como de fábricas de todo gênero; que deve ter na lavoura e na pecuária recursos para o próprio abastecimento e ainda para exportação. Enquanto a indústria foi fixando seus

centros – mais concentradamente a siderúrgica, potencial inestimável – lavoura e criação dispersaram-se pelo território, apresentando concentração e rendimentos mais apreciáveis no Sul e na Mata. Em função da cultura do café, cidades surgiram e se desenvolveram. Minas integrou-se no ritmo das Províncias vizinhas. Formou uma riqueza particular, às vezes até independentemente dos poderes públicos⁶⁰.

Inserida nestas mesmas discussões, Maria Yedda Linhares, no final da década de 70, nos chama atenção sobre questões abordadas naquele momento, como a involução econômica com o término de um ciclo, questionando a ausência de estudos regionais que contemplem objetos específicos:

A decadência está aí presente sem dúvida. É óbvio que houve esgotamento dos veios. Terá sido ela tão súbita e inexorável como nos afirmam os economistas? Ou terá sido matizada e diferenciada pelos “bons e maus frutos” cujas sementes a economia mineradora plantou? Em outras palavras, a decadência teria sido tão inexorável e definitiva no Sul de Minas como no nordeste da Capitania? Como podemos sabê-lo, enquanto nos faltar pesquisas pormenorizadas? ⁶¹

Os trabalhos produzidos nas próximas décadas apresentarão duas características, como enfatiza Clotilde Paiva: em um primeiro momento, se destacam as inferências e estimativas, contrapondo-se a estagnação econômica e esvaziamento demográfico, surgem questões que nos levam a pensar mediante a organização econômica e a dinâmica demográfica a ela atrelada. E em um segundo momento busca-se focar, mediante ao crescimento populacional, as especificidades da organização econômica contida neste ponto⁶². Estes estudos nos deixam mais claro o funcionamento de uma lógica interna em uma sociedade caracterizada pelas relações com o mercado externo.

Com o alvorecer dos anos de 1980, os estudos voltados para a pesquisa em história econômica tomaram novos rumos. Os historiadores envolvidos neste ramo de investigação, partindo das teses tradicionais, passaram a repensar as relações entre Metrópole/Colônia, principalmente nos períodos da colônia e do império. Douglas Libby⁶³ descreve muito bem estes

⁶⁰IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 209.

⁶¹LINHARES, Maria Yedda. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro*: a propósito da problemática da decadência. Seminário sobre a cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 147.

⁶²CF: PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- USP. São Paulo: 1996, p. 10.

⁶³Libby destaca a diversificação da economia mineira e afirma que “o grande sustentáculo da economia mineira no século XIX foi a agricultura mercantil de subsistência, ou seja, a produção de alimentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província. Cf: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*- Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 14.

novos enfoques, chamando-nos a atenção para a importância dos estudos regionais e suas especificidades, o que tem implicado aos investigadores a busca por fontes históricas inéditas⁶⁴ e outras abordagens das fontes que já haviam sido trabalhadas.

a proeminência da monocultura de exportação e da mineração aurífera enquanto objetos de estudo cedeu lugar às investigações de produção de subsistência, da consolidação do mercado interno, do artesanato urbano e rural e da indústria doméstica. Como resultado, hoje reconhece-se a extrema complexidade da economia brasileira dos séculos XVI ao XIX e o fato de que, embora as atividades ligadas à exportação sempre predominassem e nortegassem os rumos gerais do desenvolvimento econômico, havia também, uma dinâmica interna que não obedecia, necessariamente, a lógica do pacto colonial. Em vez das grandes sínteses que antes caracterizavam a História Econômica, o recente revisionismo é baseado em estudos regionais, mais atentos às diferenças e às nuances que tanto marcaram, no espaço e no tempo, a realidade brasileira⁶⁵.

Alcir Lenharo⁶⁶, em sua obra *As tropas de moderação*⁶⁷, utilizando de uma vasta documentação primária, busca analisar a questão da economia mineira por meio do abastecimento de centros urbanos, principalmente com o Rio de Janeiro (mesmo antes da decadência da exploração dos metais preciosos nas minas), a formação de um novo setor comercial e a produção e distribuição de gêneros de primeira necessidade para o consumo interno. O perfil produtivo da região sul- mineira se alicerçava na produção agrícola de alimentação (milho e feijão) e na atividade pecuária (porcos, bois, carneiros), como também de seus derivados (toucinho e queijo). Juntamente com a produção de fumo, compunham os itens principais de exportação neste período, mantendo-se mesmo com maior escala no século XIX.

Esta ligação com a corte proporcionou a articulação do Sul de Minas no papel político⁶⁸ nas primeiras décadas do século XIX. Após a chegada da família real no Brasil, em 1808, este

⁶⁴Em suas investigações e trabalhos, Douglas Libby destaca para a década de 1980 o exercício em história seriada baseada em inventários *post-mortem* para se compreender a diversificação econômica no período aurífero mineiro, estimulando respostas aos argumentos lançados por Roberto Borges Martins sobre o apego mineiro à escravidão e as fracas ligações regionais com a economia exportadora. Além da utilização dos inventários para a análise da constituição da riqueza local em Pouso Alegre, o nosso corpus documental é composto por Atas da Câmara Municipal, Balancetes de Receitas e Despesas Municipais e Registros de Imóveis, fontes estas que nos possibilita analisar principalmente questões ligadas a dinâmica econômica local, modernização e urbanização.

⁶⁵LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre fontes para a História Econômica do Brasil. *América Latina en la Historia Económica*. Enero-Junio 1995, p. 99-100. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18232/alhe.v2i03.165>, acesso em 27/09/2016.

⁶⁶Mesmo sendo publicada sua obra em 1979, Alcir Lenharo se encaixa no grupo de historiadores que buscam entender dinâmicas particulares de uma determinada região.

⁶⁷LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979, p. 19-20.

⁶⁸Esta inserção dos mineiros na política imperial buscava defender interesses da região. No prefácio do trabalho de Alcir Lenharo, a Professora Maria Odila da Silva Dias nos deixa claro sobre estes interesses: “Os primeiros sintomas da penetração dos produtos mineiros no mercado da Corte são pressentidos no jogo dos interesses regionais que vão se imiscuindo no cenário político e na própria política central de abastecimento. Em 1828, Bernardo Pereira de Vasconcelos discursava no parlamento sobre a importância de **isentar os produtores e tropeiros mineiros dos rigores do recrutamento militar**; outros políticos, representantes de interesses mineiros como os padres José

movimento de abastecimento para o Rio de Janeiro se tornara mais sólido, devido ao aumento populacional e a suas necessidades básicas. Mesmo se integrando a outras regiões do Centro Sul por meio do comércio, como São Paulo, Rio Grande do Sul e outras regiões mineiras, foi o Sul de Minas que integrou o núcleo mais importante de abastecimento do mercado carioca, percebido nos estudos em que o autor realiza sobre as estradas e a integração do Centro Sul à corte. Este comércio era realizado por tropeiros, que muitas das vezes eram os próprios proprietários das terras onde se produziam estes gêneros, e ao levarem até o seu consumidor, estabelecia contatos políticos o que possibilitava muitas vezes certa influência na Corte. A obra de Alcir Lenharo, situada entre as pioneiras, trouxe contribuições para um período pouco estudado na época, os anos iniciais do século XIX, ressaltando a importância da agricultura de subsistência voltada para o comércio interno por meio dos tropeiros.

Outro estudo que se voltou para a economia mineira no século XIX e que levantou importantes discussões sobre a questão da dinâmica econômica mineira foi o de Roberto Borges Martins na década de 80. A sua produção suscitou um importante debate por outros pesquisadores da área, fomentando novas discussões em torno desta temática. Suas críticas eram direcionadas as interpretações feitas em torno da decadência de Minas Gerais ao encerrar o ciclo da exploração de metais preciosos. Martins defende em sua tese e publicações a importância do mercado interno para a província mineira, suscitando um notável crescimento demográfico, se destacando como a maior importadora de escravos do país⁶⁹.

Roberto Martins nos mostra que a economia mineira no século XIX foi determinada pelo mercado interno provincial, criticando os autores clássicos que acentuam o período decadente de Minas Gerais após a mineração. Torna-se claro nas observações do autor, que no período oitocentista, a Província de Minas Gerais possuía uma dinâmica produtiva autônoma, mantendo o suficiente para o abastecimento interno, e o que era destinado para a Corte no Rio de Janeiro seria uma parcela mínima, tornando válida a seguinte afirmação: “a razão de ser da economia

Custódio Dias e José Bento Ferreira de Mello (residente em Pouso Alegre) defendiam a **liberalização do comércio de abastecimento de carne (...)** entre outros que se destacaram no cenário político. Cf: LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979, p. 10. Grifos meus.

⁶⁹“Durante todo o século (XIX) a população escrava dessa província (de Minas Gerais) superou a de qualquer outra província brasileira: de aproximadamente 170 mil indivíduos, em 1819, ela passou a mais de 380 mil em 1873. Nessa data Minas Gerais tinha mais escravos que as dez províncias situadas ao norte da Bahia, mais as de Goiás, Mato Grosso e Paraná reunidas”. Cf: MARTINS, Roberto Borges. *A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para discussão. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980, p. 01. Outros estudos de Martins a respeito desta temática que merecem atenção: MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: The slave economy of nineteenth-century Minas Gerais no século XIX*. Tese de Doutorado. Nashville: Vanderbilt University, 1980; Tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. *Estudos Econômicos*, vol. 13, n. 01, Instituto de Pesquisas Econômicas- USP, v. 13, nº1, 1983.

mineira era a própria Minas”⁷⁰. Os gêneros mais consumidos internamente na província eram o açúcar, aguardente, arroz e feijão, representando em torno de 99% da produção, enquanto o gado bovino, destinado ao mercado do Rio de Janeiro, representava aproximadamente 20%, conforme a tabela 01 em anexo. Esta ideia exposta de uma economia que se voltava para dentro da província é complementada pelas características peculiares de uma propriedade mineira da época:

A fazenda mineira não era uma *plantation*. Suas principais características eram auto-suficiência e diversificação interna. Sua produção mercantil era limitada, e ela, praticamente, não tinha ligações com mercados distantes. A fazenda mineira não era uma empresa: ela nunca se especializava na produção mercantil e suas decisões econômicas raramente eram determinadas por forças de mercado. O absenteísmo era raro, a própria fazenda constituía o centro da vida social da classe dominante⁷¹.

Outra questão levantada no trabalho de Martins é a presença numerosa de mão de obra escrava na província mineira, sendo fruto de importação na década de 1870. Mesmo possuindo um número expressivo de homens livres, não havia uma oferta voluntária de trabalhadores assalariados. Durante a discussão, são relacionados diversos fatores que favoreciam a ausência desta classe de trabalhadores, como a instabilidade no emprego oferecido e a aversão ao trabalho no campo contínuo e supervisionado⁷². As interpretações feitas por Roberto Martins no início da década de 1980 repensando os “antigos modelos” da dinâmica econômica suscitaram novos debates⁷³. Francisco Vidal Luna e Wilson Cano⁷⁴, em 1983, buscaram reexaminar a questão do grande plantel escravista mineiro. Se a economia mineira, como afirma Martins, era pouco mercantilizada e desligada dos mercados exteriores, como poderia fornecer o capital necessário para a compra de uma vasta mão de obra escrava? Ao analisarem a questão da economia escravista em Minas Gerais, Luna e Cano afirmam que

(...) parece inviável que uma economia sem um grau mínimo de mercantilização, que lhe permitisse gerar excedentes, e que, portanto, exigisse

⁷⁰MARTINS, Roberto Borges. *A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para discussão. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980, p. 43.

⁷¹Idem, p. 45

⁷²Idem, p. 50-53.

⁷³Podemos dizer que a partir das reflexões de Roberto Martins em sua tese surgiram três diferentes grupos de pesquisas: o primeiro grupo composto por Francisco Vidal Luna e Wilson Cano em 1983; o segundo, o trabalho desenvolvido por Robert Slenes em 1988; e o terceiro grupo, composto por Douglas Cole Liby e Clotilde Andrade Paiva em 1988. Estes trabalhos apresentam questões da formação e evolução da sociedade mineira.

⁷⁴Cf.: CANO, Wilson; Luna, Francisco Vidal. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (Século XIX)- Uma hipótese. In: *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH- UNICAMP, vol. 10, outubro. Campinas: 1983, p. 1-14.

determinados mercados, gerasse excedentes realizáveis em capital- dinheiro, com os quais pudessem adquirir escravos em grandes quantidades e persistentemente fora de suas fronteiras⁷⁵.

Os autores, ao justificarem a questão da importação de cativos e do grande número de escravos presentes na província mineira, utilizam da prerrogativa de que perante o *“baixo grau de mercantilização reside a explicação do imenso plantel: a violenta taxa de exploração e o ‘relaxamento dos costumes’ (mestiçagem e casamentos) permitiram o crescimento demográfico”*⁷⁶. Contudo, devemos considerar que a questão da reprodução natural deve ser complementada à aquisição de escravos por meio do comércio, tendo em vista que a economia de abastecimento inseriu Minas Gerais no comércio com outras províncias.

O debate apresenta novos direcionamentos com os argumentos apresentados por Robert W. Slenes. Em seu artigo “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX” apresenta críticas aos estudos publicados por Roberto Borges Martins, Amílcar Viana Martins Filho e Maria do Carmo Salazar Martins, trabalhos estes produzidos no início da década de 1980 referentes a economia mineira no século XIX. Ao analisar as reflexões feitas por Martins, Slenes concorda na questão da diversificação da economia mineira, contudo lança questões sobre o aumento do número de escravos na província, *“aquela que vê na produção para a exportação a principal razão para o nascimento e crescimento da escravidão moderna”*⁷⁷. Slenes avança por outros caminhos apresentando a seguinte afirmação:

Acredito que os Martins subestimam em muito a importância do setor exportador de Minas e de seu impacto na economia interna da província. As atividades de exportação não só permitiam um grande tráfico de escravos, mas também constituíam o centro dinâmico da economia mineira. É a **importância desse centro dinâmico- e de seus efeitos multiplicadores sobre o resto da economia-** que explica o apego dos mineiros à escravidão durante boa parte do século⁷⁸.

No decorrer dos argumentos no artigo, o autor ressalta a importância das atividades de exportação, não apenas por permitir um grande número de escravos para a província, mas por contribuir para a constituição de um centro dinâmico da economia mineira, exportando produtos

⁷⁵CANO, Wilson; Luna, Francisco Vidal. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (Século XIX)- Uma hipótese. In: *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH- UNICAMP, vol. 10, outubro. Campinas: 1983, p. 11.

⁷⁶Idem, p. 13.

⁷⁷SLENES, Robert Wayne Andrew. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. Estudos Econômicos (IPE/USP), vol. 18, n. 03, setembro-dezembro. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração, 1988, p. 453.

⁷⁸Idem.

para as regiões de *plantation*⁷⁹ e para a corte no Rio de Janeiro. A produção e comercialização de gêneros alimentícios como o queijo, gado, toucinho, entre outros, impulsionou a utilização da mão de obra escrava desde a produção destes gêneros ao transporte dos mesmos. A extração de metais preciosos também foi responsável por empregar grande número de cativos⁸⁰. O artigo de Slenes nos deixa bem claro sobre a importância da ligação da economia mineira ao setor de exportação, o que dava peso à sua crítica a Roberto Martins em sua tese em que ressalta o autoconsumo e a comercialização apenas do excedente.

Na década de 1990, Clotilde Andrade Paiva, em sua tese de doutoramento, se propôs analisar o contexto mineiro do século XIX por meio de sua população e economia. Em sua argumentação busca reafirmar a diversificação e o dinamismo da economia voltada para o setor exportador das Minas Gerais. Esta dinamicidade, afirma Clotilde, “*manifesta-se também no crescimento populacional, na grande presença de escravos, na pujança de atividades mercantis e nos expressivos vínculos com mercados externos*”⁸¹. Ao observar o crescimento populacional, e principalmente a questão da escravaria, torna-se perceptível pela pesquisadora as diferenças que variavam nas diferentes regiões:

A recomposição e ampliação do contingente mancipio **processava-se de forma diferente nas regiões:** observou-se um grupo onde a importação de cativos era o fator central, com grande desequilíbrio de sexo e idade e elevado contingente de africanos; em outro extremo, encontramos regiões onde o crescimento vegetativo era o fator central, com relativo equilíbrio de sexo e idade e pequeno contingente de africanos; em grupo intermediário, encontramos regiões onde ambos os fatores combinavam-se.⁸²

Por meio de sua tese, a autora ressalta a grande importância dos estudos regionais para o entendimento da economia mineira no século XIX. No que se refere ao contexto sul- mineiro, estudos vem apresentando as peculiaridades de diferentes cidades desta região, relacionados a constituição do mercado interno e demografia escrava.

O que nos chama atenção para a segunda metade do século XIX em Minas Gerais são as transformações ocorridas, determinando um novo perfil econômico e na sociedade, principalmente na transição para o século XX, surgindo pesquisas que abordam este período,

⁷⁹A exemplo destas regiões, temos a Zona da Mata mineira e o Vale do Paraíba que possuíam grandes plantações de café em que se destinava para o mercado externo.

⁸⁰Cf: SLENES, Robert Wayne Andrew. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. Estudos Econômicos (IPE/USP), vol. 18, n. 03, setembro-dezembro. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração, 1988, p. 459-460.

⁸¹PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- USP. São Paulo: 1996, p. 164.

⁸²Idem, p.162.

aproximando a interpretação da dinâmica de transformações em Minas, principalmente na região da zona da mata, ao contexto paulista⁸³. Esta temática é tratada em trabalhos como de João Heraldo Lima⁸⁴, “Café e indústria em Minas Gerais (187-1920), em que se procurou entender sobre a produção do café e industrialização especificamente na Zona da Mata Mineira, Clélio Campolina Diniz⁸⁵, “Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira”, abordando o processo da industrialização à luz do papel do Estado e do capital estrangeiro como seus agentes na transição para o século XX, Ana Lúcia Duarte Lana⁸⁶ “A transformação do trabalho”, buscando compreender como se procedeu a passagem da mão de obra livre, Domingos Giroletti⁸⁷ “Industrialização de Juiz de Fora” e Anderson Pires⁸⁸ “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)”, ambos tratando da dinâmica econômica e trabalho especificamente na Zona da Mata. Estes estudos procuram abordar questões como a produção do café, a indústria e a mão de obra no contexto mineiro na transição do século XIX para o XX, possibilitando margens para debates sobre a transição capitalista no Brasil.

Sobre a conjuntura sul- mineira, de uma economia que se integrava plenamente ao abastecimento da Corte, pelas atividades de criação e agricultura de abastecimento, com o meio de transporte precário, feito por tropas e mulas, na transição para o século XX, apresenta maiores relações com o estado de São Paulo, *"não apenas produzindo gêneros de abastecimento, mas inclusive, ampliando substancialmente a produção primário-exportadora de café"*⁸⁹. Neste momento, o Sul de Minas vinha sendo constituído pela abertura das estradas de ferro, para facilitar o transporte do café e outros produtos destinados ao comércio para os comissários do Rio de Janeiro, as casas comerciais de São Paulo e ao escoamento de mercadorias ao Porto de Santos e do Rio, e pela abertura de bancos locais, com a finalidade de suprir as necessidades decorrentes das pequenas atividades, enquanto que o grande valor de capital ficaria a cargo dos bancos de São Paulo e do Rio de Janeiro. As décadas de 1870-1890 que integram o recorte

⁸³Cf: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012, p. 22.

⁸⁴LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1977.

⁸⁵DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

⁸⁶LANA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

⁸⁷GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1988.

⁸⁸PIRES, Anderson José. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. Tese de Doutorado do Programa de História Econômica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 2004.

⁸⁹SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012, p. 22.

temporal desta pesquisa foram intensas na expansão das estradas de ferro em Minas Gerais, alcançando “3.567,371 km, tendo sido assentados 154 Km/ano, durante duas décadas, e em claro sentido radial”⁹⁰. O mapa 01 nos mostra a malha ferroviária que se constituiu em Minas Gerais entre as décadas de 1870 a 1890:

Mapa 02: Evolução da malha ferroviária em Minas Gerais: 1879-1898

Fonte: BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. *Transportes, modernização e formação regional: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.

Com este prolongamento, foram beneficiadas as regiões da Zona da Mata, Zona Central de Minas (Barbacena, Queluz, Belo Horizonte e ramal de Ouro Preto), Triângulo Mineiro (ligação com a Mogiana e a leste com a Estrada de ferro Bahia e Minas) e a Zona Oeste (com ramais tributários entre São João Del Rei a Itapecerica e Pitangui, de Formiga seguindo para Candeias e Lavras à Carrancas)⁹¹. Na região do Sul de Minas, “(...) foram assentados 703 km de linhas férreas. Aos 147 km da Estrada de Ferro Minas and Rio, integralmente inaugurados em 1884, foram acrescentados 349 km da Sapucaí e 237 km da Muzambinho”, proporcionando maiores relações comerciais com os grandes centros e outras cidades.

⁹⁰BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. *Transportes, modernização e formação regional: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012, p. 21.

⁹¹Idem, p. 22.

Para entendermos o cenário do Sul de Minas e sua história, ressaltaremos a importância da divisão regional feita em um estado com costumes e características diversas e específicas de cada região. Clotilde Andrade Paiva e Marcelo Magalhães Godoy⁹² trouxeram novas contribuições em relação a construção de uma regionalização própria para o estado mineiro. Formulando a proposta de divisões regionais, os autores partiram do “*inter-relacionamento de fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos*”⁹³ e observaram que as identidades regionais resultam em combinações específicas de múltiplos aspectos. Destas proposições derivam a divisão do espaço mineiro em 18 sub-regiões, utilizando como fonte os relatos dos viajantes estrangeiros, analisados a partir das características socioeconômicas encontradas em seus relatos e expressas no mapa 02:

Mapa 03: Regionalização e níveis de desenvolvimento da Província de Minas Gerais para a primeira metade do século XIX

Fonte: GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. *Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas...* Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 27, jan/jun 2010, p. 169.

Percebemos no mapa que regiões como a Mineradora Central Oeste, a intermediária de Pitangui-Tamanduá, Diamantina e Sudeste (respectivamente XIII, XII, X e XVI) apresentavam

⁹²Cf.: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do século XIX*. Anais do X Seminário sobre economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

⁹³Idem, p. 11.

um alto nível de desenvolvimento e apresentavam características como densidade demográfica elevada e presença de mercado consumidor importante⁹⁴. Paiva nos aponta que

Nestas regiões os viajantes detectaram hábitos de consumo mais sofisticados, uma infraestrutura de transportes e serviços urbanos mais consolidada, a presença de atividades mais lucrativas em termos provinciais e de atividade comercial mais intensa⁹⁵.

Tidas como áreas de nível médio, as regiões do Vale do Alto- Médio São Francisco, Araxá, Médio- Baixo Rio das Velhas, Mineradora Central Leste, Sudoeste, Sul Central e Mata (II, VI, XI, XIV e XV), apresentavam relacionamento com mercados externos, agentes que se originaram do primeiro grupo que realizavam o intermédio de suas exportações e regiões de nível médio ou baixo de desenvolvimento como Araxá e Minas Novas. Já as regiões do terceiro grupo, que segundo Paiva “*apresentavam extensas áreas ainda desocupadas e embora tivessem alguns núcleos de ocupação antiga, ligados à extração aurífera, se apresentavam em franca decadência*”⁹⁶ eram compostas pelo Extremo Noroeste, Sertão, Minas Novas, Paracatú, Triângulo, Sertão do Alto São Francisco e Sertão do Rio Doce (I, III, IV, VII, V, VIII e IX).

O que hoje se prefigura como região sul- mineira, área que abrange o sul central, sudoeste e a maior parte do sudeste (correspondendo aos números XVI, XVII e XVIII do mapa), com base nos relatos dos viajantes, realizava o comércio interprovincial, principalmente com São Paulo e Rio de Janeiro, como observamos no mapa 04:

⁹⁴Cf.: CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. *O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico- espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História das Empresas. Caxambú: ABPHE, 2003, p. 14.

⁹⁵PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- USP. São Paulo: 1996, p. 129.

⁹⁶Idem.

Mapa 04: Comércio inter-regional e interprovincial segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX, Minas Gerais

Fonte: PAIVA, Coltilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. *Anais do X Seminário sobre a economia mineira*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002, p. 30.

Por meio deste mapa obtemos informações sobre os produtos oriundos de cada região e o fluxo comercial. No sul de Minas, os territórios equivalentes ao sudeste (XVI) e sul central (XVII) estavam voltados para a agricultura e pecuária, como o fumo, víveres, gados bovinos e suínos, e outras criações. Dentre os derivados destes produtos, identificamos a fiação e tecelagem, couro e toucinho, a fabricação de doces e queijos. As escoações destes produtos, tanto os da região sudeste quanto a Sul Central, estavam muito ligadas ao Rio de Janeiro e São Paulo, do que outras partes da província ou até mesmo a capital. Temos em mente, no entanto, que a produção destas regiões era variada e se voltava para uma dinâmica interna e para as províncias vizinhas, como bem destaca Juliano Sobrinho em seu trabalho sobre a região de Itajubá, cujo trabalho era acentuado para o cultivo do fumo e a pecuária, possuindo “*uma produção agropecuária diversificada, tanto para o consumo de subsistência, quanto para a mercantilização*”⁹⁷,

⁹⁷SOBRINHO, Juliano Custódio. Produção mercantil e diversificação econômica: um desafio para o sul mineiro, Freguesia de Itajubá (1785-1850). In: *XIV Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010, p. 23.

características presentes nos municípios desta região conforme são apresentadas nas pesquisas feitas sobre outras localidades da região sul- mineira.

Tendo passado pelas linhas de pesquisas dos autores clássicos que procuraram entender o Brasil por meio dos ciclos econômicos, aos novos debates de pesquisadores que buscaram compreender as dinâmicas regionais, os estudos sobre Minas Gerais, cujo foco se direcionava especificamente para a mineração, passam a ganhar outros olhares, sejam estudos demográficos, políticos e econômicos. Entender o território mineiro a partir de regiões específicas, nos ajuda a traçar um perfil de cada localidade, seja da grande produção de café presente na Zona da Mata ou da produção de abastecimento interno e comércio com outras províncias (Rio de Janeiro e São Paulo) presentes no sul de Minas Gerais. Neste sentido, procuramos inserir o município de Pouso Alegre como objeto desta pesquisa, observando os pontos similares com as outras localidades que compõem a mesma região e ao mesmo tempo os contrastes que se dão por meio das diversas formas de urbanização, modernização e dinâmicas econômicas. Analisemos agora em específico o caso sul mineiro.

1.3- A região sul-mineira e a formação de suas cidades

O Sul de Minas, admirado pelo velho mundo em razão dos quadros mais poéticos e arrebatadores, com que esse delicioso Éden brasileiro se ostenta debaixo dos trópicos (...) Quem não admira esses fecundíssimos campos e florestas com que fartura nutrem a milhares de povos, criam manadas sempre vigorosas d'esse gado, que transpondo a Mantiqueira, vai abastecer o mercado da capital do Império⁹⁸.

Sob esta ótica, José Franklin da Silva Massena, membro do Instituto Histórico e Geográfico, inicia o seu texto em que realiza uma visão geral da região sul do estado de Minas Gerais, fazendo uma leitura do quadro espacial e geográfico, apontando as características naturais existentes naquele momento.

O contexto do surgimento e da formação dos primeiros núcleos de povoamento desta região ocorre no final do século XVII, quando há um grande deslocamento de pessoas de diversos pontos da província em busca da tão sonhada riqueza contida nas

⁹⁸MASSENA, José Franklin da Silva. *Panorama do Sul de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Vol. 09, Mês Jul/Dez, fascículo 03, p. 769, 1904.

minas de extração. Inicialmente, a região não possuía povoamentos estáveis, como explica Isaías Pascoal,

Se o extremo Sul de Minas foi, conhecido, se houve alguma exploração de ouro, se as pessoas aí se instalaram já no século XVII, o ouro foi apenas o arcabouço que permitiu a constituição de seu primeiro núcleo demográfico. Foi o cenário que tornou possível o conhecimento da região. Não fosse a exploração do ouro teria sido conhecida e povoada muito mais tarde, mas não deve a ele a consolidação da região como pólo de produção econômica em grande escala, não lhe serviu para a estabilidade social, nem lhe assegurou a continuidade no tempo. Não foi a base do progresso econômico, do adensamento populacional, do surgimento das primeiras vilas (...) ⁹⁹

Aos poucos foi se instalando ranchos, moradas, estalagens e povoados isolados nas antigas estradas (picadas) abertas pelos indígenas e reconfiguradas pelos desbravadores destas terras. Estes estabelecimentos espalhados pelas trilhas serviam de suporte para dar assistência aqueles que percorriam estas terras, concedendo abrigo e alimentação, devido aos perigos encontrados ao longo de sua caminhada e o cansaço que consumiam suas energias. Com o tempo, e o aumento de pessoas que se estabeleciam ao redor destas paragens, tais estabelecimentos foram transformando em entrepostos comerciais, com o objetivo do abastecimento local de produtos de primeira necessidade. Nestes espaços foram crescendo o número de pequenas propriedades rurais, em que se praticavam o cultivo e a criação de animais. Dentre os principais produtos se destacavam o milho, a carne seca, queijos, linguiça, toucinho, que eram comercializados nas vendas e paragens para os viajantes que por ali passavam ¹⁰⁰.

No século XVIII, as atenções eram voltadas para o centro minerador, como a grande máquina da economia mineira, enquanto em outras regiões praticavam-se produções pequenas para o abastecimento local e da região extratora. Enquanto a extração fora “*um sonho a ser perseguido, capaz de canalizar esperanças e energias, o desenvolvimento do Sul de Minas foi tolhido. O fato de não haver na região nenhum*

⁹⁹PASCOAL, Isaías. *A economia agrária e poder político no Sul de Minas: formação de uma identidade política e conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. IFCH: UNICAMP, 2000, p. 22.

¹⁰⁰Cf.: DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: Incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Dissertação defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2010, p. 34.

*centro transformado em vila no século XVIII, com exceção de Campanha (1798)”*¹⁰¹ correspondia a um sintoma de sua fragilidade. Este é o panorama descrito para o Sul de Minas no final do século XVIII, uma região que produzia para o seu abastecimento desprovida de um centro que garantisse o seu desenvolvimento.

A emancipação do Sul de Minas se consolida no final do século XVIII, precisamente no ano de 1789, quando a freguesia de Campanha é elevada à condição de vila, tornando-se independente politicamente de São João Del Rei. Conforme consta nas pesquisas de Nunes Leal¹⁰², somente nas localidades que possuísssem a categoria de Vila poderiam se instalar as Câmaras Municipais e juntamente eram levantados os pelourinhos, como símbolo da liberdade municipal. Este fato se concretizou em Campanha pela alegação de vários motivos, entre eles “*a distância de 35 léguas entre Campanha e São João del Rei, a existência de mais de 8000 habitantes*”¹⁰³ entre outros fatores, motivaram que se fizesse um pedido à Rainha de Portugal, Dona Maria, para que se elevasse a condição de Vila¹⁰⁴. Localizada inicialmente na Comarca do Rio das Mortes¹⁰⁵, Campanha se tornaria a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir de 1833. A região que passou a formar a Comarca teria suas fronteiras delimitadas ao norte pelo Rio Grande e ao sul e sudeste pela serra da Mantiqueira.

Conforme elucidado, as cidades que compõem o Sul de Minas foram remanescentes outrora da histórica Vila Rica (atual Ouro Preto) e São João Del Rei, como nos apresenta o quadro na imagem 01:

¹⁰¹PASCOAL, Isaías. *Fundamentos econômicos da participação política do Sul de Minas na construção do Estado Brasileiro nos anos 1822-1840*. Economia e Sociedade, v. 17, n. 2 (33). Campinas, SP, 2008, p. 142.

¹⁰²LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa- Omega, 1978, p. 60. Neste capítulo, o autor discutirá sobre as atribuições municipais, como sua autonomia e emancipação de outras localidades, a criação das Câmaras Municipais, as etapas políticas desde a colônia até os anos que procederam a proclamação da República.

¹⁰³LEFORT, José do Patrocínio. *Cidade de Campanha: Monografia Histórica*. Belo Horizonte, 1972, p. 81.

¹⁰⁴Segundo informações do site do IBGE, O município foi criado por Alvará de 20 de setembro de 1798, com a denominação de Campanha da Princesa da Beira, após seu desmembramento do Município de São João del Rei, com um vastíssimo território onde se acham localizadas mais de 90 Comunas do Sul de Minas, ou seja, pequenas povoações. Percebemos aí a grande extensão em que era compreendida o território da Campanha. Disponível: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/campanha>, acesso em 17/05/2016, às 15:30. Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros- Volume XXIV, ano 1958.

¹⁰⁵A Comarca do Rio das Mortes havia sido emancipada da área mineradora central, com a fundação de sua sede em São João D’El Rey no ano de 1713.

Imagem 01: Quadro da formação dos Municípios em Minas Gerais¹⁰⁶

Fonte: BRANT, Celso. *Revista A Caiaca*. Número 27. São Paulo: Sucursal, 1951, p. 15.

O quadro nos indica a procedência das porções territoriais, em que se achavam localizadas as sedes municipais. Já no caso de um município ter sido formado com parte de dois ou mais outros, a indicação do desmembramento neste quadro só foi feita em relação aquele cujo território pertencia a nova sede municipal, e nos informa, segundo os dados apresentados as primeiras vilas que se tornaram independentes politicamente de Campanha na primeira metade do século XIX: Baependy (1814), Jacuhy (1814), Pouso Alegre (1831), Lavras (1831), Jaguary (1840) e Itajubá (1848). Os avanços da região se dariam aos poucos, inicialmente baseada na agricultura e no comércio de abastecimento¹⁰⁷.

Esta forma de comércio se consolidaria ainda mais com a vinda da família real e sua corte para o Rio de Janeiro, nos anos iniciais do século XIX. Alcir Lenharo, em seu trabalho *Tropas de Moderação*, ao tratar das formas de abastecimento destinado à corte, inicialmente divide em um conjunto de três fontes: a interna, que eram ligadas as grandes praças, como Portugal (Porto, Lisboa e Prata), internas de cabotagem (Rio

¹⁰⁶(1) Atual Ouro Preto; (2) Atual Tiradentes; (3) Atual Campanha; (4) Atual Itaipicérica; (5) Atual Conselheiro Lafaiete; (6) Atual Rezende Costa; (7) Atual Três Corações; (8) Atual Lambarí; (9) Atual Nepomuceno.

¹⁰⁷PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972; LENHARO, A. *As Tropas da Moderação: O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil – 1808-1824*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

Grande do Sul, Santa Catarina e áreas próximas da corte) e uma outra interna (Minas, São Paulo, Goiás e Mato Grosso). Este terceiro setor, cujo principal fornecedor era o Sul de Minas “*produzia e exportava gado em pé, em grande quantidade, além de porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos, cereais*”¹⁰⁸. Com este tipo de comércio, na primeira metade do século XIX, surge uma classe proprietária que aos poucos passa a ter uma projeção política de destaque, principalmente no período da regência, tornando o mercado interno uma fonte geradora de riqueza para o Sul de Minas. Esta classe de famílias fazendeiras, possuidora da mão de obra escrava, fizeram enormes riquezas no Sul de Minas, mantendo a produção de gêneros voltados para o abastecimento (gado, porcos, carneiros, queijo, toucinho e fumo) e o agro pastoreio. Marcos Ferreira de Andrade reconstrói em seus estudos como se constituía aquela época, posto em

Em um cenário que se vislumbra por grandes propriedades e, logicamente, por grandes escravarias (...). A economia sul-mineira sempre esteve assentada em um leque diversificado de atividades, com especial atenção para as agropastoris e a comercialização em praças regionais e interprovinciais. Um grande proprietário escravista poderia ser dono de engenho, pecuarista, produtor de alimentos, dono de lavra e comercializar parte da sua produção nas vilas e nos distritos mais próximos e, em especial, na Corte. A origem da riqueza estava relacionada ao consórcio de várias atividades e, quase sempre, um grande fazendeiro era também negociante¹⁰⁹.

A Vila de Campanha neste cenário Sul-Mineiro se torna importante neste momento histórico por possuir grande número de escravarias e produção. Nesta mesma década, precisamente em 1822, é aberta a Estrada do Picú, para facilitar o escoamento da produção para a corte no Rio de Janeiro e para São Paulo. Tratava-se de um projeto idealizado por proprietários de Campanha, Baependi e Pouso Alegre, que executaram a construção de uma estrada, que “*atravessando a Mantiqueira em Picu (atual Itamonte), alcançava a estrada de São Paulo para o Rio de Janeiro, abaixo de Areias (...)* abreviava em cinco dias o caminho do Sul de Minas para a corte (grifo meu)”¹¹⁰. A

¹⁰⁸LENHARO, Alcir. *As Tropas de Moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil 1808-1842*. 2ªEd. São Paulo: Editora Símbolo, 1979, p. 20.

¹⁰⁹ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1840)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Op.cit. CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *A Transição da mão de obra no Sul de Minas: o braço do imigrante e nacional nos periódicos locais*. São Paulo: Paco Editoria, 2011, p. 27.

¹¹⁰LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil- 1808-1842*. São Paulo: Editora Símbolo, 1979, p.69

ligação desta via se dava de Campanha à estrada de São Paulo- Rio de Janeiro pela região de Baependi e Pouso Alto. O grande movimento nesta estrada se dará apenas em 1840, quando, segundo Restitutti¹¹¹, as exportações anuais estariam em torno de 60 mil libras esterlinas.

A posição estratégica de Pouso Alegre favorecia a relação comercial com a província de São Paulo (principalmente entre Taubaté e Guaratinguetá), onde “os paulistas transportavam por esta estrada mercadorias europeias, e traziam de volta queijos, marmeladas, algum fumo e tecido grosseiro de algodão”¹¹². Um outro caminho seguia pela Vila de Itajubá, fazendo fronteira com a cidade de Lorena (São Paulo) e estabelecendo ligação com a cidade de Parati, pertencente a Província do Rio de Janeiro, por onde eram escoadas as produções. No decorrer dos caminhos foram instalados postos fiscais no intuito de se realizar a cobrança de impostos e o controle da entrada e saída de produtos. É o que exemplifica Restitutti, que em 1869 as recebedorias eram bem vigiadas contra roubos ou extravios de produtos. “A de Jaguari possuía seis estações de vigia em atividade, enquanto as de Sapucaí Mirim e Soledade de Itajubá situavam-se em gargantas que garantiam caminho quase único”¹¹³. A tabela 01 nos ajuda a visualizar os produtos que eram exportados nestas rotas:

Tabela 01: Fronteira de Campanha- Participação por recebedorias, 1802-1884

Recebedorias	Segmento	Período	Anos	Participação	Principais produtos		
Picu	Pouso Alto	1828-84	33	50,7%	G. vacuum 35,1%	Fumos 26,8%	Toucinho 25,0%
Sapucaí-Mirim	Pouso Alegre	1818-84	34	21,4%	Fumos 48,1%	Suínos 27,0%	G. vacuum 8,5%
Itajubá	Pouso Alegre	1815-84	39	19,0%	Fumos 83,5%	Toucinho 8,3%	G. suíno 3,0%
Jaguari	Pouso Alegre	1815-84	37	5,4%	Fumos 67,5%	Toucinho 8,0%	G. suíno 7,0%
Mantiqueira	Pouso Alto	1802-69	29	3,3%	Fumos 68,3%	G. bovino 8,8%	Toucinho 7,3%
Monte Belo	Pouso Alto	1839-59	15	0,1%	G. vacuum 40,4%	Toucinho 20,9%	Fumo 18,9%
EF Minas e Rio	Pouso Alto	1884-84	1 mês	0,1%	Toucinho 48,2%	Café 21,9%	Fumo 19,6%
Ouro Fala	Pouso Alto	1874-78	2	0,0%	G vacuum 57,2%	G. suíno 29,8%	Toucinho 4,6%

Fonte: RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província: Rotas de comércio interprovincial*. Minas Gerais 1839-1844. Dissertação de Mestrado. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista, 2006, p. 219.

Percebemos, analisando a tabela acima, que os produtos com maior escoamento no segmento de Pouso Alegre para as outras Províncias eram o fumo, seguido do toucinho, gado vacuum e gado suíno. Por várias décadas fora utilizado este meio de

¹¹¹RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província: Rotas de comércio interprovincial*. Minas Gerais 1839-1844. Dissertação de Mestrado. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista, 2006, p.220.

¹¹²SPIX, Johann & MARTIUS, Carl. *Viagem pelo Brasil*. 3 ed., vol. I. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 198.

¹¹³RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província: Rotas de comércio interprovincial*. Minas Gerais 1839-1844. Dissertação de Mestrado. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista, 2006, p. 219.

comunicação terrestre, que perdurou até o final do século XIX, quando fora implantada a ferrovia. No período correspondente a década de 1830, na região do Sul de Minas se concentravam aproximadamente 17% da população da província¹¹⁴, sendo a maioria habitando os espaços rurais envolvidos no meio agrícola.

Na segunda metade do século XIX, a região do Sul de Minas concentrava 260.000 mil habitantes, compreendidos em 17 municípios e 8 comarcas (Rio Verde, Jaguary, Sapucahy, Cabo Verde, Baependy, Três Pontas, Itajubá e Jacuhy)¹¹⁵. Constatamos, ao observar a historiografia de alguns municípios que compõem a região sul mineira, que a produção rural era predominante entre eles. A tabela 02, obtida através dos dados presentes nos Almanques Sul- Mineiro¹¹⁶, nos ajuda a estabelecer comparações da principais atividades econômicas entre algumas localidades da região estudada:

¹¹⁴SAES, Alexandre Macchione et al. “Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX”. In: *XIV Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010, p. 03.

¹¹⁵VEIGA, B. S. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 29.

¹¹⁶Ao se utilizar dos dados dos referidos Almanques, devemos ter em mente algumas ressalvas: Bernardo Saturnino da Veiga, ao escrever sua obra para 1874, serviu-se de dados dos mais diversos apresentados por pessoas que residiam nas diversas localidades em que ele não pôde visitar. Em suas palavras, na introdução do Almanaque para o ano de 1884 assim se expressa sobre a imprecisão dos dados colhidos: “Quando publiquei o *Almanak Sul-Mineiro, para 1874, confiei em informações de amigos e desconhecidos, quem nem sempre corresponderão às minhas esperanças, deixando esquecidas notícias de interesse, que eu havia solicitado em longo e minucioso questionário, alterando outras no sentido de conveniências particulares (...)*”. Um outro ponto que devemos nos atentar é sobre o caráter político que possui as publicações, principalmente ligados ao movimento separatista da região, procurando ressaltar uma identidade para o Sul de Minas, mesmo o autor “ *pessoalmente visitar as localidades, ou nelas me fazer representar por pessoa minha*” . Mediante estas observações, o que nos interessa é observar a ocorrência das atividades econômicas nas localidades escolhidas, mesmo que encontremos algum exagero nos dados, utilizaremos com finalidade comparativa entre as duas décadas.

Tabela 02: Principais atividades econômicas exercidas em alguns municípios do Sul de Minas (1870-1880)

Tipo de Estabelecimento	Registros- Década de 1870				Registros- Década de 1880					
	Campanha	Itajubá	Lavras	Pouso Alegre	Campanha	Itajubá	Lavras	Ouro Fino	Pouso Alegre	Varginha
Fazendeiros	231	116	172	143	101	101	104	263	156	73
Fazendeiros com engenho de açúcar	58	11	44	57	101	84	61	76	78	47
Fazendeiros com engenho de serrar	12	08	06	13	13	04	15	08	06	14
Capitalistas	17	04	17	17	23	09	20	13	27	24
Farmácias	07	03	11	06	07	04	09	03	04	04
Negociantes de fazendas, ferragens, armarinhos, molhados, gêneros da terra e açougues	152	105	118	135	130	99	103	67	105	43
Hotéis e outros estabelecimentos	08	03	02	07	11	01	06	02	05	05

Fonte: Almanques Sul- Mineiro para os anos de 1870 e 1874. Elaboração própria da tabela

Para a análise desta tabela, optamos pelos municípios que possuíam maior número de atividades especificadas. Na primeira década apresentada pelos dados, notamos em todos os municípios grande quantidade de fazendeiros. As cidades da Campanha (com 230), Lavras (172), Pouso Alegre (143) e Itajubá (116) possuíam maiores números de propriedades rurais. Desde a primeira metade do XIX, a cidade da Campanha “*era a cabeça da comarca e centralizava as atividades econômicas do sul de Minas*”¹¹⁷ e estas cidades mencionadas possuíam alguma ligação comercial de fronteira. Confrontando com o trabalho de Restituti, percebemos que Pouso Alegre possuía laços comerciais e de produção para o abastecimento de estabelecimentos localizados na província de São Paulo, principalmente Taubaté e Guaratinguetá, no Vale do Paraíba, como já observamos anteriormente. O município de Itajubá, localizado também em outra rota comercial, fazia comunicação entre a Vila da Campanha e a província do Rio de Janeiro (com o porto de Paraty), da produção local se exportava em grande escala o fumo (83,5%), e em menores o toucinho (8,3%) e o gado suíno (3,0%)¹¹⁸. Já o município de Lavras, fazia parte do segmento de Aiuruoca, pertencente a fronteira de São João Del Rei (responsável por um grande comércio da pecuária). A produção deste município se voltava para variados gêneros da agropecuária, “*café e queijos para o abastecimento local, cereais, farinhas e fumo para o mercado regional, suínos e toucinho para o mercado inter-regional e interprovincial*”¹¹⁹. Logo, percebemos que estas cidades mencionadas seriam os principais pontos de produção e escoação da região do extremo sul de Minas. Além dos produtos indicados, são mencionados no quadro fazendeiros que se dedicavam à produção de açúcar, cachaça e seus derivados, tendo em vista o estabelecimento de numerosos engenhos em Campanha, Pouso Alegre e Lavras.

Neste mesmo quadro, verificamos que os municípios que possuíam numerosos estabelecimentos para a década de 1870 eram Campanha e Pouso Alegre, com 152 e 135 casas comerciais respectivamente. Entendemos que estes números correspondiam aos municípios da Campanha, que por muito tempo foi o principal centro econômico e político da região, e de Pouso Alegre, por possuir diversidade em gêneros de produção, abastecendo seus distritos e localidades que compunham seu entorno, as que faziam divisas com a província de São Paulo. Lavras e Itajubá também mantinham números

¹¹⁷ RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província: Rotas de comércio interprovincial*. Minas Gerais 1839-1844. Dissertação de Mestrado. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista, 2006, p. 218.

¹¹⁸ Idem, p. 219.

¹¹⁹ Idem, p. 121.

significativos de estabelecimentos, mantendo característica de cidades abastecedoras das regiões produtivas. No caso de Itajubá, rota que dava acesso ao Rio de Janeiro, atuava “*não só como interceptora de mercadorias que escoavam do sul mineiro e de outras regiões até a Corte, mas também como produtora*”¹²⁰ se inserindo nesses circuitos comerciais e atuando como abastecedora das localidades próximas, Lavras, como é bem enfatizado no trabalho de Eduardo José Vieira¹²¹, atuou no mesmo segmento. É importante salientar neste quadro a presença de pessoas que atuavam como capitalistas. Ainda que não encontremos nenhum critério estabelecido pelo autor dos Almanques, acreditamos que estas pessoas atuavam como grandes comerciantes, que estavam a frente do comércio de exportação e importação, e fornecedores de crédito no mercado local¹²². Estes se locavam nos municípios de Campanha, Lavras e Pouso Alegre, constatando a importância destas localidades como relevantes centros econômicos da região.

No quadro referente à década de 1880, incluímos os municípios de Ouro Fino (que até a década passada se inseria como distrito de Pouso Alegre) e Varginha (que ora pertenceu ao município de Três Pontas). Estas duas localidades se destacaram pela grande produção do café, se inserindo no contexto que é traçado por Saes e Castilho, sobre a Província de Minas Gerais:

(...) uma região produtora, extensão da produção fluminense, que alcançaria a Zona da Mata nos primórdios da introdução da cultura no país, se valendo amplamente do trabalho escravo e do circuito mercantil carioca. E, de outro lado, a região do Sul de Minas, em que a produção de café somente começaria a apresentar alguma relevância

¹²⁰ SOBRINHO, Juliano Custódio. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá- 1785-1850*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009, p. 103.

¹²¹VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

¹²²Adotamos esta definição a partir da interpretação de Agnaldo Valentin, José Flávio Motta e Iraci del Nero Costa, que ao analisarem a dinâmica dos comerciantes de Iguapé e Xiririca, perceberam que a riqueza dos “grandes capitalistas” se direcionavam para a comercialização do arroz, principal produto destas localidades, e a oferta de créditos aos moradores destas localidades. Cf. VALENTIN, Agnaldo; MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Quando os deveres eram muitos: distribuição e concentração da riqueza a partir dos inventários post-mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa. In: *Anais do XVI Encontro Nacional dos Estudos Populacionais*. Caxambú: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008, p. 17.

durante a década de 1880, alcançando cerca de trinta por cento da produção do Estado durante as primeiras décadas do século XX¹²³.

Com a inserção da produção de café, percebemos que as atividades de exportação aos poucos se inseriam na sociedade que até então era marcada por um comércio de abastecimento no Sul de Minas, abrindo-se para a diversificação de novos negócios, o que garantiu a construção de um “complexo econômico”¹²⁴. O quadro que estamos considerando chama atenção por alguns dados contidos. Os municípios que analisamos anteriormente, mesmo com algumas quedas numéricas, se mantêm nas atividades agrícolas e comerciais. Em Campanha e Itajubá, nos chama atenção para o aumento de fazendeiros que se dedicavam a produção de derivados da cana de açúcar, mediante o estabelecimento de seus engenhos. Pouso Alegre, mesmo com a perda da região de Ouro Fino (quando de sua emancipação, agregou ao seu território os distritos de Monte Sião, Jacutinga e Campo Mystico), não se percebeu alteração em relação aos fazendeiros, de uma década para outra, tendo um aumento significativo. As propriedades rurais localizadas em Pouso Alegre não se dedicaram totalmente ao cultivo cafeeiro, sendo contabilizadas apenas sete propriedades produtoras na sede, onze no distrito de Borda da Mata e doze em Sant’Ana do Sapucaí. O que nos chama atenção é o crescimento do número de fazendeiros na região de Ouro Fino com a expansão da cafeicultura. De 48 registros para década de 1870, este número passa para 263 proprietários, sendo que 230 se dedicavam ao cultivo da rubiácea¹²⁵. A manutenção do comércio de Pouso Alegre e o número de capitalistas nos assegura o caráter de atividades urbanas atendendo as necessidades dessas regiões de produção.

O município de Varginha (emancipado de Três Pontas em 1882) passa pelo processo de formação urbana atrelada a produção cafeeira. Mesmo o quadro apresentando pequenos números de fazendeiros que se dedicavam a este tipo de produto, já se percebe a presença de capitalistas que se aproxima de Pouso Alegre e se destaca um pouco acima de Campanha. Leva-nos a entender que o cultivo da rubiácea se constitui como uma das bases econômicas deste município, “*promovendo a*

¹²³SAES, Alexandre Macchione; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920). In: *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 87-88.

¹²⁴Idem.

¹²⁵Dos 33 fazendeiros de Ouro Fino, 18 plantavam café. Já em seus distritos, pelas informações obtidas, a predominância de dava neste cultivo, em Jacutinga 104, Monte Sião 80 e Campo Mystico 28.

dinamização econômica, tanto do Sul Mineiro, como de Varginha”¹²⁶. Ao caracterizar a elite desta localidade, Natânia Ferreira a denomina como agrária, por estar ligada a a produção cafeeira, associando o movimento de urbanização da cidade a este grupo denominado como condutor.

Na primeira década do século XX, o número de habitantes na região sul- mineira aumentaria para 730 mil passando a contar com trinta e cinco municípios. No ano de 1911, os municípios sul-mineiros já somariam quarenta e oito. Percebemos que há um rápido crescimento na região no início do século XX, culminando na década de 20 com mais de 1 milhão de habitantes, sendo que a população “*entre 1872 e 1920 estaria entre as regiões com a maior taxa de crescimento, e alcançaria, em 1920, a primeira posição em população do Estado, concentrando cerca de 20% da população*”¹²⁷. A tabela 02¹²⁸ mostra a porcentagem da população das principais regiões mineiras, entre o período de 1872 e 1940:

Tabela 03: Porcentagem da população nas principais regiões de Minas Gerais (1872-1940)

ZONA	1872 (%)	1890 (%)	1900 (%)	1920 (%)	1940 (%)
Norte	17	16	16	15	13
Leste	-	4	4	11	15
Centro	26	25	25	16	18
Triângulo	7	6	6	6	7
Oeste	12	12	11	12	12
Sul	19	19	20	21	18
Mata	17	17	18	18	17

Fonte: WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982, p. 61.

Tomando por base este gráfico, percebemos que o Sul de Minas, na produção do café e outros gêneros de abastecimento, e a região da Zona da Mata, principalmente com a produção do café, apresentam um relativo ritmo de crescimento, tendendo a cair na década de 40. Segundo Wirth, uma parte do Sul de Minas considerada mais desenvolvida na década de 20, possuía

¹²⁶FERREIRA, Natânia Silva. *Elite agrária e processo de urbanização: o município de Varginha- MG (1882-1920)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017, p. 27.

¹²⁷SAES, Alexandre Macchone; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: A formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru, SP: EDUSC, 2012, p. 31.

¹²⁸WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982, p. 61.

uma rede bem articulada de cidade e rotas de transporte, que adquiriram suas modernas funções durante o ‘boom’ do café e a fase de construção de estradas de ferro entre 1850 e 1900 (...) em termos de população, produtividade e transportes, as Zonas da Mata e do Sul eram as mais urbanizadas do Estado¹²⁹.

Examinando a tabela 03, percebemos também que o Sul de Minas sempre aparece entre as primeiras colocações em números populacionais, mas devemos nos atentar para uma observação feita por Yves Leloup¹³⁰ que o Sul de Minas, em 1920, não teria nenhuma cidade (como núcleo urbano) com mais de 20 mil habitantes. Mesmo não possuindo uma cidade principal, ou seja, aquela que seria irradiadora do dinamismo, “*o crescimento populacional e a concentração de municípios na região foram acompanhados por mudanças qualitativas na infraestrutura urbana*”¹³¹ e nas dinâmicas econômicas.

A dinâmica econômica no sul de Minas passa por alterações perceptíveis durante o período analisado. Se em um primeiro momento, possuía características de uma economia de abastecimento com gêneros diversos, exportando apenas o seu excedente, já no segundo, com a expansão da cafeicultura e afirmação de uma economia de exportação, as cidades passam pelo processo de urbanização, notoriamente na transição do século XIX para o XX. O município de Pouso Alegre, mesmo não possuindo um cultivo próprio, mantinha uma considerável praça comercial, tal qual os municípios da Campanha, Itajubá e Lavras. Percebemos que diferentemente dos caminhos traçados por outros municípios da região, em que a economia de certa maneira estava ligada a produção e expansão cafeeira, a agricultura de abastecimento foi a responsável pela formação de significativo mercado comercial, abastecendo as regiões que se dedicavam a produção do café, os seus distritos e as regiões mais próximas limítrofes aos territórios paulistas.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982, p. 62.

¹³⁰SAES, A. M., MARTINS, M. L., GAMBI, T. F. R. (Org.). *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 31.

¹³¹SAES, A. M., GAMBI, T. F. R., CURI, L. F. B. “O Processo de Urbanização no Sul de Minas em Transição: Uma proposta de interpretação”. In: SAES, A. M., MARTINS, M. L., GAMBI, T. F. R. (Org.). *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 31.

1.4- O Município de Pouso Alegre

A área de estudo desta dissertação é o município de Pouso Alegre, localizado em Minas Gerais. Esta cidade se consolidou como uma das principais do Sul de Minas na transição para o século XX. O mapa abaixo estabelece a localização atual de Pouso Alegre no território Sul Mineiro e nos traz informações sobre as emancipações municipais ocorridas desde as primeiras décadas do século XIX. Os municípios que se encontram destacadas no mapa, foram emancipadas entre a primeira e segunda metade do século XX, oferecendo dados para nossa análise quando especificamos questões que envolvem o município. Atualmente, a microrregião de Pouso Alegre¹³² pertence a mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas. Segundo os dados do IBGE, sua população era de 320.419 habitantes no ano de 2010, dividida em 20 municípios, em uma área total de 4.917, 317 km², remetendo as antigas áreas que compunham o território e no decorrer dos anos foram emancipadas.

Mapa 05: Sul de Minas- Localização de Pouso Alegre

Fonte: ANDRADE, Alexandre Carvalho de. *Pouso Alegre: expansão urbana e as dinâmicas sócioespaciais em uma cidade média*. Tese de Doutorado. Rio Claro, SP: UNESP, 2014, p. 56.

¹³² Os municípios que compõem a microrregião de Pouso Alegre são as seguintes: Bom Repouso, Borda da Mata, Bueno Brandão, Camanducaia, Cambuí, Congonhal, Córrego do Bom Jesus, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Gonçalves, Ipuiuna, Itapeva, Munhoz, Pouso Alegre, Sapucaí Mirim, Senador Amaral, Senador José Bento, Tocos do Moji e Toledo.

O que a leva a ser uma das principais cidades do Sul de Minas no período estudado, é o fato de ser o município de maior número de habitantes na região, estando em um ponto estratégico¹³³, tornando-a uma espécie de centro abastecedor regional. Entretanto, diferentemente da trajetória de outras cidades da região como Varginha, Três Pontas, Guaxupé, entre outras, em que o dinamismo econômico era resultado da expansão da produção de café, em Pouso Alegre a agricultura de abastecimento foi a responsável pelo crescimento e constituição de um dos mais importantes mercados regionais do Sul de Minas. Mesmo não fazendo parte da economia cafeeira, introduzida no Sul de Minas nas últimas décadas do século XIX, especializou-se na produção de mercadorias voltadas para o abastecimento interno, atendendo o mercado local e o comércio da região, reforçando seus laços com a economia de abastecimento da primeira metade do século XIX.

¹³³A localização de Pouso Alegre sempre favoreceu a dinâmica econômica local. A expressão ponto estratégico pode se referir a diversos benefícios que uma região pode oferecer, como estar entre os principais centros urbanos do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Desde as últimas décadas do século XVIII, os memorialistas ressaltam a presença de fazendas e ranchos para o descanso de viajantes e tropas. Pela rota que compreendia esta região, circulavam mercadores que rumavam em direção São Paulo, Vale do Paraíba, Rio de Janeiro e cidades mineradoras, com produtos da região. Amadeu de Queiroz nos traz as seguintes evidências: “(...) na penosa travessia de São Paulo a Vila Rica, passava-se pela já mencionada fazenda chamada Pouso Alegre (...) como a fazenda era um dos pousos para quem viajava de São Paulo para Vila Rica (...) O número de peões, serventes, tropeiros e mulas: a condução de haveres, trens de cozinha, víveres e barracas; os recursos, enfim, para a travessia de uma região despovoada! Por tudo isso conclui-se que as paradas mais ou menos longas, nos lugares de recursos, seriam frequentes”. Cf: QUEIROZ, Amadeu. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 1998, p. 61-62 (...) O Almanaque Sul Mineiro, já na segunda metade do século XIX, traz algumas referências sobre a localização privilegiada: “(...) Não há muitos campos para as partes de Pouso Alegre, senão nos altos da Mantiqueira; por conseguinte, por aqui veremos que uma extensa região de florestas ou matas aqui existe, e que tudo anuncia um risonho porvir para estes lugares, que em pequenos barcos e canoas já transportam muitos gêneros alimentícios para vários pontos”. Cf: VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro para 1874*. Campanha: Tipographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p.25. Outro fator que e leva a refletir sobre a posição estratégica, é a questão da presença dos rios na cidade, utilizado para o transporte de gêneros alimentícios e pessoas, tornando acessível a comunicação com outras localidades: “(...) Aos pés da cidade corre o Rio Mandú, que outr’ora deu o seu nome à nascente povoação, e que depois de banhar a cidade, lança-se no Sapucahy- Mirim, rio piscozo, que corre a menos de 2 quilômetros, e cujas águas são sulcadas por barcos de mil arrobas, que fazem viagens entre diversos pontos de Pouso Alegre, Itajubá, Alfenas e Campanha”. Cf.:SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geographia descriptiva da Província de Minas Geraes*. Juiz de Fora: G.C. Dupin, 1878, p. 94. Atualmente, Pouso Alegre possui o principal entrocamento rodoviário da região, cortado por cinco rodovias, sendo três estaduais e duas federais e a 110 km da Rodovia Dom Pedro (SP) que constituem ligações diretas com grandes centros consumidores, como [Campinas](#), [Ribeirão Preto](#), [São José dos Campos](#), [Belo Horizonte](#) e [São Paulo](#), razão pela qual há mais 70 empresas de logística instaladas na cidade. Cf: IBGE, <http://cod.ibge.gov.br/3MI>, acesso em 24/11/2016.

1.4.1- A formação do Povoado e Freguesia

“Formosa, entre as mais formosas de Minas, a cidade de Pouso Alegre se ostenta risonha e faceira como que orgulha da beleza de seu solo, da fertilidade de suas terras e de sua admirável e lisongeira posição geographica”
134

A formação da então cidade de Pouso Alegre é constituída pelos velhos caminhos das tropas que interligavam a região mineradora aos grandes centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro). A região que mais tarde receberia este mesmo nome está localizada em uma posição privilegiada, banhada pelos Rios Mandú e Sapucaí, que em determinada época do ano, em especial entre os meses de novembro e fevereiro, alagavam uma ampla área, causando certos obstáculos a circulação, muito bem observado pelos viajantes Spix e Martius:

Debaixo de chuva incessante e forte cerração, no dia seguinte, só pudemos percorrer quatro léguas na estrada atoladiça. Caminhar adiante era perigoso, segundo aconselhava nosso guia, pois o Rio Mandu, com a chuva estava tão cheio que só de dia poderia ser feito a passagem.¹³⁵

Unindo suas águas, estes rios se tornam importantes para a região *“que corre a menos de 2 kilometros e cujas águas são já sulcadas por barcas da capacidade de mil arrobas e que fazem viagens entre diversos pontos dos municípios de Pouso Alegre, Itajubá, Alfenas e Campanha”*¹³⁶, servindo de comunicação entre as referidas cidades, correndo em direção do *“Cervo, cujo valle, de prodígios uberidade, é tido como o celleiro da freguezia”*, dedicado à abundância de culturas e pastagens.

O início da povoação além-indígena, da região cortada pelo Rio Mandu, se deu pela presença de “ranchos de tropa” e a abertura de fazendas de criar, de propriedade de paulistas e mineiros, uns com cartas de sesmaria e outros apenas como aventureiros como era costume em alguns povoados mineiros. Os primeiros habitantes fixos que se têm notícia na região do Mandú foram Antônio de Araújo Lobato e Félix Francisco, na

¹³⁴VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 222.

¹³⁵SPIX, Johann & MARTIUS, Carl. *Viagem pelo Brasil*. 3 ed., vol. I. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 159.

¹³⁶Idem.

década de 1750¹³⁷. Neste período, foram se originando diversas localidades, dentre as quais as cidades de Camanducaia, Cambuí e Pouso Alegre. Formaram-se aos poucos núcleos comerciais e pequenas lavouras para a subsistência dos habitantes da região. Conforme observamos nas pesquisas de Leonara Delfino¹³⁸, o Arraial do Mandu¹³⁹ pertencia ao termo de Campanha, que no ano de 1800 despontava como entreposto comercial. Neste ano,

(...) exportava-se para outras partes desta capitania (...) os gêneros da terra mais abundantes (...) caxaças e fumo, que vulgarmente chamavam de agozardente e tabacoz (...). Da mesma forma como das criações que se fazia nos largos campos deste termo, se exportava anualmente para outras capitanias um grandioso número de cabessaz tanto de gados, como de toucinhos¹⁴⁰.

Com o aumento populacional e a expansão da atividade agropecuária, da produção local de queijos, marmeladas, fumos e tecidos de algodão, o povoado começou a se consolidar em fins do século XVIII, com a construção de uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus e o surgimento de mais casas em torno dela. Desde o ano de 1805, os moradores da Capela do Mandú insistiam na criação de uma freguesia, direcionando diversos pedidos ao Bispo de São Paulo Dom Matheus, para o desmembramento de Sant'Anna do Sapucaí. Percebemos nas palavras de Amadeu de Queiroz em sua biografia sobre José Bento Leite Ferreira de Mello¹⁴¹, os interesses políticos que já delineavam, principalmente nos usos a favor de sua carreira política:

As inúteis tentativas feitas até então pelos incansáveis moradores do Mandú e o desinteresse ou a indiferença do Regente, manifestada por um silencio que nenhum esforço quebrava, são provas de que a freguezia tão cedo, não seria criada, se não intervissem elementos políticos de importância, interessados particularmente, embora

¹³⁷QUEIROZ, Amadeu de. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 1998, p. 46-51.

¹³⁸DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia da escravidão no Sul de Minas*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 37.

¹³⁹ Esta era uma das denominações dadas à região de Pouso Alegre. Cabe também destacar outras: Arraial do Bom Jesus do Matozinhos do Mandu, Arraial do Mandu, Pouso Alegre do Mandu, Pouso Alegre.

¹⁴⁰VEIGA, Xavier. *Revista do Arquivo Publico Mineiro*. Ano I, Fascículo 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul-set 1896, p. 479.

¹⁴¹Nascido na cidade de Campanha em 06/01/1785, realizou seus estudos primários até completar os 22 anos de idade quando se dirigiu para São Paulo, lugar este em que realizou os estudos exigidos pela carreira eclesiástica. Em 1811 toma posse como vigário das terras do Mandu, ano este em que a mesma é elevada a categoria de Freguezia. Político, engajado no Partido Liberal, se destacou no cenário mineiro como Deputado e Nacional, escolhido senador pelo governo da regência no ano de 1834. Faleceu aos 08/02/1844 vítima de assassinato, tido por muitos memorialistas e historiadores como motivo político.

estranhos à povoação. Esses elementos decisivos foram, sem contestação, o bispo Dom Matheus e o juiz de fora da Campanha, José Joaquim Carneiro de Miranda, influenciados ambos por José Bento e sua numerosa família¹⁴².

Os olhares de José Bento permaneciam ávidos pela região do Mandú, principalmente quando seguia de sua terra natal, Campanha, para a cidade de São Paulo, onde se localizava o seminário em que realizava seus estudos com o objetivo de se tornar padre. Com o recebimento das ordens sacerdotais e sua vinda definitiva, em 1811, foi instituída a freguesia de Pouso Alegre. Assim se expressava o jornal “*A Gazeta do Rio de Janeiro*” do dia 23 de janeiro noticiando tal acontecimento:

S.A.R o Príncipe Regente nosso Senhor foi servido por sua immediata Resolução, tomada em Consulta da Meza de Consciência de Ordens, crear huma nova Paróquia com o título do *Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre* no Bispado de *São Paulo*; desmembrando-a de *Santa Anna do Sapucahi*, e nomeou para Parocho collado da mesma ao R. *José Bento Leite Ferreira de Mello*, a quem também fez mercê do Habito da Ordem de Christo.¹⁴³

Diversas famílias começaram a habitar o lugar nascente, configurando novas dinâmicas para este espaço, dirigindo pessoalmente o Padre José Bento o “*alinhamento das ruas, a disposição das casas, e tudo quanto interessava à higiene e embelezamento da povoação (...) promovendo o aumento de sua população, atraindo para ele parentes e amigos*”¹⁴⁴ das regiões circunvizinhas. Segundo o mapa da população¹⁴⁵ elaborado no ano de 1808, o povoado era formado por 647 habitantes, dentre os quais 356 eram brancos, o que representava 55% da população, 170 eram negros, 26,28% e 121 pardos 18,70% da população. Entre negros e pardos, somavam a quantia de 192 cativos e 99 livres. Entre os anos de 1811 a 1820, muitas famílias se transferiram para a recente freguesia, pessoas estas vindas de lugarejos da região e até mesmo de São Paulo.

¹⁴²QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento: Estudo Histórico*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 12.

¹⁴³*Gazeta do Rio de Janeiro*. Quarta Feira, 23 de Janeiro de 1811. Rio de Janeiro, Imprensa Régia.

¹⁴⁴QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento* (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 17-18.

¹⁴⁵O mapa da população do Districto de Pouso Alegre, foi feito pelo Sr. Comendador José Pacheco de Carvalho, a 20 de Novembro de 1808. Nele continha uma lista nominal de pessoas com as idades respectivas e distinções. *Arquivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Coleção Secretaria de governo da Capitania, Caixa 076, Documento 038.

Nesta década foi observada a existência de grandes extensões de terras devolutas, que em seguida, foram sendo adquiridas pelos novos moradores por meio de cartas de sesmarias, originando várias fazendas de criar.

No movimento destas mudanças e do crescimento populacional, observando os poucos vestígios de documentos da época, fora instalada em 1818 a primeira aula pública, ministrada pelo Padre João Damasceno Teixeira, sendo empossado como professor de Latim e de primeiras letras da freguesia.

Cumprindo com seus interesses políticos, José Bento funda em Pouso Alegre o Partido Liberal, base este de suas conquistas políticas no decorrer de sua vida. Em 1830, na freguesia de Pouso Alegre era criada a primeira tipografia, oficina esta em que se imprimiu o jornal “O Pregoeiro Constitucional”, órgão de *“grande relevo nas lutas partidárias da época, foi o primeiro no Sul de Minas e o quinto da Província”* em oficina própria adquirida por José Bento e redigido por ele mesmo e seu correligionário Padre Quadros Aranha. Nesta mesma gráfica fora impressa o projeto de constituição chamado na história do Brasil de “Constituição de Pouso Alegre”¹⁴⁶.

Assim foram delineados os primeiros passos de Pouso Alegre, de forma espontânea, inicialmente constituídas pelo estabelecimento dos aventureiros, em sua maioria paulistas, que corriam em busca do ouro na região central das Minas Gerais, e anos mais tarde marcadas por interesses de um certo Padre José Bento, sacerdote e político, que estruturou e dirigiu os primeiros traçados da terra do Mandú.

1.4.2- De Vila à Cidade: Pouso Alegre nas seis primeiras décadas do século XIX

*(...) e a população do lugar que ininterruptamente crescia e se apurava, engrandeciam mais e mais a fama de Pouso Alegre. (...) a sua elevação à categoria de vila, se fez sem nenhum esforço ou pedido por parte de seus habitantes. Era um direito que se impunha, e, por isso, foi um ato quase espontâneo da Assembléa Geral Legislativa*¹⁴⁷.

¹⁴⁶A Constituição de Pouso Alegre é como ficou conhecida a versão da Constituição do Império do Brasil, editada na Vila de Pouso Alegre, Minas Gerais, pelo Padre José Bento Leite Ferreira de Mello, aliado de Padre Feijó, durante o período regencial brasileiro, como parte do chamado Golpe de 30 de Julho de 1832, fruto do partido moderado. Este golpe, cuja a execução equivaleria a um 07 de Abril parlamentar teria consequências federativas imprevisíveis, qual prólogo ou antevéspera talvez de um desfecho republicano, embora a Constituição de Pouso Alegre não fosse tão longe. ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. *História Constitucional do Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991, p. 136.

¹⁴⁷QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento: Estudo Histórico*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p.30.

Em 13 de Outubro de 1831 fora criada a Vila de Pouso Alegre¹⁴⁸, momento este de muitas festividades pela população. Memorialistas locais relatam que durante a instalação da Vila, os habitantes se agruparam no Largo da Igreja Matriz que se encontrava enfeitado com bandeiras e arcos floridos. A noite as fachadas das casas foram iluminadas, ao som da banda musical, fogos de artifícios, bailes e ceias que invadiram a noite. Estando na condição de Vila, assume a característica municipal, sendo independente politicamente da cidade de Campanha e assumindo toda a parte meridional sul-mineira. Segundo o Censo Provincial realizado no ano de 1833, a Vila de Pouso Alegre em conjunto com seus distritos¹⁴⁹, possuía o número total de 28.000 habitantes, sendo 15.717 brancos, 7.109 cativos e 5.174 livres. Se formos fazer um balanço geral do primitivo município de Pouso Alegre, descenderam dele não menos do que 33 comunas, que tanto abrigava a criação de gado como a agricultura.

Dois anos mais tarde, é levantado o pelourinho no Largo da Alegria, símbolo da emancipação local e instalada a Câmara Municipal, localizada inicialmente em uma casa no Largo da Matriz de propriedade do Padre José Bento, sendo alugada e ano mais tarde adquirida pela municipalidade. Na primeira reunião estavam presentes o Sr. Presidente Padre Mariano Pinto Tavares e mais seis vereadores. Compunham o quadro de funcionários da Câmara¹⁵⁰: o Presidente e Vereadores, Procurador, Secretário e o Porteiro (o qual servia também de carcereiro). Também foram empossados neste dia o Primeiro e Segundo Juiz Ordinário, Juiz de Órfãos, Coletor, Escrivão da Coletoria e um Administrador para receber pesos e medidas e cobrar os impostos.

As primeiras providências¹⁵¹ tomadas pelos edis que compunham aquela corporação estiveram ligadas à infraestrutura, como reformas e construções e no que

¹⁴⁸A Vila de Pouso Alegre nesta época se inseria na Comarca do Sapucaí. O seu município abrangia duas vilas: Pouso Alegre e Ouro Fino, com os distritos de São José das Formigas (atual Paraisópolis), Ouro Fino e Borda da Mata. Cf: Relatório dos Presidentes da Província de Minas Gerais, Presidente Jacintho da Veiga, Exposição, 23/03/1843.

¹⁴⁹Com a elevação à Vila, o território de Pouso Alegre passou a se estender pela zona meridional do Sul de Minas, pertencendo os seguintes distritos: Caldas (até o ano de 1838), Jaguari (até 1840), São José do Paraíso (1872), Ouro Fino (até 1880), Sant'Anna do Sapucaí (Silvianópolis até 1911), Borda da Mata (até 1923), Estiva (até 1948) e Congonhal (até 1953).

¹⁵⁰Entendemos que nesta época a administração da cidade era feita pela Câmara Municipal, não existindo ainda a figura do prefeito como representante local, função esta exercida pelo presidente da Câmara, como é bem especificado por Nunes Leal: "Não se pode, entretanto, compreender o funcionamento das instituições daquele tempo, inclusive das autoridades locais, com a noção moderna da separação de poderes, baseada na divisão das funções em legislativas, executivas e judiciárias". LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978, p. 61-62.

¹⁵¹As atas da Câmara Municipal dos primeiros anos não se encontram na coleção que compõe o Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo (Museu este pertencente à Câmara Municipal de Pouso

concerne a estrutura política e social da Vila, com base no primeiro livro de Código de Posturas que já havia sendo utilizado. Nomeou, no entanto, um alinhador para fiscalizar as construções que seriam realizadas na Vila, como a proibição de obras em terrenos não arruados, e os inspetores de caminho, que manteriam a ordem e a higiene do lugar, proibindo qualquer animal solto que vagasse pelas ruas da cidade, e sendo pego, o dono arcaria com as despesas a serem cobradas em forma de multa. Fora expedida uma ordem para destruir os paris¹⁵² que existiam nos Rios Cervo e Pantano, conforme previa o Código de Posturas vigente: “*Ficção prohibidos os Paris, cercas ou currais para apanhar peixe nos rios, canaes, ribeirão, córregos e vallas; multa de 10 mil réis*”¹⁵³. Ficava ao Fiscal a autoridade de conferir multa aos infratores e ampliando a lei do conselho que proibia esta pesca.

Em relação à organização local, à ordem e à instrução pública, ficou assim o Fiscal autorizado a alugar, de imediato, uma casa para servir de cadeia, “*situada na rua vulgarmente chamada da Outra Banda (atual Rua Silvestre Ferraz) e o seu aluguel mensal era de 2\$000 (grifos meus)*”¹⁵⁴. Esta casa serviu como cárcere por um ano, até que fora transferida para um outro espaço adquirido pela municipalidade no Largo da Ponte Velha. Pediu ainda ao Conselho a criação de uma Escola de primeiras letras para meninos, ao Governo a criação de um correio, da Vila de Lorena, na Província de São Paulo, entrando nessa localidade as cartas para as malas do Rio de Janeiro e mandou assinar os melhores periódicos do Rio de Janeiro e de Ouro Preto para compor os arquivos da Câmara Municipal.

As obras públicas visavam facilitar a vida dos habitantes. Eram constantes os consertos realizados nas ruas e proximidades dos rios. Determinou-se nesta época a urgente abertura de duas grandes valas de drenagem, uma no pântano (ou atoleiro),

Alegre). Segundo o Curador do Museu Alexandre de Araújo, estas atas já não estavam nos Arquivos da Câmara, tendo provavelmente desaparecidas. Encontraremos a partir do ano de 1841. Utilizaremos para entender este período inicial da Vila de Pouso Alegre alguns documentos soltos e os relatos presentes no livro O Senador José Bento, de Amadeu de Queiroz, publicado no ano de 1933. Lendo os relatos presentes no livro, percebemos o provável contato do autor com os documentos da época, já que sua família e o próprio já exerceram algum serviço na Câmara Municipal, como vereadores ou secretário.

¹⁵²Segundo o Dicionário Michaelis, o termo Pari (do tupi **Parí**): Armadilha de pesca que consiste em um tapume feito de estacas, que atravessa o rio de um barranco a outro, tendo ao meio uma abertura por onde os peixes, não tendo outra passagem, atravessam e caem num compartimento, cujo fundo é uma tela, onde são retidos. MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. 13ª Impressão. São Paulo: 2007, p. 1557.

¹⁵³*Código de Posturas de Pouso Alegre de 1831*. Manuscrito. Documento pertencente a coleção do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

¹⁵⁴QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento*: Estudo Histórico. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 35

entre as Ruas da Prata e Boa Vista (Adolfo Olinto e Silvestre Ferraz), e outra também num pantano que divide a parte chamada do Rosário (**região da Praça João Pinheiro**)¹⁵⁵. Ordenou-se a ser tirada a água chamada de Vendinha, por meio de um rego, até o lugar denominado Rosário, com intuito de abastecer as proximidades do núcleo central da Vila e mandou abrir duas fontes públicas de água potável, a do aterro que segue para a Barra e do aterro que segue para o Rosário. O que nos chama atenção nos trabalhos da Câmara nestes anos iniciais é uma representação que fez ao Governo, sobre a necessidade da vinda de um engenheiro para a confecção de uma planta destinada a obra de maior necessidade referente a construção de uma fonte nas Águas de Caldas¹⁵⁶, fazendo o orçamento e que fosse despendida tal quantia, sendo esta uma importante obra pública para época, não só de interesse da Província, mas também do Império.

Nesta mesma época é datado o início do cultivo do Chá da Índia e da apicultura na Vila de Pouso Alegre. Eram produções familiares, e como retrata Amadeu de Queiroz, “*eram inúmeras as casas particulares que tinham colmeias nos seus quintais. Muitas famílias vendiam o mel e a cera colhidos, a manufatores do produto, quando não fabricavam velas para o próprio consumo e, algumas vezes, para vender*”¹⁵⁷, apesar de não existir grandes colmeias no distrito da Villa, mas as plantações de chá eram consideravelmente grandes. Estas formavam as primícias da produção local, sendo uma das singularidades de sua população, se distinguindo das regiões vizinhas. Antes mesmo de ser encerrada a década de 1830, a Comarca do Sapucaí passou a ser sediada em Pouso Alegre, e anos mais tarde receberia o nome de sua sede¹⁵⁸.

¹⁵⁵Quando o Padre José Bento traçou o plano geral da localidade, mandou abrir uma praça, em um lugar denominado “Rancho”, a qual nomeou como do Rosário (**atual Praça João Pinheiro**), com a intenção de se construir aí uma Igreja com essa invocação. Com seus esforços, as obras se iniciaram no princípio da década de 1830, com ajuda da população e da Irmandade do Rosário dos escravos. GOUVÊA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Pouso Alegre: Editora Art's Gráfica, 1998, p. 131.

¹⁵⁶Esta obra fora realizada no distrito de Caldas, até então pertencente ao município de Pouso Alegre. Seu desmembramento ocorre no ano de 1849.

¹⁵⁷QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento: Estudo Histórico*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 39.

¹⁵⁸De acordo com Saes e Avelino, “Campanha e Pouso Alegre podem ser consideradas como as duas cidades mais importantes do Sul de Minas durante o século XIX. Por um lado, Campanha foi sede da Comarca que daria lugar ao que hoje é o território do Sul de Minas, e, ainda, foi o principal centro político da região na primeira metade do século XIX. Pouso Alegre, por outro lado, ascendeu na segunda metade como um novo centro econômico e urbano, concentrando uma elite cuja inserção política no estado mineiro foi decisiva por conta de personagens relevantes como Padre José Bento, influente senador liberal do império”. SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. *Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão*. Revista Cultura Histórica e Patrimônio, volume 01, n. 01. Alfenas: Unifal, 2012, p. 67. Segundo Amadeu de Queiroz, “Começa o ano de 1834 com a instalação do júri na Vila de Pouso Alegre, fato notável na sua vida social. Realizou-se

Nas décadas posteriores, a Câmara realizou obras de primeira necessidade, como abertura de ruas, a construção de um novo prédio para a cadeia, sendo este mais seguro, e a instalação do corpo do júri, tendo como sede a própria Câmara. A mesma corporação cotidianamente discutia sobre fatos políticos a nível nacional, participando até mesmo da Revolução de 1842, sendo considerada a Vila de Pouso Alegre como baluarte do Partido Liberal no Sul de Minas. Jornais como “O Pregoeiro Constitucional” e “O Recompilador Mineiro”, impressos na em Pouso Alegre, se destacaram a nível provincial e nacional, por defender os ideais do Partido Liberal. Entre conflitos políticos e partidários estabelecidos principalmente pelo partido conservador, o qual faziam parte aqueles que eram opostos aos ideais de José Bento, a década de 1840 será marcada conflitos e desavenças políticas, culminando na morte de José Bento, nesta época Senador do Império. Em seu relatório Presidencial, José da Silva Quintiliano afirmara que *“a instrução pública se acha em atraso, e a moral religiosa tem muito sofrido, depois que o digno Parocho da Freguezia da Villa, o Senador Ferreira de Mello achava nas mãos de perversos assassinos”*¹⁵⁹, nos dando noção parcial dos anos que antecediam a elevação a categoria de cidade.

Como percebemos, mesmo com os episódios políticos que se desenrolaram na Freguesia, a Câmara de Pouso Alegre já havia realizado trabalhos em favor da organização da Vila Pouso Alegre, consolidando os pilares em que sustentavam aquela sociedade da época: a lavoura, o comércio e a criação, não existindo mais terras

esta primeira sessão judiciária na Casa da Câmara, às 9 horas do dia 04 de janeiro, presidida pelo juiz de direito da Comarca Dr. Tristão Antônio de Alvarenga”. Amadeu ainda afirma: “Em virtude da reforma administrativa do ano de 1839, foi dividida a comarca de Sapucaí, cuja sede passou de Campanha para Pouso Alegre, transferindo-se para aí o Dr. Tristão Antônio de Alvarenga, então Juiz de Direito. Ainda pelo mesmo motivo, foi desmembrada do município da Vila da Campanha, a freguesia de Itajubá que passou a pertencer à Vila de Pouso Alegre, e creado o distrito de Borda da Mata, desmembrado do de Ouro Fino”. Cf: QUEIRÓZ, Amadeu de. *O Senador José Bento* (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 74, 84-86. Já Cônego Augusto José de Carvalho, em seus estudos acrescenta: Uma das questões que o memorialista não soube explicar é o fato do “porque da decisão da instalação do júri em Pouso Alegre, se a sede da Comarca era Campanha, a reunião não deveria acontecer em Pouso Alegre”. Continua em seus escritos, “foi só apenas em 1839 que o Juiz de Direito passou a residir em Pouso Alegre, transferindo também a vara judicial, justificando finalmente, o local das sessões. Um fato curioso, foi que em 1855 o nome da Comarca passou a ser chamada do Jaguarí. Apesar de nada encontrarmos na história que justifique tal mudança de nome, quer nos parecer que na época Camanducaia tenha progredido mais que Pouso Alegre e para lá tenha sido transferida a sessão do júri, com o nome de Jaguarí, um dos rios que banha aquele município. Só em 1891, a mesma comarca tomou definitivamente o nome de Pouso Alegre”. Cf: CARVALHO, Côn. Augusto José de. *Terra do Bom Jesus*. Pouso Alegre: Artes Gráficas Irmão Gino Ltda, 1982, p. 132. Todos estes relatos nos leva a pensar sobre estas mudanças. Por um lado os fatores que direcionavam a um progresso urbano e material de Pouso Alegre, por outro, questões relativas à política, por possuir uma forte ligação com o Partido Liberal, sendo seu principal representante o Senador José Bento.

¹⁵⁹Relatório dos Presidentes da Província, Presidente José da Silva Quintiliano, 03/02/1846, disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais.

devolutas ao seu redor. De acordo com o Relatório dos Presidentes da Província de Minas Gerais¹⁶⁰, a agricultura se destacava nesta época, possuindo pouca criação de gado. A renda anual do município estava em torno de cem contos de réis anuais. Entre o crescimento da vila e as desavenças geradas pela política, Pouso Alegre dava seus primeiros passos para se tornar cidade.

Foi então que em 19 de Outubro de 1848 a Vila foi elevada a cidade¹⁶¹ pela Lei Provincial n° 433. Nesta mesma lei, a Paróquia de Santana do Sapucaí é incorporada a Pouso Alegre. Conforme as estatísticas do último mapa da população, feito dez anos antes¹⁶², a cidade de Pouso Alegre contava com 7069 habitantes, apresentando um crescimento populacional considerável, sendo comparado do último levantamento feito em 1833. Ao finalizar esta década, inicia-se a construção de uma nova Igreja Matriz e é solicitada a criação de um Hospital de Misericórdia, para atender a população da cidade e região. Tomou a Câmara providências a respeito da cadeia que foi incendiada, autorizando o aluguel de outra casa e solicitando ao Governo da Província verbas para a construção de uma nova. O Fiscal, apresentando o seu relatório sobre a situação do município aponta a necessidade de um conserto para o chafariz que abastece a população que habita o centro e seu entorno, a manutenção do largo da matriz extinguindo os formigueiros que ali existiam e o conserto de pontes e aterrados, pontos principais do acesso ao núcleo urbano¹⁶³.

As atas e relatórios do poder legislativo referentes às décadas de 1850 e 1860 relatam sobre as principais obras de infraestrutura, como a conservação e desvios de estradas que ligam a cidade aos seus distritos, a construção de uma praça destinada ao comércio de gêneros alimentícios e conclusão de consertos no entorno de regos ou anéis de águas necessários ao uso da população. Para um maior controle da administração e como complementação de sua arrecadação foram criados os “Impostos sobre os Mascates” que desejariam morar ou constituir um comércio em Pouso Alegre. Neste intuito, é publicado o Código de Posturas próprio e adaptado para os costumes locais

¹⁶⁰Relatório dos Presidentes da Província, Presidente José da Silva Quintiliano, 03/02/1846, disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais.

¹⁶¹Entendemos por cidade o termo que define uma área urbanizada que se diferencia das vilas e outras entidades urbanas, abrigando critérios como população, densidade populacional ou estatuto legal. Designa uma dada entidade político-administrativa urbanizada. De acordo com o IBGE, cidade corresponde ao distrito sede do município. Cf: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>, acesso em 31/05/2016.

¹⁶²Utilizamos o mapa da população de 1828, pois no período entre 1838 a 1872 não localizamos algum documento que registrasse no número populacional de Pouso Alegre.

¹⁶³Cf: GOUVEA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Pouso Alegre: Editora Art's Gráfica, 1998, p. 66.

(tendo em vista que o que vinha sido utilizado era uma cópia da cidade da Campanha). Este conjunto de leis visava estabelecer a ordem e os bons costumes do espaço público e da população, tendo em mente que

A importância crescente da cidade, como centro de comércio e de produção econômica e como sede do dispositivo central de poder político que intervém em todos os níveis da vida social, implica a construção de um funcionamento ordenado dos núcleos urbanos, condição de possibilidade da transformação dos próprios indivíduos e materialização da exigência normalizadora da nova ordem social.¹⁶⁴

Este código abrangia os seguintes pontos: sobre a moral e a ordem, visando a organização do espaço público e a disciplina da população; o asseio das povoações, determinando o alinhamento das casas e estabelecimentos, a limpeza das ruas e praças, padrões de construções, a execução de obras públicas; sobre a saúde pública, relacionado a higiene e a salubridade do município, aos meios preservativos de enfermidades; da segurança pública, prevenindo de todo e qualquer meio que violasse a vida e o bem estar social; sobre a abundância de víveres, relacionado a indústria, ao comércio e a caça de gêneros alimentícios; sobre a educação e a formação das pessoas; e sobre os impostos municipais, determinando as licenças e fixando valores que deveriam ser pagos a municipalidade. Este código de leis foi aprovado em 30 de Junho de 1858, passando a vigorar a partir deste ano.

Ao finalizar a década de 1860, Ouro Fino e São José do Paraíso se tornam Vila, deixando de pertencer ao quadro dos distritos de Pouso Alegre. Com eles também são desmembrados do território pousoalegrense os seguintes distritos: Jacutinga, Monte Sião, Bueno Brandão, Cachoeiras e Sapucaí Mirim, tendo assim uma queda significativa no número populacional e na receita do município. O território contaria naquele momento com apenas três distritos: Silvianópolis, Borda da Mata, Estiva e o povoado denominado Congonhal que estava sendo formado. No segundo quinquênio de 1860, o Fiscal deixa registrado o estado em que se encontrava a cidade. O Cemitério Municipal se achava em estado lastimoso, *“a tal ponto que nelle se vê diariamente animais pastando (...) não sei se isto é devido ao desleixo do Vigário, ou do*

¹⁶⁴MACHADO, Roberto. Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 260.

Fabriqueiro, que parece não haver religião da parte de quem quer que seja”¹⁶⁵ apontando a Câmara para tomar as devidas providências. Outra reclamação se fazia em relação à falta de água em ruas centrais da cidade (Rua do Rosário, Santa Rita e do Sabão) pelo motivo de que três habitantes estariam extraindo a maior parte da água nos anéis que foram cedidos pela Câmara, causando transtorno aos outros moradores da referida região. Chama atenção dos Vereadores a necessidade de se contratar um encarregada para vigiar “*sobre todas as ágoas que abastecem esta cidade, afim de que todos gozem de ágoas limpas (...) e conservando para que ninguém distraia o seu leito sem consentimento desta Câmara*”¹⁶⁶ dando direito ao abastecimento igual a todos. No decorrer de seu relato, o Fiscal aponta para a manutenção do asseio e limpeza das ruas, praças e estradas que fazem parte da cidade, para que cause boa impressão aos transeuntes e viajantes que por ali passam. Em relação as estradas, no final desta década, se achavam em bom estado, e aqueles trechos que se encontravam com dificuldades de trânsito, fora mandado reparar. Ao finalizar o seu relatório, o Fiscal pede aos Vereadores que nomeiem dois Oficiais para que aos sábados e domingos fiscalizem a casa do Mercado a ali mantenham a ordem. Uma das reclamações apresentadas era que o espaço estaria sendo frequentado “*por muitas pessoas de fora e desconhecidas, e então a noite costumão reunir-se e jogar búzios na casa, em horas que ali não me acho*”¹⁶⁷ entre outras desordens que por ali estavam acontecendo.

Percebemos o contexto em que se encontrava a cidade no final dos anos de 1860. Com a aprovação do novo Código de Posturas, adaptado à realidade da cidade, a Câmara passa a fiscalizar com mais frequência o cotidiano local. A necessidade de se realizar obras públicas nas estradas e em alguns pontos da cidade, a preocupação com a limpeza e o asseio do espaço urbano, a manutenção da ordem, moral e bons costumes foram fatores de preocupação no final desta década.

No decorrer deste capítulo, exploramos os diversos estudos realizados por teóricos clássicos da história econômica, as teses que contestaram os modelos adotados por vários anos como referencial de estudo e as recentes pesquisas que estão sendo desenvolvidas em âmbito regional. A vocação sul mineira consistia na produção de gêneros de subsistência, e seu excedente abastecia a grande lavoura da província e o

¹⁶⁵Relatório do Fiscal Joaquim José de Paiva. 1865. Coleção Documentos Soltos, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

¹⁶⁶Idem.

¹⁶⁷Idem.

mercado do Rio de Janeiro, principalmente em 1808 com a instalação da corte no Brasil, fonte geradora de riqueza para o Sul de Minas. As relações com a corte propiciaram para Pouso Alegre e região a participação no meio político, defendendo interesses para a região. Notamos que a Pouso Alegre se inseriu no quadro da produção de diversos gêneros de produção alimentícia e seu excedente sendo exportado para outras províncias, com notoriedade para produtos como o fumo, gado e suínos.

Esta aptidão comercial da cidade tende a se ampliar durante a segunda metade do século XIX, com o estabelecimento de uma praça do mercado que visava atender as necessidades do núcleo urbano e, com a expansão da cafeicultura na região, o mercado local também serviu de centro abastecedor das localidades próximas que se dedicavam ao cultivo da rubiácea. Ao contrário de outras cidades da Província e da região, Pouso Alegre possuía um baixo número de cativos, o que facilitou a transição para a mão de obra livre e a inserção de imigrantes estrangeiros na cidade. Neste sentido, a economia de abastecimento fortaleceu a dinâmica econômica na cidade, sendo responsável por um dos mercados mais importantes da região em uma sociedade de exportação.

No próximo capítulo levantaremos as principais fases de modernização e urbanização ocorridas na cidade, fazendo um estudo das Atas do Poder Legislativo entre os anos de 1870 a 1910, e por meio dos impostos locais, ressaltar a importância do comércio para o município.

CAPÍTULO II- URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

No capítulo anterior realizamos uma revisão bibliográfica sobre o contexto histórico do Brasil e Minas Gerais, passando pelas principais linhas teóricas clássicas de estudos socioeconômicos e seus principais críticos na década de 80 que proporcionaram uma nova visão e deram início a novas perspectivas de estudos e trabalhos com análises mais específicas do objeto estudado, no caso de Minas Gerais, enfatizando as dinâmicas econômicas que se realizavam às margens da mineração e percorriam pelo século XIX. Procuramos expor em linhas gerais a formação da região Sul Mineira, o desenvolvimento de sua economia na produção de gêneros de abastecimento, e em algumas localidades, o comércio de exportação. Neste mesmo contexto, procuramos inserir nosso objeto de estudo, Pouso Alegre, podendo ser considerado um município peculiar no tocante à economia de exportação sul- mineira, principalmente na segunda metade do século XIX, com a introdução do café, mesmo não tendo se inserido entre as regiões cafeeiras, atuou por meio do comércio como setor abastecedor dos distritos e localidades mais próximas, sendo que sua dinâmica econômica e seu processo de urbanização, que veremos especificamente neste capítulo, não estiveram diretamente ligados a produção da rubiácea, sendo que a mesma no município era insignificante. Buscamos neste momento inicial traçar os primeiros passos da formação do povoado e freguesia, com a vinda das primeiras famílias e a organização do espaço urbano. Com a instalação da Vila e autonomia política, ressaltamos as primeiras obras públicas realizadas pelo poder legislativo e a manutenção da ordem estrutural no município de Pouso Alegre.

Neste capítulo faremos um estudo sobre a urbanização e a construção do espaço urbano na segunda metade do século XIX e primeira década do século XX. A constituição de nossa escrita se dará por meio de leituras e investigação das atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre e dos livros de receitas e despesas disponíveis para este período, procurando ressaltar mediante os discursos políticos as obras de infraestrutura e as transformações urbanas ocorridas em Pouso Alegre, e do livro caixa da municipalidade o movimento financeiro local.

Para facilitar e melhor organização deste estudo, dividimos este capítulo em quatro seções: Na primeira seção, faremos um rápido estudo sobre a Câmara Municipal, a origem e o funcionamento desta corporação no cotidiano do município, sendo

responsável por decisões políticas, elaboração de leis e execução dos serviços públicos. Já na segunda seção, intitulada “A Sociedade da ordem e do espetáculo”, trataremos das diversas obras realizadas pela Câmara Municipal de Pouso Alegre na década especificada, dando ênfase a construção do Teatro Municipal e da Cadeia, ambos localizados no plano central da cidade, contribuindo para as relações de sociabilidade dos habitantes locais e da região e voltando seus olhares para a organização espacial, ordem, saúde e segurança local, com a construção de um prédio maior, abrigando as celas, a delegacia, o tribunal do júri, Câmara Municipal e um posto de profilaxia. A terceira seção, “Normatização e organização espacial”, contaremos com a análise de documentos soltos da Câmara Municipal, como cartas, projetos, códigos de posturas, entre outros, buscando observar como se realizou a organização do espaço urbano nestas décadas, e como se encontrava a cidade na transição para o século XX. Em “Nos trilhos da modernização: o aparecimento da luz elétrica e a comunicação telefônica”, daremos foco a primeira década do século XX, momento este em que as políticas de urbanização continuam dando os seus passos e que a cidade se moderniza aos poucos, com a instalação da energia elétrica e a implantação de linhas telefônicas na sede e nos seus distritos.

As atas da Câmara se enquadram em um tipo de documentação produzida pela municipalidade, sendo fontes primárias oficiais por excelência. A pesquisa e o trabalho com este tipo de documentação exigem do pesquisador e daqueles que se utilizam de fontes escritas oficiais especial atenção e senso crítico, pois por muito tempo foram empregadas como sinônimo de uma verdade muitas vezes não questionada. Como fonte histórica, devemos voltar nossa atenção a aspectos importantes e tomar alguns cuidados ao analisar uma ata:

A necessidade de selecionarmos o material, o que corresponde a uma intenção e conhecimento prévio do pesquisador, que concedem, muitas vezes, olhares distintos sobre a mesma fonte de investigação; o cuidado em não nos deixarmos influenciar por uma visão impregnada do presente; a necessidade de ultrapassarmos a mera descrição do documento, observando que o documento não contém um caráter explicativo em si, são procedimentos que transformam essas fontes em objetos de pesquisa. A problematização dentro de um quadro explicativo e de um referencial teórico; a reunião de informações muitas vezes fragmentadas e as conexões possíveis com um universo mais amplo transformam as fontes em significados explicativos e

levarão o pesquisador a não só descobrir o passado, mas explicá-lo, e ao fazer isso, fornecer um elo com o presente¹⁶⁸.

Neste sentido, faz-se necessário o cruzamento com outras fontes, que poderão nos ajudar a ter uma visão extraoficial, ou seja, que muitas vezes não é citada nos documentos oficiais. Para este exercício, utilizaremos alguns jornais¹⁶⁹ disponíveis da época, detectando as críticas que muitas vezes eram direcionadas aos edis e aos trabalhos da Câmara Municipal. No entanto, Atas do Poder Legislativo nos ajuda a compreender a dinâmica interna da sociedade, aspectos econômicos, sociais e os costumes de uma cidade, como as relações de poder que se estabelecem no contexto histórico vigente. Podemos também verificar as escolhas e as propriedades dos sujeitos sociais que estavam na liderança local, suas discussões, decisões e propostas que foram colocadas em prática.

Em conjunto com as atas, exploraremos os livros de receita e despesa da Câmara. Tais registros estão descritos e detalhados em 16 livros¹⁷⁰, organizados no modelo partilha dobrada, ou seja, do lado esquerdo encontramos os lançamentos das receitas, dividido em três colunas: a data referente ao lançamento, a especificação da arrecadação (impostos, verba enviada pelo Governo Provincial entre outros) e o valor coletado. Observamos que em alguns casos aparece o nome da pessoa a qual o valor foi pago. No lado direito são descritas as despesas, seguindo o mesmo modelo e tipos de informações encontrados para as receitas.

Os lançamentos das receitas e despesas eram realizados trimestralmente. O ano fiscal era dividido em quatro trimestres. Até 1880 encontramos a seguinte divisão: 1º trimestre- outubro a dezembro; 2º trimestre- janeiro a março (do ano subsequente aos meses passados); 3º trimestre- abril a junho; 4º trimestre- julho a setembro. Para facilitar a organização dos demonstrativos, fez-se necessária a junção do ano financeiro, passando a ser dividido da seguinte maneira: 1º trimestre- janeiro a março; 2º trimestre-

¹⁶⁸ANDREOTTI, Azilde L. Acervo de fontes de pesquisa para a História da Educação Brasileira: características e conteúdo. 2005. Disponível em : www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 08/06/2016.

¹⁶⁹Para o estudo destas quatro décadas, utilizaremos dos seguintes periódicos: “O Mineiro” (para a década de 1870; “O Pousoalegrense (para a década de 1880) e “Correio Sul- Mineiro” (para a década de 1900), entre outros.

¹⁷⁰Os livros de Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre estão sob a guarda do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo. A sua coleção de registros é completa para os anos de 1870-1890. Já para as décadas de 1890 a 1910 se encontram incompletos (para a década de 90, encontramos os seguintes anos registrados: 1890, 1891, 1895, 1896, 1897 e 1898; para a década de 1900: 1903 e 1904. As referidas lacunas nos permitirão uma análise parcial das últimas décadas.

abril a junho; 3º trimestre- julho a setembro; 4º trimestre- outubro a dezembro.
Analisando as Receitas e Despesas, nos deparamos com as seguintes rubricas:

Tabela 04: Rubricas presentes nos livros de Receitas e Despesas

Receitas	
Produção Rural	Impostos sobre propriedades agrícolas, engenhos e plantações
Negócios	Impostos sobre os diversos tipos de comércios existentes e recolhidos da Praça do Mercado local
Fábricas, Ofícios, Liberais	Impostos cobrados das pequenas indústrias, olarias, oficinas, dentistas, advogados, médicos, etc.
Aluguéis	Aluguéis de prédios públicos
Impostos da Cidade	Nesta categoria de impostos incluímos: Esmolas, Bandeiras, Ofícios, Presos Pobres, Espetáculos, Impostos não especificados no livro, Portos, Mascateação, Multas, Licenças, Carros, Ranchos, Matrículas, Pedágios, Terrenos, Livro de Ouro, Animais no logradouro, Carroças, Loteria, Pena d'água e Aferição
Impostos dos Distritos	Impostos recolhidos pelos Agentes Distritais (incluso todos referentes a cidade)
Produtos	Impostos cobrados em relação à venda de produtos: madeiras, bambus, querosene, café, alho, etc.
Propriedades	Impostos prediais urbanos
Cisa	Impostos de 3% na transmissão da propriedade imóvel <i>inter vivos</i>

Despesas	
Funcionários	Importância paga aos seguintes funcionários: Secretário da Câmara, Porteiro, Agente do Mercado, Agente da Cidade, Agente dos Distritos, Professores
Júri	Gastos relacionados a julgamentos, processos e despesas feitas pelo judiciário
Despesas da Câmara	Aquisição de materiais para a Casa da Câmara (mesas, cadeiras, telegramas, ofícios) e para as Sessões (Livros, penas, tinta)
Obras Públicas	Importância destinada aos serviços públicos da cidade (consertos de ruas, pontes, capinas, limpeza)
Eleições	Gastos destinados ao processo eleitoral (local e provincial)
Aluguéis Pagos	Quantias pagas em aluguéis como da Casa da Cadeia e Praça do Mercado
Presos Pobres	Auxílio revertido para a alimentação e aquisição de vestuários para os presos pobres
Iluminação e Abastecimento d'água	Importância destinada a instalação e conservação destes serviços públicos

Fonte: Livros de receita e despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

O conteúdo desta documentação nos possibilita diversos estudos sobre o município de Pouso Alegre, os tipos de serviços realizados, os investimentos locais, a dinâmica do município através das atividades de produção, a organização fiscal citadina e a constituição do comércio local, abrindo horizontes para futuras pesquisas.

Com estas duas fontes que compõem nosso trabalho de pesquisa, conseguimos visualizar como estava sendo valorizado o espaço urbano pela elite política e econômica de Pouso Alegre, por meio dos projetos de leis e realizações descritas nos documentos do Poder legislativo e pelas características e aquisições dos imóveis urbanos que constituíram o município de Pouso Alegre no decorrer dos anos que estamos abordando neste trabalho. Antes de iniciarmos os estudos sobre a urbanização e a construção do espaço público da cidade de Pouso Alegre por meio das atas do poder legislativo, analisaremos o funcionamento da estrutura política municipal, constituída pela Câmara e seus vereadores.

2.1- O funcionamento da Câmara Municipal

A Câmara Municipal no Brasil configura-se como a assembleia daqueles que representam os cidadãos que residem em um determinado município exercendo o poder legislativo. Sua origem remonta-se ao modelo português, diferenciando apenas por não possuir mais as atribuições do poder executivo¹⁷¹. É de responsabilidade desta corporação promulgar a lei orgânica do município (o que poderíamos comparar ao Código de Posturas por muito tempo utilizado), “*identificar os interesses da comunidade, dispor normativamente sobre eles, acompanhar e fiscalizar as ações do Executivo e desenvolver e difundir na prática cotidiana da democracia*”¹⁷², mantendo a ordem e a harmonia do espaço citadino.

Com a independência do Brasil, várias leis foram criadas a fim de organizar e dar estruturas à administração do governo. O primeiro grupo de leis referentes ao regimento das Câmaras Municipais entrou em vigor em 1º de outubro de 1828. O Imperador, ao tomar estas medidas, procurou reduzir os poderes municipais, que até então era composto por órgãos administrativos e jurídicos que possuíam grande poder político. Ao se referir a este ato do Imperador, Victor Nunes Leal nos deixa evidente a contenção dos poderes que as Câmaras exerciam, e o receio de manifestações e questionamentos à coroa:

(...) a ênfase que pôs a lei no caráter administrativo das municipalidades, por um lado, constituía eficiente processo técnico de

¹⁷¹Cf: LAXE. João Baptista Cortines. *Regimento das Câmaras Municipaes* ou Lei de 1º de outubro de 1828. 2ª Edição. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 11-12.

¹⁷²Câmara Municipal de Pouso Alegre. *Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre*: Estado de Minas Gerais. 5ª Edição. Pouso Alegre, 2006, p. 14.

redução da sua autonomia e, por outro, concorria para impedir que os municípios se tornassem centros de atividade política mais intensa, capazes de estimular os interesses e aspirações das camadas interiores da população¹⁷³

A carta de 1828 submeteu as Câmaras a um rigoroso controle realizado pelos Conselhos Gerais, Presidentes das Províncias e o Governo Geral, o que denominou Nunes Leal de doutrina da tutela¹⁷⁴. O Ato Adicional de 1834 apenas certificou as medidas impostas por Dom Pedro I, não tendo nenhuma alteração em relação aos poderes da Câmara. As Câmaras das cidades eram compostas de 9 vereadores, enquanto que as das vilas possuíam 7 membros, que eram eleitos no dia 07 de setembro com mandato de 4 anos. As pessoas que os elegiam pertenciam a uma classe social composta pela elite local e por pessoas que tinham renda superior a 200\$000 mil réis, divididos em votantes (gerais e especiais) e os eleitores¹⁷⁵. No município de Pouso Alegre, os proprietários, capitalistas, fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais (advogados, professores e magistrados) compunham este grupo social, em que poderiam eleger e serem eleitos. Com o decreto nº 3029 de 09 de janeiro de 1881, mais conhecido como “Lei Saraiva”, organizou-se uma reforma eleitoral. A instituição do título de eleitor, a supressão dos votos realizados por analfabetos e a adoção de eleições diretas para todos os cargos eletivos do império (senadores, Deputados à Assembleia Geral, membros das Assembleias Provinciais, vereadores e juízes de paz) foram algumas das medidas adotadas pela reforma. No entanto, a renda superior 200 mil réis permanecia como regra para aqueles que quisessem se eleger¹⁷⁶. Apenas em 1891, com o advento da República, é que o cenário político sofrerá diversas alterações.

Além dos vereadores, alguns cargos fixos compunham e dinamizavam o funcionamento da Câmara: um secretário, responsável pela guarda e preservação dos

¹⁷³LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o Regime Representativo no Brasil*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978, p. 74.

¹⁷⁴Segundo Victor Leal Nunes, a doutrina da *tutela* “consistia em comparar o município, na ordem administrativa, ao menor, na ordem civil, em que sua incapacidade para o exercício das funções que lhe eram próprias impunha a criação de um apertado sistema de assistência e fiscalização, a cargo dos poderes adultos”. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o Regime Representativo no Brasil*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978, p. 75.

¹⁷⁵O Decreto nº8213 da Lei de 1º de Outubro de 1828, nos deixa bem claro a participação de uma elite no processo de votação ou candidatura na política municipal. O artigo 1º se refere ao eleitor como sendo todo cidadão brasileiro (...) que tiver renda líquida anual não inferior a 200\$000 por bens de raiz, indústria, comércio e emprego. Cf: LAXE, João Baptista Cortines; SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Regimento das Câmaras Municipaes: ou Lei de 1º de Outubro de 1828*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1885, p. 04.

¹⁷⁶Leis, Decretos e Modelos relativos à REFORMA ELEITORAL. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881, p. 03-86.

livros em que eram lavradas as reuniões, o despacho e a organização dos documentos; um procurador; um porteiro; um fiscal geral e distrital¹⁷⁷. O número de reuniões ordinárias, realizada no paço municipal ou em uma casa da Câmara, variava a cada localidade, sendo que as extraordinárias dependeriam da convocação do Presidente. Eram tratados os diversos assuntos de interesses comunitários como as obras públicas, limpeza e asseio dos espaços da cidade, iluminação, a direção dos cemitérios que se encontravam fora do âmbito eclesiástico, saneamento público, fiscalização de currais e matadouros, entre outras medidas de prevenção que se encontravam nos códigos de posturas municipais, explícitos no artigo 71 da Constituição de 1824:

As Câmaras deliberarão em geral sobre os meios de promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde e commodidade dos habitantes; o aceio, segurança, elegância e regularidade externa dos edificios e ruas das povoações; e sobre estes objectos formarão as suas posturas, que serão publicadas por editaes, antes e depois de conformadas¹⁷⁸.

É neste contexto que se inseria a instalação da Câmara Municipal de Pouso Alegre e as primeiras décadas (1870-1880) estudadas neste trabalho. Apenas 6,93% da população do município tinham acesso ao voto, sendo que 2,74% eram considerados votantes e 4,19% eleitores. Dos 17 vereadores eleitos nestas duas décadas, mais da metade declararam ser fazendeiros apenas ou exercerem mais de uma atividade financeira, enquanto que os outros se dividiam em agricultores, comerciantes, proprietários e profissionais liberais¹⁷⁹.

As sessões neste período eram realizadas em uma casa adquirida nos primeiros anos da década de 1830. Com a conclusão das obras e o início do funcionamento da cadeia pública, a Câmara transfere sua sede para este prédio em 1885 e permanece até o ano de 1923. Suas reuniões poderiam acontecer em número de 1 ou 6 mensais, dependendo da necessidade ou convocações do Presidente. Nas duas primeiras décadas estudadas foram realizadas 420 reuniões (de caráter ordinário ou extraordinário), sendo 164 na década de 1870 e 256 em 1880. Durante a leitura das atas, percebemos que estes

¹⁷⁷No caso da Câmara Municipal de Pouso Alegre, em seus registros, fazia parte do quadro de funcionários o Inspetor do Mercado.

¹⁷⁸LAXE, João Baptista Cortines; SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Regimento das Câmaras Municipaes*: ou Lei de 1º de outubro de 1828. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1885, p. 201.

¹⁷⁹Dentre os profissionais liberais presentes nestas décadas, se encontravam advogados, professores, farmacêutico e médico. A tabela com os números e a relação das atividades declaradas pelos vereadores se encontra em anexo.

encontros possuíam as seguintes características: são especificadas as Sessões e os Vereadores presentes, sendo que os faltantes seriam multados em uma quantia determinada pela Código de Leis que regia este departamento. Em seguida, abria-se com o *Expediente*, como se fosse uma ordem do dia, levando ao conhecimento as cartas que recebiam do Governo da Província, leituras de relatórios do fiscal, balancetes e orçamentos, cobranças feitas à Câmara por advogados ou juízes, abaixo-assinados entre outros. Em seguida eram descritas as *Propostas* pelos Vereadores sugerindo serviços públicos e atribuições relacionados ao município. Por seis décadas, as Câmaras ficaram sobre a tutela do Governo Provincial, o qual despendia algumas quantias com a manutenção de templos sagrados e obras públicas, sendo obrigadas a prestar contas de seus gastos e de suas ações políticas. Em relação as municipalidades neste período, com visão do Visconde de Uruguai, percebemos este forte apelo de controle por parte do governo e, ao mesmo tempo, um certo descuidado com os municípios:

Quanto às municipalidades não as temos dignas desse nome. Nas grandes Províncias, sobretudo, são numerosas as municipalidades, não podem as Assembléas Provinciaes, ocupadas de políticas, conhecê-las todas, estudá-las e ocupar-se dellas seriamente. Os autores do Acto additional creárão um poder provincial em cujas mãos centralisárão o municipal. (...) Centralisou, porém vigorosa e completamente nas Assembléas provinciaes o que era puramente municipal. Não temos nas Províncias verdadeiras municipalidades. Forão entregues amarradas as Assembléas provinciaes. (...) Os negócios mais ou menos importantes das municipalidades dependem unicamente das Assembléas Provinciaes¹⁸⁰.

Com a proclamação da República, o cenário político e social brasileiro sofreu diversas mudanças, permeadas de promessas de que o Brasil enfim seria colocado nos trilhos do desenvolvimento. O novo século trazia consigo os anseios de parte da população brasileira, formada pela nossa elite, que almejava o país se assemelhar às nações europeias:

O Brasil entrava no novo século XX tão confiante como as demais nações: nada como imaginar que seria possível domesticar o futuro, prever e impedir flutuações. Sem dúvida esse é um tempo que se apostou em verdades absolutas, em normas morais rígidas, na

¹⁸⁰SOUSA, Paulino José Soares (Visconde do Uruguay). *Estudos práticos sobre a administração das Províncias no Brasil*. Primeira parte, tomo I. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1865, p. VIII-XIX.

resolução de todos os imponderáveis, e fiou-se em modelos que distinguiam, de forma insofismável, o certo e o errado¹⁸¹.

Uma das mudanças mais significativas do novo sistema de governo se instaurou na estrutura política, principalmente no que se referia a municipalidade, objeto de nosso estudo. Assim como os estados, no regime federativo que se instaurava, seriam autônomos, e participariam da soberania da união, os municípios foram contemplados com uma certa autonomia local, como nos mostra o artigo 68 da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891: “*Os estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto se respeite ao seu peculiar interesse*”¹⁸². Os estados, no entanto, cada qual a sua liberdade, repaginaram os seus municípios, “*com maior ou menor amplitude na administração, em termos que lhe asseguravam a autonomia pregada na Lei Magna*”¹⁸³. Contudo, questionou-se muito esta autonomia, principalmente pelo fato da eletividade do poder executivo. Nas palavras do jurista Helly Lopes Meirelles:

Durante os 40 anos em que vigorou a Constituição de 1891, não houve autonomia municipal no Brasil. O hábito do centralismo, a opressão do *coronelismo* e a incultura do povo transformaram os Municípios em feudos de políticos truculentos, que mandavam e desmandavam nos ‘seus’ distritos de influencia, como se o Município fosse propriedade particular e o eleitorado um rebanho dócil ao seu poder¹⁸⁴.

Os prefeitos (intendentes ou chefe do executivo) eram eleitos com base no consentimento do governo estadual, aos desejos do “coronel” mediante a um sistema de reciprocidade, expresso nas palavras de Victor Nunes Leal: “*de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem os magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos (...)*”¹⁸⁵, o que ele denomina como “cofre das graças e o poder da desgraça”. A tese de Leal nos leva a questionar sobre a suposta autonomia dos

¹⁸¹COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 13-14.

¹⁸²BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras II* 1891. Biblioteca do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2012, p.80.

¹⁸³MEIRELLES, Helly Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. 16ª Edição (atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva). São Paulo: Malheiros Editores, 2008, p. 39.

¹⁸⁴Idem.

¹⁸⁵LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto* (O município e o Regime Representativo no Brasil). 4ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978, p.

municípios garantida pela Constituição de 1891. O poder do governo estadual e a influência dos coronéis sobre a população pobre do interior dava continuidade a utilização de forças opressivas, perseguição e violência, expressões de um mandonismo que perdurou por mais de quatro décadas.

Em Pouso Alegre, o Conselho de Intendência Municipal foi instalado no dia 01 de março de 1890. Em portaria, o governador do estado de Minas Gerais, João Pinheiro, dissolve a Câmara Municipal estabelecendo a Intendência:

Palácio da Presidência do Governo do Estado de Minas Geraes em Ouro Preto, 16 de fevereiro de 1890. Comunico-vos que nesta data dissolvi essa Câmara e criem em substituição um Conselho de Intendência composto dos cidadãos: Presidente- Urbano Dias Ferraz da Luz, Antônio da Costa Braga, Joaquim Roberto Duarte. Adjuntos: Antônio Augusto Coutinho e Herculano Ferreira dos Santos. – João Pinheiro da Silva- Senhores Presidente e mais Vereadores da Câmara Municipal de Pouso Alegre¹⁸⁶.

Sendo dissolvida a Câmara, os vereadores e funcionários foram exonerados de seu cargo, e em seguida, foram nomeados novamente mantendo o quadro político e funcional da antiga Câmara. Nestas duas últimas décadas de nosso estudo (1890-1910), o quadro dos vereadores era composto em sua maioria por comerciantes e fazendeiros com mais de uma atividade financeira, profissionais liberais e um padre, sendo presidida por apenas dois intendentes: Coronel José Joaquim Vieira de Carvalho (1892-1904), proprietário e fazendeiro, por muitos anos exercera cargos ligados a Igreja Católica, como fabriqueiro da matriz e escrivão do juízo eclesiástico, e o Coronel Octávio Meyer, negociante, exercendo este cargo até o ano de 1912.

Após esta breve revisão sobre a criação das Câmaras Municipais, seu funcionamento e dinâmicas, passaremos a analisar o corpus documental composto pelas atas do poder legislativo, com o objetivo de traçar as trajetórias da formação e construção do espaço urbano de Pouso Alegre na transição do século XIX para o XX.

2.2- A sociedade da ordem e do espetáculo (1870-1880)

Nos últimos anos de 1860, percebemos que a atenção da Câmara Municipal se voltava para obras relacionadas à infraestrutura do município, como alinhamento de

¹⁸⁶Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1887-1890. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, p. 190.

casas, conserto e manutenção de fontes e mananciais, conservação das pontes estradas existentes na sede e no município, criação de leis que visavam maior atenção para organização e ordem local entre outros. Nesta mesma época se edificou uma capela no lugarejo denominado São José do Congonhal, recebendo como doação “*de 25 alqueires de terras para alli se edificar a dita capella e se formar a dicta povoação que se acha principiada neste lugar com bastante progresso*”¹⁸⁷, em que alguns anos mais tarde se tornaria distrito.

Ao principiar a década de 1870, o relatório dos Presidentes da Província de Minas Gerais¹⁸⁸ trazia informações acerca da indústria agrícola e fabril da Província. A indústria de Pouso Alegre contava com a produção de tecidos de algodão produzidos em teares e a fabricação de velas com a matéria prima colhida no próprio local. Das velas, nos é informado, que se fazia uma pequena exportação para localidades próximas, enquanto dos tecidos não se registrava nenhuma. A indústria contava com pouca dedicação, principalmente com a pesca e a criação em pequena escala, não existindo a extração de pedras e minerais. A agricultura também não estava em uma boa situação nesta época, pela falta de incentivos que relacionados a mesma, como a existência de uma escola agrícola, para a formação de pessoas capacitadas para o campo, com o ensino de técnicas e cuidados com a lavoura, a falta de materiais, de esforços individuais e o auxílio do governo, reconhece o próprio relatório. Outras dificuldades citadas são a falta de estradas, e das poucas que possuíam muitas vezes foram intransitáveis, a conservação dos rios, em sua maioria navegáveis, mas que se encontram em abandono. Por isso chama atenção, que uma primeira medida a ser tomada seria

(...) a factura de estradas, que offereção fácil e rápido trajecto. Adquirindo este benefício, a imigração virá em procura de ricas terras; será fácil a introdução de machinas de lavoura; uma completa revolução se operará no systema de agricultura, e o melhoramento material aparecerá.¹⁸⁹

¹⁸⁷Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871, Primeira Sessão Ordinária de 25 de Julho de 1869, p.100. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, p. 151.

¹⁸⁸Relatório apresentado à Assembléa de Minas Geraes: na sessão extraordinária de 02 de Março de 1871, pelo Presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1871, p. 117.

¹⁸⁹Idem.

Tendo em mente os melhoramentos que deveriam ser realizados, perceberemos que durante esta década muito se falará nas atas sobre a necessidade de reformas e mudanças de estradas, justamente para facilitar ainda mais a dinâmica da produção, exportação de gêneros variados e o acesso a praça comercial. O município de Pouso Alegre, na década de 1870, abrangia um vasto território, composto pelos seguintes distritos: Congonhal (povoado), Sant'Anna do Sapucahy, Retiro, Jacutinga, Ouro Fino, Monte Sião (Curato), Borda da Mata e Conceição da Estiva. As principais produtos cultivados neste território eram a do fumo, cana de açúcar, cereais, milho, feijão, arroz e em algumas partes do município o café. Eram criados gados e porcos, sendo estes produtos de exportação destinados aos mercados paulista, pelas regiões de Taubaté, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, e carioca. A maior parte dos lavradores se dedicava

(...) a planta e fabrico do fumo, que é exportado para o Rio de Janeiro, pelas partes de Uberaba, Paraty e Santos; a exportação do chá e do café é pequena; o milho é quasi todo consumido pelo gado suíno, que é levado vivo, ou morto para o mercado da côrte; e os demais gêneros são destinados ao alimento da população do município, exportando-se d'elles muito pequenna quantidade¹⁹⁰.

De acordo com o Recenseamento do Brasil de 1872¹⁹¹, a população do município correspondia a 46.168 habitantes, sendo que 7.496 eram mão-de-obra escrava. A maior parte dos escravos se concentrava nos distritos de Sant'Anna do Sapucahy, Ouro Fino e Pouso Alegre, correspondendo a 64% da mão-de-obra. A sede do município, em números populacionais nesta década era estimada em 7.399 habitantes entre livres e escravos. Em relação ao meio social, é interessante observar o quadro abaixo em que se contabilizam as profissões:

¹⁹⁰*Relatório apresentado à Assembléa de Minas Geraes*: na sessão extraordinária de 02 de Março de 1871, pelo Presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1871, p. 117.

¹⁹¹*Recenseamento do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874.

Tabela 05: População em relação às profissões, cidade de Pouso Alegre¹⁹²

Profissões¹⁹³	Concentração	%
Agrícolas	2.213	34,44
Serviço Doméstico	1.673	26,04
Profissões Manuais ou Mecânicas	769	11,97
Pessoas Assalariadas	427	6,65
Profissões Liberais	98	1,53
Profissões Industriais e Comerciais	75	1,17
Sem Profissão	2.063	32,11

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872.

Como podemos perceber, de acordo com a tabela 04, o trabalho estava concentrado mais no campo, como lavradores, cerca de 34% da população distribuídas entre homens brancos, cativos e estrangeiros dedicavam ao trabalho rural. Logo a seguir, é nos colocado os serviços domésticos, em sua maioria exercido por mulheres livres. As demais profissões eram exercidas especificamente no meio urbano, desde aqueles que se dedicavam ao trabalho em alguma pequena fábrica artesanal (dando destaque as costureiras e aqueles que trabalhavam os metais), comércio, ou até mesmo ao serviço público. Os escravos não se enquadravam nas profissões liberais e de comércio, sendo que uma pequena parcela se inseria no quadro dos operários. A maioria estava alocada no trabalho campesino, nas fazendas e engenhos da região. O que nos chama atenção no censo é um grande índice das pessoas que não possuíam profissão, ou seja, as pessoas que não declararam nenhum tipo de ofício ou até mesmo aqueles que se tornaram excedentes da força de trabalho.

O Almanaque Sul Mineiro, nos apresenta Pouso Alegre, no ano de 1874, como uma localidade que continha “3 praças, 26 ruas e trezentas e tantas casas (...) duas igrejas”¹⁹⁴ um hospital da Misericórdia em construção¹⁹⁵, dois colégios (de São

¹⁹²Levamos em consideração neste quadro a população de Pouso Alegre subtraída pelo número de crianças de 1 mês a 10 anos, resultando em um total de 6.425 mil habitantes tendo em vista que o trabalho infantil era bem disseminado na época.

¹⁹³Nas profissões liberais se enquadravam: Religiosos regulares e seculares, Juristas (Juizes, advogados, Notários e escrivães, Procuradores, Oficiais de Justiça), Médicos, Cirurgiões, Farmacêuticos, Parteiros, Professores e homens de letras, Empregados Públicos, Artistas, Militares, Marítimos, Pescadores, Pescadores, Profissões Industriais e Comerciais (Manufatureiros e Fabricantes e Comerciantes, Guarda-Livros e Caixeiros). As profissões manuais e mecânicas eram compostas pelos seguintes membros: Costureiras e Operários (Canteiros, Calceteiros, Mineiros e Cavouqueiros, em Metais, em Madeiras, em Tecidos, de Edificações, em Couros e de Peles, em Tinturaria, de Vestuários, de Chapéus, de Calçados). Das profissões agrícolas (Lavradores e Criadores). Das pessoas assalariadas (Criados e Jornaleiros). Havia também aquelas pessoas que se dedicavam ao serviço doméstico e por fim, o recenseamento menciona aqueles que não possuíam profissão nenhuma.

¹⁹⁴VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 225.

Sebastião para o sexo masculino e Nossa Senhora das Dores para o feminino), fontes públicas e chafarizes. As ruas não eram calçadas, sendo de terra batida, o que propiciava à cidade um ar bucólico e rural, como percebemos na imagem abaixo:

Imagem 2: Avenida do Imperador- Década de 1870

Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

A construção do teatro, ao lado esquerdo da imagem 02, de iniciativa da Associação Dramática Pouso alegreense, se tornou um espaço mantido e utilizado para a apresentação de peças teatrais e representações artísticas promovidas por este grupo de jovens da cidade. Ao lado da Igreja Matriz encontra-se a Praça do Mercado, local este destinado ao comércio de gêneros, prestando bons serviços à cidade e região e sendo conhecido por ser um dos mais fartos e concorridos. Nele,

(...) eram expostos a venda em retalho, os gêneros conduzidos pelos carreiros, tropeiros e condutores, sendo fornecidos a eles pesos e

¹⁹⁵De acordo com o Almanaque Sul Mineiro para o ano de 1874, nas proximidades de Pouso Alegre, apenas a cidade de Campanha possuía uma Santa Casa. “A Santa Casa de Caridade, creada pela lei de 22 de fevereiro de 1836 e começada por deliberação da municipalidade da Campanha, também foi construída mendigando auxilio de todos quantos de interesavao pela sorte dos enfermos pobres”. Cf: VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. Já em Pouso Alegre, a fundação da Santa Casa de Misericórdia ocorreu em 1849 em propriedade doada pelo Coronel José Antônio de Freitas Lisboa, sendo a construção e direção deste estabelecimento de responsabilidade do Coronel José Garcia Machado e com auxílio da Câmara Municipal. Cf: GOUVEA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Art's Gráfica Editora, 1998, p. 67. *Documento em que solicita a deliberação da Câmara Municipal de Pouso Alegre sobre o Hospital de Caridade*. Coleção Documentos soltos, 1849. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo. No Almanaque Sul Mineiro, encontramos referência de que este estabelecimento funcionou por pouco tempo em Pouso Alegre.

medidas para melhor controle do Procurador da Câmara. O comércio poderia ser realizado em seu entorno, sendo permitido a qualquer quitandeiro de qualquer gênero levantar na praça barracas para resguardar a si e aos seus gêneros, por meio de demarcações e ordens apontadas nos regulamentos municipais da praça ou da feira.¹⁹⁶

O Almanaque Sul Mineiro também aponta a necessidade da construção de uma cadeia que fosse funcional e abrigasse adequadamente os presos, sendo de indispensável urgência, “*e como é justamente reclamada por todos o que se interessão por este lugar, acreditamos que em breve será atendida, e que ter-se-há uma prisão digna da sede da comarca e do importante município*”¹⁹⁷ o que se realizará no final da década estudada.

Em relação à dinâmica de produção da cidade na década estudada, tomamos conhecimento quando a Câmara Municipal responde a uma Circular requerida pela Presidência da Província de Minas Gerais, informando detalhes sobre a situação da indústria e lavoura. Sobre o campo das pequenas indústrias, nos relatam os edis sobre a limitação em torno do fabrico de tecidos de algodão e velas de cera. Os tecidos eram destinados a confecção de vestes para os escravos e pessoas pobres, aqueles que se “*dedicão a lavoura, não sendo por isso sufficiente o que se prepara no termo onde se encontram fácil venda iguais tecidos vindos de Pitangui e outros pontos da Província*”¹⁹⁸. Nesta década, observa a Circular, esta indústria ainda estava no começo, adaptando-se aos poucos as máquinas de fiação e sendo imperfeitos os sistemas de teares. A produção de velas era realizada com matéria prima existente e escolhida no próprio município e vinha sendo desenvolvida em alguns pontos de Pouso Alegre, porém sua exportação era pequena.

A lavoura, segundo as informações obtidas, era praticada mantendo os métodos antigos sem nenhuma inovação. As práticas utilizadas eram aquelas passadas pelas gerações passadas:

Derrubão-se os mattos sem selecção de nenhuma madeira de ley, e sob suas madeiras contadas que são queimadas, adubando-se a terra com a cinza, planta-se e depois de uma ou duas capinas colhe-se multiplicada a semente que se lançou na terra. Nesse processo não são empregados arados, semeadores e outros instrumentos de lavoura,

¹⁹⁶ ANDRADE, Ana Eugênia; VALE, Fernando Henrique do. *Mercado Municipal de Pouso Alegre: o cotidiano na cidade*. Campinas, SP, Pontes, 2013, p. 16.

¹⁹⁷ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 226.

¹⁹⁸ *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871*. Terceira Sessão Ordinária em 14 de Fevereiro de 1871, p. 169. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

resultando daqui muito maior trabalho e dispêndio para se conseguir o que se pode obter facilmente e com pouco gasto¹⁹⁹.

Para a Câmara Municipal, a conservação destes métodos não era o mal maior relacionado as práticas agrícolas, pois eram práticas exercidas no país. A crítica é direcionada ao Governo Provincial de Minas Gerais, a respeito das condições em que se encontram as regiões da Província em geral. Além do solo ser montanhoso, a falta de estradas contribuía para a dificuldade da circulação da produção dentro e fora da província. O abandono dos rios interferia na navegação, o que dificultava a introdução de maquinários para a lavoura, a exportação de madeiras e dos gêneros colhidos no local, a falta de uma escola agrícola para capacitar os trabalhadores rurais, são aspectos que contribuía para o atraso da agricultura. Além dos gêneros alimentícios que eram exportados para o Rio de Janeiro, gado, porcos, carneiros e cavalos eram criados em pequena escala. Em relação à pesca, a prática se dava em pequena escala, “*empregão-se indivíduos em números de três a vinte, que aqui vendem peixe apanhado no Rio Mandú, que banha esta cidade, e nos Rios Sapucahy e Sapucahy Mirim, que passam próximo a Pouso Alegre*”²⁰⁰, abastecendo principalmente os habitantes locais.

Entre os anos de 1870-1879, foram realizadas 164 reuniões da Câmara, entre ordinárias e extraordinárias na intenção de discutir assuntos referentes ao município de Pouso Alegre, como a troca de informações com a Província, nomeações e instituições de cargos, elaboração de leis, a manutenção e organização do município, realizada pelas obras públicas e a prestação de contas, com a coleta de impostos e realização de despesas. A arrecadação²⁰¹ feita durante os dez anos²⁰² resultou na quantia de 47:664\$838 para o município, como observamos no gráfico abaixo:

¹⁹⁹ *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871*. Terceira Sessão Ordinária em 14 de Fevereiro de 1871, p. 169. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²⁰⁰ *Idem*.

²⁰¹ A arrecadação tributária, seguindo os moldes da administração das rendas pertencentes ao Império Brasileiro, pode ser dividida em três categorias: *receita ordinária*, *extraordinária* e *depósitos*. Entendemos como **Receitas Ordinárias** as arrecadações previstas em orçamento e que provém de fontes certas e fixadas por lei, como por exemplo, os impostos cobrados e as licenças. As receitas extraordinárias podem ocorrer de forma inesperada, geralmente arrecadas para custear alguma obra ou serviço urgente, não previsto no orçamento, como as cobranças de multas e verbas transferidas do governo municipal para o provincial. Temos também, finalmente, os depósitos, provenientes de empréstimos bancários ou doações monetárias aos cofres públicos. Cf.: OLIVEIRA, Fernanda Amaral de. *As contas de um município no Império: As fiscalidade de Juiz de Fora, 1857-1889*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto, Marinana, 2011, p. 71-72.

²⁰² Os impostos cobrados no município de Pouso Alegre estavam tabelados no Código de Posturas em vigor (sancionado em 1858). O título 7º trata *Sobre impostos Municipaes*, que eram classificados em: Animais, esmolas com ou sem bandeira, arrecadação dos distritos, ofícios, presos pobres, espetáculos, praça do Mercado, impostos gerais cobrados na sede do município, arrematação de portos, mascateação,

Gráfico 01: Arrecadação da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1870-1879 (em contos de réis)

Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1869-1879; 1879-1880).

Os impostos colhidos no município obtiveram o maior valor de arrecadações nesta década. Essa categoria de impostos, que para esta década correspondia a 53% da arrecadação municipal (44% arrecadados na sede do município e 9% nos distritos), se referia a cobrança de taxas sobre os carros, ranchos, matrículas, esmolos (arrecadadas geralmente para festas populares ou do padroeiro) e espetáculos (geralmente aconteciam quatro vezes por ano, sendo noite de espetáculos de cavaleiros ou apresentações cênicas, como “Noite de quadro vivos”), que davam impulso a renda local, sendo de responsabilidade do Agente Municipal esta cobrança, que em sua função era (...) *obrigado dentro do anno Municipal a percorrer o Município duas ou tantas vezes quantas forem necessárias para tornar effectiva a cobrança e arrecadação dos impostos, de maneira que no fim do anno financeiro estejam realizados*²⁰³.

Os impostos relacionados ao comércio nesta década corresponderam a 41% das cobranças feitas pelo Agente Municipal às diversas casas existentes na cidade, especializadas na venda de secos e molhados, açougue, padaria e rendimentos da Praça

aluguéis de prédios públicos, multas aos que violavam o Código de Posturas local, licenças, negócios, profissionais liberais, cargueiros, carros ferrados, ranchos, agricultura, carros e matrículas. Estes valores foram transcritos e detalhados nos livros de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Pouso Alegre.

²⁰³*Posturas da Câmara Municipal de Pouso Alegre*. Resolução nº 938 de 08 de Junho de 1858. Livro da Lei Mineira, tomo XXIV. Ouro Preto, 1858, p. 216.

do Mercado, esta de responsabilidade do Inspetor ou Fiscal do Mercado, de acordo com as vendas realizadas nos dias de feira. Da produção rural do município (cabeça de vaca abatida e plantações diversas), constatou-se 5% da arrecadação nesta década.

Em relação às despesas municipais para a década de 1870, encontramos poucas referências no Código de Posturas de 1858 que continuava em vigor. O mesmo livro de leis trazia apenas um capítulo mencionando os gastos e os deveres que a Câmara deveria cumprir. No item 4º sobre as *Obras Públicas* era apontado que

Art. 60: A conservação e reparo das muralhas, paredões, ou outras obras feitas para a segurança de edifícios ou prisões públicas, calçadas, pontes, chafarizes, regos e aqueductos, poços, tanques, e quaesquer outras construcções em benefício commum, ou para decoro das povoações serão feitos pela Câmara²⁰⁴.

Já as obras de particulares não seriam de responsabilidade do governo municipal, devendo o executor/proprietário arcar com os seus custos e pagar uma respectiva licença para a realização da mesma. Aqueles que arrematassem alguma obra empreendida pela Câmara Municipal, deveria manter seus compromissos contratuais, “*a responsabilisar-se pela integridade da obra durante um ano contado do dia da entrega*”²⁰⁵ sendo sujeito a multas impostas a qualquer descumprimento firmado em contrato.

Foram também identificadas nas rubricas da década estudada as seguintes despesas: honorários aos prestadores de serviços da Câmara, dispêndios realizados pelo júri, gastos materiais, expensas para eleições, socorro aos presos pobres, aluguéis pagos pela municipalidade, e, nos dois últimos anos, gastos empreendidos com a iluminação pública da cidade. Os gastos anuais, geralmente eram exatos ou aproximados ao orçamento do ano financeiro publicado no Livro da Lei Mineira²⁰⁶. O total da despesa registrada na década de 1870 foi de 51:114\$801 mil réis, sendo observados no gráfico abaixo:

²⁰⁴ *Posturas da Câmara Municipal de Pouso Alegre*. Resolução nº 938 de 08 de Junho de 1858. Livro da Lei Mineira, tomo XXIV. Ouro Preto, 1858, p. 216.

²⁰⁵ Idem, p. 181.

²⁰⁶ Podemos aqui exemplificar: O orçamento previsto para o ano de 1877 em que presente na Resolução nº2448 de 14 de novembro de 1877, em que se orça as despesas das Câmaras Municipais da Província, no exercício de 01 de outubro de 1877 a 30 de setembro de 1878 para Pouso Alegre é de 6:000\$000. De acordo com os dados presentes no livro de Receitas e Despesas da Câmara Municipal, os gastos efetuados resultaram na quantia de 5:548\$504, um valor aproximado do orçamento Provincial.

Gráfico 02: Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1870-1879 (em contos de réis)

Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1869-1879; 1879-1880)

O maior gasto feito pela Câmara Municipal nesta década foi com o pagamento dos honorários de funcionários. Estas pessoas exerciam as funções de secretário, fiscal da cidade, fiscal dos distritos, porteiro e administrador do Mercado. Em algumas rubricas foram identificadas gratificações aos mesmos, por algum serviço extra que exerceram, como no caso do ano de 1877, em que o Secretário da Câmara além de seu salário de 600\$000 fora gratificado extraordinariamente com a quantia de 500\$000. As custas feitas com o júri eram destinadas ao pagamento de juízes, promotores e aos honorários dos cartórios públicos que ofereciam seus serviços à Câmara. Eram custeados também os trabalhos durante as eleições provinciais e municipais, a compra de materiais para as sessões da Câmara (papéis ao maço, penas, tintas, entre outros objetos), o pagamento de aluguel dos prédios da Cadeia e da Praça do Mercado, donativos feitos para os presos pobres da cidade (compra de vestimentas e alimentação), compondo os demais valores das despesas municipais.

As obras públicas, na década de 1870, despenderam dos cofres municipais 25,60% dos gastos na década estudada, ou seja, a quantia de 13:087\$390. Nos registros das reuniões dos vereadores de Pouso Alegre, encontramos diversas referências sobre pedidos de consertos e melhoramentos de estradas públicas, ligando municípios,

freguesias e distritos. Como a condição financeira do município nem sempre dava conta de realizar as obras que competia a sua localidade, era sempre recorrente o auxílio do Governo Provincial, o qual mantinha interesse em relação às estradas, como é o caso do caminho que de Pouso Alegre segue a Caldas:

Pelo Vereador Dr. Ferreira da Veiga foi lida a seguinte proposta. Proponho que se represente por intermédio da Directoria Geral das obras públicas ao Exmo. Sr. Presidente da Província sobre a conveniência de ser reparada a estrada que desta cidade se dirige a de Caldas, consignando-se na representação que a referida estrada achasse actualmente e o tal estado de ruína que o trânsito por ella é quase difícil na estação chuvosa, que já é conhecida e explorada uma outra direção passando pela serra conhecida por Serra de José Franco diminuindo-se 5 léguas de extensão, e também que por essa estrada é que se faz toda estrada, digo, toda exportação dos gêneros que da cidade de Caldas são levados para a Corte, sendo aquella Cidade pertencente a esta Comarca de Jaguary, e formão parte do 5º Districto Eleitoral²⁰⁷.

A preocupação com as estradas era recorrente, principalmente pelo estado em que se encontravam, muitas vezes arruinadas pelas chuvas ou por ter sido abertas em acessos com muitos obstáculos e serras. Geralmente, as reclamações e pedidos para as melhorias da infraestrutura eram feitos pelos moradores da região ou para atender interesses de particulares por onde passavam esses acessos. Percebemos em relação ao acesso entre Pouso Alegre e um de seus distritos:

Pelo Vereador Dr. Muniz Barreto já foi lido o seguinte parecer. Pede o Fiscal em seu Relatório uma pequena mudança na estrada que segue desta cidade para a Freguezia de Borda da Matta, por isso que é reclamado por todos os que por ella transitao, evitando-se grandes morros, pântanos e córregos que se encontrão na existente. Intende, pois, a comissão que semelhante mudança constitui uma necessidade para os povos, que deve por isso merecer desta Câmara uma deliberação, ainda mais quando já foi ella examinada pelo Fiscal, convindo portanto que à elle que se determine, ou se faça orçar a quantia se poderá dispende²⁰⁸.

A importância destas obras se dava por serem utilizadas como rotas de transporte e acesso ao comércio local, *“excetuando a utilização dos rios navegáveis, a circulação era essencialmente terrestre (caminhos, estradas, picadas) com predomínio das tropas e dos muares como meios empregados para realização da circulação mercantil e de*

²⁰⁷Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871, Segunda Sessão Ordinária de 15 de Fevereiro de 1870, p. 137. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²⁰⁸Idem.

peças”²⁰⁹. Tal era a preocupação do governo imperial, que em 19 de Abril de 1871, a Câmara Municipal recebeu uma Portaria da Presidência da Província chamando a atenção dos sesmeiros e posseiros para cederem terrenos de tal modo que ali pudessem ser abertos novos caminhos:

Comunico a vossas senhorias para os devidos efeitos que, segundo conta do aviso do Ministério Publico dactado de 10 de fevereiro ultimo, sua Magestade o Imperador houve por bem declarar que os sesmeiros e por maioria de razão os posseiros com a obrigação de cederem os terrenos necessários, para abertura e melhoramento de estradas publicas geraes, Provinciaes, Municipaes, com direito somente a indenização das benfeitorias existentes nos mesmos terrenos, salvo se pelos títulos da sua propriedade estiveram ausentes dessas obrigações. Deos guarde a vossas senhorias. Antonio Luiz Affonso de Carvalho²¹⁰.

A região Sul-Central, segundo a classificação de Godoy e Paiva, onde se localiza o território de Pouso Alegre era caracterizada pela dinâmica do comércio interprovincial utilizando-se das estradas e da navegação²¹¹. Neste sentido, de se obter a promoção de integração nas esferas intra-regional, inter-regional e interprovincial, que fora sancionado o projeto de Lei nº1762 de 04 de Abril de 1871²¹². Este projeto previa a “*construção e integração de estradas de rodagem, a concessão de privilégios para a construção de vias férreas e a promoção da navegação*”²¹³, pretendendo garantir maiores relações internas com a província, com São Paulo e Rio de Janeiro.

Além dos dois exemplos citados acima, de Caldas e Borda da Mata, foram encontrados nas atas 5 registros referentes a estas obras, entre aberturas de novas rotas, conservação das já existentes e reclamação de moradores devido ao estado em que se encontravam, como o caso da estrada que ligam os distritos de Sant’Anna do Sapucahy de Capela do Retiro à cidade de Pouso Alegre que se encontravam danificadas pontes e pontilhões. O Jornal “O Mineiro”, no ano de 1874 traz em primeira página questões

²⁰⁹CRAVO, Têlio Anísio; GODOY, Marcelo Magalhães. *Por estradas e caminhos no interior do Brasil oitocentista: o desenvolvimento da infraestrutura de transportes de Minas Gerais*. XIV Seminário sobre Economia Mineira, Diamantina, p.08.

²¹⁰*Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871*, Sessão Ordinária de 19 de Abril de 1871, p. 182. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, p 181.

²¹¹O transporte feito nas estradas era realizado pelas mulas e/ou tropas de muare. Já a navegação utilizava-se do ajoujo, canoas, barças, pranchas e balsas.

²¹²*Livro da Lei Mineira*, Tomo XXXVII, p. 15. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²¹³GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. *Uma outra modernização*. Transporte em uma província não exportadora- Minas Gerais, 1850-1870. Revista Economia e Sociedade, v. 17, nº2. Campinas, 2008, p. 170.

relacionadas às vias de comunicação. Ao se referir à falta de boas estradas, nos informa que *“é o principal obstáculo à abundância de víveres por preços mais moderados nos mercados desta cidade e de outras do Norte de São Paulo”*²¹⁴, e que se o governo atentasse para a conservação das mesmas, traria mais vantagens para o comércio com outros mercados.

No Livro da Lei Mineira, encontramos informações a respeito das verbas enviadas da Província para os consertos das estradas do município, favorecendo a ligação com as vias principais de comércio. Foi concedida nesta década a quantia de 20:000\$000 para serem aplicadas na seguintes obras: reparos na ponte sobre o Sapucahy Grande na estrada de Pouso Alegre para a Corte (3:000\$000); melhoramento da estrada de Sant’Anna do Sapucahy à Pouso Alegre (3:000\$000); aterro das Anhumas na estrada de Pouso Alegre de Pouso Alegre para Borda da Mata (2:000\$000); consertos, reparos e mudanças da estrada que vai de Pouso Alegre à Borda da Mata e Sant’Anna do Sapucahy (2:000\$000); e conserto da estrada de Pouso Alegre aos limites daquele município com o de Alfenas (10:000\$000)²¹⁵.

As obras públicas realizadas na cidade eram as mais diversas: consertos e reparos em prédios públicos, limpeza de praças e ruas, consertos em pontes e vias locais, extração de formigueiros, manutenção nos chafarizes que abasteciam os moradores do núcleo urbano, entre outros serviços que garantiam o bem estar das pessoas. A realização destas obras se encontram bem detalhadas nos relatórios dos Fiscais da cidade emitidos as Câmaras como podem ser observados abaixo nos relatos de 1875:

Que a Câmara louve a zelo com que tem procurado fazer cumprir das Posturas, concernente a extinção de formigueiros e o transito pelas ruas e praças da cidade, de animaes prohibidos pelas mesmas Posturas, e que neste zelo continuar afim de ver se consegue completamente a extinção deste flagello das povoações, que desgraçadamente ainda se vê não so alguns formigueiros nas praças e ruas principais da cidade, mormente em frente a Matriz, a qual prejudica consideravelmente a arborização da Praça Municipal, como ainda a continuação do aparecimento de cães e cabritos, offendendo assim as disposições das Posturas aludidas e incomodando ao publico. Que se façam sentir ao mesmo Fiscal, que os cães perdigueiros se acham comprehendidos nas disposições do Art. 136 §2º; visto como o espírito do mesmo artigo não podia ser da mesma natureza que estes, na pratica do bem e do mal, não podiam ficar das referidas

²¹⁴*O Mineiro*- Periódico litterário, comercial e noticioso. Pouso Alegre, 19 de Julho de 1874, capa. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²¹⁵Estes dados se encontram na Coleção das Leis da Província de Minas Gerais, publicadas em Ouro preto e disponíveis no site: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/livro-da-lei-mineira>.

disposições. Que sente ou não terá providenciado o melhoramento das estradas antes de entrar a estação chuvosa, contudo que faça melhorar alguns passos intransitáveis ate que o tempo e que a maioria se façam consertos permanente. Que enquanto ao chafariz, que a Câmara vai mandar orçar o encanamento na forma que indica, e que enquanto isso não se faz siga solícito em fazer com que se conserve agoa no mesmo, embora com algum trabalho e despesas, vista a necessidade que há da mesma. Que é uma demasiada para com a quantia o encanamento do rego que conduz água para o mercado: o que convém é que a agoa corra livremente, obrigando aos proprietários a dar cursos livres em seus terrenos, multando aquelle que o contrario fizerem; se cercando com bicas nas ruas por onde a mesma passar, excepto o lugar conveniente na Praça do Mercado, que ficara livre como espécie de fonte, afim de que o publico della se utilize, cujas bicas e trabalhos será orçado afim de ser dar quota para isto²¹⁶.

Entre as obras mais básicas realizadas na cidade, como podemos encontrar exemplificadas acima, algumas possuíam maior relevância local. Um dos problemas que por muitas décadas se alastra em Pouso Alegre são as enchentes provocadas pelas chuvas na região da várzea do Rio Mandú. Desde os primeiros anos do século XIX, os viajantes Martius e Spix já relatavam em seus diários de “Viagens pelo Brasil” da dificuldade ao percorrerem a região de Pouso Alegre devido ao alagamento provocado pelas cheias²¹⁷. Encontramos diversos registros nas atas dos Vereadores em relação a este problema e as condições precárias que se encontrava o aterrado que interligava a cidade e a estrada que dava acesso a outras localidades, sendo “*elle aproveitado em todas as comunicações entre os pontos da estrada de Ouro Fino a São Paulo e Rio de Janeiro e quase todo este município e seus circunvizinhos*”²¹⁸. Em 1879, o Fiscal chama atenção para este problema:

por causa das chuvas, tem se tornado más algumas estradas, assim como o aterro e pontilhões da várzea do Mandú, pedindo providências sobre isso, intende a Comissão que tendo as chuvas começado nos últimos dias de Dezembro e o trimestre em Outubro haveria tempo sufficiente de ter reparado o aterrado antes dellas, tanto mais que já havião sido postos pranchões que boiam na inundaçã do Rio Mandú²¹⁹.

²¹⁶Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1872-1875, Terceira Sessão Ordinária de 09 de Janeiro de 1875. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²¹⁷ Cf: SPIX, Johann & MARTIUS Carl. *Viagem pelo Brasil*. 3 ed., vol. I. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 159.

²¹⁸Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1881-1887, Sessão Ordinária de 26 de Janeiro de 1883, p.66. Acervo o Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²¹⁹Idem, Sessão Ordinária de 09 de Janeiro de 1879, p.14.

A região era alagadiça, sendo necessária a realização e manutenção constantes dos aterros para a conservação da ponte. Como estes consertos exigiam da municipalidade gastos maiores, os vereadores reivindicavam sempre o auxílio do Governo Provincial, o que a todo momento gerava atrasos e empecilhos. A imagem 03 nos mostra a realidade desta região:

Imagem 3: Aterrado e ponte sobre o Rio Mandú- Década de 1870

Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Sendo um município de características rurais, tendo como fonte de renda a produção de gêneros alimentícios para exportação e consumo local, fazia-se necessária a construção de um matadouro municipal. Este recinto serviria para a guarda de animais que se encontrassem soltos nas ruas e o abate daqueles que seriam comercializados no mercado municipal e em outras regiões. As noções de salubridade e higienismo tiveram origens na Europa no século XVIII. Porém, no Brasil estas noções seriam abordadas no início do XIX, mediante o combate de doenças como a varíola e a lepra. Os anos posteriores a independência do Brasil introduziria com mais rigor recomendações da medicina e engenharia nas Leis de Posturas Municipais. Os códigos e as leis higienistas *“apontavam para a necessidade de fomentar uma nova mentalidade na população; as transformações dos hábitos, dos costumes e das ações coercitivas da lei”*²²⁰. A existência de um matadouro no município de Pouso Alegre já estava previsto nas posturas municipais de 1832, tendo a Câmara responsabilidade por fiscalizar e manter a

²²⁰GIORDANO, Carolina Celestino. *Ações sanitárias na imperial cidade de São Paulo: Mercado e matadouros*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Campinas: Pontifícia Universidade Católica, 2006, p.22.

limpeza do recinto²²¹. Contudo, a solicitação da construção deste prédio fora feita em 1871 pelo Vereador Francisco da Veiga:

que a bem da salubridade publica e de conformidade com as Posturas deste municipio, se tratasse quanto antes, de se construir nas margens do Rio Mandu, na extremidade da Rua da Cadea Velha, um matadouro publico, com as competentes comodidades para este ministério, e bem assim para servir de guarda e prisao dos animais apanhados na ruas da cidade, como prescreve as mesmas Posturas, foi aprovado, e ordenou a Câmara que se officiasse no Procurador da mesma, para que este mande fazer uma planta da referida obra, designando os materiaes que devam ser applicados, segundo a obra, a sua localidade²²².

Outra realização importante para a localidade mencionada em Ata nesta década consistia na organização espacial da cidade, por meio da numeração de prédios e denominação de ruas. Alguns nomes que caracterizavam a localização (como Rua da Cadeia Queimada, Rua do Alto do morro a Igreja, *atual Praça Dr. Garcia Coutinho e Avenida Getúlio Vargas*, ou até mesmo a rua da casa da Dona Joaquina até o rio) foram substituídos com denominações para ressaltar e perpetuar a memória do contexto vivido na época, como era o costume de cada forma de poder vigente, perenizando a lembrança de personagens e fatos da história nacional ou local, reproduzindo e perpetuando por meio do culto à genealogia da nação e do Estado Nacional fatos e personagens correspondentes²²³. Neste sentido, a Câmara adotou as seguintes medidas viabilizando as seguintes modificações:

A **Rua do Sabão** será denominada **Visconde do Hitaboray**= a da **Boa Vista** conservara o mesmo nome= a da D. Honoria a sahida será denominada do **Maurity**= A de **Santa Thereza**= **Gonçalves Dias**= a Travessa do Dr. Joaquim Bernardes= do **Paysandu**. O **Largo da Matriz** devera denominado **Praça Municipal**; o **Largo do Rosário**= **Praça Sete de Setembro**; a **Rua da Prata**= **Primeiro de Março** e a Rua do Rosário= **Duque de Caxias**; a do Largo à casa do Castello= **Marques do Herval**; a **das Flores**= **Princesa Imperial**; a **do Sabão**= **Vinte e Cinco de Março**; a dos **Agachados**= do **Amazonas**; do alto do morro a Igreja= **Visconde do Rio Branco**; a do largo da Matriz a casa de Dona Joaquina= **Rua do Imperador**; Rua paralela as Flores= **Rua do Ipiranga**; da casa de Dona Joaquina ao Rio= **Rua do Mandú**; a dos Coqueiros= **da América**; a das Taipas= **Das Flores**; a da Boa

²²¹Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871, Quarta Sessão Ordinária de 28 de Março de 1871, p. 175. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, p. 175.

²²²Idem.

²²³Cf: DIAS, Reginaldo Benedito. *A História além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica*. Revista História e Ensino, v. 6, Outubro, p. 103-120, Londrina, 2000.

Vista=**da Cadea Velha**; a paralela a Rua do Rosario= **General Câmara**; a dos Brejos= **da Imperatriz**; da Honoria à saída= **Riachoelo**; a de Santa Thereza= **Paysandu**; Travessa da casa do Dr. Joaquim Bernardes= **Travessa do Curuzú**; travessa da casa do Coronel João Ignacio de Barros Cobra= **Municipal**; Travessa da casa do Capitao João Pedro= **Senhor Bom Jesus**²²⁴.

Com a denominação das ruas e a numeração de casas, a Câmara poderia ter um maior controle da população estabelecida no local, em relação à cobrança de impostos e a vigilância das medidas estabelecidas pelas posturas municipais. Na segunda metade da década de 1870, duas construções caracterizariam ainda mais a “Sociedade da ordem e do espetáculo”: o teatro municipal e o início das obras da cadeia pública. Estas edificações não ficaram somente a cargo do município, ou seja, o teatro por iniciativa de um grupo de pessoas e a cadeia com verbas do governo provincial.

Desde o primeiro quartel do século XIX, percebia-se o gosto da pequena povoação pelas artes cênicas. O próprio Padre Senador José Bento, organizava e realizava em sua residência festas e saraus artísticos. Já na segunda metade do século XIX, surgia na cidade um grupo de jovens artistas amadores que escreviam e encenavam peças próprias ou de outros autores, realizando apresentações com o objetivo de se construir um prédio próprio, semelhante a estrutura arquitetônica do teatro de Ouro Preto, para se tornar um espaço de sociabilidade e entretenimento. Esta associação,

(...) fundada e mantida por diversos moços de talentos, frequentes vezes promovem representações theatraes, nas quaes mais se sentia a falta de um theatro regular do que a capacidade dos actores, alguns dos quaes mostram talento e aptidão para o palco (...) organizou-se a Sociedade União e Progresso- que tomou sobre si a construcção de um theatro²²⁵.

O edifício do teatro, fundado em 1875, tornou-se uma obra elegante no centro da cidade, possuindo “*três ordens de camarotes, uma platêa regular, um bom salão na frente e tudo mais indispensável em construcção d’esta ordem*”²²⁶. Em seu livro de memórias, Amadeu de Queiroz faz alusão ao teatro em pleno funcionamento:

²²⁴Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1872-1875. Sexta Sessão Ordinária de 18 de Janeiro de 1873. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²²⁵Almanaque Sul-Mineiro, 1874, p. 226. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²²⁶Idem.

“Nas noite de representação, funcionava o porteiro desde o pôr do sol para receber as cinco cadeiras que cada família mandava colocar nos respectivos camarotes. Às sete horas já iam chegando os espectadores, pessoas prevenidas, cada um com o seu capote, ou chalé-manta, por que eram frias as madrugadas de Pouso Alegre; rapazes e rapazotes se apresentavam, invariavelmente, de bengalas e bolsos cheios de rebuçados e as mulheres com os seus melhores vestidos. Às nove horas, o pano se levantava; sucediam os atos com os seus intervalos infundáveis; na plateia, os impertinentes reclamavam batendo em coro no assoalho com a ponteira das bengalas, enquanto soavam no palco, do outro lado do pano, marteladas formidáveis na montagem do cenário. Durante os intervalos, no saguão apertado, reuniam-se os homens para fumar, atropelando-se uns aos outros para avançarem contra o botequim bem provido de doces e bebidas (...)”²²⁷

Mesmo sendo um prédio construído por particulares e pertencendo aos mesmos, a municipalidade lucrava na cobrança de impostos, como é proposto pelo Código de Posturas Municipal vigente, na Sessão dos Impostos Municipais, no capítulo 1º Das licenças para negócios e espetáculos, parágrafo 14 : “*Por cada noite de cavallinhos ou qualquer espetáculo gymnástico, 10\$000 mil réis*”²²⁸. Alguns anos mais tarde, este prédio seria passado para os cuidados da municipalidade como forma de doação.

Próximo ao Teatro, na mesma Avenida do Imperador, no ano de 1874, fora construída a Cadeia Pública pelo Governo Estadual através da Lei nº 2091. Até o momento, a cidade necessitava de um local apropriado para esta função, tendo em vista que sua primeira sede funcionou em uma pequena casa alugada, na Rua denominada “Outra Banda”, e em seguida passando a ocupar um espaço próprio “*uma casa velha adquirida de Antônio da Costa Ferreira, no Largo da Ponte Velha. A casa ruiu e foi trocada por outra na Rua da Boa Vista de propriedade de José Borges da Silva*”²²⁹ tendo sido incendiada. Percebemos até então que a cidade de Pouso Alegre não possuía um local adequado para abrigar os presos, sendo estes locais sempre improvisados e provisórios, com mudanças frequentes. Durante o período de 15 anos, foram gastos pela municipalidade quantias destinados ao transporte de presos para cadeias de cidades vizinhas.

Evidentemente se tornava necessária a construção de uma Cadeia mais ampla que pudesse atender as necessidades do município, desejo este das autoridades locais, de não

²²⁷QUEIROZ, Amadeu de. *Dos sete aos setenta e sete: Recordações e comentários 1880-1950*. São Paulo: Editoria Cupolo, 1956, p. 46.

²²⁸Livro da Lei Mineira de 1858. *Código de Posturas da Cidade de Pouso Alegre*, p. 213. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²²⁹ Revista do *Museu Histórico Tuany Toledo*. Outubro de 2010.

ficar mais a mercê da improvisação e da dificuldade de destinar os presos do município. O local escolhido, decidido por unanimidade dos vereadores “*era no terreno existente entre as Ruas 01 de Março, estando em frente a casa do Dr. Joaquim de Barros Mello*”²³⁰ (região esta localizada no final da Avenida principal da cidade). Cada espaço do prédio estava sendo pensado e dividido conforme as funções que deveriam ser exercidas em seu interior, obra esta executada pelo empresário Tenente Fernando de Barros Cobra no durante a década de 1870, seguindo os moldes da planta que havia sido elaborada:

Segundo a planta que compreende esse orçamento deve ser construída a cadeia de forma... tendo na base um polígono octágono regular circunscrito com um perímetro de 3,6 ou cada lado 9,2. Cada lado de polígono corresponde a um cômodo onde A o corpo da guarda; B o quarto do carcereiro; C prisão das mulheres; D, E, F, três enxovias forradas as paredes de pranchões para a separação de...; G, H enxovias destinadas a prisões connectivas, todas de paredes e alicerces.... D, E, F será da maneira seguinte: os pranchões serão encostados um aos outros pros seus tapas laterais levando as outras mechas a fim de que dificultem o arrombamento das selas por parte dos presos. Em roda de todo o edificio levará uma calçada de 2 metros de largura. Em todas as mais obras a executar-se observa-se as prescrições indicadas no plano e orçamento= Ouro Preto 20 de Abril de 1870²³¹.

O orçamento previsto pela Câmara Municipal para a edificação deste prédio, entre a compra de materiais e o pagamento dos jornaleiros, estava estipulado na quantia de 18:400\$000 mil réis²³², sendo que o Governo Provincial autorizou o valor de 10:000\$000 mil réis, ficando a cargo do município despender o restante da quantia. Todos os materiais necessários foram devidamente pensados e utilizados: “*a Porta principal de cedro, fechaduras com ferrolhos para as janellas, grades de ferro para as portas, alicerces, fechadura para a porta principal*”²³³. Cada detalhe da construção foi previsto e calculado, para a construção de um prédio resistente e funcional. A partir deste momento, as verbas para construção da cadeia começaram a ser enviadas, como podemos observar no ofício abaixo:

²³⁰Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1877-1878, Sessão Extraordinária de 13 de Fevereiro de 1878, p. 37. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, p. 36-27.

²³¹Orçamento das obras da Cadeia Pública Estadual de Pouso Alegre. As letras A, B, C, D, E, F, G, H correspondem a cada cômodo da cadeia. Coleção documentos soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²³²Este orçamento se encontra na coleção de Documentos Soltos, no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²³³Orçamento das obras da Cadeia Pública Estadual de Pouso Alegre. Coleção documentos soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Excelentíssimo senhor comunico a vossa senhoria para os fins convenientes que em comprimento do determinado pelo excelentíssimo governo em ofício de 14 do corrente sobre o numero 480 nesta data expedi ordem ao administrador da recebedoria de ouro fino para entregar a essa camara a quantia de 500 mil réis quinzenalmente a fim de ser aplicado nas obras da cadeia desta cidade. Deus guarde a vossa senhoria senhor presidente da camara municipalidade Pouso Alegre, o inspetor Francisco Luiz da Veiga²³⁴.

O dinheiro aplicado na construção seria repassado de quinze em quinze dias, segundo a autorização vinda de Ouro Preto, destinada à Câmara desta cidade. A cadeia não seria erguida de uma vez, ela seria construída por partes, segundo a liberação de verbas, tendo sua conclusão apenas quinze anos mais tarde.

Os últimos anos da década de 1870 foram marcados pela instalação de iluminação pública. Segundo os memorialistas Octávio Miranda Gouvêa e Amadeu de Queiroz, até o ano de 1878 a cidade era desprovida deste serviço, ocasionando certos desconfortos na população, um ar bucólico e sombrio que por muitas noites amedrontavam o imaginário popular no espaço citadino:

“As ruas viviam em completa escuridão, constituindo-se verdadeiro perigo aos que se aventuravam a caminhadas noturnas. Os buracos e atoleiros das ruas eram verdadeiras armadilhas para os transeuntes, e uma esquina podia ser um traiçoeiro quebra-nariz. Por isso quando as famílias saíam a noite, levavam um moleque com uma lanterna, o qual ia na frente iluminando o caminho. Nos dias de festas populares, no Largo da Matriz, acendiam-se as fogueiras. Nas residências, usavam-se comumente velas, lamparinas de azeite ou lampião belga. Nas casas de família de posse, além de um lustre central, com dez ou doze “luzes”, o qual só era usado em grandes ocasiões, usavam-se também castiçais de prata que ficavam sobre os consolos dentro de “donzelas de cristal”, que protegiam as chamas contra o vento, ou lampiões de querosene, com quebra luz de opalina branca. Nos quartos de dormir, predominavam as lamparinas de azeite, durante a noite toda, por não oferecerem maior perigo”²³⁵.

“Ouviam-se nos quintais as despedidas dos gados e os derradeiros mugidos. No escuro do campanário, sob a multi cor do céu, o sino grande, de badalada em badalada, tocava a avemaria. As vacas se deitavam no chão da praça e a noite fechava. Mais que gente andavam os animais pelas ruas e praças de Pousoalegre. (...) Às nove horas, a sineta da Câmara Municipal anunciava longamente a hora do recolhimento. Ninguém mais poderia andar pelas ruas, a não ser gente de idade, sendo branca. Se os pretos escravos necessitassem sair, levavam consigo um salvo conduto assinado pelo seu senhor. (...)”

²³⁴ *Permissão para construção da cadeia*. Coleção documentos soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²³⁵ GOUVEA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Art's Gráficas e Editora, 1998, p. 121.

Ardia a única vela acesa na vastidão da casa, porque somente se iluminavam os cômodos em que se permaneciam. Um de nós que tomasse o castiçal para entrar em outro compartimento, via-se logo rodeado por todos: temíamos tanto ficar um instante sem luz, como entrar sozinhos em um quarto escuro; por isso, andávamos sempre juntos, aconchegados, de um lado para o outro, acompanhando a vela... O fradinho da mão furada vagueava na escuridão!”²³⁶

Devido aos esforços e iniciativas do Dr. Francisco Luiz da Veiga, cidadão este indicado pelos vereadores de Pouso Alegre, a municipalidade passa a receber do Governo Provincial uma verba de auxílio para iluminação pública. Visto que mesmo tendo sido “*votada já por mais de uma vez a quantia de 1:500\$000 mil réis pela respectiva Assembléia Provincial, em auxilio a determinação desta cidade, até hoje ainda não se tem pela execução, a falta da prestação dessa quantias concedidas*”²³⁷. A Câmara nomeou este cidadão para que administrasse esta quantia destinada a manutenção e serviços relativos à iluminação. Em dezembro de 1877, a Câmara municipal oficiou o recebimento das quotas para este serviço. Com esta quantia, “*comprou na corte 60 lampioes com todos os seus pertences e bem assim o kerozene preciso para começar-se a illuminação, e que propunha que, quanto antes se promovesse a aquisição e assentamento dos postes precisos para dar-se começo*”²³⁸, sendo a implantação feita no máximo em dois meses para ser colocada em praça sua manutenção. O serviço atendeu o parecer feito a Câmara em 1875, em que propunha a compra de 51 postes e luzes para as seguintes ruas:

Rua do Visconde do Rio Branco (**continuação da Avenida Duque de Caxias**)- 06; Largo Municipal (**Praça Senador José Bento**)- 05; Rua do Imperador (**Avenida Doutor Lisboa**)- 04; Praça do Mercado (**início da Avenida Duque de Caxias**)- 02; Rua da Princeza Imperial (**Avenida Duque de Caxias**)- 08; Rua Marques de Herval- 05; Rua do Rosário (**Praça João Pinheiro**)- 05; Rua 01 de Março- 06; Rua do Duque de Caxias- 07; Rua Visconde do Itaboraí- 01; Rua do Mandú- 02²³⁹.

Contudo, as ruas da cidade citadas acima passaram a ser iluminadas por 60 lampiões de querosene presos em postes. Eram acesos ao anoitecer mantendo sua

²³⁶QUEIROZ, Amadeu de. *Dos sete aos setenta e sete*: Recordações e comentários 1880-1950. São Paulo: Editoria Cupolo, 1956, p. 16-19.

²³⁷*Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1877-1878*, Sessão Ordinária de 01 de Dezembro de 1877, p. 14. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²³⁸Idem, p. 17.

²³⁹*Proposta sobre a Iluminação da Cidade*, 1875. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

luminosidade até às 23 horas, e em noites de lua cheia, ou quando a noite era desprovida de claridade suficiente, os lampiões não eram acesos²⁴⁰.

Nesta primeira década percebemos os primeiros passos dados pela Câmara para a organização do núcleo urbano. Com a manutenção das estradas, pontes e pontilhões mantinha-se em bom estado as vias para a circulação dos produtos que vinham de localidades rurais pertencentes a Pouso Alegre para serem comercializados na praça do Mercado local, atendendo a concorrência das pessoas que moravam na cidade, distritos e cidades próximas, e a saída desses produtos para as regiões circunvizinhas e outras províncias. As ruas ganhavam novos traçados e formas, sendo nomeadas para melhor localização e organização da povoação. Elementos básicos para a vida cotidiana como a implantação e manutenção de chafarizes, abertura de regos d'água e a conservação de prédios e espaços públicos eram feitos periodicamente. A sociedade da ordem e do espetáculo aos poucos caminhava para o alvorecer do século XX, com a construção de um Teatro, espaço este dedicado para animar e trazer mais vida as noites da população local, e o projeto da construção de uma cadeia, que se concretizará nos primeiros anos da década de 1880.

2.3- Normatização e organização espacial (1880-1900)

O estudo destas duas décadas nos ajuda a entender como a cidade de Pouso Alegre se inseria a seu modo na transição do século XIX para o XX. Para muitos historiadores este período significou o início de um processo rápido de transformação para o Sul de Minas devido o aumento da produção cafeeira, a sua inserção nos parâmetros do progresso se dava com a instalação da ferrovia, a imigração e a modernização urbana. Podemos observar que o processo de urbanização das cidades sul mineiras se dá no contexto em que a economia brasileira era estritamente agrícola e mercantil²⁴¹. Mesmo se limitando a cidades pequenas, a construção de teatros, instalação de cinemas, o embelezamento constituído pelas praças e a mentalidade higienista, processos estes que ocorriam com maior intensidade nos grandes centros urbanos, se instalavam na mentalidade e no cotidiano da população interiorana.

²⁴⁰Cf: GOUVEA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Art's Gráficas e Editora, 1998, p. 122.

²⁴¹Cf: SAES, Alexandre Macchione; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. O processo de urbanização no Sul de Minas em transição: uma proposta de interpretação. In: *Sul de Minas em Urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Editora Alameda, 2016.

Compreendemos assim que o espaço da cidade pode ser entendido como um lugar em que os sujeitos e interesses plurais, públicos ou privados, coexistem, no qual as histórias são marcadas pela provisoriedade e pelos deslocamentos contínuos de sentidos, intrínsecos à modernidade capitalista²⁴², lugar marcado pela guerra de símbolos²⁴³ que se trava entre diferentes classes sociais. Nesta perspectiva, as práticas em torno dela trazem consigo toda uma rede de representações, de memórias que se entrelaçam construindo o saber e a visão de mundo que envolve os diferentes sujeitos.

O Brasil, nos fins do século XIX, vivenciou momentos de transformações sociais e ideológicas. Com o fim da escravidão e a inserção de imigrantes, o país passa a vivenciar novas dinâmicas sociais e econômicas. Este momento, o país vivenciou uma crise política, que por meio de diversos fatores fora afastada a monarquia, que esteve no poder por muitos anos no país. Em primeiro lugar, ressaltamos a presença do **exército**, com o episódio do 15 de novembro, pressionando a queda da Monarquia e de **um setor exclusivo da burguesia cafeeira de São Paulo**, organizado politicamente no PRP, oferecendo uma base social estável. A **doença do Imperador**, retirou de cena das disputas um importante elemento estabilizador, colocando o exército em disputa com a elite imperial, a quem eles faziam muitas restrições. A elite por sua vez não abriu mão de sua crença no predomínio da autoridade civil, revelada entre tantos exemplos na nomeação de civis para o Ministério da Guerra, em momentos em que a prudência não recomendava esse procedimento. **A falta de uma perspectiva animadora para um terceiro reinado**, pois com a morte de Dom Pedro, subiria ao trono sua filha Isabel, cujo marido- Conde d'Eu, era francês, e no mínimo, uma personalidade muito discutível. Outros dois fatores foram importantes: **disputa entre a Igreja e o Estado e a Abolição**. O primeiro deles contribuiu para o desgaste do Regime, pois a queda da Monarquia restringiu-se a uma disputa entre elites divergentes, e nem entre os Monarquistas nem entre os Republicanos a Igreja tinha forte influência. Em relação à **escravidão**, as iniciativas do Imperador de extinguir gradualmente a mão de obra escrava provocaram fortes ressentimentos entre os proprietários rurais. Os fazendeiros de café do Vale do Paraíba desiludiram-se do Império, de quem esperava uma atitude de defesa de seus interesses²⁴⁴. Com isso, o regime perdeu sua principal base social de

²⁴²BENJAMIN, Walter. *Paris do segundo Império - A boêmia; Flâuner; A modernidade*, 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 125.

²⁴³DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. RJ: Contraponto, 1997, p. 84.

²⁴⁴Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 235-236.

apoio instaurando-se em seu lugar a República, em 1899. A partir deste momento, o Brasil passaria por uma série de reformas idealizadas por esta nova forma de governo, tanto urbanísticas, como também civilizatórias, na qual as pessoas foram se enquadrando nos moldes ideológicos republicanos. “*O Brasil não tem povo*”²⁴⁵ era assim referida a uma falta de organização que o país se encontrava, diferentemente de seu país de origem. Com isso, a mentalidade da época se dá através de uma busca desenfreada pelo progresso e civilização, principalmente, no início do século XX, tendo como modelos inspiradores os europeus.

O município de Pouso Alegre, no ano de 1890, contava com 37.422 habitantes²⁴⁶. Notamos uma queda populacional de 18,94% de 1870 para 1890, devido à emancipação de Ouro Fino anteriormente pertencente a este território. Com a promulgação da lei nº 2658 de 04 de novembro de 1880, Ouro Fino passa a ser município, estabelecendo as suas divisas com o distrito de Borda da Mata. De acordo com o primeiro parágrafo da lei, o novo município seria composto pelas seguintes freguesias: *Ouro Fino como sede, e elevada à categoria de cidade; Jacutinga e Monte Sião, desmembradas do município de Pouso Alegre; Campo Mystico, demembrada do município de Jaguary*²⁴⁷, sendo instalado oficialmente o município em 16 de Março de 1881²⁴⁸. A extensão municipal ficou compreendida pela sede (Pouso Alegre), Congonhal, Estiva, Borda da Mata e Sant’Anna do Sapucaí.

O Almanaque Sul Mineiro para o ano de 1884, mantendo um estilo corográfico, mas também literário e poético, assinala a cidade de Pouso Alegre como a “*mais bela povoação do Sul de Minas (...) como a beleza de suas ruas e praças, o capricho e asseio que se nota nas edificações,- indicando tudo que alli vive um povo inteligente e civilizado*”²⁴⁹, sendo estas as impressões registradas por Bernardo Saturnino da Veiga ao passar pela localidade. Neste período, a sede distrital possuía 4 praças, 26 ruas e cerca de 400 casas, 80 a mais construídas nos últimos 10 anos. Na esfera educacional, apenas a sede e o Distrito de Sant’Anna do Sapucaí possuíam instrução pública,

²⁴⁵CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados- O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2005, p. 10.

²⁴⁶De acordo com o censo de 1890, especificamos o número populacional por distrito: Pouso Alegre (Sede) e São Sebastião da Bela Vista- 5707; Congonhal- 2385; Estiva- 7202; Borda da Mata- 8066; Sant’Anna do Sapucaí- 14062. *Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898, p. 62.

²⁴⁷*Livro da Lei Mineira*, Tomo XXXVII, Ouro Preto, 1880, p.11.

²⁴⁸Cf.: ROSSI, Pompeu. *História de Ouro Fino: seus registros, sua gente e suas lendas*. Belo Horizonte, 1981, p. 144.

²⁴⁹VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 366.

existindo na cidade “*duas aulas públicas para o sexo masculino e uma para o feminino, aquelas frequentadas por mais de 80 alunos e esta por 30 e 40 (...) existe uma aula noturna particular com frequência superior a 12 alunos*”, e um liceu com diversos cursos preparatórios para o ensino superior. Os cereais continuavam sendo uma das principais culturas, assim como a cana, o fumo e o algodão. Na década de 1880 eram sete fazendeiros que manifestavam a presença em suas terras do café, mas que certamente não eram cultivos representativos perto das plantações realizadas em outros municípios próximos e da produção de cereais que caracterizavam o perfil agrícola do município. O trabalho no campo se dava principalmente nos bairros dos Afonsos, localizado no vale do Cervo, sendo na época o principal celeiro da cidade e também nos bairros da Rozeta, Pantano e Anhumas.

Durante o período de 1880 a 1890, a arrecadação municipal resultou na quantia de 67:851\$071, podendo notar grande diferença na distribuição dos impostos, como no caso do comércio e dos tributos sobre a produção rural, podendo observar um relativo aumento para esta década ilustrados pelo gráfico abaixo:

Gráfico 03: Arrecadação da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1880-1889 (em contos de réis)

Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1880-1889)

Os tributos que mais geraram rendas no município eram referentes aos negócios (47% da arrecadação, tendo um aumento de 6% em relação ao período anterior) e

impostos diversos recolhidos no município. (35%, sendo 25% recolhidos na sede e 10% nos distritos). Para esta década, estimava-se em torno de 113 casas comerciais, sendo 48 localizadas na sede. Estes comércios se caracterizavam pela venda de carnes, gêneros produzidos na terra, fazendas secas e molhadas, devendo pagar impostos mensais para a Câmara. A produção rural (lavoura, corte de carne, vacas de leite, aguardente, café, açúcar e banha) correspondia a 16% da arrecadação, tendo um aumento de 11% em relação a anos posteriores. Estes valores correspondem a uma possível expansão, tanto no comércio como na produção local, pois não percebemos, na leitura do corpus documental algum reajuste em relação aos impostos.

Os gastos da Câmara foram maiores que a receita na década de 1880, dispendendo a quantia de 85:106\$584 mil réis. Podemos observar os detalhes desta despesa no gráfico abaixo:

Gráfico 04: Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1880-1889 (em contos de réis)

Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1880-1889)

Em relação à década de 1870, notamos que os gastos continuam se concentrando no pagamento dos funcionários da Câmara, enquanto que a despesas de obras públicas obteve um considerável aumento. Com a instalação da iluminação, os gastos com o funcionamento, a manutenção e conservação dos postes e lâmpadas, tanto como a compra de querosene, despendeu da Câmara 15,62% do cofre público. Enquanto que os

outros gastos contemplavam o funcionamento e execução do júri, a compra de materiais para as sessões, a realização de eleições municipais e provinciais e os alugueis que a municipalidade pagava com o prédio que servia de cadeia e a Praça do Mercado.

Mediante a leitura das Atas e dos Relatórios emitidos pelos Fiscais do Município, percebemos que grande parte das obras públicas se destinou a melhorias da cidade, diferentemente da década de 1870, que a atenção foi voltada para a abertura e reparos de estradas que ligavam a sede municipal a seus distritos ou a outros municípios. As reclamações e críticas à ausência dos serviços eram publicadas, muitas vezes ironicamente e em forma de versos no periódico local, em estilo de folhetim:

“-Vai em páz nossa cidade
formosa entre as mais formosas
ruas sujas, é verdade,
quasi todas escabrosas.
O culpado deste mal
É sem dúvida o fiscal.
-As praças cheias de mato
o calçamento estragado.
Si morre um cão ou um gato,
é nas ruas atirado...
Quem sofre com esta graça
É o nariz de quem passa.
-Casas velhas, pequeninas,
Por toda parte escoradas!...
Não são mais de que ruínas
Por milagre equilibradas
Si alguém passar por ali
Que tenha cuidado em si.
-O gado vive nas ruas
Em congresso numeroso;
Fazendo sempre das suas,
Isto é triste realmente
Mas... a Câmara consente.
-Si fordes ao Cemitério
Ficareis surprehendidos!
Em vez de um lugar funéreo,
Vereis muros destruídos;
Animaes calcando os ossos
D’aquelles que foram nossos!...
-Do Theatro quem não zomba?
A todos inspira dó,
Por dentro muita farremba,
Por fora mulambo só!
Si alguém não lhe der a mão,
Adeus, Theatro- União!...
-Contemplamos a Matriz,
De Deus a casa sagrada:
Eil-a ahi, triste, infeliz

Pelo tempo maltratada.
Nem ao menos frontespício
Se vê naquelle edificio.
-Logo adiante o chafariz
Mirrado, seco, sem água
Recorde o homem feliz
Que sem remorso, sem mágoa,
Comeu o cobre ao coitado
E deixou-o neste estado!...
A nossa illumination
Não dá luz desejada
Embora digam que não
Eu acho-a muito safada:
A luz é muito pequena,
Isso sim não vale a pena!²⁵⁰

As críticas apresentadas no periódico apontam para os serviços de primeira necessidade, sobre os quais a municipalidade deveria tomar providências. As principais obras realizadas neste período foram: conserto em pontes (principalmente as do Rio Mandú e Sapucaí, importantes por estabelecer passagens para os distritos e outros municípios), limpeza e asseio do espaço público (extinção de formigueiros, fiscalização quanto a animais soltos nas ruas ou manutenção de chiqueiros nos terreiros das casas, carpir praças e ruas), consertos nos aterrados, abertura e manutenção das ruas da cidade, serviços de encanamento e conservação dos chafarizes, construção de calçadas entre outros serviços necessários para a configuração do centro urbano.

Algumas obras foram consideradas com maior importância para esta década, como a reforma do Cemitério Municipal e a conclusão da construção da Cadeia Pública. Como explicitou o texto acima, o cemitério municipal, construído em 1873, se achava em situação de ruínas e abandono, exposto a *“animas que alli pisão e pastão livremente, e à voracidade dos cães famintos, que o envadem arrombando as catacumbas mal construhidas, em demanda dos ossos e restos de nossos irmãos!”*²⁵¹. Este serviço merecia certa atenção, por se tratar da organização do espaço público e de questões de salubridade e higiene. Por alguns anos foram discutidas pela Câmara questões referentes à obra,

A ilustre Câmara nomeará uma comissão para dar o seu parecer e orçamento na parte aberta do mesmo cemitério, sendo esta comissão composta de profissionaes ou pessoas habilitadas para esse fim. Em

²⁵⁰ *O Pouso-Alegrense*. Ano I, nº6. Pouso Alegre, 08 de Agosto de 1880, p. 01-02.

²⁵¹ *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1878-1881*, Sessão Ordinária de 23 de Agosto de 1881, p. 147. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

segundo lugar uma outra comissão solicitando dos nossos munícipes, depois de aberta uma subscrição, a pequena quantia de 500 mil réis, em que talvez não montará a obra de que vou tractar, e a Câmara auxiliando, se bem que não esteja nas atribuições della; mas assim procedendo será um benefício que se faz a nossa cidade, onde que mais tarde, com o auxilio da Assembléia Provincial possamos concluir com mais decência²⁵².

O orçamento passado para a directoria de Obras Públicas da Província tinha como previsão de gastos a quantia de 4:821\$920, destinados aos seguintes reparos:

3400 tijollos para as collunas e assentamento de um gradil de ferro; 60 m de gradil de ferro com 1,80 de altura; um portão de ferro com a largura de 2,50 m a 3,50 m de altura; construcção de paredes de adobo sobre alicerces de pedras, rebocada, coberta e caiadas; assentamento de tijolos para a collocação na frente do gradil de ferro²⁵³.

Apenas em 1887, de acordo com as atas das Sessões, é que as obras de reforma foram executadas, contando com auxílio do governo, da Câmara Municipal e da população em geral. O cemitério estava localizado em um ponto mais alto da cidade, denominado morro das Cruzes. Em seu entorno habitavam as pessoas mais pobres, escravos, sendo afastados do núcleo urbano.

Mesmo sendo iniciadas na década de 1870, as obras da cadeia somente foram concluídas em 1883 e entregues no segundo semestre do ano de 1885, após a confirmação da petição enviada ao executor da obra. Após ter sido examinada a obra pelo Engenheiro do distrito, pedia-se que os vereadores atestassem a obra sobre o seguintes pontos: 1º. Se o novo edificio da Cadeia e Casa da Câmara, ultimamente construído encontrava-se terminado e em condições de ser entregue a municipalidade; 2º. Se o prédio oferecia comodidades e seguranças necessárias para o fim a que estaria sendo destinado; 3º. Se o empresário contratado desempenhou bem as obras, observando não só a solidez e segurança, mas também a elegância e bom gosto de modo ser considerado senão com o mais importante ao menos como um dos melhores edificios do Sul de Minas, e a opinião da Câmara sobre esta construção. Em resposta, os vereadores, pelo parecer emitido pela Comissão de Obras Públicas declararam:

²⁵² *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1881-1887*, Sessão Ordinária de 09 de Abril de 1883, p. 79. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²⁵³ Idem, p. 44-45.

1º. Que o novo edifício da Cadêa e casa de Câmara, ultimamente construído pelo Tenente Fernando de Barros Cobra, acha-se terminado e em condição de ser entregue a esta Municipalidade; 2º Que o edificio offercendo as comodidades, ao prazo da Câmara, parece estar convenientemente ao fim a que é destinado; 3º. Que em vista das dificuldades que costumão apparecer em empresas desta ordem, desempenhou saptisfatoriamente d'esse encargo dando não só solidez como ellegância; 4º. Finalmente que o Sr. Tenente Fernando de Barros Cobra na qualidade de empresário, merece (...) desta municipalidade²⁵⁴.

Imagem 04: Cadeia Pública de Pouso Alegre, 1885

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Podemos observar o tamanho da construção com base na imagem acima, era um edifício imponente e bem arquitetado, sua divisão interior foi bem detalhada pelo Almanaque de 1884:

Está concluída uma grande e excelente cadêa, solida e elegantemente construída, tendo dous pavimentos. No pavimento térreo existem 4 enxovias, 1 enfermaria e 1 xadrez para presos que tenham de ficar retidos por pouco tempo. As enxovias contão, cada uma 2 janellas para o exteroir e 1 porta para uma área que occupa o centro do edificio e onde existe uma fonte; as janellas, voltadas para o nascente, tem grades de ferro singelas, as do occidente grades dobradas, sendo todas essas prisões assoalhadas de pranchões de peroba, de que igualmente são revestidas as paredes internas. Na entrada do edificio há um vasto saguão que serve também de corpo da guarda e de onde parte uma

²⁵⁴Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1881-1887, Sessão Ordinária de 07 de julho de 1885, p. 199.

escada dupla com gradil e corrimão envernizado. No pavimento superior existem salões para as sessões do jury e da camara municipal, ambos com galerias, sala secreta para o jury, quartos para testemunhas, arquivo da camara, gabinete para o juiz de direito e commodo para o carcereiro. O edifício mede 100 palmos de frente sobre 80 de fundos, tendo na fachada principal, que está voltada para uma praça regular, janellas com sacadas e grades de ferro, medindo de altura 42 palmos.²⁵⁵

O edifício não era utilizado apenas como prisão, ele continha enfermaria, prisões temporárias, salas do Júri e da Câmara Municipal. Sendo edificado em plena época de desenvolvimento da cidade, ele foi pensado como um espaço com diversas funções e inteiramente aproveitado.

Nos últimos anos da década de 1880, foram supridas as necessidades de renomear as ruas da cidade, sendo este trabalho feito em 1873, e que estavam sendo “*raríssimos os letreiros que se encontram, por que foram todos elles apagados, com as caiações dos prédios particulares, bem como existem muitas Ruas novas sem denominação, que se criaram nos quinze anos decorridos*”²⁵⁶, tendo em vista o asseio e organização do espaço público. Novas ruas são abertas na cidade, sendo nomeadas pela Câmara mediante o documento expedido pela Comissão de Redação:

1°. O Largo onde está edificada a Igreja de Santa Cruz- Praça do Conego Vicente; 2°. A Rua que parte da Praça do Conego Vicente até a Rua da Imperatriz- Rua do Joaquim Nabuco; 3°. A Rua do Payssandu, Rua da Liberdade; 4°. A Rua paralela a do Tiradentes, Rua de José Bonifacio; 6°. A Rua paralela a do Mandu , Rua do Sapucahy; 7°. A Rua paralela a esta, Rua do Senador Eusébio; 8°. A rua paralela a esta, Rua do Regente Feijo; 9°. A rua paralela a esta, Rua de Antonio Prado; 10°. A rua paralela a do Gonçalves Dias, Rua do Comendador José Garcia; 11°. A Rua paralela a esta, Rua 25 de Março; 12°. Da Praça 07 de Setembro até o fim, Rua Conselheiro Dantas; 13°. Rua do Amazonas, desde a Chacara do Tenente Coronel Leonel, Rua do Matadouro; 14°. A casa dos agachados, Rua do José do Patrocinio; 15°. Rua paralela a de Gonçalves Dias, Rua do Cesario Alvim; 16°. A Rua do Sítio, Rua de São Sebastiao; 17°. A Rua paralela a esta, Rua da Abolição; 18°. A Rua paralela a esta a Rua paralela a do Imperador, Rua de Santa Cruz; 19°. Rua da América e Rua das Flores, Rua do Cavaleiro Joao Alfredo; 20°. Rua da Boa Vista, Rua Dr. Silvestre Ferraz; 21°. A Travessa Municipal, Travessa da (...) ; 22°. A Travessa do Bom Jesus, Rua do Bom Jesus; 23°. Travessa do Paysandu, Travessa do Dr. Cunha²⁵⁷.

²⁵⁵ Almanak Sul-Mineiro de 1884, p. 369. Disponível no Acervo do Museu Histórico Tuany Toledo.

²⁵⁶ *Relatório do Fiscal da Câmara*, 09 de janeiro de 1888. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²⁵⁷ *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1887-1890*. Sessão Ordinária de 26 de maio de 1888, p. 95. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo. Algumas ruas conseguimos

Percebemos que as obras públicas nesta década se concentraram ainda mais na constituição e organização do espaço citadino, com reparos e preservações de espaços já constituídos e o estabelecimento de novas estruturas que estavam compondo o núcleo urbano. A abertura do “Livro de Ouro”, em 1887, marcou o sentimento patriótico que aqueles homens do poder e a elite queriam transparecer para a sociedade, antecipando a liberdade dos cativos antes mesmo da promulgação da Lei Áurea. Neste livro foram registradas as cartas de liberdade (alforrias), gratuitamente concedidas, ou as que foram obtidas por liberdade de terceiros e os donativos feitos pelos particulares para esse fim. Seria ele um dos primeiros passos para a Abolição de Escravidão? Pelo que observamos no próprio Livro, constam poucos registros, levando-nos a concluir que o Discurso da libertação do trabalho servil estava apenas na palavra, visto que a sociedade ainda estava muito apegada à escravidão.

Outro ponto que merece ser destacado, a partir da leitura das Atas da Câmara, são algumas providências que os Vereadores nesta época estavam tomando em relação ao comércio, principalmente no que tangia à Praça do Mercado. Ao analisar as atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, percebemos que neste período há um aumento na arrecadação municipal, e paralelamente há uma reorganização em relação à cobrança dos tributos. Quanto ao Mercado, nos primeiros dias de 1883, os vereadores questionam sobre a forma como estavam sendo desempenhadas as funções fiscais e tributárias daquele estabelecimento, chegando a sugerir que o serviço fosse arrematado por particulares, tendo em vista que aqueles nomeados pelo poder público não estavam prestando bons serviços, conforme observam:

Não sendo regular inconveniente que a arrecadação do imposto da tabella da praça do mercado seja feito como até o presente, visto como **não se pode verificar com certeza de sua pontual execução por feita de escripturação e documentos são tomadas as contas pelo simples balancete apresentado a arbítrio do Inspector.** Por isso proponho, que com a comissão composta dos Srs. Capitão Joaquim Augusto de Moreira Queiroz, Juliao Florencio Meyer e Joaquim L. Gomes Teixeira para que em vista dos balancetes do ano que lhe serão ministrados pelo secretario e o movimento que tiveram presenciado na Praça do Mercado deem sua opinião de como ser postas as (...) em hasta publica ao ser feita a cobrança por algum meio mais regular que

identificar a localização atual: **Largo onde está edificada a Igreja de Santa Cruz:** região do bairro Santo Antônio, nas proximidades da Prefeitura Municipal; **Praça do Cônego Vicente:** região entre o Mercado Municipal e Rua Cel. Octávio Meyer, próximo à casa da família Meyer; **Rua da Imperatriz:** imediações da Avenida Duque de Caxias; **Rua do Matadouro:** atual Rua Santa Catarina. As outras denominações antigas não encontramos vestígios que possam nos ajudar a localizar atualmente.

se tenha certeza de sua necessidade (...) o rendimento (...) ²⁵⁸. **(Grifos meus)**

Percebendo a situação vigente, a comissão nomeada para inspecionar e solucionar o caso emite o parecer sobre ser desnecessária a arrematação para este serviço, bastando que a Câmara Municipal escolhesse *"um cidadão inteligente e probo para inspecionar e arrecadar os impostos que se cobrar na Praça do Mercado desta cidade"* ²⁵⁹ deixando de acarretar desnecessários convenientes entre os comerciantes, e que a edilidade oferecesse ao nomeado inspetor do mercado "cadernos de talloes e livros em que sejam escripturados minuciosamente a entrada, vendas e sobras dos gêneros que alli calcarem (sujeito a impostos), tornando-se mais fácil a reunificação da arrecadação e tomada de contas (...) ²⁶⁰". A este funcionário é sugerido pela Câmara uma gratificação relativa a porcentagem da arrecadação obtida. Outros critérios foram adotados pelos Vereadores na forma de se fiscalizar e tributar impostos, como a revisão da tabela de preços do Mercado, que há anos se encontrava defasada, a organização para que se conservasse naquele espaço a venda dos gêneros alimentícios, ficando assim mais organizada a cobrança de impostos e porcentagens relativas às vendas.

Com a proclamação da República, em 1889, o país passou por diversas mudanças, alterando principalmente alguns pontos da constituição. Em relação ao poder público, o município, teoricamente, passa a ter mais autonomia. As Câmaras Municipais são substituídas pelos Conselhos de Intendência e o Presidente da Câmara, geralmente indicado e nomeado pelo governo, passa a exercer a função de chefe do executivo, ou seja, do prefeito municipal. Este conselho era composto por cinco membros, os quais exerceriam as mesmas funções dos vereadores. Os membros escolhidos para exercerem o cargo se manifestaram da seguinte maneira:

“(...) esta Intendência aceitou tão árduo o cargo em épocas inteiramente anormais, porquanto, com a transformação de novo regime de governo, reinava por toda parte grande consseção e anarchia, aceitou somente levada por patriotismo e abnegação não tendo outro intuito senão continuar o nosso município no mesmo par e ordem pública costumada, como felizmente tem acontecido, e sem o decurso desses 2 longos annos tem soffrido uma ou outra acusação, as nossas consciências estão tranquilas, pois esta intendência sempre teve

²⁵⁸Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1881-1887, Sessão Ordinária de 22 de Janeiro de 1883, p. 59. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²⁵⁹Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 6ª Sessão Ordinária em 26 de Janeiro de 1883, Livro 12, p. 69, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²⁶⁰Idem.

por norma de conducta o cumprimento dos seus deveres, fazendo a possível justiça, e zelar pelos seus interesses²⁶¹”.

O primeiro relatório apresentado pelos conselheiros, no ano de 1892, nos traz informações precisas do município em relação a manutenção das vias públicas, salubridade e instrução pública. As praças, ruas, pontes e avenidas vinham sendo constantemente consertadas para o conforto e mobilidade da população. Discussões sobre a construção de um prédio para Mercado, uma nova edificação para o matadouro e uma casa para o Lazareto, em virtude do contágio de doenças, fizeram parte deste relatório. Em relação à instrução, o município contava nesta década com 17 cadeiras de instrução primária, com matrícula de 508 alunos e frequência de 360.

Para a década de 1890, o imposto sobre as propriedades urbanas e rurais, uma nova categoria de cobranças estabelecida pela municipalidade, elevou a receita municipal, e em conjunto com a cobrança sobre os negócios (ambos em torno de 40% da arrecadação local), efetuaram as maiores arrecadações, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 05- Arrecadação da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1890-1898 (em contos de réis)

Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1890-1898)

²⁶¹Relatório apresentado pela Intendência à Câmara Municipal de Pouso Alegre em 07 de março de 1892. Coleção Documentos soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Nesta década é elaborada a Lei nº 1, contendo os Estatutos do Município de Pouso Alegre, substituindo o Código de Posturas de 1859. Composto de 13 títulos²⁶², os quais se aproximavam da compilação anterior, e o que nos chama mais atenção é o que trata da renda municipal e sua forma de arrecadação. Diferentemente das leis anteriores, em que se tratava de diversos impostos, esta que entrou em vigor dividia apenas em quatro pontos:

Art. 8º São fontes de renda municipal os seguintes impostos: 1º De indústrias e profissões; 2º De aferições de pesos e medidas; 3º De imóveis rurais e urbanos; 4º De transmissão de propriedade imóvel, intervivos (antiga sisa) a partir de 1º de janeiro de 1893²⁶³.

Estes impostos foram tabelados conforme o valor da propriedade existente, como podemos observar na tabela 03 em anexo. Nos gráficos relacionado a Receita da década de 1890, observamos que a maior arrecadação estava concentrada nas propriedades urbanas²⁶⁴ (impostos prediais) e rurais (propriedade agrícola e produtores de café) passando a ser cobrado nesta década em conformidade com a Lei nº 1, e logo em seguida, os negócios (comércio e aferição), como consta nos anos anteriores, tendo em mente que Pouso Alegre obteve um considerável aumento na área do comércio, como podemos observar no gráfico.

Em relação às despesas, as obras públicas despenderam do cofre municipal nesta década a quantia de 30:537\$845, correspondendo a 31% dos gastos efetuados naquele período, como consta no gráfico abaixo:

²⁶²Os títulos são os seguintes: Título I- Da Organização Municipal; Título II- Do Patrimônio Municipal; Título III- Da renda municipal e sua arrecadação; Título IV- Das Leis e Resoluções; Título V- Das infrações e das penas; Título VI- Dos Serviços Municipais; Título VII- Da tranquilidade e segurança pública; Título VIII- Do decoro e moral pública; Título IX- Dos Tapumes ; Título X- Medidas preventivas do dano; Título XI- Da pesca e da caça; Título XII- Da aferição de pesos e medidas; Título XIII- Do orçamento municipal.

²⁶³*Lei Nº 1 de Agosto de 1892*: Estatutos do Município de Pouso Alegre. Tipografia Silva Cabral, Ouro Preto, 1892, p. 01. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²⁶⁴ Art. 1 Para arrecadação do imposto predial de que trata o § 2º do art. 1º da lei n. 2 de 5 de agosto do corrente ano, serão observadas as disposições seguintes: § 1 De cada uma casa de morada na cidade ou freguesias, três por cento sobre o valor locativo, exceto as que tiverem parte ocupada com negócio que pagarão somente metade da taxa; § 2 De cada propriedade agrícola cujo valor não for menor de um conto de réis nem maior de dois contos 2\$000; § 3 De cada propriedade agrícola de valor maior de dois contos até três contos 3\$000; § 4 De cada propriedade agrícola de valor maior de três contos 3\$000; § 5 De cada um cafelista, cuja colheita não seja inferior a 750 quilos 10\$000. *Lei Nº 1 de Agosto de 1892*: Estatutos do Município de Pouso Alegre. Tipografia Silva Cabral, Ouro Preto, 1892, p. 14. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Gráfico 06- Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1890-1897 (em contos de réis)

Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1890-1897)

Nos primeiros anos, não são especificadas nas rubricas do livro de contas da Câmara as obras que foram realizadas, contudo, conseguimos detectá-las por intermédio da leitura dos Relatórios do Fiscal da cidade. Consertos e reparos na cidade continuavam sendo a prioridade da Câmara nesses primeiros anos da década, como podemos observar nas informações prestadas aos Vereadores:

Effectuou-se sob a administração do cidadão Presidente desta Câmara, o concerto da Rua do Duque de Caxias, e presentemente ainda acha-se em concertos a ladeira da Rua do Marques do Herval, serviços estes que tem sido feitos com grande economia e a possível segurança. Torna-se urgente um concerto na Rua Duque de Caxias, próximo a casa de D. Vitalina e Silva, em cujo ponto existe um grande fosso cavado pelas águas pluvias. É também urgente um serviço entre os fundos da casa do cidadão João Pedro da Silveira, e a casa do cidadão João Manoel da Silva Amorim na Rua 01 de Março. Deve-se ali fazer uma persinta de pedra, afim de evitar o estrago da mesma rua ocasionado pelas enchoradas que já tem feito grande escavação. Entre a casa do cidadão Balbino Amaral e a de D. Anna Caldas, torna-se também preciso um concerto, pois a rua acha-se ali em estado bastante ruinozo²⁶⁵.

²⁶⁵*Relatório do Fiscal Municipal*. Coleção Documentos soltos, 1890. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Nesta década de 1890, a cidade passou a ter um prédio próprio do Mercado Municipal e uma estação ferroviária, a qual recebia o ramal da Estrada de Ferro Sapucaí, sendo dois feitos que contribuíram ainda mais para a dinâmica econômica da cidade.

Como o comércio estava se intensificando no espaço do Mercado Municipal, a construção de um novo prédio se fazia necessária, pois uma pequena casa alugada já não abrigava mais tantos produtores, vendedores e consumidores. Nesse intuito, a administração adquire da Igreja Matriz, no ano de 1893, um terreno com uma casa e benfeitorias, pelo valor de 2:000\$000 mil réis, aquele mesmo terreno em que se encontrava a casa, localizado no Largo e ruas do Visconde do Rio Branco e Rua da Princesa Imperial, dividindo com o cidadão Julião Florêncio Meyer e com Dona Maria do Carmo Silveira e outros e inicia assim a construção daquele estabelecimento, conforme a planta demonstrada na imagem 05:

Imagem 05: Planta da construção e ampliação do Mercado Municipal

Fonte: Disponível no Acervo do Arquivo Público Mineiro-

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=738, acesso em 27/10/2016.

O valor orçado pela comissão nomeada para a construção deste novo edifício foi de 5:200\$000²⁶⁶, dispondo de todo material necessário e da mão de obra empregada. O prédio, segundo o orçamento apresentado, deveria possuir as seguintes características:

²⁶⁶Não conseguimos encontrar informações suficientes de como e por qual instância foi liquidado este valor. Os Relatórios dos Presidentes da Província não trazem informações para este período a respeito da

Depois de aceitar para a situação do edifício o mesmo local, com mais centro da cidade, foi de parecer que a nova casa tendesse a posição longitudinal de preferência à transversal do velho mercado, sendo a extinção d'aquella 152 palmos com 66 transversalmente e 20 de altura além de uma platibanda de 3 ½ palmos, tendo duas grandes portas de ingresso, sendo uma do lado da Rua da Princeza Imperial, e outra da do Visconde do Rio branco, ambas no meio do plano do edifício. Com 10 palmos de largura e 20 de altura, sustentados por columnatas de 3 palmos quadrados, seguido-se à estas os claros em forma de porta terminando em semicírculo. Com 6 palmos de largura e 15 de altura, estendendo por todo peripheriado do prédio, à excepção dos cantos que terão de cada lado 10 palmos de parede e as respectivas columnatas intermediárias, que terão as mesmas dimensões das primeiras, já descriptas, adentrando tudo sobre um alicerce de 4 palmos, sendo 2 de terra socada e 2 de tijollos. Assim constará o edifício de duas grandes portas terminando em semicírculo, 38 vão terminando do mesmo modo; com 6 palmos sobre 15 de alto, e 36 columnatas. Todos os vãos e portas são guarnecidos por um gradil de madeira de 10 palmos de altura. O centro será sustentado por 12 columnas paralellas, nas quaes se adaptarão as 2 bancas de 60 palmos casa uma. O telhado será dividido em 3 secções, de 22 palmos cada uma, para evitar-se deffeito dos grandes telhados. Para attender as condições thécnicas, e econômicas, bem como a elegância, solidez e duração, a Comissão entende ser mais apropriada a construcção de tijollos sendo as juntas tomadas, nas faces externas, à cimento²⁶⁷

No mesmo ano de 1893 é erigido o prédio do Mercado Municipal, possuindo dois lances laterais, que permitiam os comerciantes disponibilizarem hortaliças, frutas, aves, carnes, etc. Era um edifício dotado de elegância para a época, repousando sobre bases rígidas e construído em tamanha solidez para perdurar longos anos. Em estilo neoclássico, possuía diversas arcadas abertas, conservando os costumes das feiras livres, e detalhes em seus beirais lambrequinados. As suas laterais possuíam *“dous passadiços ladrilhados e separados do pavimento por uma grande madeira, servindo para a descarga e para a venda de gêneros que não eram permitidos no interior do edificio”*²⁶⁸ permitindo os diversos tipos de comércio.

construção do Mercado Municipal. Há uma lacuna na série dos Livros de Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre para os anos de 1892, 1893 e 1894. Os subsequentes não trazem informações referentes a esta construção.

²⁶⁷Orçamento para construção do prédio do Mercado Municipal. Pouso Alegre, 1888. Coleção de Documentos soltos, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²⁶⁸OLIVEIRA, Antônio Marques de. *Almanack do município de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900, p. 90.

Imagem 06: Mercado Municipal de Pouso Alegre, 1893

Fonte: Arquivo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Para manter ainda mais organizada a dinâmica do comércio, foi elaborada a Lei nº 9 de 09 de setembro de 1893, estabelecendo aditamentos ao Regulamento estabelecido na Praça do Mercado. O conjunto de leis previa desde a organização do espaço físico ao tipo de comércio que poderia ser realizado em seu interior, como também a forma que o Fiscal deveria agir perante os cuidados com o prédio. Após o expediente comercial, o lugar era utilizado para realização de leilões de vivos e assados como também abrigava apresentações de circos que vinham de fora.

No segundo quinquênio da década de 1890, Pouso Alegre assiste à chegada dos trilhos da Rede Sul Mineira, possibilitando a ligação com os grandes centros do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Na década de 1870, já se discutia a instalação de um ramal férreo com origem em São Paulo seguindo para Bragança e com um ramal para as cidades da região, culminando em Pouso Alegre:

Foi lido um officio da Câmara Municipal da cidade de Jaguary, declarando que aquella corporação esta deliberada e solicitou do Corpo Legislativo a construção de um ramal da estrada de ferro pelo sistema susderno, devendo partir do Bellenzinho atravessando Atibaia e Bragança a Jaguary, venha ao desta cidade de Pouso Alegre, terminar no Rio Mandu ou Sapucahy, conforme a indicação do cidadão Hygino Carlos de Carvalho, inserto no Diario de São Paulo, para que esta Câmara o seu apoio igualmente no referido Corpo

Legislativo solicitando que o mesmo favor, posto em discussao foi aprovado, e que se responda neste sentido aquella Câmara²⁶⁹.

Este ofício enviado à Câmara Municipal de Pouso Alegre fazia parte de uma discussão que se estabelecia na Assembleia da Província de São Paulo. Esta é a estrada que segue para o centro do Sul de Minas, servindo para o abastecimento da cidade de São Paulo e “*ainda chamar outros que com grande sacrificio procurão outros destinos, como sejam os do lado de Pouso Alegre, que hoje dirigem-se ao porto de Ubatuba, atravessando duas grandes serras e lugares pantanosos*”²⁷⁰. A intenção, como percebemos na notícia veiculada pelo Diário de São Paulo, era que os produtos originados do Sul de Minas não deixassem de sair pelo porto de Santos, ressaltando a importância da Estrada de Ferro para Bragança. A Província de São Paulo tinha o interesse de não deixar que esses produtos de exportação e importação não se desvinculassem de Santos para manter seus laços comerciais internos e com o exterior, “*não só por causa dos impostos, como ainda por que vai grande importância no commercio directo de Santos com exterior, e a importância será conforme o maior ou menor movimento*”²⁷¹. As discussões, porém, ficaram restritas a Província de São Paulo, não sendo mais comentado nas Atas da Câmara Municipal local.

A pesquisa de Marcel Pereira da Silva nos ajuda a compreender as articulações para a implantação de ramais ferroviários na região sul- mineira e seu funcionamento. Para o autor, não apenas o café seria o principal produto a ser exportado, pelo fato de algumas regiões possuírem atividades distintas. Sendo assim, no período por ele estudado (1874-1910),

(...) o café ainda estava em trajetória para ser o principal artigo agrícola de exportação na região sul mineira como um todo, para as estradas de ferro já o era. Elas não chegaram aqui com visas ao seu transporte, no máximo com expectativas de aumento, como qualquer outro item. Porém, a instalação dos trilhos alimentou e coincidiu com a expansão da atividade cafeeira. Ficou claro também que havia claras diferenças internas no Sul de Minas. O Ramal de Guaxupé pode ser considerado a exceção, pois este sim veio pelo café. Mas as linhas de

²⁶⁹Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871, Sessão Extraordinária de 26 de junho de 1871, p. 184. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²⁷⁰Diário de São Paulo. 02 de março de 1872, Ano VII, nº 1915, p. 03.

²⁷¹ Idem.

outras companhias, a diversificação produtiva e comercial deu o tom das exportações²⁷².

A concretização da passagem de uma linha férrea por Pouso Alegre se deu mediante a promulgação da Lei Nº 3484 de 15 de junho de 1886, autorizando a construção de uma estrada de ferro de bitola de um metro partindo da via- férrea “*Minas and Rio*”, terminando em Poços de Caldas, percorrendo pelas cidades de Cristina, Itajubá e Pouso Alegre, em um prazo de 6 anos. A lei ainda previa que a concessionária durante o prazo de privilégio concedido deveria manter a “*navegação a vapor no Rio Sapucahy, (...) desde as immediações de Pouso Alegre até ao ponto mais conveniente, no município da Campanha, designado pelo Governo Provincial*”²⁷³. Esta conexão visou atender ao mercado de abastecimento interno, conduzindo gêneros, artigos manufaturados, principalmente

(...) tecidos, armarinhos, calçados, bebidas, remédios, ferragens, querosene, além de café e sal-, oriundos do Rio de Janeiro e de São Paulo, recolhidos em determinadas estações ferroviárias. E a escoar as produções locais de cereais, fumo, laticínios, rapadura, aguardente, toucinho, madeira²⁷⁴.

A proposta de construção deste ramal surgiu por meio de uma Sociedade anônima denominada “Estrada de Ferro Sapucaí”²⁷⁵ que iria usufruir dos privilégios da ferrovia originando da estrada Minas e Rio, partindo da Estação Soledade, e terminasse nos limites da Província de Minas com São Paulo, mais especificamente no município de Ouro Fino, em que estabelecia conexão com a Estrada de Ferro Mogiana, como podemos observar este traçado no mapa abaixo:

²⁷²SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: As ferrovias no Sul de Minas Geras*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2012, p. 179.

²⁷³ Lei Nº 3384 de 15 de junho de 1886.

²⁷⁴MARTINS, Marcos Lobato. *Uma história da navegação a vapor no Sul de Minas (1880-1960)*. Diálogos- Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 15, num. 2, maio e agosto de 2011.

²⁷⁵A Companhia Viação Férrea Sapucaí foi organizada em 15 de Março de 1888, com o objetivo de construir essa estrada, que partindo da Estação de Soledade, na estrada de Ferro Minas e Rio, fosse até os limites de São Paulo, atingindo em 1897, no quilômetro 297, a Estação de Sapucaí (na região de Ouro Fino), em seu ponto terminal, entroncando-se ali com a Estrada de Ferro Mogiana.

Mapa 06: Rota percorrida pela Cia. Viação Férrea Sapucaí

Fig. 4 — A Cia. Viação Férrea Sapucaí que se compunha das duas linhas acima representadas, desapareceu, ao fundir-se com as EE. FF. Muzambinho e Minas e Rio, as quais passaram a constituir a antiga “Rede Sul Mineira”, incorporada na atual “Rede Mineira de Viação”.

Fonte: Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

A Estação de Pouso Alegre foi inaugurada no ano de 1895. Segundo Antônio Marques de Oliveira, a estação se constituía por uma construção singela e em forma de chalé, com “uma plataforma pequena regular, mas pequena para conter a grande massa de povo, que quasi sempre ahi se agglomera por ocasião da chegada dos trens”²⁷⁶. O seu interior era composto por um pequeno armazém onde eram depositadas as mercadorias que chegavam ou aquelas que eram escoadas (como o café, fumo e gado suíno). Possuía também “dois gabinetes, communicando-se para o agente e telegraphista, separados do armazém por um corredor que serve de sala de espera; e acomodações no restante do edificio para a família do Agente”²⁷⁷. O espaço era constituído por um terreno pequeno, compondo a região central da cidade, no final da avenida principal, o que facilitava a circulação dos produtos pelo comércio e para a Praça do Mercado. Era considerado um espaço de sociabilidade, pois as pessoas se encontravam em festividades solenes, como recepção de autoridades, ou para esperar aqueles que desembarcariam na cidade ou até mesmo para a despedida daqueles que deixariam a localidade.

Na década de 1890 percebemos esta construção do espaço central da cidade, estabelecendo uma nova configuração para o meio urbano. A aquisição e construção de

²⁷⁶OLIVEIRA, Antônio Marques de. *Almanack do município de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont’Alverne, 1900, p. 81.

²⁷⁷Idem.

prédios públicos garantiriam espaços mais funcionais para atender as necessidades da população local. As linhas ferroviárias que passaram a transpor o território municipal permitiram maior circulação de pessoas para outras cidades da região e os grandes centros, por se tornar mais fácil e eficiente o meio de transporte, garantindo também a circulação de mercadorias para o comércio local e regional. Mesmo não inserindo nas dinâmicas da expansão do café e das bases econômicas que este tipo de produção ofereceu para outras cidades da região, como produto de exportação, Pouso Alegre estava seguindo os caminhos da modernização, na transição do século XIX para o século XX, como analisaremos na próxima década, com a instalação da energia elétrica e a implantação de novas vias de comunicação.

2.4- Nos trilhos da modernização: o aparecimento da luz elétrica e a comunicação telefônica (1900-1910)

A transição do século XIX para o século XX fez-se marcada por diversas transformações espaciais e sociais, cujas pessoas foram envolvidas em um intenso processo de mudanças, hábitos, convicções e percepções. A República representava para o país a instalação da modernidade, afastando-o da *“letargia da monarquia ou da barbárie da escravidão (...) que levantou aos ares as expectativas brasileiras de alcançar as alturas das nações modernas”*²⁷⁸. Os grandes centros urbanos investiam em se construir uma realidade em que se transformasse em “cartões postais”. Em cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, centros do poder político e financeiro, casarões e prédios com fachadas em *art nouveau*, iluminados pelos modernos lampiões à luz elétrica, grandes avenidas que se estendiam aos *boulevards* em que se faziam presentes as lojas de produtos importados, tentavam alcançar ou imitar o estilo de vida europeu. Inicia-se nestas cidades um “processo civilizatório”, em que imagens do passado e o que caracterizava pobreza ou insalubridade eram afastadas da região central. Neste período, São Paulo foi o estado brasileiro que mais se desenvolveu economicamente, principalmente pela introdução cafeeira no estado (em especial o Oeste Paulista), o que suscitou atividades comerciais, industriais, das ferrovias e bancos²⁷⁹. Em Minas Gerais,

²⁷⁸COSTA, Ângela Marques; SCHAWARCZ, Lília Moritz. *Virando Séculos (1890-1914): No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 27.

²⁷⁹CANO, Wilson. *Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2002.

a região da Zona da Mata estava em alta na produção cafeeira e também na indústria²⁸⁰, sendo a região que mais se desenvolveu neste período, e na região central do estado, se construía a cidade que se tornou a capital de Minas Gerais²⁸¹ enquanto que, no Sul de Minas, o processo de modernização e urbanização acontecia cada qual a sua maneira se espelhando nos grandes centros do Brasil, gerando impactos entre o urbano que se constituía e o mundo rural.

Nos primeiros anos da década de 1900, Pouso Alegre se apresentava como uma cidade pacata, mas que dava passos a seu modo para a modernização e evolução urbana. Contava nesta época o município com a população estimada em 31.863²⁸² habitantes, e apenas 9.206 na sede²⁸³, correspondendo a 29% da população total. Segundo as informações contidas no Almanaque para o Município de Pouso Alegre, apenas alguns pequenos trechos da cidade possuía calçamento, *“com pedra tosca; algumas, porém, são macadamizadas com cascalho grosso, e possuem sargetas de pedra para o escoamento de águas pluviais”*²⁸⁴. A cidade não possuía nesta época uma rede de esgotos, como era comum nas cidades sul- mineiras. O abastecimento de água era deficiente, contando apenas com dois chafarizes de uso comum e no quintal de algumas casas cisternas ou fontes. Contava, nesta época, com quase 500 casas, distribuídas em 5 praças e 18 ruas, iluminadas a petróleo em lampeões belgas suspensos em postes de madeira. No campo educacional, a cidade possui um Externato para as primeiras lições, um Seminário Episcopal para a formação dos clérigos católicos, Colégio Diocesano e um Grupo Escolar do Estado, além de mais quatro escolas públicas, duas para o sexo feminino e duas para o masculino.

²⁸⁰WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 81.

²⁸¹A construção da nova capital de Minas Gerais tem seu início no ano de 1894, um ano após da escolha como sede do governo estadual, com ênfase moderna no planejamento e na estruturação do espaço urbano, a cargo da Comissão de construção da Nova Capital Aarão Reis. Inicialmente chamada de “Cidade de Minas”, apenas em 1897 foi nomeada de Belo Horizonte. Fonte: <https://www.thecities.com.br/Brasil/Minas-Gerais/Belo-Horizonte/Hist%C3%B3ria/1763/>, acesso em 11/10/2017.

²⁸²Cf: *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1905, p.46.

²⁸³Dados obtidos dos “Questionários da sobre as paróquias” realizado pela Diocese de Pouso Alegre: *“Qual a população total d’essa paróquia? Qual a população da sede parochial? – A população total d’esta paróquia, segundo o resultado obtido pelo último recenseamento, é de 9.206 habitantes, pertencendo 4.500, pouco mais ou menos, à sede parochial, onde há 900 casas”*. Questionários sobre as paróquias da Diocese de Pouso Alegre, 1901. Acervo da Cúria Metropolitana de Pouso Alegre. Digitalizado pelo próprio pesquisador.

²⁸⁴OLIVEIRA, Antônio Marques de. *Almanack do município de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont’Alverne, 1900, p. 90.

A Igreja Católica passa a ter maior influência em Pouso Alegre e região no início desta década com a criação da Diocese²⁸⁵, o que segundo alguns memorialistas locais, contribuiu para o progresso da cidade e desenvolvimento de toda a região sul-mineira. A ideia da criação surge na década passada, expressa em uma Circular datada de 1891, *“partida de Campanha e assignada por uma comissão popular, cujo o assumpto era relativo á creação de um bispado na zona sul-mineira, tendo como sede aquela vetusta cidade”*²⁸⁶. Esta comissão era composta por membros da família Veiga, pessoas estas ligadas a movimentos políticos voltados para a cidade da Campanha e para a região do Sul de Minas²⁸⁷. Devido aos custos elevados e influências políticas internas da Igreja, como a do próprio Arcebispo de São Paulo Dom Antônio Cândido de Alvarenga, Pouso Alegre passou a sediar a sede do poder eclesiástico sul mineiro. Para isso, tornou-se necessário reparos na igreja em que se tornaria a sede episcopal (Catedral), o que despendeu dos cofres da igreja e auxílios do governo a quantia de 40:00\$000 e a aquisição de prédios para a composição do patrimônio da nova Diocese. Os livros de Registros de Imóveis nos trazem informações sobre estas aquisições, sendo constatadas nos primeiros anos 5 aquisições entre casas de morada e um terreno no espaço urbano, totalizando a quantia de 27:800\$000 e um investimento rural, realizado na compra de uma chácara para o Seminário no valor de 14:000\$000. Com a chegada do primeiro Bispo, Dom João Baptista Corrêa Nery, em 1901, e o início de seus trabalhos pastorais, a cidade passaria a contar com mais uma escola de ensino primário para meninas, com a

²⁸⁵Segundo o Dicionário Michaelis, o termo Diocese historicamente designava a circunscrição administrativa em certas províncias romanas. Designa uma porção territorial sujeita à administração eclesiástica de bispo, arcebispo ou patriarca. Cf: MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. 13ª Impressão. São Paulo: 2007, p. 728. Até o ano de 1900, o território da Diocese Paulista abrangia a extensão percorrendo o Sul do atual estado de Minas Gerais, Pouso Alegre, até as fronteiras com o Uruguai, incluindo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Cf: *Breve História da Diocese de São Paulo*, <http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawgw/higrejas.html>, acesso em 10/11/2016. Vale ressaltar sobre a influência do Catolicismo em Pouso Alegre. Nos questionários enviados às Paróquias em 1901, a respeito da Paróquia de Pouso Alegre, obtemos os seguintes dados em relação a presença de alguma outra denominação religiosa: *“Existe n’essa parochia algum templo protestante, loja maçônica ou centro espiritista? - Não existe templo algum protestante; mas existe 1 loja maçônica, fraccionada em duas, como é voz pública, com sessenta adeptos, mais ou menos; também não existe, que eu saiba, centro algum espiritista, havendo apenas da parte de três ou quatro pessoas, que se diziam espíritas, uma tentativa mallograda para fundarem um centro, não tendo, porém, o menor resultado nem importância”*. Questionários sobre as paróquias da Diocese de Pouso Alegre, 1901. Acervo da Cúria Metropolitana de Pouso Alegre. Digitalizado pelo próprio pesquisador.

²⁸⁶*Festas Constantinianas*: Edição especial em comemoração ao ano santo. Diocese de Pouso Alegre, 1913, p. 97. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²⁸⁷A dissertação de Pérola Goldfeder nos ajuda a compreender melhor a trajetória desta família e seus projetos políticos para a região do Sul de Minas e para a cidade da Campanha. CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. *Minas do Sul*: Visão corográfica e política regional no século XIX. Dissertação de Mestrado. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

direção das Irmãs da Visitação, uma escola primária para meninos pobres e um estabelecimento dedicado ao ensino das práticas voltadas para a agricultura, denominada Escola Agrícola Francisco Salles²⁸⁸. Assim se constituía o cenário da cidade na primeira década do século XX, momento este em que a administração pública almejava e idealizava uma modernização em confronto com o antigo, de uma Pouso Alegre que ao seu modo direcionava seus passos para a urbanização e a civilidade, condições prioritárias para o desenvolvimento do município.

Para esta década temos poucas informações documentais sobre a movimentação econômica do município. Os livros de Receita e Despesa que se encontram nos arquivos do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo demonstram apenas os anos de 1903, 1904, 1905, 1908 e 1910 (apenas o segundo semestre), nos proporcionando uma compreensão parcial da estrutura econômica do município para esta década. A arrecadação trouxe aos cofres públicos neste período a quantia de 182:271\$400, podendo ser discriminadas no gráfico abaixo pelas seguintes categorias de impostos:

Gráfico 07- Arrecadação da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1901-1904 (em contos de réis)

Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1901-1904)

Os impostos que mais geraram lucro para a municipalidade na década de 1900 continuaram sendo aqueles que se referiam ao comércio, arrecadações municipais (22%, sendo 15% obtidos na sede e 7% dos distritos) e a posse de propriedades urbanas e

²⁸⁸Sobre a história da Diocese de Pouso Alegre e de seu primeiro Bispo Diocesano Dom João Baptista Corrêa Nery, Cf: GOUVEA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Art's Gráficas e Editora, 1998, p. 77.

rurais. As arrecadações feitas sobre o comércio local corresponderam a 42% do total obtido, enquanto que a cobrança sobre as propriedades rurais e urbanas trouxe ao município o rendimento de 21% de todo o montante. Mesmo tomando como análise parcial desta década, podemos notar que houve um crescimento considerável principalmente nos impostos relacionados à produção rural, às fábricas, ofícios e trabalhadores liberais. Uma nova classe de imposto surge com a elaboração das Leis e Resoluções do Município de Pouso Alegre em 1908 em que passa a vigorar no ano de 1909. A sisa²⁸⁹, imposto este cobrado sobre as transmissões de imóveis, arrecadou 2% da quantia expressa no segundo semestre de 1910.

Em relação às despesas parciais desta década, considerando o ano de 1910, temos no total de gastos a quantia de 182:225\$823. Como no documento consultado não traz as especificações dos custos, trabalharemos apenas com os anos de 1903, 1904, 1905 e 1908, em que a soma resultou em 152:333\$761, distribuídas da forma como nos apresenta o gráfico abaixo:

Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Livro de Receita e Despesa (1901-1904)

²⁸⁹Taxa que, pela transmissão onerosa, venda, arrematação, dação em pagamento de propriedade imobiliária, se paga à Prefeitura do Município onde o imóvel está localizado; primitiva designação do denominado imposto de transmissão intervivos. Cf: SANTOS, Washington. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2001, p. 229.

Os valores que mais despenderam dos cofres municipais foram as quantias pagas aos funcionários, as despesas da Câmara e os investimentos em obras públicas. No quadro funcional do corpo legislativo, além dos empregados que já compunham este quadro nas décadas anteriores, foi acrescentado o cargo de professores das escolas criadas no município²⁹⁰, remunerados em média na quantia de 50\$000 mensais. As despesas ordinárias da Câmara corresponderam a 27,70% do montante gasto nesta década, investidos na compra de objetos para a Câmara e Sessões, em publicações de leis ou comunicados nos periódicos locais (Semana Religiosa e O Sul-Mineiro), envio de telegramas e ofícios para o governo do estado e outras Câmaras. Foram despendidas quantias para auxiliar o Colégio Diocesano e a subvenção de alunos pobres do Seminário Diocesano local, e para os pobres e indigentes foram adquiridos remédios para tratamento de saúde. Foram destinados também auxílios para as obras do Palácio Episcopal e para as festividades de recepção do Núncio Apostólico que realizou uma visita nas Igrejas Católicas da região.

Analisando as quatro décadas, o período que compreende a de 1900 foi o que mais se investiu em obras públicas na cidade e no município, contabilizando 24,98% dos gastos totais. Obras como consertos de pontes e estradas, manutenção de ruas e praças públicas (reparos em buracos, limpeza e extinção de formigueiros), conservação dos aterrados nos Rios Mandú e Sapucaí, para que se evitassem as enchentes e os atoleiros, conservação das redes de abastecimento de água e chafarizes municipais, foram obras realizadas cotidianamente pela Câmara Municipal. Para manter a organização da cidade nos aspectos urbanísticos, foi discutida em sessão da Câmara no ano de 1904 a divisão da área da cidade em áreas urbanas e suburbanas, tomando como parâmetro a seguinte proposta:

A Câmara Municipal de Pouso Alegre dicta: Art. 1º. Fica o perímetro da cidade dividido em duas áreas: urbana e sub-urbana a parte com parte. §1º. Constitui a área urbana a parte compreendida dentro da seguinte delimitação: Da margem do Rio Mandú, sobre pela Rua Adolpho Olinto até a esquina da rua que for a ela até a Praça 15 de Novembro; sobe por esta Praça até o ponto de encontro com a Rua Adalberto Ferraz; desse por esta até a esquina da Rua Silviano

²⁹⁰Para esta década, são mencionadas no Relatório do Chefe do Executivo de 1911, as seguintes escolas: “Acha-se em funcionamento todas as escolas creadas pela Câmara em número de dezesseis, sendo trez em Borda da Matta, cinco na Estiva, três em Sant’Anna do Sapucahy e cinco no districto da cidade, sendo quatro creadas no exercício de 1910”. *Relatório do Chefe do Executivo da Cidade de Pouso Alegre para o ano de 1910*, 02 de Fevereiro de 1911, Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Brandão; segue por esta até a esquina da Travessa Tiradentes pela qual segue passando pela Praça 15 de Junho em direcção a Rua Monsenhor José Paulino; Volta por esta até a esquina da Rua Júlio Brandão, segue por esta até chegar a Rua Dom Nery; por esta continua até encontrar de novo a Rua Adalberto Ferraz, pela qual desce até os fundos da Estação da Estrada de Ferro. §2º. Constitui a area sub-urbana o restante do perímetro da cidade, fora d'aquella delimitação²⁹¹.

Com esta divisão feita podemos ter ideia do que era o núcleo urbano de Pouso Alegre e sua concentração apenas na região central da cidade. As áreas que estão realçadas na cor azul representavam a parte urbana da cidade, espaço este em que eram localizados os principais prédios públicos da cidade: a Igreja Matriz, escolas municipais e particulares, Teatro Municipal, Câmara Municipal e Fórum, Clube Recreativo, Estação Ferroviária entre outros. Já os traçados representados pela cor verde equivaliam as áreas tidas como suburbanas ou periféricas, em que se localizavam o matadouro, o isolamento dos leprosos, a Santa Casa de Misericórdia (Hospital), a caixa de abastecimento de água e as fazendas ou chácaras. Com o passar dos anos, ruas foram sendo abertas, ampliando a área urbana da cidade. Podemos ter uma noção espacial observando o mapa abaixo, sendo o primeiro confeccionado em 1930 retratando a área da cidade de Pouso Alegre, suas ruas e alguns de seus respectivos espaços públicos:

²⁹¹*Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913*, Sessão Ordinária de 09 de Março de 1905, p. 28. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Mapa 07: Planta da Cidade de Pouso Alegre, década de 30. Traçado delimitando as zonas urbanas e suburbanas em 1904 (elaborado pelo pesquisador)

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Na segunda metade da década de 1900, quatro obras importantes foram realizadas favorecendo a cidade e o município: a instalação de uma linha de bonde que ligaria a Colônia Francisco Sales aos trilhos da Rede Mineira, localizado na região central, a instituição de transportes públicos, a instalação da luz elétrica e a criação de uma companhia telefônica. Estas transformações se tornaram comuns neste período em outras cidades do Sul de Minas, sendo percebidas quando fazemos a leitura de anuários da época, ainda que, *“possuindo um caráter impressionista de muitas dessas descrições, elas são ilustrativas do processo de urbanização que estava em curso na região”*²⁹² e em outras partes do país.

O projeto de lei sobre a criação de uma linha de bondes para a Colônia Francisco Sales foi aprovado na sessão do dia 18 de setembro de 1905, por intermédio de um ofício enviado do presidente do estado datado de 12 de julho do ano corrente. O seu conteúdo fazia ver que *“naquella dacta estava o encarregado da direção da Colônia “Francisco Salles” autorizado a entregar a Câmara os trilhos e dormentes de ferro alli existente, para a linha de bondes que a Câmara projecta nesta cidade”*²⁹³, tendo seu despacho autorizado. A presente lei autorizava o Agente do Executivo Municipal a efetivar o contrato com a empresa que oferecesse maiores vantagens para o município na construção de uma linha de bonde movido a tração animal, concedendo privilégio de 15 anos a partir da data em que se fizesse a contratação. Ficou ainda autorizado o emprego de trilhos e dormentes cedidos a municipalidade pelo Governo do Estado. A rota apresentada pela deveria ser a seguinte:

Artigo 2º: O traçado para a linha comeará na Estação da Estrada de Ferro e se estenderá até a “Rua Cantagallo” em frente ao edifício do Collegio da Visitação, passando pela Rua Moreira César, “Praça 24 de Fevereiro”, “Senador José Bento”, “Cônego Vicente”, rua “Dr. Silviano Brandão”, “Júlio Brandão”, “Dom Nery”, “Praça Quinze de Junho” e “Rua Affonso Penna”²⁹⁴.

²⁹²SAES, Alexandre Macchione; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. *O Processo de urbanização no Sul de Minas em transição*. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Editora Alameda, 2016, p.44.

²⁹³*Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913*, Sessão ordinária de 18 de setembro de 1905, p. 48. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

²⁹⁴*Projeto de Lei Nº145*. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

De acordo com o artigo 2º, temos noção de como se estabeleceu este trajeto, saindo da estação ferroviária, percorrendo as ruas que compunham a parte suburbana e urbana da cidade, na região central e das imediações do Mercado Municipal. Este meio de transporte por muitos anos serviu para que se conduzisse os gêneros alimentícios e tudo mais que era produzido na Colônia Francisco Sales para serem transportados para outras cidades pela ferrovia, como também para abastecer o Mercado local, facilitando e tornando acessível os produtos para sua comercialização na cidade.

A instalação da energia elétrica na cidade também ocorreu neste ano. As primeiras experiências da inserção deste novo tipo de inovação no Brasil ocorreram nas duas últimas décadas do século XIX nos dois principais centros urbanos do país²⁹⁵. De acordo com Saes,

A incorporação da energia elétrica ao cotidiano brasileiro foi contemporânea com aquela realizada nos países europeus e nos Estados Unidos. Mesmo com as primeiras experiências já no início do século XIX, foi somente durante o decorrer da década de 1880 que a energia elétrica tornou-se realidade na industrial. Inicialmente atendendo aos serviços de iluminação urbana tanto pública como particular (...)²⁹⁶

Segundo o memorialista Octávio Miranda Gouvêa²⁹⁷, no ano de 1905, Pouso Alegre teria sido a pioneira na implantação dos serviços de luz e energia elétrica no Sul de Minas, sob os esforços do Engenheiro Benjamim Franklin Silviano Brandão²⁹⁸, que tendo se especializado nos Estados Unidos, trouxe para a cidade esta inovação, e em parceria com o Tenente Coronel José Claro de Almeida Ramos Brandão e o Major Augusto Libânio organizaram e fundaram em Pouso Alegre a Empresa de Força e Luz²⁹⁹ e apresentaram uma petição à Câmara Municipal solicitando os privilégios para a

²⁹⁵No Rio de Janeiro no decorrer das décadas de 1880 e 1890 e em São Paulo a lei de regulação dos serviços de força e luz foi promulgada no ano de 1899.

²⁹⁶SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru, SP: Editora EDUSC, 2010, p. 14.

²⁹⁷GOUVEA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Art's Gráficas e Editora, 1998, p. 122.

²⁹⁸Nascido em Pouso Alegre no ano de 1878, pertencia a tradicional família do Presidente Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão, sendo filho do mesmo. Se graduou em Engenharia Metalúrgica e Civil pela Escola de Minas em Ouro Preto. Anos mais tarde seguiu para os Estados Unidos e Europa a fim de aperfeiçoar-se em eletrônica. Com seu retorno ao Brasil, fundou e dirigiu em Pouso Alegre a Companhia de força e luz, realizando as primeiras instalações de iluminação pública elétrica na cidade. Cf: ARAÚJO, Alexandre de. *Pouso Alegre através dos tempos*, sequência histórica. Pouso Alegre: Grafcenter, 1997, p. 97.

²⁹⁹A empresa prestou seus serviços para a cidade até no ano de 1925, quando então se realizou uma reforma na iluminação elétrica, na administração do Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, sendo construída

exploração da indústria de eletricidade nesta cidade, e tendo levado o assunto em pauta, “e considerando, que desde antes uma vez consignado nos orçamentos especificados, a verba sempre despendida anualmente com iluminação pública nesta cidade feita até aqui por lampeões a Kerosene”³⁰⁰. Em 1904, o Jornal o Clarim, ao realizar críticas ao governo da municipalidade, cita em suas páginas os diversos problemas locais existentes, e entre os citados estava a questão do serviço de iluminação local no presente momento: “há um anno que o Sr. Agente Executivo não despende com Pouso Alegre um real a não ser com empregados e com a porca iluminação pois o ultimo dos grandes melhoramentos foi a canalização d’água”³⁰¹ e não realizando mais na cidade algum melhoramento.

Os vereadores, em discussão sobre o referido benefício para a cidade, no ano de 1905, elaboraram e decretaram uma lei que dava concessão a esta empresa por 25 anos para realizar seus serviços, autorizando a organização e manutenção do fornecimento da luz elétrica por meio do sistema hidráulico. Sobre este feito, o jornal Correio Sul Mineiro trazia em suas páginas a seguinte notícia:

A Câmara Municipal desta cidade, em reunião extraordinária, concedeu privilégio ao sr. Coronel Ramos Brandão ou a empresa que este organizar, para o abastecimento de luz electrica à nossa cidade. Sabemos que o privilégio foi concedido por vinte cinco annos. Findo este prazo, reverterão em favor da municipalidade todos os materiaes da empresa, sem retribuição alguma. A Câmara pagará à empresa dez contos annuaes pela iluminação da cidade que será de 200 lâmpadas. Procedendo os necessários estudos, acha-se entre nós o hábil engenheiro e nosso distincto conterrâneo, sr. dr. Benjamim Brandão³⁰².

A instalação, troca de lâmpadas, custeio, conservação do material empregado, sua substituição e o que estivesse relacionado ao serviço, seria por conta do empresário sem outro ônus para a municipalidade, além do pagamento relacionado ao fornecimento da iluminação pública. De acordo com o contrato celebrado, ficava a empresa responsável a

no distrito de Borda da Mata uma nova Usina de Força, com linha de transmissão para Pouso Alegre, a qual foi inaugurada em 11 de Agosto do mesmo ano, possuindo um grupo de geradores de 330 cavalos de força, cada um, e com assentamento de novos postes *Manesmann*, em substituição aos de madeira, na Avenida Doutor Lisboa, no centro da cidade.

³⁰⁰Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913, Sessão ordinária de 16 de Novembro de 1905, p. 71. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

³⁰¹O Clarim. Ano I, número 05, Pouso Alegre, 09 de Março de 1904, p. 02.

³⁰²Correio Sul- Mineiro. Ano II, número 54, Pouso Alegre, 19 de Novembro de 1905, p. 02.

I- Instalar e montar 200 lâmpadas Edison da força de 32 velas cada uma no perímetro da cidade, compreendidas (...) e ainda 2 lâmpadas da força de 600 velas cada uma, todas collocadas de acordo com o plano de distribuição que adoptar o Agente Executivo Municipal; II- Instalar e manter a iluminação elétrica no edifício do Governo Municipal, no matadouro que for constituído e somente a instalação no Theatro Municipal; III- Manter a iluminação publica das ruas e praças diariamente, do anoitecer ao amanhecer, menos as duas lâmpadas, de força de 600 velas, as que poderão estar acesas somente do anoitecer a meuá noite; IV- Instalar e manter do mesmo modo nas ruas e praças desta cidade, as lâmpadas que a Câmara Municipal, em qualquer tempo julgar necessárias, além das 200 já afixadas mediante o pagamento não excedente de 5 mil réis por cada uma lâmpada de força de 32 velas. §2º. Revisão para a Municipalidade, findo prazo dos privilégios, de todos os edifícios, propriedades, acessórios e material referente à exploração, uso e gozo da Indústria de Eletricidade sem nenhum ônus para a municipalidade. §3. Prazo não excedente, de doze annos apartir da dacta desta lei, dentro do qual deve cotar, concluído todo serviço da instalação e ter começo e fornecimento da luz elétrica, sob pena de caducidade³⁰³.

Os materiais a serem adquiridos pela empresa deveriam seguir os padrões estabelecidos pelo contrato, sendo as lâmpadas presas em braças de ferro suspensa nos postes de madeira pintados a óleo, com refletores brancos a uma altura mínima de 5 metros a partir do chão. As linhas de transmissão e distribuição deveriam ser de fios de cobre todos isolados para não apresentar risco a nenhuma pessoa. Ao governo do Estado caberia a solicitação da isenção de direitos para o material que fosse adquirido nos países estrangeiros, e municipalidade, a intervenção aos particulares para a passagem das linhas elétricas em seus terrenos. Os custos deste benefício para os particulares não deveriam exceder ao valor de 3\$000 mil réis, sendo que as instituições de beneficência, hospitais, edifícios públicos, federais e estaduais, as granjas, edifícios do governo da cidade, institutos de ensino, associações literárias e recreativas teriam o abatimento de 15% sobre o preço que for estabelecido para os particulares. A Empresa procurou durante estes annos se empenhar para a realização do serviço.

Por meio da leitura das Atas e de outros documentos da Câmara Municipal, notamos que os serviços estavam sendo prestados adequadamente. No relatório apresentado para o anno de 1908, o Agente do Executivo declarou que a iluminação ocorreu inalterável e sem interrupção na cidade, e a empresa *“cumpriu as novas clausulas impostas pela municipalidade, isto é, a substituição das lâmpadas de 400*

³⁰³Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913. Sessão ordinária de 16 de Novembro de 1905, p.73. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

velas por 6 de 30, funcionando igualmente a iluminação do theatro municipal”³⁰⁴. Entretanto, durante o mês de junho deste mesmo ano se realizou uma interrupção devidos os reparos feitos na usina geradora pelo seu proprietário, sendo este empreendimento colocado entre os melhores do estado de Minas Gerais, segundo o mesmo relatório.

No ano de 1908, em Sessão de 08 de fevereiro, mediante um requerimento enviado pela Empresa de Força e Luz de Pouso Alegre pedindo alterações na lei que lhe concedeu o privilégio a exploração da indústria de eletricidade de Pouso Alegre, são realizadas pelos Vereadores algumas modificações nas leis que regulavam os serviços prestados pela Empresa. A presente alteração estava composta de seis cláusulas, o que proporcionou um serviço mais eficiente. Propostas como a redução da força iluminativa (de 32 para 30 velas) nas 200 lâmpadas instaladas pela cidade, diminuiriam os gastos da empresa e da municipalidade e facilitaria a manutenção das mesmas. Na utilização a energia elétrica pelas sociedades teatrais que se servissem do espaço do Teatro Municipal a empresa poderia *“cobrar no máximo 35\$000 mil réis por noite, quando as sociedades theatraes accuparem a luz por mais de um mês, e 300\$00 mil réis mensaes, quando se tratar de maior espaço de tempo*”³⁰⁵” contribuindo para os dispêndios municipais. E por fim, uma tabela que regularia e organizaria os preços a serem pagos pelos particulares que usufruíam deste benefício.

Com o advento da iluminação elétrica e outras melhorias feitas no município na década estudada, no ano de 1906, a Câmara Municipal atende o pedido de privilégio para a instalação de linhas telefônicas feito pelo Sr. Euzébio Dias Ferreira, residente na cidade de Poços de Caldas, em setembro do mesmo ano. Segundo a petição, este serviço não geraria ônus algum a municipalidade. Ficaria destinada a votação a Sessão do dia 12 de outubro, sendo que, por falta de número legal de vereadores presentes, a discussão foi realizada no dia 25 de Outubro do ano corrente. As linhas telefônicas deveriam ligar a sede do município aos demais distritos que o compõem, constituindo de uma central telefônica com ligação para as propriedades particulares, tanto as urbanas como as rurais. Ficaria obrigado o peticionário de realizar estes serviços de forma gratuita aos edifícios municipais e distritais, em repartições do ramos executivo, teatro municipal,

³⁰⁴Relatório para o ano de 1908. Pouso Alegre, 12 de Janeiro de 1909. Coleção Documentos soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

³⁰⁵Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913, Sessão Extraordinária de 08 de Fevereiro de 1908, p.188. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

mercado e matadouro, sendo que, ao final do privilégio todo material empregado deveria ser revertido à municipalidade.

Somente no mês de Março de 1908, após a revisão da petição enviada pelo empresário, pois o mesmo considerou que as cláusulas estabelecidas pela Câmara se encontrava *“demasiadamente onerosas para o suplicante que para a realização do seu ideal terá de empregar não pequeno capital”*³⁰⁶, pedia no entanto a alteração para a realização do serviço, pois o mesmo já havia encomendado na Europa os aparelhos e outros materiais necessários para as instalações. Um dos principais argumentos utilizados pelo concessionário consistia no tempo de privilégio concedido à empresa. A proposta feita inicialmente pela Câmara concedia o prazo de 12 anos para executar e propiciar o serviço à população e ao município. O prazo apresentado pelo peticionário para a concessão do serviço era de 25 anos, tendo em vista que o mesmo possuía mais de uma empresa *“em Poços de Caldas, Botelhos e Cabo Verde e para ellas obteve o suplicante o máximo de privilégio (25 annos) como ainda agora no privilégio que lhe foi concedido para a linha de Santa Rita de Caldas, em 09 de Janeiro de 1907”*³⁰⁷. No documento se encontrava anexo a lista de preços que seriam cobrados dos assinantes, consistindo dos seguintes parâmetros:

- 1º. A instalação de aparelhos no domicilio ou escritório é paga por uma jura fixa de 30 mil réis; 2º. Os danos causados aos aparelhos, pilhas e fios dentro do prédio, serão pagos pelo assignante, que provenhão de culpa sua, de sua família, ou de qualquer eventualidade involuntária; 3º. O aparelho só poderá ser installado em lugar seco, ao abrigo do sol e do pó, de modo a garantir sua conservação, em perfeito estado; 4º. A empresa se obriga a manter os aparelhos em estado de bom funcionamento, fazendo-as visitar e substituir sempre que julgar necessário; 5º. Fora dos limites urbanos as despesas das construcções correm por conta do assignante, que fornecerá também condição sempre que seja necessário substituir o aparelho. 6º. O preço da assignatura será de 10 mil réis mensaes pagos adiantadamente sendo o primeiro pagamento feito com a respectiva joia; 7º. Fica o assignante com direito de pedir ligação para todas as linhas que a empresa installa dentro do mesmo município; 8º. Não é permitido o uso do aparelho a pessoas residentes na cidade que não sejam assinantes das empresa. 9º. Os assignantes fora da cidade pagarão mais mil réis de cada Kilômetro, de linha, a centrar-se do limite urbano em diante; 10º. O menor preço será de seis meses, mesmo se o assignante desistir por qualquer motivo, antes de findo esse prazo; 11º. As horas de serviço terão das 7h da manhã as 22h da noite; 12º.

³⁰⁶Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913, Sessão ordinária de 06 de Fevereiro de 1907, p.142. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

³⁰⁷Idem.

Durante as trovoadas, as comunicações serão suspensas. 13°. Quando se utilizar do telephone deve-se fallar com voz suave e devagar. De modo algum deverá o assignante retirar o aparelho, diz, retirar da forquilha a não ser quando precisar mobilizar-se do aparelho; 14°. A falta do pagamento até o dia 10 de cada mês dá direito a Empresa de retirar o aparelho. – Secção- Sant’Anna do Sapucahy. Tabella. Horário. O escriptório desta sescção achar-se-á aberto das 7h da manhã às 21h da noite, nos dias úteis, nos domingos, dias feriados e santificados, até as horas da tarde e durante esse tempos se transmitirão comunicações seobre em ocasiões de trovoadas. (Taxa) Dentro do horário, cada comunicação verbal ou escripta, constará um mil réis- 1000 réis. Não comunicação verbaes poderá o transmittente falar até 10 minutos, e qundo escripta não excederá 40 palavras. O excesso determinará nova taxa. Fora do horário cada comunicação constará mais 5 mil réis além da taxa coomum. Pelas comunicações para fora de Pouso Alegre, Sant’Anna do Sapucahy, pagará o transmittente, além da taxa commum, mais o que convém mencionar para o portador na ocasião³⁰⁸.

A comissão responsável pelas obras públicas e os demais vereadores foram favoráveis ao parecer e autorizaram a instalação da telefonia na cidade. No decorrer do ano de 1908, foram inauguradas as linhas telefônicas dos distritos de Borda da Mata e Estiva, estando ligado todos os distritos com a sede municipal. Para esta década, não são fornecidas mais informações específicas relativas a situação geral da empresa, como número de assinantes, entre outros. Apenas na Sessão de 27 de novembro de 1908 que é apresentada uma indicação do Sr. José Evaristo requerendo que o Agente do Executivo reclamasse da Empresa Telefônica a situação do mau estado e abandono em que se encontrava aquela empresa ao cumprimento das cláusulas presentes no contrato entre ela e a municipalidade. Outra informação que nos apresenta as Atas é que no ano de 1910 a Câmara da cidade de Cambuí firma um acordo com Sebastião Pires Ribeiro, referente a instalação de linhas telefônicas ligando os municípios de Jaguary, Cambuí, São José do Paraíso e Ouro Fino. Este serviço proporcionou a instalação de uma linha dupla direta, onde foi colocado um aparelho receptor em um lugar conveniente, realizando e expandindo a comunicação na região.

Nos últimos anos da década estudada, foram incluídas aos passeios na zona urbana 1906 metros de guias e 263 de sarjetas para o escoamento das águas pluviais. Construções como a dos dois pontilhões no Rio Mandu, ligariam a cidade aos bairros do “Pantano” e “Sertãozinho”, e foram reparadas as pontes das estradas que vão para o bairro dos Afonsos e distrito do Congonhal, como também retocados os aterros do

³⁰⁸*Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913*, Sessão ordinária de 06 de Fevereiro de 1907, p.142. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

caminho que vai ter a Sant'Anna do Sapucahy. O abastecimento de água na cidade foi ampliado, atendendo quase toda a população. Em relação aos espaços e prédios públicos,

Theatro Municipal: Foram terminadas as obras de reconstrução e embelezamento do teatro municipal, tendo sido feitos o passeio e dois pequenos jardins laterais contíguos ao edifício; **Parque Municipal:** No antigo Largo do Rosário, conforme a autorização que me concedestes, foi no exercício que acaba de findar, feito o Parque Municipal, cujo estylo obedeceu à organização estética de seus congêneres, nas grandes cidades, tendo as suas ruas macadamizadas e profusa arborização de diversas espécies de nossa riquíssima flora. Seja-me lícito em nome do município patentear os meus agradecimentos ao Exmo. Dr. Porfírio Machado pelo eficaz auxílio que gentilmente dispensou à direcção e feitura do “Parque”; **Mercado:** Em cumprimento, também da vossa autorização-augmentei o mercado municipal, já tendo sido construída uma de suas fachadas, não tendo podido realizar o augmento, que julgo necessário, para o lado da “Praça Quinze de Novembro”, obstado pela presente estação chuvosa. A parte construída foi feita com toda a solidez, obedecendo à moderna architectura, de accordo com a planta gentilmente offerecida a esta municipalidade pelo hábil architecto austríaco Sr. José Piffer; **Casa de Caridade:** Foram feitos os serviços de installação sanitária d’esse Pio Estabelecimento, os quaes foram-me autorizados por vós, concorrendo também a Câmara regularmente com a quota ao mesmo destinado, consignada no orçamento.³⁰⁹

Estas foram as principais obras realizadas nos últimos anos da década de 1910. A criação de uma escola pública e a canalização de água potável e rede de esgotos na cidade³¹⁰, apesar de terem sido iniciados nos anos finais deste decênio, serão concluídas nos próximos anos. A construção de um novo Grupo escolar sob os auspícios do estado acompanhava dinâmica de criação e reformas de ensino que estavam sendo se realizadas a partir de 1906, a chamada “Reforma João Pinheiro”, como parte do projeto republicano em oposição à monarquia que se instaurava no Brasil. Os grupos escolares deveriam funcionar em prédios próprios, os melhores da cidade, sendo adaptados para

³⁰⁹*Relatório para o ano de 1908*. Pouso Alegre, 12 de janeiro de 1909. Coleção Documentos soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

³¹⁰Este projeto já estava sendo tramitado na Câmara Municipal desde 1909. No relatório para este mesmo ano, o chefe do executivo se refere a um empréstimo que foi autorizado, mas não feito para a canalização de um rio. Já a discussão volta a ser feita em 1911, por meio do Projeto nº 3: “*Artigo 1º: É o Presidente da Câmara auctorizado a entrar em acordo com o Estado para, por intermédio desta, realizar neste município obras de saneamento e outros melhoramentos de real necessidades, os quais abastecimento de água, rede de esgotos e encampação da força elétrica*”. No decorrer da documentação, a lei deixa bem claro que as obras somente poderiam ter início a partir do momento em que fosse liberado o empréstimo, sendo realizada no percurso desta década. Cf: *Projecto de Lei nº3*, Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1911. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Arquivo Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

os fins educacionais, iniciando no estado, segundo Faria Filho³¹¹, “a mudança das escolas dos pardieiros para os palácios”. Tendo como base o decreto n. 1960 de 16 de Dezembro de 1906³¹², conforme o disposto no artigo 22 combinando com o artigo 45, é criado o Grupo Escolar na cidade de Pouso Alegre em 23 de Março de 1909, mediante o decreto n. 2480 sancionado pelo então presidente do Estado Estevão Magalhães Pinto. Até então, a cidade possuía como centros educacionais o Seminário Diocesano, Colégio Diocesano São José (para meninos) e o Colégio da Visitação (para meninas), de confissão católica, atendiam os filhos de membros da elite local e de outras cidades³¹³, além de professores que eram pagos pelo município e ministravam aulas em suas casas³¹⁴. O recém-criado grupo escolar atenderia as crianças mais necessitadas da cidade, em comunhão com o programa educacional estabelecido em Minas. Sua construção iniciou-se no mesmo ano sendo concluído apenas em 1912. Como estava previsto no decreto para a criação de grupos escolares, o governo do estado não arcaria com o valor total das obras executadas, contribuindo apenas com algumas quantias mensais, como podemos observar na fala do chefe do executivo para o ano de 1911 presente no Relatório, em que “do Governo do Estado recebi a importância de 6:000\$000, primeira prestação do auxilio ao Grupo Escolar desta cidade, cuja quantia, conforme autorização do mesmo, entreguei à comissão constructora, que já deu inicio aos trabalhos do Grupo”³¹⁵. Com auxilio limitado do governo, criou-se a “Caixa Escolar de Pouso Alegre” presidida pelo Monsenhor Antônio Furtado de Mendonça, no intuito de auxiliar as crianças pobres que ali estudavam. Percebemos a influência da

³¹¹Cf.: FILHO, Luciano Mendes de Faria. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo, RS: UPF. 2000, p. 38.

³¹²**Artigo 22:** Poderão, porém, ser creados grupos escolares nas localidades onde a população escolar for suficiente para a instalação, no mínimo, de quatro escolas com a matricula de alunos exigidas pelo art. 81(mínimo 45 alunos matriculados), na parte que se refere às escolas de cidade. **Parágrafo único:** Neste caso serão organizados com tantas escolas mixtas quantas forem necessárias, preferindo-se para estas os alunos dos anos inferiores. **Artigo 45:** Na execução de seu plano de ensino, o governo, para a instituição de escolas de qualquer espécie, grupos escolares, etc., dará preferências às localidades que o auxiliarem eficazmente já por somas em dinheiro, já por dadas de prédios, terrenos ou materiais. *Collecção da Leis e decretos* do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1906, p. 156.

³¹³Nomes como Menotti del Pichia e Guilherme de Almeida (poetas e literatos), Plinio Salgado (idealizador do partido Integralista no Brasil) e Aureliano Chaves (politico) estudaram no Colégio São José em Pouso Alegre.

³¹⁴No livro de receitas e despesas da Câmara Municipal encontramos a seguinte rubrica: “Importância paga a Felizardo José de Souza de seu ordenado como professor de 04 de novembro a 04 de dezembro-50\$000. *Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre*, Livro 43, 1905, p. 02. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

³¹⁵*Relatório do Chefe do Executivo à Câmara Municipal de Pouso Alegre*, 1911. Coleção Documentos Soltos, acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Igreja Católica nesta instituição, pois na mesma eram ministradas aulas de ensino religioso e inspecionada pelo Cura da Catedral local³¹⁶.

Imagem 07: Grupo Escolar de Pouso Alegre

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Ao longo das quatro décadas estudadas percebemos que Pouso Alegre passou por relevantes transformações em sua estrutura urbana. As atas da Câmara Municipal, os documentos soltos do legislativo, periódicos e memorialistas nos detalham muito bem a respeito destes trabalhos exercidos em benefício da construção e melhoramentos do espaço urbano local. Como são extensas as atas do poder legislativo e a documentação pública, selecionamos aquelas que julgamos conter as principais informações sobre os principais acontecimentos para a formação da cidade, traçando um perfil para cada década que estudamos.

O conserto de estradas, a organização de ruas e praças, construção de prédios públicos em um breve período da transição para o século XX demonstrava o caráter da dinâmica econômica local, a municipalidade assumiu estes empreendimentos, o que em outras cidades da região observamos terem sido empreendidas por personalidades locais. O início do funcionamento de meio de transporte feito por bondes, a inserção da energia elétrica e a instalação de linhas telefônicas trouxeram inúmeros benefícios para

³¹⁶Cf. *Pouso Alegre e seus institutos de ensino e de caridade*. São Paulo: Oficina Gráfica Ave Maria, 1941, p. 39.

o município de Pouso Alegre, sendo importantes marcas das melhorias urbanísticas realizadas no período estudado. Os financiamentos destas obras geralmente eram feitos com verbas dispendidas pelo estado ou pela própria Câmara Municipal. Com o levantamento feito destas quatro décadas podemos perceber as transformações realizadas no espaço público, sejam elas estruturais, sociais e econômicas características estas que inseriram Pouso Alegre, a seu modo, na dinâmica de transformações que estavam ocorrendo a nível regional e nacional. Estes empreendimentos possibilitavam que o projeto de urbanização local avançasse, e *“ao se modernizar estimulou que sua sede atraísse novos cidadãos, tornando-se, assim, a maior cidade da região nos anos 1920”*³¹⁷.

Nos aspectos econômicos, por meio do estudo dos livros de receitas e despesas, identificamos por intermédio das diversas rubricas durante as décadas estudadas a pujança do comércio no município. Os impostos cobrados correspondiam às casas comerciais presentes e as rendas obtidas no Mercado local, os quais forneciam produtos abastecendo os distritos e as regiões próximas que se dedicavam a produção cafeeira. Sendo assim, reforçamos a nossa tese de que a economia de Pouso Alegre, diferentemente de outras regiões que aderiram à produção do café, manteve-se como importante produtora de bens voltados ao abastecimento, ao circuito mercantil regional com produtos como milho, arroz e feijão e a riqueza urbana local se fortaleceu com o crescimento do comércio e dos investimentos empreendidos pela municipalidade.

No próximo capítulo, utilizando da série de registros de imóveis, procuraremos entender a valorização do espaço urbano, por meio do aumento de transações ocorridas na cidade durante o passar dos anos.

³¹⁷VALE, Fernando Henrique; SAES, Alexandre Macchione; CARVALHO, Rafaela Rodrigues da Silva. *Pouso Alegre: uma economia de abastecimento numa sociedade exportadora (1880-1920)*. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 309.

CAPÍTULO III- EVOLUÇÃO E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE DOS REGISTROS DE IMÓVEIS

No capítulo anterior, por meio da análise de documentos oficiais do poder legislativo (atas, livros de receitas e despesas, correspondências, leis, publicações oficiais) e periódicos impressos, constatamos que Pouso Alegre vivenciou transformações urbanas importantes no decorrer das quatro décadas estudadas. Do funcionamento da Câmara Municipal, buscando entender como se dava o processo de trabalho durante o período de 1870 a 1910 proposto pela nossa pesquisa, à realização das obras públicas, constante preocupação percebida no decorrer da leitura de nossas fontes. Os livros de receitas e despesas da municipalidade proporcionaram para este estudo evidências sobre a dinâmica econômica da cidade e município. Tornou-se perceptível, por meio da análise dos impostos cobrados e das despesas realizadas, o crescimento do comércio durante as quatro décadas, fator este importante para a economia de abastecimento local, e os investimentos realizados em obras públicas locais.

Neste capítulo, trataremos da valorização do espaço urbano e rural, podendo observar a transformação espacial do núcleo citadino e municipal. O memorialista Amadeu de Queiroz³¹⁸ nos dá uma visão da cidade da época de sua infância, correspondendo o período inicial de nossos estudos. Nesta época, o alto das Cruzes³¹⁹ abrigava o cemitério local e uma capela próxima a um cruzeiro antigo fincado no chão, e “*na chapada do monte, ajuntavam-se entre matos rasteiros as espeluncas e casebres das Cruzes, bairro de caboclos, negros, perdidas, pinga e desordem*”³²⁰. Descendo pela via principal, chamada de Rua do Morro³²¹, a qual dava acesso à região central da cidade, encontrava-se o espaço denominado de Largo do Mercado, por ali se concentrar o comércio local de gêneros de primeira necessidade, e o Largo da Matriz, “*arborizados de cinamomos e casuarinas (...) fechada ao fundo pela velha igreja de taipas*”³²².

³¹⁸O livro *Memórias- Dos 7 aos 77*, é uma autobiografia de Amadeu de Queiroz em que retrata bem a sua trajetória de vida, cuja infância e juventude passadas em Pouso Alegre. Na obra, são relatados diversos detalhes ligados aos costumes da época e a realidade espacial da época.

³¹⁹Localidade em que atualmente é situado o bairro Santo Antônio e o centro do poder administrativo da cidade.

³²⁰QUEIROZ, Amadeu. *Memórias dos 7 ao 77*. São Paulo: Editora Cupolo, 1956, p. 11.

³²¹Atuais Praça Garcia Coutinho e Avenida Getúlio Vargas.

³²²Idem. Neste trecho encontramos duas palavras muito utilizadas na época, achando necessário esclarecer seus significados. Os cinamomos e casuarinas eram dois tipos de árvores de ornamentação. O *Cinamomo* é um tipo de arbusto de canella aromática. Já a *Casuarina* é uma árvore de grande porte caracterizada pela

Aqueles que habitavam estas regiões, membros da elite e da classe média local, eram caracterizados por possuírem escravos, terem alguma vaca leiteira e poucas criações. Percorrendo o núcleo central em direção a região sul da cidade, estabelecia-se a Rua do Imperador, o Largo da Cadeia seguindo até a Rua da Ponte³²³, “*onde ficavam as melhores casas e residiam os mandantes e possidentes, os juízes, o vigário, o médico a gente do Fórum e da Câmara (...) a Matriz, o bilhar, o mercado, o teatro e o Curral do Conselho*”³²⁴. Partindo para a região leste, encontrava-se um aterro denominado Rua dos Coqueiros, seguindo pelo Morro da Outra Banda por “*uma rua semiestrada, formando com a sua fileira de miseráveis casebres*”³²⁵ até culminar ao Bairro das Taipas³²⁶. A região oeste, conhecida por bairro do Rosário³²⁷, possuía ao seu centro um largo com diversas espécies de arvoredos, uma capela e próximo a Casa de Misericórdia. Segundo Amadeu de Queiroz, havia uma divisão entre aqueles que habitavam os arredores do Rosário e os moradores do Largo, separados por um córrego, que segundo o autor, “o divisor de classes”:

Os habitantes do Largo, miolo da sociedade, gente de sapatos, bailes, pianos, jogos de prendas e roupas de alfaiate, afastavam-se afetadamente do povinho do Rosário. O povinho era a casca anônima da população: pedreiros e costureiras, vadios e engomadeiras, lavadeiras e toda a sorte de gente que vive do trabalho vário e miúdo. Numerosa gentinha, pobre e desarrumada, infalível em festas de rua e circo de cavaleiros, que não mandava nem era mandada³²⁸.

Percorremos por uma breve explanação da constituição espacial urbana de Pouso Alegre das primeiras décadas de nosso estudo por meio do ponto de vista e das memórias de uma pessoa que vivenciou este tempo. É interessante notar que não há referências em seus escritos sobre o meio rural, talvez por não ter obtido acesso pelo distanciamento e a escassez de meios de transportes na época, sendo os mesmos feitos a cavalo ou carroças. Para uma análise mais profunda referente à constituição do espaço urbano em Pouso Alegre, trabalharemos os registros de imóveis local, o que nos ajudará

madeira de tom avermelhado, pela casca tanífera e pela boa qualidade de sua lenha. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 273. MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. 13ª Impressão. São Paulo, 2007, p. 450.

³²³Respectivamente a Avenida Doutor Lisboa, cujo largo não existe mais desde a década de 1930, e a Avenida Olavo Gomes de Oliveira, bairro São Geraldo, cortada pela ponte sobre o Rio Mandú.

³²⁴QUEIROZ, Amadeu. *Memórias dos 7 ao 77*. São Paulo: Editora Cupolo, 1956, p. 12.

³²⁵Idem.

³²⁶Atual Rua Comendador José Garcia.

³²⁷Região em que atualmente abriga a Praça João Pinheiro e adjacências.

³²⁸QUEIROZ, Amadeu de. *Memórias dos 7 aos 77*. São Paulo: Editora Cupolo, 1956, p. 13-14.

a ter uma visão dos dois espaços. Este corpus documental³²⁹ é ainda pouco trabalhado pelos historiadores como forma de análise, por diversas razões, entre elas a dificuldade enfrentada ao acesso, pois se encontram geralmente em Cartórios de Registros locais. Mas quando nos é permitido ter o contato com estes registros, percebemos a riqueza de informações que podemos extrair, como a estrutura da riqueza local, a valorização e formação espacial local constituída durante os anos.

A prática de registrarem-se imóveis no Brasil surge timidamente na primeira metade do século XIX por meio da lei que colocava em prática o registro de hipotecas³³⁰. No entanto, com os regulamentos 1.318 de 30 de Janeiro de 1854 e 3.453 de 26 de Abril de 1865 tornava-se oficial a criação do Registro Geral³³¹, como prática oficial “*abrangendo a inscrição de hipotecas convencionais e legais especializadas, lado a lado com as transcrições dos títulos translativos da propriedade por entre vivos, ou constitutivo de ônus real*”³³². A transcrição dos imóveis tornou-se algo importante para a realização da transmissão dos mesmos.

No município de Pouso Alegre, o ato de assentamento de alguma propriedade iniciou-se no ano de 1855 por meio do Registro de terras. Esta prática era realizada pelo vigário local³³³, procurando caracterizar a finalidade das terras (*huma fazenda de terras de culturas e campos de criar...*), a localização e os limites, a procedência anterior e o

³²⁹Feito um breve levantamento, constatamos que este tipo de registro é mais trabalhado por pesquisadores da área de direito, negócios imobiliários ou até mesmo para se fazer uma construção histórica a respeito da constituição destes registros.

³³⁰A Lei nº 317 de 21 de outubro de 1843 fixava as despesas e orçava as receitas do Império para os exercícios de 1843-1844 e 1844-1845. No artigo 35 encontramos a seguinte cláusula: “*Fica creado um Registro Geral de hypothecas, nos lugares e pelo modo que o Governo estabelecer nos seus regulamentos*”. *Collecção das Leis do Império do Brasil* de 1843. Tomo V, parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867, p. 63. Já o Decreto de 14 de novembro de 1846 estabeleceu o Registro Geral das hipotecas, executando o que se instituiu no artigo citado acima. Cf: *Collecção das Leis do Império do Brasil* de 1846. Tomo IX, parte II. Decreto nº 482 de 14 de novembro de 1846- Estabelece o Regulamento para o Registro geral das hipotecas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847, p. 153.

³³¹Antes mesmo de ser regulamentada a prática de registros de imóveis por oficiais de cartórios, era comum se registrar as propriedades. A responsabilidade cabia ao vigário da igreja local, possuindo caráter meramente declaratório, com a finalidade de discriminar o público do particular. Podemos também afirmar que a Lei de Terras de 1850 no Brasil tornou-se uma forma inicial de registro de propriedade imóvel. Cf.: LOUREIRO, Waldemar. *Registros de propriedade imóvel*, vol. 1, 6ªEd. Rio de Janeiro: Editoria Forense, 1968, pp. 20-30.

³³²LAGO, Ivan Jacopetti do Lago. *História da publicidade imobiliária no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2008, p. 52.

³³³O livro de registro de terras do município de Pouso Alegre contém 430 notações. A atribuição do vigário local a esta prática é notada na nota de abertura do livro: “*Há de servir este Livro para o Registro das Terras possuídas nesta Paróchia de Pouso Alegre em virtude da Lei 601 de 18 de setembro de 1850. Este livro vai (...) numerado e rubricado com a minha rubrica que deve Teixeira de Andrade tendo no fim o termo de encerramento. Pouso Alegre, 01 de junho de 1854. O Vigário Barnabé Teixeira de Andrade*”. *Livro de Registros de Terras do Município de Pouso Alegre*, 1854, termo de abertura. Disponível no acervo do Arquivo Público Mineiro.

valor pela qual foi adquirida. Contudo, as primeiras notações de imóveis³³⁴ realizadas por um cartório oficial transcorreu no dia 20 de Maio 1869, atestando sobre uma propriedade rural na *Ponte do Sapucahy* na freguesia de Sant'Anna, transmitida por Pedro Augusto Vieira, residente na cidade do Rio de Janeiro a Vicente de Brito, morador local, assim escriturada:

Huma fazenda denominada Ponte do Sapucahy, conta com quatrocentos e setenta alqueires mais ou menos comprada pela quantia de doze contos de réis por escriptura pública passada pelo escrivão João Rodrigues de Oliveira na data de sete de março de 1869 com todas as benfeitorias, no valor de **£941,10** (12:000\$000). Luiz Rodrigues de Miranda³³⁵.

No final desta mesma década foram escriturados pelo oficial responsável por esta prática oito registros, sendo dois imóveis no distrito de Sant'Anna do Sapucaí (fazendo parte da zona rural, uma fazenda e duas casas- parte da sede de outra propriedade) e sete em Pouso Alegre (sendo três propriedades na zona urbana- moradas de casas- e duas na zona rural- parte de terras).

Esses tipos de registros nos informam detalhadamente sobre as propriedades rurais e urbanas que eram inscritas no cartório. O assentamento era feito em um livro específico dividido em colunas com as seguintes informações: *Número de ordem e data*, espaços em que se ordenavam os registros de acordo com o dia e o mês que eram assentados; *Freguezia do Imóvel*, localização em que se encontrava a propriedade; *Denominação, ou rua e número do imóvel*, caracterizava a natureza do imóvel (se o mesmo era rural ou urbano), descrevendo a sua localização (distrito ou bairro) e o seu logradouro; *Nome do Proprietário e do Adquirente*, registrando o nome daquele que vende, compra, ou faz doação de uma propriedade. Em determinados anos, percebemos nos registros de Pouso Alegre o costume de ser mencionado o nome da esposa/marido e a profissão de ambos; *Característica*, coluna esta em que se descrevia o imóvel como se encontrava, se fosse terreno, colocando suas medidas e divisas e se possuísse uma

³³⁴Os primeiros registros em Pouso Alegre nos livros que se encontram em posse do Cartório Amaral foram realizados pelo Oficial Luiz Rodrigues de Miranda, designado por portaria Imperial de 22 de setembro de 1868. Cf: *Noticiador de Minas*, 21 de janeiro, Ano II, nº 62, 1869, Capa. A instalação de um cartório oficial na cidade ocorreu em 11 de janeiro de 1917 sendo dirigida até os dias atuais por oficiais pertencentes a família Amaral.

³³⁵*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo 01, p. 01. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg, digitalizado pelo pesquisador no ano de 2016.

construção, detalhando suas medidas, como era construído, o material utilizado, entre outras informações precisas; *Ônus ou Título*, especifica-se aí a natureza da aquisição do bem (compra, compra/venda, compra condicional, fiança, permuta, doação, doação in solutem³³⁶, carta de adjudicação³³⁷, demarcação de bens, herança, cessão de direitos hereditários ou arrematação); *Título do ônus ou forma do título*, geralmente se registrava de forma pública ou particular, apropriação, carta de arrematação, carta de adjudicação, forma de partilha ou certidão de pagamento; e por fim as *Averbações*, local este à margem de um título ou registro de alguma coisa inerente a ele. Assim eram registrados os imóveis em livros que se encontram arquivados nos cartórios.

Por meio de uma análise geral³³⁸ tomando como base o objeto de nossa pesquisa, o município de Pouso Alegre, percebemos durante as décadas estudadas, que os imóveis rurais eram mais transacionados nos distritos, enquanto que os urbanos tomam destaque na sede do município, como podemos observar no gráfico abaixo:

³³⁶Pode ser denominado também como dação em pagamento (ou do latim: *datio in solutum*). Segundo o dicionário jurídico, é aquela em que, com o consentimento do credor, é permitido ao devedor a substituição financeira por uma determinada coisa como pagamento de dívida. SANTOS, Washington dos. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Livraria del Rey Editora, 2001, p. 69.

³³⁷O termo adjudicação se refere ao ato de transferir àquele que promoveu a execução judicial os bens penhorados, ou os respectivos rendimentos, para pagamento de seu crédito. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Livraria del Rey Editora, 2001, p. 31

³³⁸Em Pouso Alegre, sede do município, e no distrito de Sant'Ana do Sapucaí, os registros de transações (presentes no cartório pesquisado) tiveram início no ano de 1869. Nos distritos Borda da Mata e Estiva a datar de 1874; e em Congonhal a partir de 1881. Encontramos registros de outras localidades como: Ouro Fino, Jacutinga, Bueno Brandão, Monte Sião, Ouros, Cachoeiras e Bom Retiro, localidades estas que pertenciam a Pouso Alegre no período que corresponde aos anos iniciais de nossa pesquisa. Jaguary, Vargem Grande e Itajubá compunham a Comarca do Jaguary, a qual era sediada nesta época por Pouso Alegre.

Gráfico 09: Imóveis Rurais e Urbanos por localidade (1870-1910)

Fonte: Dados estimados a partir dos Registros de Imóveis do Município de Pouso Alegre. Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg

Mesmo nosso olhar estando voltado para o desenvolvimento e transformações do espaço citadino, da dinâmica do comércio e dos serviços públicos, como foi abordado no capítulo anterior, ressaltamos a importância do campo, lugar este em que se destinavam os maiores investimentos da elite. Por mais que no decorrer de nosso trabalho, delimitamos a economia em rural e urbano, percebemos que as duas formas se desenvolveram em conjunto. Autores como Castells³³⁹ e Wanderley³⁴⁰ afirmam que entre estas duas categorias existem um *continuum*, relações de aproximação e integração, e principalmente não anulando a presença do rural. Por meio da análise das fontes, percebemos que algumas pessoas, em geral membros da elite, possuíam propriedades na cidade e no campo, conciliando a vida urbana com a produção rural pertencente as suas propriedades.

Nossa proposta neste capítulo é analisar a questão das transformações ocorridas nas áreas rurais e urbanas, tendo em vista a sede do município e seus distritos, e por meio das transações feitas durante o período estudado teremos ideia das características dos imóveis, da localidade mais valorizada e até mesmo de quem estava investindo.

³³⁹WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas- o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 15, edição de outubro. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000, p. 87-145.

³⁴⁰CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

Neste sentido voltaremos nosso olhar para o perfil dos sujeitos que estavam transacionando imóveis e seus investimentos, a finalidade do uso destes espaços para um determinado perfil econômico e o tipo de imóvel existente, podendo constatar qual espaço estava sendo valorizado em determinada época. Para o estudo dos imóveis urbanos, concentraremos nosso olhar para a sede do município, analisando separadamente dos distritos, podendo ser observadas questões como modificações do espaço urbano, crescimento da cidade durante as décadas e valorizações de um determinado espaço, os diversos usos do imóvel e se houve um deslocamento significativo do meio rural para a cidade, configurando novas dinâmicas para Pouso Alegre.

3.1- Características dos imóveis urbanos e rurais presentes no município de Pouso Alegre

O corpus documental composto pelos registros de imóveis nos trazem diversas informações sobre as propriedades registradas, sejam elas rurais ou urbanas, indicando diversos aspectos referentes ao período estudado, como o perfil das pessoas que estavam operando as transações e o contexto espacial que estava sendo sistematizado. A fonte de informações que obtemos para as quatro décadas que se concentra nosso estudo é composta por 2025 registros³⁴¹ agrupados nos livros cartoriais da Comarca de Pouso Alegre. Por meio de informações como o nome do comprador e devedor e o valor da transação, podemos avaliar a dinâmica dos negócios que foram feitos ao longo do período estudado e qual setor estava sendo mais investida, a concentração de propriedades e suas finalidades.

A partir da segunda metade década de 1890, mais especificamente em 1897, os documentos detalham a profissão ou os ofícios daqueles que estavam transacionando imóveis. Das atividades exercidas no município, podemos destacar: lavradores, comerciantes, capitalistas, proprietários, fazendeiros, membros da igreja católica (padres

³⁴¹Foram analisados 1675 registros de imóveis pertencentes ao município de Pouso Alegre (Distrito da Borda da Mata- 310, Distrito de São José do Congonhal- 91, Distrito de Nossa Senhora da Estiva- 115, Distrito de Sant'Ana do Sapucaí- 380, Pouso Alegre- 779). As outras 350 anotações de imóveis registrados no primeiro livro são de cidades que pertenciam a Comarca de Jaguar, pertencentes aos termos de Pouso Alegre e Jaguar (Jacutinga- 95, Ouro Fino- 82, Jaguar- 79, Campo Mystico- 30, Monte Sião- 18, Cambuhy- 16, Santa Rita de Extrema- 16, Vargem Grande- 4, Itajubá- 2, São João Batista das Cachoeiras- 2, São José de Toledo- 2, Santa Rita- 1, São José do Paraíso- 1, Ouros 1, e São Gonçalo- 1).

e bispos), médicos, engenheiros, professores, arquitetos, artistas, entre outros ofícios presentes no cotidiano da sociedade³⁴². As pessoas que possuíam certo destaque ou influência no corpo social eram caracterizadas pelos títulos que comumente apareciam nos registros, como: Coronel, Capitão e Major. Estes cidadãos possuidores de títulos³⁴³ ocupavam certo lugar de destaque na cidade, ora exercendo cargos políticos (presidente da Câmara ou vereador) e administrativos (Justiça- Juiz de direito, Juiz Municipal de órfãos, Curador, Escrivão, Oficial e Suplentes-, Polícia- Delegado, Escrivão, Carcereiros e suplentes-, Coletoria- Coletor Geral e Provincial- e Correio). Poderiam ocupar também cargos na Instrução Pública e Particular, ou serem negociantes, fazendeiros e capitalistas, pessoas estas que faziam parte da elite local ou possuíam uma renda financeira significativa. Analisando as décadas estudadas por meio da documentação, temos a seguinte ordem de transações feitas por pessoas que exerciam diversos tipos de atividades, tanto no meio urbano como no rural, como nos mostra a tabela abaixo:

Tabela 06: Transações feitas por pessoas identificadas por diversos ramos de atividades e instituições, 1896-1910

Atividades³⁴⁴	Adquirente	Transmissor
Lavradores	570	527
Comerciantes	222	188
Ofícios Diversos	51	57
Proprietários	20	63
Fazendeiros	05	05
Capitalistas	09	04
Profissionais Liberais	24	14
Instituição Pública	09	-
Instituição Eclesial	15	05

Fonte: Livro de Registros de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre. Disponível no Acervo do Cartório
Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral)- Pouso Alegre, Mg

³⁴²Entre estes ofícios damos destaque aos carpinteiros, pedreiros, empreiteiros, marceneiros, ourives, jornalistas, jornaleiros, alfaiates, sapateiros, seleiros, costureiras e aqueles que se dedicavam aos serviços domésticos.

³⁴³No Almanaque Sul Mineiro (1874/1884), ao encerrar a sessão em que se trata da história de uma certa cidade ou distrito, encontramos a relação completa dos cargos exercidos em cada localidade, o nome completo das pessoas e os títulos que possuíam.

³⁴⁴Relacionamos como Ofícios diversos as seguintes atividades realizadas: Alfaiates, artistas, carpinteiro, costureira, empreiteiro, empregados públicos, ferreiro, industriais, jornalista, jornaleiros, marceneiro, oleiro, ourives, pedreiro, sapateiro, serviços domésticos e serralheiros. Como Profissionais liberais, denominamos as seguintes atividades exercidas: Advogado, arquiteto, dentista, engenheiro, magistrados, médicos, professores e tabeliães. Por Instituição Pública agrupamos os bens do Governo do Estado de Minas Gerais e da cidade de Pouso Alegre, como também aqueles adquiridos por empresários para o fornecimento de algum serviço público, como no caso do fornecimento de energia elétrica. A Instituição Eclesial é representada pelos bens transacionados pela Diocese, paróquias, padres e bispos.

A predominância das transações realizadas no município que se encontram descritas nos livros de registros foram feitas por lavradores e comerciantes, correspondendo a 93% daqueles que movimentavam os negócios de imóveis. Contudo, a série documental das décadas estudadas nos mostra, que em relação ao município, a dinâmica transacional se dava principalmente no meio rural³⁴⁵, sendo observada uma elevação considerável na década de 1890, pelo fato do surgimento de novos distritos, como no caso de Congonhal, com sua elevação a condição distrital no ano de 1880, passa a registrar oficialmente seus imóveis. Não podemos deixar de lado o crescimento de aquisições e vendas de imóveis urbanos, que com o tráfego das décadas se elevaram no município como um todo, como podemos constatar no gráfico abaixo, que nos mostra as tendências presentes em cada década:

Gráfico 10: Registros de Imóveis realizados no município por década

Gráfico elaborado a partir da documentação Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral)- Pouso Alegre, Mg

³⁴⁵Por meio da análise do corpus documental constante dos registros de imóveis, percebemos que os valores mencionados referentes ao meio rural eram maiores em relação aqueles que se localizavam no espaço urbano. Não por serem grandes propriedades rurais (fazendas) constantes de extensos hectares de terras, casas amplas, benfeitorias e por serem bem equipadas, mas a riqueza da sociedade no período que estudamos se concentrava na terra. Possuindo bens rurais, os membros da elite poderiam diversificar ainda mais sua riqueza, adquirindo também imóveis na área urbana, constituindo o seu patrimônio. Nos primeiros anos das décadas percebemos que as transações se davam mais no meio rural, e com o passar do tempo, o número referente aos imóveis urbanos aumentam, demonstrando a manutenção de imóveis nas duas áreas pela elite e a migração de mais pessoas do campo para a cidade.

Por meio do gráfico 02, constatamos o crescimento de negócios imobiliários em ambos espaços, principalmente entre as décadas de 1870 e 1890, quando o número de transações de imóveis rurais passa de 128 para 453, e as propriedades urbanas de 62 para 179. Com a abolição da escravidão no Brasil, os investimentos passam a se direcionar para outros tipos de bens, e um desses seria o mercado imobiliário. No início do século XX, observamos que o movimento de transações sofre alterações, enquanto que no espaço rural há uma estagnação das transações de imóveis, o movimento referente as propriedades urbanas continuam em constante crescimento (de 179 transações feitas na última década, na transição para o século XX, este número passa para 281). Este fator nos leva a refletir sobre o processo de urbanização³⁴⁶ mais intenso em que as cidades estavam passando na mudança de século. A construção de praças, teatros, instalação de colégios e grupos escolares, abertura de ruas, o início de um projeto de saneamento, seguiam gradualmente as transformações ocorrida nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Em busca destas novas dinâmicas, os investimentos aumentam no meio citadino, lugar este em que se oferece padrões de consumos diferenciados.

Dentre as aquisições feitas por lavradores, constatamos que a maioria eram as propriedades rurais, caracterizadas por sorte, parte ou porção de terras, sítios ou fazendas, que poderiam ser em partes ou inteiras compostas de suas benfeitorias, sendo mais valorizadas que os imóveis urbanos³⁴⁷. No município de Pouso Alegre³⁴⁸, temos em grande número transações por sorte, partes e porções de terras, geralmente originárias das fazendas que eram divididas por herdeiros ou pelo proprietário que possuía uma grande quantidade de terras, constando de diversos valores,

³⁴⁶Em relação ao processo de urbanização do Sul de Minas, os autores do capítulo afirmam que este movimento de urbanização teria sido conduzido também pelo estado, por meio de iniciativas municipais e estaduais, sendo que em alguns municípios existiam a participação, ainda que limitada, do grande capital local. SAES, Alexandre Macchione; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. O processo de urbanização no Sul de Minas em transição. In: *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Editora Alameda, 2016, p. 36.

³⁴⁷Renato Marcondes e Jorge Henrique em um estudo sobre as transações de imóveis em Ribeirão Preto, nas décadas de 1870-1930, com foco no meio rural, compara os bens imóveis rurais com os urbanos, demonstrando que as transações que se referem ao meio rural “representaram, em termos de valor real, para todo o período estudado, cerca de três quartos das negociações. O valor médio dessas escrituras atingiu quase quinze contos de réis para as escrituras urbanas, reforçando o caráter rural da sociedade daquela época. Essas diferenças de médias mostraram-se compreensíveis, dado que, no meio urbano, as negociações restringiam-se a casas e terrenos, e no meio rural, os negócios envolviam muitas vezes terras com mais de 100 alqueires e culturas valorizadas (...)” (p. 273). MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. *Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930)*. Revista Economia e Sociedade, v. 22, nº 1(47). Campinas: abril 2013, p. 263-285.

³⁴⁸A tabela com a descrição das propriedades e porcentagens das mesmas se encontra em anexo.

especificamente entre 20\$000 a 15:000\$000, dependendo da localização, da extensão e da composição das mesmas. As menos valorizadas, em grande parte dos registros, continham poucas informações, sendo subscritas como no exemplo do registro a seguir da aquisição feita pelo comerciante Coronel Octávio Meyer: “*Uma parte de terras no Cantagallo havidos por herança de Joao Evangelista de Freitas, pai da transmitente*”³⁴⁹, sendo transacionado na área rural de Pouso Alegre, no ano de 1910 pelo valor de £2,01 (30\$000 réis). Já na área rural do Distrito de Borda da Mata, na região conhecida como Copa do Mogy, a aquisição feita por Marcolino Meyer Teixeira no ano de 1901 consistia em:

Uma sorte de terras que foi desmembrada do sítio que fora hipotecado, com todas as benfeitorias constantes de casa de morada, coberta de telhas, forrada e assoalhada, com uma porta e três janelas envidraçadas, com moinho e monjolo, paiol e engenho com dependências e acessórios, menos tachos e alambiques, com dez mil pés de café aproximadamente. Seguem as divisas: Principia no correguinho que vem do monjolo a frente da morada; segue por este acima até o alto e divisas das terras da Fazenda da Palma; volta a esquerda pelo espigão dividindo com terras que pertencem hoje ao Capitão Francisco M. da Costa, que foram de Antônio Garcia Machado, herdeiro do falecido Comendador José Garcia Machado, até as divisas das terras da Fazenda Bom Sucesso, aí, volta à esquerda, descendo e passando uma baixada e desta sobe a um espigão e desce pelo mesmo até o correguinho que nasce antes da Fazenda Bom Sucesso e que faz bacia ao Rio Mogy e por este segue até o ponto de partida³⁵⁰

O valor registrado desta propriedade era de £473,57 (10:000\$000 réis), devido a composição do imóvel, constando de casa acompanhadas de suas benfeitorias e uma área constante de um monjolo, paiol, engenho e uma lavoura de café. Notamos ser uma propriedade de grande extensão pelas divisas descritas. As partes de terras valorizadas acima de 1:000\$000 consistiam sempre de propriedades, plantações ou equipamentos, podendo conter uma ou mais quantidades de terras.

As fazendas e os sítios correspondiam 8% das transações no município de Pouso Alegre. Eram propriedades mais valorizadas, possuindo grandes extensões, muitas delas plantações, benfeitorias e bem equipadas. Os sítios registrados no período que estamos estudando possuíam valores entre 20\$000 a 106:000\$000 (correspondendo aos valores

³⁴⁹*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p.117, reg. 1904. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

³⁵⁰*Idem*, p.115, reg. 1836.

de £1,90 a £7.200,00 em libras esterlinas), nos chamando atenção a grande diferença em questão de números. O menor valor registrado (£1,88- 20\$000 réis) corresponde a uma transação de partes de terras³⁵¹ no ano de 1890 no Borda da Mata. O livro de registros nos traz apenas as informações acerca do adquirente (João Pedro de Almeida) e do transmissor (Antônio Baptista de Almeida). Era comum, ao que percebemos durante a análise deste corpus documental, que quando se tratavam de pequenas propriedades, não se detalhasse o bem transmitido. A mais valorizada encontrada em nossa análise constava do valor de £7.100,88 (105:796\$000), propriedade adquirida por José Botelho do Couto, em sociedade com outras pessoas, residentes em Santa Rita de Caldas, no ano de 1910. Consistindo em sortes de terras pertencentes as fazendas do Barreiro e Pouso Frio, sendo composta por grandes proporções de terras (constando da junção de três fazendas) e uma casa de morada e benfeitorias na fazenda denominada Mata dos Chiqueiros. Pela descrição do registro³⁵², observamos que seu território que se iniciava no Distrito de Congonhal, passava por terras, cruzando valos e morros, pertencentes ao distrito de Sant'Ana do Sapucaí.

A fazenda, no contexto do corpus documental analisado, era o imóvel mais valorizado, estando geralmente em posse de pessoas que faziam parte da elite, ou seja, os fazendeiros, grandes comerciantes, instituições (Governo do Estado e Igreja), médico, advogado, professor, político e até mesmo lavradores que ascendiam por meio de sua produção ou que formavam sociedades entre si. Este tipo de transação era realizado pelo sistema de compra e venda, por meio de escritura pública registrada por um tabelião, sendo a forma de pagamento sempre a vista. Temos presente nos registros para o município de Pouso Alegre, ou se referir a este grupo de propriedades, valores transacionados em torno de 5:000\$000 a 105:000\$000 (em libras esterlinas, estes valores sofriam variações de £180,00 a £11,580). Dentre os valores inferiores, temos registrada a transação feita no ano de 1896 no Tijuco Preto, localizado no Distrito de Sant'Ana, pelo valor de £225,00 (6:000\$000 réis), consistindo apenas de uma casa e suas benfeitorias. Consta-se também nos registros a aquisição feita por um grupo de lavradores no distrito de Congonhal. A Fazenda do Cervo, em sua descrição, possuía uma grande extensão de terras, valorizadas em £3.753,75 (60:000\$000 réis), como podemos observar por meio da transcrição do documento:

³⁵¹*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo I, p.50, reg. 629. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

³⁵²Idem, tomo III, p.47, reg. 1886.

Fazenda do Cervo que os transmitentes houveram por compra a Francisco Duarte, em pagamento na divisa da Fazenda das Palmeiras e por compra ao Dr. Gabriel Pereira da Silva, com todas as benfeitorias. Divisas: Principia no Ribeirão dos Metaes, na estrada que segue pelo ribeirão acima até a barra do córrego do Cervo de baixo, por este acima até onde começa um valo e banquetas até o espigão fazendo divisas com a Fazenda de Brumado, até encontrar o valo que divide com o mesmo Cervo, por ele abaixo voltando a esquerda até o Ribeirão dos Metaes; pelo ribeirão acima alagando todas as vertentes até na cabeceira; deste em rumo ao alto da serra dos Metaes; volta a esquerda até ganhar as vertentes do córrego d'Agua Parada dividindo com José Lopes e Joao Messias, sempre pelo córrego abaixo até a estrada d'Agua parada onde tem uma porteira, volta a esquerda pela estrada de Congonhal a Ouro Fino, e pelo Ribeirão dos Metaes onde principiou e finda. Ficando compreendidas na demarcação todas as benfeitorias que os transmitentes possuíam a esquerda da referida estrada³⁵³

Eram nas fazendas que se concentravam geralmente uma determinada fonte de riqueza, por manter uma dinâmica em suas produções. Muitas delas possuíam campos de pastos para a criação, algum tipo de cultura, engenhos de moenda e monjolos. Pela diversificação da produção agrícola e pecuária no município de Pouso Alegre, não detectamos uma só cultura predominante³⁵⁴, como era comum em diversas cidades da região do sul de Minas. Por meio da análise do corpus documental referente aos registros de imóveis nas décadas estudadas, em relação ao meio rural, os bens mais transacionados eram as partes, porções e sortes de terras, muitas delas com terras para cultivo, adquiridas por lavradores autônomos ou em grupos formando sociedades entre parceiros ou familiares, constituindo grande número de pequenas propriedades produtivas. Notamos também eram poucas as propriedades com grandes extensões de terras, as fazendas³⁵⁵, o que não era sinônimo de uma grande lavoura de produção³⁵⁶,

³⁵³*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p.102, reg. 2315. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

³⁵⁴Percebemos essa diversificação nas culturas na leitura dos inventários, sendo que nosso próximo capítulo, ao discutir e examinar este corpus documental, faremos uma análise sobre cada ativo declarado nos inventários.

³⁵⁵Dos 1112 registros de imóveis rurais, 96% correspondiam a sortes, partes ou pequenas porções de terras, enquanto que apenas 4% eram fazendas que possuíam maiores extensões de terras.

³⁵⁶No folheto publicado sobre o Congresso do Norte no ano de 1878, Henrique Augusto Milet apresenta a distinção entre “grande lavoura” e “grandes extensões de terras”, pelo fato de que um certo Sr. Sinimbu havia entendido que *grande lavoura* era sinônimo de *grande propriedade*. Não se conformando com esta distinção, Milet se refere sobre a proteção dos poderes públicos a grande lavoura e não às grandes extensões de terras, o que se torna fatores distintos. A grande lavoura seria, independente das grandes extensões de terras, não é apenas o cultivo massivo de uma só cultura, mas sim, o número de exportação que é realizada, prestando-se muito bem em pequenas propriedades. MILET, Henrique Augusto. *A lavoura da canna de assucar*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1881, p.59.

sendo que muitas delas com o tempo foram divididas em decorrência de heranças e se tornaram partes de terras que foram transacionadas.

O gráfico abaixo nos traz informações sobre os valores investidos durante as décadas estudadas:

Gráfico 11: Valores totais de imóveis rurais transacionados por décadas (em libras esterlinas)

Fonte: Dados estimados a partir dos Registros de Imóveis do Município de Pouso Alegre. Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg

Conforme o censo realizado nos primeiros anos da república³⁵⁷, 85% da população de Pouso Alegre estava localizada nos quatro distritos que constituíam o município, o que correspondia a 54% das transações de imóveis locais, sendo em sua maioria constituída no meio rural. De acordo com o gráfico, os maiores investimentos em imóveis rurais se encontravam na sede do município, sendo que o crescimento nas entre as décadas são similares. Na década de 1870, o distrito de Congonhal não havia sido oficializado, sendo que nos registros não encontramos alguma menção. Como

³⁵⁷O Recenseamento de 1890 foi realizado utilizando-se boletins, ou listas de famílias, nos quais se perquiriam as condições da população: quanto às características dos habitantes isoladamente considerados – nome, sexo, idade, estado civil, cor, filiação, naturalidade, nacionalidade dos pais, defeitos físicos e residência; quanto à família – nome de cada um dos cônjuges, ano de casamento, número de matrimônios, grau de parentesco do casal e número de filhos vivos e já falecidos, segundo o sexo e também relativamente aos defeitos físicos; quanto à sociedade – nome, nacionalidade, relação com o chefe da casa, instrução, culto professado, profissão, título científico, literário ou artístico, e renda. Fonte: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>, acesso em 20/04/2017.

Sant'Ana era um território mais antigo, nesta década havia mais transações feitas em comparação com os outros distritos, observando uma queda para a década seguinte. Os efeitos do encilhamento não influenciaram diretamente nas transações de imóveis rurais. Das décadas de 1880 a 1890, há um aumento nos valores de transações em toda região de Pouso Alegre que se mantém na transição para o século XX, sendo que apenas o distrito de Sant'Ana possui uma valorização neste período, acompanhando o capital de investimentos imobiliários da sede municipal. Na sessão abaixo acompanharemos a movimentação de investimentos realizados em cada uma das regiões que compõem o município de Pouso Alegre.

3.2- A Dinâmica de transações em cada distrito

3.2.1- Distrito de Borda da Mata

O distrito de Borda da Mata foi a primeira região a ser inserida nos territórios de Pouso Alegre, segundo consta a Lei nº 128 de 14 de março de 1838³⁵⁸, em que se desmembrava da região pertencente a Ouro Fino, passando a pertencer a Pouso Alegre na categoria distrital, possuindo a segunda maior concentração populacional do município³⁵⁹ correspondendo a 20,18% da população total. A dinâmica econômica e produtiva desta localidade estava em torno da fabricação de velas destinadas principalmente para Pouso Alegre e distritos, plantação de fumo e cana, o cultivo de milho em feijão nas várzeas e um cultivo expressivo de café (tendo em vista ser o único distrito em que encontramos a menção “cafezais” nos registros de imóveis para as décadas por nós analisadas). A criação de gado e suínos completavam a dinâmica produtiva do distrito de Borda da Mata³⁶⁰.

³⁵⁸*Livro da Lei Mineira*, Lei nº 128 de 14 de março, tomo V, parte 1ª, folha nº 5, 1839.

³⁵⁹A população constante para o distrito de Borda da Mata, de acordo com o censo de 1872, era de 5.563. Cf: *Recenseamento do Brasil em 1872- Minas Geraes II*, p. 604. Com o recenseamento de 1890, este número sobe para 8.066 habitantes. Cf: *Synopse do Recenseamento* de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1900, p. 62.

³⁶⁰BERTOLACCINI, João. *Borda da Mata e sua história*. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 2000, p. 72-74.

Imagem 08: Distrito da Borda da Mata- Capela Nossa Senhora do Carmo, década de 20

Fonte: Disponível no site <http://www.portaldaborda.com.br/foto/fotos-antigas-de-borda-da-mata>, aceso em 22/11/2017.

Em relação as transações de imóveis feitas nesta localidade, grande parte se concentrava no meio rural, constantes de 238 registros inscritos. Destes, grande parte se concentrou nas negociações de “partes de terras”, valorizadas entre £1,40 a £1.150,00 (50\$000 a 10:000\$000 réis). Os valores mais altos se concentravam em mais de uma parte das terras, constante de benfeitorias, como pode-se observar no registro feito em 1894 em propriedade da Fazenda São Joaquim, adquirida a título de compra e venda no valor de £418,01 (10:000\$000) pelo lavrador José Francisco Pereira residente no mesmo distrito:

Duas partes de terras, casa, paiol, engenho, monjolo, rego d'água e todas as mais benfeitorias, sendo uma parte dividida, havida por compra Manoel Rodrigues Moreira e mulher e seus herdeiros e Maria Francisca de Oliveira. A outra parte é na mesma fazenda e em comum e da mesma procedência. Divisas: Principia na barra do Córrego do Jacú com o Córrego do Bexiguento, e por este acima até na cabeceira, desta em rumo dividindo com José Luctero de Camargo, até um pau de mico que se acha na beira do valo em divisa com Joaquim Lopes Pinheiro, e ao pé de cujo pau de mico acha-se uma cova, desta pelo valo acima dividindo com Joaquim Lopes Pinheiro até o espigão mais alto, deste pelo mesmo espigão abaixo, dividindo com José Caetano de Camargo, até o córrego do Jacú, e por este acima, divisando com o

mesmo José Caetano, até a barra do córrego do mourão furado, deste a divisa pelo espigão acima, divisando com Manoel Rodrigues Moura, até uma cova, desta desce a esquerda dividindo com os vendedores, até a lavrado do referido córrego do mourão fundo, deste pelo córrego da barqueta acima, divisando com os mesmos vendedores até o espigão em divisa com José Nunes Garcia até o valinho do preto abaixo até o córrego do Jacú por este abaixo até o referido córrego e lavra do Bexiguento onde principiou e finda esta demarcação³⁶¹.

Já a de menor valor, registrada no ano de 1907 na região rural do Sertãozinho, constava apenas de meio alqueire das partes de terras adquirida pelo lavrador Domingos Luiz Pereira a título de compra e venda por £3,14 (50\$000), não possuindo nenhuma benfeitoria ou construção. As transações feitas a título de sorte e porção de terras e partes em fazenda englobavam parte significativa dos registros, podendo chegar a valores de 7:000\$000³⁶². Geralmente eram terrenos em que se constavam pastos, algum tipo de cultura produzida, casas de morada e benfeitorias adquiridos por lavradores, individuais ou em grupos e comerciantes locais. Na série documental, foram localizados apenas 5 registros para sítios constantes de casas e culturas, valorizados entre £49,66 a £193,53 (1:000\$000 a 5:000\$000 réis). As plantações que aparecem na maioria dos registros para os sítios eram as de café, como observamos na propriedade transacionada no ano de 1903, adquirida pelo Padre Letício Maria Loureiro a título de compra e venda, pelo valor de £49,66 (1:000\$000 réis):

Um pequeno sitio contendo um cafezal entregues com suas benfeitorias. Divisas: Principia em barra de um corguinho dividindo com terras de Antônio Correa e por este acima dividindo com o mesmo até o caminho que vae para o cafezal, abeirando pelo cafezal pelo fundo, volta a direita pelos fundos, dividindo sempre pelo rumo até os cortadores de café, deste subindo pelo mesmo café até o alto, sempre com o mesmo e deste volta a esquerda dividindo com terras dos filhos M. até encontrar as divisas de Sebastiao Ribeiro; daqui por um espigão abaixo até o fim do espigão, deste ao córrego por este abaixo até onde principiou.³⁶³

Quanto as fazendas, identificamos apenas 2 registros, sendo uma propriedade, em 1889, localizada na região da Palmeira do Ribeirão São Paulo no valor de £1.160,83 (10:534\$568 réis), constante de casa e culturas e, em 1909, no lugar denominado

³⁶¹*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p.31, reg. 1155. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

³⁶²Estes valores, dependendo da desvalorização da moeda, estavam em torno de £200,00 a £760,00 libras esterlinas.

³⁶³Idem, tomo III, p.16, reg. 2022.

“Soares” vendida pelo valor de £438,98 (7:000\$000 réis) por José Machado Corrêa, comerciante na cidade do Rio de Janeiro ao lavrador João Batista do Nascimento, residente no mesmo distrito. Eram poucas propriedades registradas com grandes extensões de terras, o que caracterizava a presença massiva dos pequenos produtores rurais que exerciam atividades típicas voltadas para a subsistência.

Os primeiros imóveis urbanos registrados no distrito de Borda da Mata datam o ano de 1888, sendo duas casas no valor de £18,94 (180\$000 réis) transmitidas pelo Padre Letício Maria Loureiro. Durante as décadas empreendidas em nosso estudo foram inscritos 68 títulos, valorizados entre £1,95 a £202,00 (50\$000 a 5:000\$000 réis) e negociados em sua maioria entre lavradores e comerciantes. O que nos chama atenção é a figura do Padre Letício Maria Loureiro, sacerdote residente no distrito, durante 30 anos realizou oito transações de propriedades urbanas, em sua maioria de casas na região principal. As primeiras casas surgem no lugar denominado Largo da Matriz, região que para as décadas levantadas concentrou-se maior parte de propriedades registradas, sendo as mais valorizadas do local, tendo em vista a aquisição feita por Manoel Félix de Andrade, oriundo do mesmo distrito, constando de *“uma casa coberta de telhas, quintal, cercada de muros no largo, do lado esquerdo da Igreja Matriz (...) a uma rua que vae para Ouro Fino”*³⁶⁴ no valor de £125,40 (3:000\$000 réis). A partir de 1897, novas ruas vão sendo habitadas, expandindo aos poucos a área do distrital. Nos subúrbios de Borda da Mata foram registrados dois pastos, uma casa a terreno e quatro chácaras, todos estes realizados entre 1900 a 1910. Por meio do Almanaque Sul Mineiro para o ano de 1884, tomamos conhecimento de que as atividades se concentravam mais no campo, sendo que alguns em suas propriedades possuíam engenhos, enquanto outros estavam começando a plantação e o cultivo do café. As atividades do comércio local no distrito eram relativamente pequenas, sendo cinco comerciantes de fazendas secas e seis de molhados, devido à proximidade com a sede do município.

3.2.2- Distrito de Sant’Ana do Sapucaí

A região de Sant’Ana do Sapucaí, uma das localidades mais antigas da região sul mineira, foi o segundo território anexado a Pouso Alegre, pela lei provincial nº 429 de

³⁶⁴Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre, tomo II, p.30, reg. 1150. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

19/10/1848³⁶⁵, no mesmo ano em que Pouso Alegre é elevada à categoria de cidade. Em seu território estavam alocadas as povoações do Retiro e Espírito Santo do Dourado, possuindo grande extensão territorial e sendo o distrito que contava com maior número de habitantes³⁶⁶, dedicava-se a produção do fumo, cana, café em pequena escala e cereais, estes produtos “*mandados para Pouso Alegre e outros lugares circunvizinhos (...) há também criação de gados e porcos, destinados ao mercado do Rio de Janeiro*”³⁶⁷, o que caracterizava a dinâmica econômica do distrito.

Imagem 09: Distrito de Sant’Ana do Sapucaí- Praça central, década de 1930

Fonte: Enciclopédia do Municípios Brasileiro, 1959, p. 321

Foi a localidade em que mais se realizou transações de imóveis rurais, constante de 17 fazendas e 301 ocorrências de outras categorias de registros, sendo o bairro do Coroado a região mais expressiva em venda de terras e casas de morada. A região

³⁶⁵A Paróquia de Sant’Ana do Sapucaí foi criada a 13 de julho de 1748. Desmembrada do município de Campanha para o de Pouso Alegre em 1848 retorna aos territórios campanhenses por lei 515 de 10/09/1851. Com a lei nº 575 de 04 de maio de 1852, o distrito de Sant’Ana passa novamente a pertencer ao município de Pouso Alegre. Anos mais tarde, por lei nº 2454 de 19/10/1878, incorpora-se ao município de São Gonçalo do Sapucaí. Perante diversas reivindicações da Câmara Municipal de Pouso Alegre ao Governo Provincial, o distrito novamente passa compor a municipalidade no ano de 1880. Cf: DUTRA, Carlina de Moraes. *Sant’Ana do Sapucaí: atual Silvianópolis*. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2006, p. 28.

³⁶⁶Tomando como base o *Recenseamento do Brasil em 1872- Minas Geraes*, o distrito de Sant’Ana do Sapucaí contava com 9.698 habitantes, correspondendo 35,24% da população total do município (Pouso Alegre, neste mesmo censo, contabilizava 7.339 habitantes). Em 1890, a *Synopse do Recenseamento* nos aponta um significativo crescimento para o distrito de Sant’Ana, passando para 14.062, enquanto que para Pouso Alegre uma queda populacional, registrando neste recenseamento 5.707 habitantes.

³⁶⁷VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanak Sul- Mineiro* para 1884. Campanha: Typographia do Monitor Sul- Mineiro, 1884, p. 384.

urbana do distrito contava com 49 imóveis atestados, constante de duas chácaras, casas e terrenos valorizados entre £1,17 a £502,00 (30\$000 a 8:000\$000 réis), negociados em sua maioria por lavradores e comerciantes, por cinco pessoas que exerciam algum tipo de ofício, um sacerdote, um médico e uma aquisição feita pelo governo do estado, constante de uma casa de morada e um terreno localizada no Largo do Rosário “coberta de telhas, assoalhada, forrada, envidraçada”³⁶⁸ sendo a de maior valor (£501,35-8:000\$000 réis). Contava este distrito com grande número de fazendeiros, sendo que alguns deles possuíam plantações de cafés em suas terras, engenho de cilindro, movido por animais ou de serrar. A prática comercial exercida no distrito era pequena, sendo 23 pessoas que se dedicavam a este ramo, se dividindo em negociantes de fazendas e molhados que atendiam as primeiras necessidades do distrito. Temos em mente que para o município de Pouso Alegre, Sant’Ana do Sapucaí possuía certa importância econômica e social, por ser diversa e dinâmica sua produção e por possuir maior concentração populacional.

3.2.3- Distrito de Nossa Senhora da Estiva

Mesmo sendo conhecida a região próxima do Ribeirão Três Irmãos, estrada de passagem dos tropeiros que circulavam entre a região de Pouso Alegre e a Província de São Paulo, a formação do povoado de Nossa Senhora Aparecida de Estiva se efetiva a partir da década de 1850 quando são doados quatorze hectares de terras para a formação do povoado. Com a Lei provincial nº 1654 de 14 de setembro de 1870, o curato de Estiva é elevado à Paróquia, anexando oficialmente como distrito de Pouso Alegre. Abrigando em torno de 19% da população do município³⁶⁹, o território compreendido exercia predominantemente atividades voltadas para o meio rural, não sendo apresentada nenhuma atividade específica, mantendo pequenas lavouras e criações para consumo local, sendo apenas mencionada exportação considerável de fumo e porcos³⁷⁰. Foram contabilizados vinte e oito fazendeiros nesta região distrital, sendo que ao contrário das localidades mencionadas anteriormente, nenhum deles possuíam engenhos

³⁶⁸ *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, reg. 2394. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

³⁶⁹ O censo de 1872 constatava que a população do distrito da Estiva estava estimada em 4.967 habitantes, tendo um pequeno aumento em 1890 para 7.202 em números populacionais.

³⁷⁰ Cf. VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanak Sul- Mineiro* para 1884. Campanha: Typographia do Monitor Sul- Mineiro, 1884, p. 381.

ou moendas. Na área urbanizada do distrito, as atividades comerciais locais eram escassas, constantes de quatro negociantes de fazendas secas e apenas um que se dedicava ao comércio de molhados.

Imagem 10: Pintura Distrito de Estiva- Década de 1920

Fonte: Imagens e fatos antigos de Estiva

A documentação referente aos registros de imóveis, iniciada na década de 1870, nos indica a existência de 116 escrituras de transações realizadas nas décadas empreendidas neste estudo, sendo de predominância no meio rural, contabilizando 108 propriedades, e para a área urbana apenas oito escrituras. Destes imóveis presentes no campo, constatamos que a maioria das transações executadas foram de parte, sorte e de divisão de terras, valorizadas entre £2,50 a £830,00 (60\$000 a 20:000\$000 réis). Em geral, os imóveis registrados neste distrito que possuíam maior valor possuíam terrenos e pastos, sendo identificadas poucos terrenos de culturas nas propriedades, mesmo assim não identificados, em contrapartida, os que foram avaliados abaixo de 1:000\$000 réis possuíam alguma casa ou benfeitoria de pequeno porte. Em 1899 se registrou duas transações na região da Fazenda Grande, propriedades adquiridas em título de compra e venda por meio de escritura pública pelo lavrador Francisco Xavier Pereira, residente no mesmo distrito, de uma sorte de terras valorizadas em £12,28 (400\$000 réis) e outra

constante de *“uma parte de terras de cultura de campos em sociedade e uma pequena casa de morada na mesma fazenda”*³⁷¹ pelo valor de £4,61 (150\$000 réis). Era de costume pessoas adquirirem terras em uma mesma propriedade para constituir seu patrimônio, sendo que alguns obtinham as propriedades em conjunto, como o caso acima, quando as condições financeiras permitiam, ou a aquisição era feita com o passar do tempo, como é o caso do negociante José Pinto Pimentel, que por meio de três transações, sendo uma em 1898 e duas em 1905, constituiu sua propriedade na região do Itaim no valor total de £58,18 (1:000\$000 de réis). A negociação mais valorizada nesta categoria de imóveis se consolidou no ano de 1895, a título de compra e venda, transmitida a Felício Antônio Pascoal, em propriedade denominada Três Irmãos, sendo *“Pasto da Fazenda Três Irmãos que houveram por herança de seu pae e sogro Capitão Manuel Moreira da Costa, e todas as benfeitorias existentes, casa de morada, paiol, duas casas menores feixes existentes”*³⁷² ao valor de £824,00 (20:000\$000 réis), adquirida da parte de uma grande fazenda. O que diferencia este dos outros distritos, são as transações de casas realizadas no meio rural. Estas pequenas propriedades, em sua maioria, estavam abaixo de 1:000\$000 réis, constando sempre de uma propriedade edificada e uma ou outra com alguma benfeitoria.

Ao se tratar de fazendas e sítios, encontramos apenas duas inscrições de imóveis em uma mesma localidade. A fazenda Monte Alegre foi adquirida pelo comerciante da cidade de Bragança João Baptista Lisboa no ano de 1895 por título de compra e venda no valor de £824,00 (20:000\$000 réis). Sua propriedade era constante de *“benfeitorias, servidões, duas bestas de carga, terras de carpir, canaviais e roça de milho por colher”*³⁷³, sendo que seus limites faziam divisas com os transmitentes do bem transacionado. Algumas das propriedades vendidas (percebemos apenas em alguns dos registros rurais anotados para o período que delimitamos), como no caso desta, constava de animais como mulas, cavalos e criações, além das outras propriedades negociadas como de costume. O sítio transacionado no ano de 1898 pelo mesmo Lisboa, foi adquirido pelo lavrador José Silveira Taveira, da cidade de Cambú, pelo valor de £297,00 (10:000\$000 réis), contendo *“casa de morada, engenho de cana, moinho e mais benfeitorias”*³⁷⁴. Como é perceptível, esta propriedade foi repassada pela metade do

³⁷¹Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre, tomo II, p. 109, reg. 1614. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

³⁷²Idem, p. 45, reg. 1240.

³⁷³Idem, p. 42, reg. 1224.

³⁷⁴Idem, p.94, reg. 1572.

valor inicialmente pago, o que nos leva a entender que apenas parte da fazenda estava sendo transacionada neste momento, o que estava era comum, como nos aponta Caio Prado Júnior sobre as pequenas propriedades “*constitui-se depois da grande, e em regra às suas expensas. Primeiro vem a grande propriedade; depois retalhando-se esta, surge a média e a pequena*”³⁷⁵, sendo perceptível neste distrito e nos outros, em que as grandes propriedades e fazendas estavam sendo divididas em sítios ou parte de terras, fruto de divisões por meio de inventários ou de comercialização de propriedades.

Constando apenas de sete registros no meio urbano, o primeiro foi subscrito no ano de 1890. Destes assentamentos contam imóveis localizados no Largo da Matriz, Rua da Direita, Largo da Cadeia, Rua dos Agachados, Capela do Sagrado Coração e na estrada que dava acesso para Cambúí, fruto de transações feitas entre lavradores, negociante a proprietária, por valores em torno de £5,62 a £220,00 (150\$000 a 2:000\$000 réis), sendo esta última mais valorizada, a título de doação. Eram casas em geral cobertas de telhas com valores estabelecidos de acordo com a localização ou construção, a exemplo da propriedade adquirida no ano de 1894 pelo capitalista Cândido Coelho Ribeiro Porto pelo valor de £41,80 (1:000\$000 réis), sendo “*uma casa coberta de telhas, assoalhada na rua que faz fundo com o Largo da Matriz, no Largo da Matriz*”. Percebemos, no entanto, mediante a análise da documentação que a área urbana deste distrito era relativamente pequena, povoada por alguns lavradores, que mantinham propriedades no meio rural ao mesmo tempo, poucos comerciantes e capitalistas.

3.2.4- Distrito de São José do Congonhal

No quadro dos distritos pertencentes ao município de Pouso Alegre, Congonhal foi a última região criada e anexada por meio da lei nº2650 de 04 de novembro de 1880. A mais nova região incorporada, segundo o recenseamento de 1890³⁷⁶ possuía 2385 habitantes, correspondendo a 6,37% da população municipal. Originária das terras do fazendeiro e político local José Ferreira de Matos por meio de doação feita para a construção da capela e constituição do patrimônio local. Segundo o Almanaque Sul

³⁷⁵PRADO JÚNIOR, Caio. *Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo*. Boletim Geográfico, ano III, nº 29, agosto de 1945, p.696.

³⁷⁶*Synopse do Recenseamento* de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1900, p. 62.

Mineira, publicado quatro anos após a elevação do distrito, não *“havia nada no lugar, que possui um grande patrimônio (...) tem um só chafariz (...) uma escola pública para o sexo masculino, tendo a frequência de 20 alunos”*³⁷⁷. Como era comum na região, havia a exploração de madeiras, e como cultivo a cultura da cana de açúcar, fumo e cereais. Já se observava, nesta época, *“em começo uma plantação de café, que já excede 20,000 pés (...) exportação de porcos e algum gado para a corte, fabricando-se alguma cera para o consumo do lugar”*³⁷⁸. No espaço distrital, estavam presentes em torno de vinte fazendeiros, sendo que três destes possuíam engenho de serrar, enquanto que os outros dispunham de engenhos movidos por animais. A praça comercial era formada por sete comerciantes voltadas apenas para negócios de molhados, caracterizando o início da localidade.

Imagem 11: Distrito de São José do Congonhal, década de 1920

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Para o distrito de Congonhal foram registrados noventa e um imóveis, sendo que destes setenta e oito estavam localizados no meio rural e treze no espaço urbano. As

³⁷⁷ VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanak Sul- Mineiro* para 1884. Campanha: Typographia do Monitor Sul- Mineiro, 1884, p. 389.

³⁷⁸ Idem.

transações realizadas no campo, em sua maioria, foram realizadas por meio de partes, sortes e alqueires de terras, em sua maioria originadas de propriedades maiores (fazendas, sítios e terrenos), constando ou não de benfeitorias, culturas e pastagens, valorizadas entre £1,00 a £7.200,00 (25\$000 a 105:796\$000 réis). A que consta de menor valor foi subscrita como uma propriedade pequena e com uma localização inferior, fatores estes que influenciava na valorização do imóvel, como percebemos na transcrição da propriedade, adquirida em 1898 pelo lavrador Joaquim Luiz Franco do transmitente Joaquim Lúcio Ferreira dos Santos, comerciante, ambos residentes no distrito, a título de compra e venda, sendo *“uma pequena parte de terras, que sita nos fundos do pasto do comprador Joaquim Lopes Franco e em sociedade com outros”*. Era comum, como percebemos nesta subscrição, a compra de terras para anexá-las a propriedade já existente, constituindo um patrimônio maior. Já a propriedade mais valorizada, nesta modalidade de divisão, constava de uma sorte de terras presentes nas fazendas do Barreiro e Pouso Frio, adquirida em 1910 por um grupo de treze lavradores, sendo que cinco destes pertenciam a mesma família, alguns residentes em Santa Rita de Caldas e outras no distrito local no valor de £7.100,88 (105:796\$000 réis). Esta propriedade constava de uma grande extensão de terras que fazia divisas com diversos proprietários de outros terrenos. Já a outra propriedade, constante no mesmo registro e adquirida em conjunto, também possuía uma grande extensão de terras e anexa a elas *“uma casa de morada e benfeitorias na fazenda denominada ‘Matta do Chiqueiro’”*³⁷⁹. Algumas propriedades possuíam edificações, como casas cobertas e terras de culturas valorizadas entre £20,00 a £120,00 (500\$000 a 3:000\$000 réis), como a que encontramos subscrita na transação realizada localizada na região do Cervo entre os lavradores Joaquim Lopes do Prado, residente em Congonhal e Joaquim Venâncio, morador da cidade de Pouso Alegre, a título de compra e venda:

Uma pequena casa de morada e mais benfeitorias constantes de fechos e uma sorte de terras divididas com as seguintes divisas: Principia em um brejo na ponta duma cerca de arame dividindo com os herdeiros do finado Manoel Rodrigues pelas antigas até a ponte de um valo em divisas com Mariano Silva e que pelos mesmos antigas divisas, isto é, pela cerca de arame depois seguindo por uma cerca de cascas até o pico do espigão, dobra o espigão e desse em divisas com Gertrudes até uma valeta que se fez desta valeta atravessa o morro em direção a outra valeta perto da cabeceira da grota desta em rumo a outra valeta

³⁷⁹*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 88, reg. 1544. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

dividindo com os herdeiros do finado Ignácio da Silva desta valeta pela, digo, valeta volta pela cerca de arame em divisas com José Vicente Martins até a cabeceira do córrego das Pitangueiras volta córrego abaixo e em divisa com o mesmo Martins até a porta da cerca de arame onde principiou, no valor de **£44,55** (1:500\$000 réis)³⁸⁰.

Os sítios e fazendas localizados neste distrito possuíam valores mais altos, inclusive dos registros analisados nas localidades anteriores pertencentes ao município de Pouso Alegre, constando de montantes superiores 10:000\$000 réis no caso de transações referentes aos sítios e a 100:000\$000 réis para as fazendas. Grande parte destas propriedades eram oriundas das divisas das grandes extensões de terras denominadas Engenho, Cervo e Cascata São Domingos. De uma destas porções, foi negociada no ano de 1899 “*um sitio de campos e matto denominado Engenho com as mesmas divisas constante na Escritura que houveram de Firmino José Muniz e sua mulher*”³⁸¹ proprietários da Fazenda do Engenho, no valor de £767,51 (25:000\$000 réis) a título de permuta³⁸². A fazenda mais valorizada pertencia ao capitalista Major João Basílio da Costa Pinto, residente na cidade de Pouso Alegre, sendo vendida em duas partes, entre os anos de 1893 e 1894, ao lavrador José Cândido Franco, pelo valor total de £9.428,92 (210:000\$000 réis), constando de “*duas fazendas divididas*”³⁸³ e a outra propriedade que principiava no lugar denominado Ribeirão de São Domingos. Suas divisas eram extensas, conforme o relato abaixo:

(...) de seu início, a uma lavrinha que vem do laguinho próximo por terra daquela entre a morada de Joaquim Rodrigues Barreiros da fazenda ora vendida; subindo pelo brejinho, dividindo com o velho Barreiros, por uma casa até a estrada e por um valo que vem do

³⁸⁰ *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p.85, reg. 1523. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

³⁸¹ *Idem*, p. 110, reg. 1679.

³⁸² O termo permuta é derivado do latim *permutare* (permutar, trocar, cambiar) e na significação técnica do Direito exprime o contrato, em virtude do qual os contratantes trocam ou cambiam entre si coisas de sua propriedade. Ela realiza, sem dúvida, o mesmo fim que a venda, desde que uma das partes contratantes dá (transfere a propriedade da coisa), para que obtenha ou receba da outra parte uma outra coisa equivalente. Ocorrem na permuta, simultaneamente, duas transferências ou duas transmissões de propriedade: os contratantes ou permutantes fazem, entre si, recíprocas transferências de coisas, que se equivalem. Em síntese, é a troca de coisa por coisa. Na permuta, a troca de valores é firmada por sua equivalência, pelo que dela se extrai qualquer obrigação que resulta na entrega de soma em dinheiro. Portanto, na permuta, não há uma contraprestação em dinheiro, de modo a se identificarem comprador e vendedor e em consequência, a coisa vendida em comprada. Nela ocorrem a entrega de duas coisas de igual valor, ou que se equivalem. POLONI, Antônio Sebastião. *Permuta de imóveis*. Universo jurídico, Juiz de Fora, ano XI, 20 de maio de 2003. Disponível em: http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/1373/permuta_de_imoveis. Acesso em: 16 de maio de 2017.

³⁸³ *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 18, reg. 1018. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

córrego da Lagoinha, por este valo baixo ao córrego e por este abaixo a barra do córrego da Lagoinha, daí seguindo por um valo, dobrando o espigão no córrego de Bento, por este abaixo até o Ribeirão de São Pedro; por este abaixo até o Ribeirão de São Pedro; por este acima até a primeira lavra d'uma vertente que vem da esquerda, subindo pelo córrego até o alto do espigão, dividindo com Pouso Frio, soltando a direita pelo espigão do Taquaraçú, águas vertentes até o alto da serra; e seguindo pelo alto da serra; e seguindo pelo alto da serra até o espigão, dividindo com Joaquim Luiz Franco, seguindo pelo alto, dividindo por terras que foram de João Cesário até frontear a cachoeira de uma vertente onde existe uma pedra, e pela vertente abaixo até o ribeirão de São Domingos em um cape de Jabuticabeiras; e pelo ribeirão acima até frontear o espigão da pedra que se acha próxima a estrada; por este espigão até a estrada que vae para o campo e por esta abaixo até uma porteira em um valo; descendo a esquerda do valo e finalmente até o ribeirão onde principiou e finda.

As terras denominadas como Fazenda do Machado, tinha seu marco inicial em um ribeirão que levava o mesmo nome, tendo como ponto referencial uma cruz que dividia a região do Machado a do Cajurú. Seguia a propriedade

(...) voltando a esquerda pela estrada até a porteira da baixada onde divide com Joaquim Luiz Franco; voltando a direita por alto, digo, pelo valo à cabeceira do córrego do Adolpho; e por este abaixo até o açude velho, atravessando a estrada até a cabeceira do córrego e por este abaixo até o ribeirão do Machado; por este abaixo até a fossa do ribeirão da figueira e por este acima, dividindo com Joaquim Rodrigues Barreiro até a estrada, seguindo pelo mesmo córrego com divisas com José Bernardino Franco e outros, até a primeira barra, que sai da direita, por esta acima, a primeira barra que vem da direita; e por esta acima ao alto, na estrada, atravessando esta e seguindo por um valo que tem até a cabeceira de uma grotinha seca, por esta abaixo ao ribeirão do Machado, e por este abaixo até a barra onde teve princípio e finda esta demarcação³⁸⁴.

Os imóveis vendidos por meio da descrição acima eram constantes das Fazendas Ribeirão de São Domingos e Machado, propriedades contendo grandes extensões de terras, que em muitos casos, uniam regiões distintas, tiveram seus registros de transações com valores mais altos.

Na área urbana do distrito, como já mencionamos, são poucos os registros de transações. Em algumas notações aparecem logradouros denominados “Rua do Comércio”, “Rua Duque de Caxias” e “Rua Silviano Brandão” ou imóveis registrados nos subúrbios da centralidade do distrito, não ultrapassando a quantia de 1:000\$000.

³⁸⁴*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 28, reg. 1132. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

Das pessoas envolvidas nas negociações constavam lavradores, comerciantes e um farmacêutico. Todas as casas, segundo a documentação, eram cobertas por telhas e apenas algumas eram assoalhadas. As duas propriedades mais valorizadas estavam localizadas na Rua do Comércio, sendo transacionadas por negociantes, como percebemos em escritura feita em 1900, em que o comerciante João Pedro da Silveira Júnior adquiriu de José Cândido Pereira do Prado, ambos residentes no mesmo distrito, constando de *“uma casa de morada coberta de telhas e todas as suas benfeitorias, sita na Freguezia de Congonhal, à Rua do Comércio”*³⁸⁵ pelo valor de £39,00 (1:000\$000 réis). Nesta mesma rua, no ano de 1901, a Guimarães Jr e Cia, proveniente da cidade do Rio de Janeiro, adquiriu do comerciante Joaquim Gomes, da localidade denominada Sertãozinho, *“uma casa coberta de telhas, forrada e assoalhada, com cômodo de negócio, à Rua Direita, esquina da Rua Duque de Caxias”*³⁸⁶, constituindo na região central da localidade uma pequena praça de Comércio no recém criado e anexado distrito.

3.2.5- Cidade de Pouso Alegre

Para Pouso Alegre, em que foram subscritas 727 notações de imóveis, tanto no espaço rural como no urbano, observamos o movimento de transações feitas no decorrer das décadas por meio do gráfico abaixo:

³⁸⁵ *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 119, reg. 1733. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

³⁸⁶ *Idem*, p. 135, reg. 1826.

Gráfico 12: Movimento das transações na cidade de Pouso Alegre por décadas

Fonte: Dados estimados a partir dos Registros de Imóveis do Município de Pouso Alegre. Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg

Observamos um movimento crescente de transações em ambos os espaços registrados na sede do município. Para as duas primeiras décadas, da totalidade dos imóveis registrados, constatamos que 2% das transações feitas durante o período estudado faziam parte do meio rural e nas edificações escrituradas no espaço urbano (1870-1879), enquanto que para os próximos anos (1880-1889), este número tende a crescer para o ambiente campesino, sendo que 9% das compras feitas contemplavam o rural, enquanto que 3% subscritavam os imóveis urbanos. As diferenças de negociações estabelecidas nestas duas décadas constavam de 7% na aquisição de terras e apenas 1% a favor do comércio imobiliário rural. As ocorrências referentes ao decênio de 1890 nos deixam claro o contínuo crescimento nas transações, em que ambos atingem 16% de transações realizadas. Já no advento do século XX, 29% dos imóveis foram escriturados no meio urbano e 18% contemplavam as transações registradas de bens rurais, em uma diferença de 11% em favor das edificações negociadas na cidade. Este crescimento referente aos registros urbanos nas duas últimas décadas, se devem em parte aos investimentos no meio citadino que vinham sendo realizados pela Câmara Municipal, a aquisição de imóveis pelos membros da elite, que mantinham propriedades nas duas áreas. Contudo, de acordo com o gráfico, em Pouso Alegre, esta passagem do campo para a cidade se acentuará especificamente na transição dos séculos, o que impulsiona o Governo Municipal a realizar certas melhorias e a busca de elementos ligados a modernização para atender a população que se instalava no meio urbano.

Os registros de imóveis rurais em Pouso Alegre, para as décadas propostas nesta pesquisa, consistem de 331 transações escrituradas, sendo a maior de todo município. A maioria dos títulos, o que correspondem 79% dos bens, eram partes, sortes e alqueires de terras vendidas ou permutadas. Estas categorias de imóveis constavam de valores entre £1,00 a £1500,00 (2\$500 a 25:000\$000 réis), sendo negociadas em sua maioria entre lavradores e comerciantes, residentes no próprio município ou em outras regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, como se registrou no ano de 1899, a transação feita entre o adquirente Fidelis Marques da Silveira, residente neste distrito e Antônio Joaquim Barbosa, proveniente do estado de São Paulo, a título de compra e venda no valor de £30,70 (1:000\$000 réis) de “*uma sorte de terras na Fazenda das Limeiras*”³⁸⁷ ou como no registro anotado no ano de 1890 da transação celebrada entre Anardino Borges de Almeida, da cidade do Rio de Janeiro e Belisario Borges de Almeida, oriundo de Mutuca em Minas Gerais, a título de compra e venda, sendo “*terras pelo valor de cento e cinquenta mil cento e sete réis*”³⁸⁸ na zona rural desta cidade. Entre as terras mais valorizadas, encontra-se lançada a negociação de terras na região conhecida como Cajuru no ano de 1894, adquirida pelo lavrador Antônio Ildefonso Teixeira de Paiva do capitalista Candido Antônio de Barros a título de compra e venda pelo valor de £1.045,02 (25:000\$000 réis) destinados a

Uma sorte de terras. Divisas: principia na barra do Mandu, com o córrego do Pantano, sobe por este divisando com José Garcia Machado, até a barra do córrego da Pedra e com terras de Candido de Castro Coutinho, sobe por este córrego até a sua cabeceira e deste vae no rumo do espigão do rumo indicado por duas covas, a primeira a beira do caminho debaixo e a segunda um pouco acima, desse espigão à grotta do córrego do Cajuru, passando por uma terceira cova a esquerda de um jacarandá de campo, desce pela grotta à cachoeira do córrego já citado e por este até barra do espigão digo, do ribeirão do Pantaninho, desce por este dividindo com os herdeiros do Tenente Pinheiro, adiante com Joaquim Elias, finalmente com o Major Joao Basílio, até a barra do Mandu, sobe por este deixando com José Joaquim Vieira de Carvalho e adiante com a fazenda do Cajuru (...) até a barra do Pantano onde principiar e finda a esta demarcação notoriamente conhecida. Uma casa de morada e todas as benfeitorias³⁸⁹.

³⁸⁷ *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 103, reg. 1631. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

³⁸⁸ Idem, tomo I, p. 52, reg. 669.

³⁸⁹ Idem, tomo II, p. 45, reg. 1123.

Pelo que percebemos na descrição acima, a sorte de terras mencionada possuía grande extensão, constantes na mesma propriedade de uma casa de residência e benfeitorias anexas. Nas anotações referentes às características dos imóveis nas categorias apresentadas, não encontramos mencionadas as culturas ou criações existentes nas propriedades localizadas em Pouso Alegre.

Os sítios e fazendas, conforme o corpus documental estudado foram propriedades transacionadas em sua maioria por lavradores e negociantes, alguns fazendeiros e capitalistas. Alguns desses patrimônios foram adquiridos pela Igreja Católica e pelo estado para o estabelecimento de instituições e expansão da influência por meio da aquisição de terras e edificações. Os sítios foram transacionados por valores entre 1:000\$000 a 11:000\$000 réis (£100,00 a £700,00), dependendo da localização, características e pertences. No ano de 1887, na região conhecida como Cantagalo, o negociante Manoel Vieira Bittencourt adquiriu do lavrador José Pereira da Silveira, ambos residentes em Pouso Alegre “*Um sitio dividido com casa de morada, engenho no Canta Gallo 1:100\$000 (£102,84)*”³⁹⁰ a título de compra condicional. Pelo valor de 9:000\$000, foi adquirido em 1898 um sitio na região das Limeiras, pelo lavrador Carlos José de Almeida da Costa do transmitente e também lavrador Joaquim Pereira da Silva e seus familiares em forma de permuta, um

Sitio e benfeitorias na Fazenda das Limeiras. Divisas: principia na porteira do ribeirão, na estrada junto a casa de Joaquim Adão Pereira, segue pela estrada até a outra porteira no espigão, em divisas com José Bonifácio Tosta; desta a esquerda até uma figueira; à direita, pela divisa de José Bonifácio no confim onde tem uma valeta, desta ao córrego; por este acima até a cabeceira; segue pelo valo até o alto, a direita, águas vertentes até frontear as cabeceiras do córrego, desce procurando e beirando córrego e por este abaixo até o ribeirão, parte acima até o fundo da casa de Elias Alves; torce pelo Corguinho da esquerda; por este acima até frontear abaixo da casa de José Borges; pela caixa acima, torcendo, atravessa a entrada e vae descer na cabeceira do brejo, na grotinha mais para cima à ponta do valo e potreiro que foi de Barbosa, por este até abaixo, pelo córrego, até pontear o espigão da figueira, para baixo da estrada, torce a esquerda pelo espigão e corta do mato mais fino e pelo espigão até a estrada; da estrada em meio ao Acerta-Cavallo na beira do ribeirão, por este abaixo até a porteira na entrada, onde principia³⁹¹.

³⁹⁰ *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo I, p. 39, reg. 471. Disponível no Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

³⁹¹ *Idem*, tomo II, p. 82, reg. 1508.

O sítio mais valorizado foi fruto da negociação entre o lavrador Alfredo Custódio de Paula e a proprietária Dona Emiliana de Barros Duarte, ambos residentes em Pouso Alegre pelo valor de £691,87 (11:000\$000 réis). Esta propriedade constava possuía uma grande extensão, fazendo divisas com várias outras terras particulares e as benfeitorias que pertenciam³⁹².

As fazendas, patrimônios estes mais valorizados, registraram valores entre £500,00 a £2.230,00 (5:000\$0000 a 75:000\$000 réis). Pelos registros, percebemos as propriedades valorizadas a menos de 10:000\$000 réis não possuem muitas especificações no campo em que era destinado a descrever as características do bem transacionado. Apenas era preenchido como “uma fazenda constante de suas benfeitorias” e o valor fechado no ato da negociação. Foi identificada duas propriedades vendidas a 50:000\$000 réis, transacionada entre negociantes, lavradores e uma proprietária. No ano de 1901, realizou-se a venda do “Fazenda Palmital”, pelo Tenente Coronel Joaquim Cândido Rodrigues ao negociante Bernardino José Rodrigues Torres, ambos residentes em Pouso Alegre, no valor de £2.367,87 (50:000\$000 réis) com a seguinte descrição:

Uma Fazenda de cultura e pastagens, situada no distrito desta cidade, dividido e denominada Palmital havida por compra feita a Antônio Oliveira Fagundes e mulher e Joao Bernardes de Carvalho e mulher e filhos; composta de casa de vivenda, coberta de telhas, forrada, assoalhada e envidraçada, paiol, moinho, monjolo, telheiro, tulhas para café e cereais, dependências para camaradas, casa no cafezal coberta de telhas, casas para colonos, cafezal formado, roças de milho e todas as mais benfeitorias existentes na mesma fazenda, um carro para seis bois armados e as terras assim divididas: Principia pelo Rio Sapucahy, onde existe uma valeta antiga em divisas com a Fazenda Vintém, que foi de Manoel Pereira da Costa, corre pela vargem a atravessar a via férrea Sapucahy a um valo cortado por esta via férrea e segue pelo valo acima até o fim do mesmo e deste ponto (...) águas vertentes até o alto do espigão; volta a esquerda pelo espigão águas vertentes até o alto, faz canto, salta à direita e pelo mesmo alto, achando as mesmas vertentes até o campo do cupim, dividindo até aqui com a dita Fazenda que foi de Manoel Pereira da Costa, segue em divisa com Antônio Moreira da Costa, sempre águas vertentes, furando os cafezais e pelo espigão até um pinheiro no alto, pinheiro esse divisa das partes cedida pelos outorgantes Antônio Moreira da Costa, do pinheiro volta à esquerda à uma pedra-preta, destas águas vertentes, sempre em rumo à grota, onde tem uma pedra perto de um lagrimal, atravessando a estrada e procurando sempre a grota e

³⁹²*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 48, reg. 2227. Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

córrego abaixo até a estrada de ferro Sapucahy, deste em rumo a lagoa, desta sempre em direção a mesma valeta, que esta na beira do Rio Sapucahy e desce por este rio até a valeta, onde principiou³⁹³.

A propriedade descrita acima constava de uma casa bem edificada, benfeitorias costumeiras, roças de algumas culturas, como o milho e o café, dependências para abrigar os empregados e um carro de bois, e tendo uma extensão de terras considerável, a tornava mais valorizada. A Fazenda Santa Laura, transacionada no mesmo ano e pelo mesmo valor, adquirida pelo negociante Pedro Vieira Bittencourt da proprietária Dona Lina Muniz, sendo residentes em Pouso Alegre, já não se especificava muitos detalhes, se referindo apenas que sua extensão territorial estabelecia divisas com a estrada que se direciona à Borda da Mata³⁹⁴. No ano de 1898, encontra-se escriturada a propriedade de mais alto valor negociado. O Governo do Estado de Minas Gerais adquire de um grupo de lavradores e negociantes locais a Fazenda Faisqueira, um patrimônio que dispendeu dos cofres estaduais a quantia de £2.227,50 (75:000\$000 réis) a

Fazenda contendo 838, 53 ares ou 346 e meio alqueires de terras, com todas as benfeitorias havida por compra feita ao Banco Predial por escritura do 2º Ofício, termo escrito sobre nº 448 ao registro hipotecário em 23 de março de 1897. Divisas: Principia na porteira da estrada da cidade, em divisa com Thomas Ribeiro de Carvalho; desce pela cerca de arame, até o Rio Sapucahy margem por este abaixo até a lavra do Ribeirão do Frutuoso; desta em linha reta até o espigão; deste ao córrego do Pratutal; deste ao Córrego do Cristal; por este acima até o valo; por este acima até a cerca de arame; por esta até o fim; desta sobe pelo espigão em divisas com João M. da Fraga até o valor; deste seguindo sempre em divisas com João M. da Fraga; pelo mesmo valor em divisas com Thomas Ribeiro de Carvalho até o córrego; por este abaixo até a porteira onde principiou³⁹⁵.

O bem acima adquirido pelo Estado foi destinado a constituição da Colônia Francisco Sales, local este que abrigou os colonos vindos da Europa e outros continentes. Tendo feito uma análise dos distritos que compunham o município de Pouso Alegre (sua área urbana e rural) e a própria sede destinando o olhar para área campesina, percebemos que as transações de imóveis se davam em sua maioria com a venda de parte, sorte ou pedaço de terras, sendo adquiridas em grande número por lavradores, que provavelmente as utilizavam como moradia e espaço de trabalho, com o

³⁹³*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p. 127, reg. 1780. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre.

³⁹⁴Cf: Idem, p. 139, reg. 1845.

³⁹⁵Idem, p. 95, reg. 1576.

cultivo da agricultura de subsistência. Não havia concentração de um produto cultivado, como a região de Varginha ou Guaxupé que se dedicavam massivamente ao café. Os registros nos apontavam, em algumas de suas anotações, que regiões como Borda da Mata ou Estiva possuíam poucos pés de cafés. As terras possuíam algum tipo de cultura, mas na maioria dos títulos não são especificadas. Em propriedades maiores, alguns sítios e fazendas, além de edificações como casas de morada ou para os empregados, tomamos conhecimento da presença de engenhos ou moinhos, utilizados na produção de farinhas, provindas dos cereais, e para moer canas, ingrediente essencial para a produção da cachaça. No tópico a seguir, analisaremos as transformações ocorridas no espaço urbano da cidade de Pouso Alegre, metamorfoses estas ocorridas mediante determinados valores, sendo que um destes o deslocamento das pessoas do meio rural, procurando se estabelecer na cidade, ou como no caso da elite, mantendo propriedades nos dois espaços, tendo no rural a fonte do trabalho e da produção que alimentaria a sua riqueza, e na cidade a presença nos meios sociais, como o exercício da política ou de algum cargo e privilégio.

3.3- Expansão e valorização do espaço urbano de Pouso Alegre

Na sessão anterior, refletimos sobre a formação e dinâmicas espaciais da composição dos distritos e da área rural do município de Pouso Alegre. Tomaremos neste ponto como objeto de análise o corpus documental que compõe 406 registros realizados entre as décadas de 1870-1910 voltando nosso olhar para a área urbana de Pouso Alegre. Se tomarmos como base o gráfico 04 analisado anteriormente, aplicando os dados obtidos a partir dos registros, para as primeiras décadas (1870-1880), foram transacionados mais imóveis rurais do que urbanos, contudo, o crescimento de investimentos na cidade é crescente com o passar dos decênios. Torna-se perceptível o aumento de aquisições de imóveis na cidade a partir da primeira década do século XX, o que correspondia na década anterior 29% dos registros feitos para o espaço urbanos, passa a contabilizar 53% das transações totais. Se por um lado, as propriedades registradas nas primeiras décadas estavam localizadas na área central³⁹⁶ e do Rosário a

³⁹⁶Para estas primeiras décadas, os registros apresentaram as seguintes localizações: 1870-1879, duas casas no Largo da Matriz e uma na Rua Gonçalves Dias; 1880-1889, três casas na Rua do Imperador, quatro na Rua Primeiro de Março, três na Rua Visconde do Rio Branco, duas na Rua Boa Vista, uma na Rua Duque de Caxias, uma na Rua Princesa Imperial e uma na Rua Marques do Herval, sendo todos estes

partir da década de 1890 surgem novas regiões (fazendo parte dos subúrbios) e expandem as que já existiam, por intermédio da abertura de novas ruas.

Para nossa análise, decidimos dividir a cidade em 5 núcleos tendo como base a planta da cidade confeccionada em 1927:

Mapa 08: Planta da Cidade de Pouso Alegre 1927 (adaptado com cores para a realidade estudada)

Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo (Original)

- **Núcleo central (cor azul):** Composta pelas ruas que se originam no largo da Matriz (atual Praça Senador José Bento);
- **Núcleo do Rosário (cor verde):** Delimitamos como marco a igreja do Santuário e suas adjacências à leste;
- **Núcleo das Taipas:** Tendo seu início com a Rua dos Coqueiros, percorria toda extensão denominada Taipas, limitando-se com a estrada que dava acesso a saída para a cidade de Santa Rita.
- **Núcleo das Cruzes (cor amarela):** Região ao norte que se encontra ao norte da Igreja Matriz e abrigava o Cemitério Paroquial;

logradouros localizados no núcleo central. Os outros registros não mencionaram os nomes das ruas, ou apenas traziam denominadas o nome das regiões, como Rosário.

- **Núcleo do Subúrbio (cor roxa):** Área sul da cidade, localizada ao redor da linha ferroviária e as margens do Rio Mandú.

Por meio da divisão destas regiões podemos tornar mais compreensível a nossa análise. A riqueza de informações contidas na fonte que estamos estudando nos possibilita analisar o objeto de estudo em foco em termos de espacialização e os sujeitos sociais que compunham este ambiente. Os imóveis mais valorizados se encontravam no núcleo central com valores entre £200,000 a £600,000 (valores estes que variavam entre 6:000\$000 a 12:000\$000, dependendo da taxa de câmbio e do valor da moeda brasileira em relação a libra esterlina). Geralmente eram propriedades maiores, que compreendia um quarteirão, construída em anos posteriores ao período que delimitamos, algumas com características de chácaras e outras mantendo o padrão de “sobrado”, com a casa familiar em cima ou ao lado e em anexo um cômodo destinado ao estabelecimento comercial. As transações eram feitas geralmente por pessoas ligadas ao comércio, negociantes de fazendas, armarinhos, ferragens, donos de bilhares, açougues e padaria, ou aqueles que concentravam alguma fonte de riqueza, como os proprietários e capitalistas. Também estavam presentes médicos, professores, magistrados, fazendeiros e lavradores, que possuíam além de propriedades rurais, imóveis na cidade, o que não os deixavam restritos apenas ao campo, presença massiva da elite local.

Das aquisições feitas³⁹⁷ durante as décadas estudadas, grande parte foram realizadas pelos comerciantes, ora fazendeiros ou proprietários que mantinham esta função como uma outra forma de renda, ou pessoas que vinham de outras cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro ou da própria região, adquirindo propriedades e se instalando no meio urbano. Os imóveis obtidos por esses negociantes possuíam valores em torno de £4,00 a £450,00 (em torno de 100\$000 a 9:000\$000 réis), investidos em propriedades como chácaras, terrenos e casas, podendo conter em anexo um cômodo que serviria como estabelecimento comercial. Percebemos que nas décadas de 1870 a 1890, as propriedades dos negociantes se localizavam nas ruas do núcleo central da

³⁹⁷Para esta análise utilizamos de informações parciais, pois muitos os registros que compõem o corpus documental das décadas que estudamos não nos oferecem informações completas da posição social e dos ofícios das pessoas que estavam envolvidas nas transações. Para complementar os dados das certidões de imóveis, utilizamos das referências que nos oferecem os Almanques Sul Mineira (1874 e 1884) e Almanaque do Município de Pouso Alegre.

cidade³⁹⁸, e a partir da primeira década do século XX, com a abertura de novas vias, há um deslocamento significativo para o núcleo do Rosário, principalmente na via denominada Silviano Brandão. Estas propriedades em geral eram registradas, conforme o exemplo de uma transação realizada no ano de 1893, fruto da aquisição de um imóvel feita pelo comerciante Francisco Augusto Fernandes: *“Uma casa de morada com cômodo para negócio, sita à Rua Duque de Caxias, com fundos até a Rua Amazonas, esquina da Rua Gonçalves Dias, dividida pelo lado esquerdo com José Escapulatempo”*³⁹⁹ localizada na Rua do Imperador, principal via do núcleo citadino.

A região central também abrigava fazendeiros, proprietários, capitalistas, advogado, médicos e pessoas que exerciam algum cargo público, como juiz, tabelião, políticos locais e funcionários da municipalidade. Algumas destas pessoas, principalmente os proprietários e capitalistas, adquiriam diversos imóveis e com o passar dos anos dinamizavam suas vidas financeiras transacionando os mesmos, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 07: Transações e valores de imóveis realizadas durante o período estudado

Nome	Imóveis adquiridos	Valor Total (de réis)	Imóveis vendidos	Valor total (réis)
Major João Basílio da Costa Pinto (Capitalista)	08	26:200\$000	03	2:300\$000
Coronel Saturnino Vilhena de Alcântara (Proprietário)	06	26:000\$000	08	31:800\$000
Coronel Octávio Meyer (Proprietário)	05	10:700\$000	03	450\$000

Fonte: Livro de Registros de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre. Disponível no Acervo do Cartório
 Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg

Percebemos, por meio desta tabela, a movimentação feita entre aquisição e venda de imóveis, sendo que a documentação aponta que estes cidadãos estavam inseridos neste mercado de transações, constituindo como parte de suas riquezas a dinâmica de

³⁹⁸Nas escrituras presentes em nosso corpus documental, são mencionados os seguintes logradouros para os bens adquiridos pelos comerciantes: Rua do Imperador (Avenida Central, Avenida Doutor Lisboa), Rua Duque de Caxias, Travessa Bom Jesus, Rua da Princesa Imperial, Rua Primeiro de Março, Rua Júlio Brandão, Rua Visconde do Rio Branco, Rua Moreira César, Praça Quinze de Junho, Praça 25 de Junho, Rua dos Quatro Cantos, Rua da América, Rua Cantagalo e Largo do Mercado. Já em 1900, há transações em logradouros que estavam sendo abertos: Rua Adolfo Olinto, Rua Adalberto Ferraz, Rua Afonso Pena, Rua Dom Nery, Avenida Abreu, Rua São José e Rua Monsenhor José Paulino. No núcleo do Rosário, a Rua Silviano Brandão, pavimentada neste período, se torna a mais procurada a nível de investimentos pelos comerciantes, ocorrendo a implantação de uma área comercial naquela localidade. Já nos subúrbios, as transações realizadas foram em chácaras, pastos, terrenos e pequenas casas de morada.

³⁹⁹ Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre, tomo 02, p. 78, reg. 1429. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

compra e venda de propriedades, sendo que a constituição de um patrimônio assegurava a estabilidade financeira própria e de sua família durante a vida.

A propriedade mais valorizada no núcleo central é fruto de uma transação realizada em 1902, aquisição feita pela recém criada Diocese de Pouso Alegre, pelo valor de £544,20:

Duas casas com o respectivo terreno, com fundo para a Rua Dom Nery dividindo pelo lado de cima com a Rua Júlio Brandao, antiga do Ipiranga, e pelos fundos com a Rua Henrique Diniz, antiga General Câmara e pelo lado de baixo com o córrego até os bambus e por estes até sahir na dita Rua Henrique Diniz, avaliadas em 11:000\$000⁴⁰⁰.

Nesta região, localizamos diversos imóveis adquiridos pelo governo, instituições e Igreja. As escrituras que traziam especificadas “Patrimônio do Bispado” ou “Bispado Sul Mineiro”, se referiam a constituição de bens patrimoniais pertencentes a Igreja Católica, devida a instalação da Diocese no ano de 1900. Foram transacionados 10 imóveis entre os anos de 1899 a 1904 na cidade, sendo 7 aquisições no valor de £1.603,89 (34:950\$000 réis) e 3 transmissões valorizadas em £515,84 (10:500\$000 réis). Destes bens patrimoniais adquiridos, oito são casas de moradas, sendo uma localizada na Rua Afonso Pena, cinco na Praça Quinze de Novembro, duas na Rua Dom Nery, e dois terrenos, um *“com 150 palmos de frente para à Rua São José e 86 metros de fundos até a Rua Júlio Brandão”*⁴⁰¹ e outro *“com 85 palmos de frente e com fundos, até à Rua Henrique Diniz dividindo por um lado com os herdeiros de Francisco José de Paiva e por outro com Joao Carlos”*⁴⁰², todas estas localizadas em ruas próximas a igreja matriz. As casas adquiridas pelo Bispado possuíam grandes extensões, como a propriedade adquirida no ano de 1899 no valor de £138,15 (4:500\$000 réis):

Casa de morada à Rua Affonso Penna, esquina da Rua Júlio Brandao com 14 metros de ponte e 184 de fundo com 4 janelas e 1 porta para fora e Rua Affonso Penna e 4 janelas e 2 portas para a à rua Júlio Brandao e o respectivo terreno todo murado com 83 metros de fundo e 23 de largura, casa em que reside F. da Costa Braga pelo fundo com a Rua Silviano Brandao⁴⁰³.

⁴⁰⁰Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre, tomo II, p. 143, reg. 1870. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

⁴⁰¹Idem, tomo III, p.06, reg.1960.

⁴⁰²Idem, tomo III, p.20, reg. 2045.

⁴⁰³Idem, tomo III, p.113, reg.1692.

Além destes imóveis, o Bispado adquiriu em 1901 duas partes de uma chácara para abrigar o Seminário e o Colégio Diocesano destinados aos meninos, todos eles pertencentes a esta instituição. Estas propriedades estavam localizadas no núcleo dos subúrbios, sendo vasto o seu terreno, como nos apresenta a descrição do imóvel valorizado em £663,00 (14:000\$000 réis):

Duas partes na Chácara do Seminário, nesta cidade, sendo havida por compra feita aos herdeiros de Antônio Francisco Furtado de Mendonça Filho e outra que lhe foi adquirida no inventário amigável que o procedeu do falecimento de D. Maria Constança de Oliveira, todas as benfeitorias existentes e os terrenos assim divididos. Principia perto da casa de Antônio de tal na Rua Henrique Diniz, onde começa uma cerca de arame, por esta até encontrar outra cerca de arame em divisas com o Doutor Augusto Cesar de Vasconcellos, volta à esquerda e por esta até encontrar outra, que forma com aquela um deserto, volta a direita a direcionar ao mesmo até o pasto seguindo por um fecho de gravatás em divisas com Ignácio de Paula até encontrar o valo dividindo o terreno da chácara com os fundos dos quintais das casas da Rua da Palha, e por este valo atravessa a linha férrea-Sapucahy e seguindo ainda por um valo, antes até o Rio Mandu, volta a esquerda e debaixo até encontrar as divisas com Manoel Joaquim Gonçalves de Amorim e seguindo por este rasgão onde tem cerca de arame até apanhar a ponta da banquetae por esta até um valo de divisas com o Coronel Saturnino Vilhena de Alcântara, atravessa a linha férrea Sapucahy e por uma cova de divisas até a boca de um valo e por este acima rumo direita até o canto da casa onde principiou e finda, ficando compreendida dentro desta demarcação a parte que já foi adjudicada à Fábrica da Matriz de Pouso Alegre no inventário de Dona Maria Vicentina de Queiroz⁴⁰⁴.

⁴⁰⁴*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p.129, reg.1787. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

Imagem 12- Núcleo central, Rua do Imperador (Avenida Central, Dr. Lisboa) 1910

Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Em conjunto com os prédios eclesiásticos, instalaram-se na região central instituições como Casa de Caridade e a Loja Maçônica, registrando suas propriedades no início do século XX. Em 1906, instala-se na cidade uma entidade voltada para práticas de caridade, composta do Hospital São Vicente de Paulo e em anexo o Orfanato Nossa Senhora de Lurdes. A aquisição constante de *“uma casa de morada e respectivo terreno n'esta cidade à Rua Adolpho Olinto que foi do Major Joao Olinto”*⁴⁰⁵ foi realizada a título de compra e venda no valor de £332,05 (5:000\$000 réis), estando localizada próxima a Igreja Matriz. Já a maçonaria se instala no município por meio da aquisição de *“Um terreno com vinte e um metros de frente para o Largo do Rosário e trinta e quatro metros de fundos, dividindo de um lado e pelo fundo com os transmitentes e de outro lado com a casa do finado José Feliciano de Paiva”*⁴⁰⁶ em forma de doação de um membro maçom, imóvel este valorizado em £13,28 (200\$000 réis). Estas instituições estabelecidas no primeiro decênio do século XX em Pouso Alegre proporcionaram novas configurações no centro da cidade e no meio social.

⁴⁰⁵*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 46, registro 2200. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, MG.

⁴⁰⁶Idem, tomo II, p. 132, reg. 1804.

O que nos chama atenção nos registros é o surgimento e pavimentação de ruas no núcleo central da cidade. As vias pavimentadas proporcionaram maiores aquisições de propriedades nestas vias, fator que contribuiu para a expansão e povoamento desta região. Adjacente à avenida principal, neste mesmo período, é aberta a Avenida Abreu, em terras pertencentes à família Abreu Lima, estabelecida entre o centro citadino e a região do Rosário. Foram registrados pelo tabelião de imóveis local entre os anos de 1904-1905 a transação de treze terrenos e quatro casas de morada, sendo uma com terreno anexo. As pequenas propriedades eram constituídas por pequenos terrenos, geralmente “*cinquenta palmos de frente e 43 metros de fundo*”⁴⁰⁷ avaliados em torno de £5,00 a £27,00 (100\$000 a 400\$000 réis), dependendo da localidade onde se encontrava estabelecido. Já aqueles que possuíam maiores extensões, ou que possuíam um ou mais lotes, foram vendidos a preços acima de 1:000\$000 réis (entre £5,07 a £6,53), como a transação realizada no ano de 1904, propriedade adquirida por Silva da Rocha, comerciantes local, pelo valor de £7,60 (1:500\$000 réis):

Dois terrenos, um com 34,50 de frente para a Avenida Abreu, com fundos até o córrego dividindo por um lado com Joao V. C. e por outro com C. Pedroso; 1 terreno com 11 m de frente para a Rua Adalberto Ferraz, dividindo por um lado com Manoel Ferreira de Abreu e Lima e por outro com Anardino de Paula e pelos fundos até o meio do terreno em divisa com terrenos do nosso (...) que faz frente para a rua que desce para a Estação, terrenos esses havidos por compra feita a Capitão Manoel Ferreira de Abreu e Lima e sua mulher⁴⁰⁸

As casas edificadas nesta região foram transacionadas em valores que atingiam a 5:000\$000 réis (a variação deste valor em libras esterlinas era de £155,00 a £326,50). Edificações com características de chácaras, constantes de terrenos que englobavam vários lotes, e algumas possuindo benfeitorias. A transação realizada em 1909 nos exemplifica a extensão que estas propriedades possuíam, sendo esta em específico fazendo divisa com o Largo da Cadeia localizado na avenida principal, adquirida pelo negociante João Bertolacine, a título de compra e venda, pelo valor de £156,67 (2:500\$000 réis):

⁴⁰⁷Cf: *Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, registros 2105, 2106, 2147, 2205, 2208, 2279, 2352, 2355, 2362, 2363 e 2409. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, MG.

⁴⁰⁸*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 22, reg. 2056. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

Uma casa nesta cidade à Avenida Abreu, esquina da Rua que vae ter ao Largo da Cadeia e o respectivo terreno, medindo dez metros de frente com fundos correspondentes a vae até o córrego de divisa com Vicente Ferreira Rodrigues, casa e terreno que eles transmitentes, houveram por escritura de dação in solutum de 06 de fevereiro de 1906, no 2º ofício e transcrita no registro hipotecário desta comarca sob o nº 2148, escritura essa em que eram outorgantes João Pedro Coimbra e sua mulher⁴⁰⁹.

A região do Rosário possuía um certo hibridismo em relação as classes que ali habitavam. Localidade antiga, no século XIX espaço em que se encontravam os escravos da cidade, era constituída por pessoas de diversas classes sociais, distribuídas pelas Ruas do Rosário (logradouro paralelo ao Largo do Rosário, que passa a ser denominado Praça João Pinheiro já na primeira década do século XIX), Júlio Brandão, logradouro que não possuía imóveis até o período que analisamos na documentação, e Silviano Brandão. No entorno da praça, nossa documentação registra sete imóveis transacionados entre os anos de 1885 a 1907 consistindo em casas edificadas valorizadas entre £11,00 a £206,00 (1:000\$000 a 5:000\$000). Este espaço era habitado por professor, advogado, engenheiro e alguns comerciantes. A mais valorizada no entorno do largo caracterizava-se por ser “*uma morada de casas com terreno respectivo, dependências e benfeitorias, inclusive uma pequena casa existente no mesmo terreno*”⁴¹⁰ tendo como limites a rua Ipiranga e a rua General Câmara (pelos fundos), estas pertencentes a região central da cidade, adquirida pelo capitalista e negociante Saturnino Vilhena de Alcântara, no valor de £206,00 (5:000\$000 réis).

⁴⁰⁹Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre, tomo III, p. 99, registro 2200. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

⁴⁰⁹Idem.

⁴¹⁰Idem, tomo II, p. 38, reg. 1197.

Imagem 13- Vista parcial do núcleo do Rosário- Largo que leva este mesmo nome

Fonte: Revista Fon Fon, ano II, nº 49, Rio de Janeiro, 14 de março de 1908

A Rua Silviano Brandão, anteriormente denominada Duque de Caxias, se tornou a partir da década de 1900 o logradouro mais populoso do núcleo do Rosário. O primeiro registro datado de 23/03/1900 documentou a transação de uma casa e terreno comprados pelos negociantes Barros Vieira & Cia, da cidade do Rio de Janeiro, no valor de £58,50 (1:500\$000 réis). O imóvel adquirido possuía *“Uma casa de morada sita à Rua Silviano Brandao, abrangendo terreno e armação de negocio, casa coberta de telhas, forrada e assoalhada”*⁴¹¹ fazendo divisas com o centro, pelas esquinas das Ruas Amazonas e Quatro Cantos. Dos vinte e seis registros identificados em nosso corpus documental, constatamos que dos adquirentes de patrimônios neste logradouro treze eram pessoas que se dedicavam aos negócios, seis lavradores, um médico, proprietário, arquiteto, artista, empregado publico e apenas três não possuíam identificação de algum ofício ou trabalho. As propriedades transacionadas estavam valorizadas entre £39,00 a £507,00 (200\$000 a 10:000\$000 réis) entre casas com terrenos ou cômodos de negócios, prédios e lotes de terrenos. Os lotes foram vendidos entre £11,00 a £50,00 (200\$000 a 400\$000 réis), conforme sua extensão, como a compra realizada em 1907 pelo comerciante Rodolpho de Barros Cobra, referente a *“Um terreno à Rua Silviano Brandao, esquina da Travessa que ao Largo do Rosário, com sessenta palmos de frente e cento e oitenta de fundos (...) desmembrado imóvel dito no Largo do Rosário e com*

⁴¹¹*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 116, reg. 1712. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

*fundos até a rua Silviano Brandao”*⁴¹². Os demais imóveis, com casas construídas, foram transacionados a preços acima de £50,00 (800\$000 réis). Os mais valorizados constavam de morada bem construída ou alguma benfeitoria, como a aquisição feita em 1904 por Joaquim Mariano Campos do Amaral no valor de £507,00:

Uma casa de morada à Rua Silviano Brandao esquina da Rua Júlio Brandao e Francisco Salles e nos fundos com a viúva e os herdeiros do Major Américo Marques Teixeira e Mello, com o herdeiro do Tenente Pinheiro, com José Joaquim Vieira de Carvalho e com o herdeiro de Miguel Constantino Almeida Faria, imóvel esse que foi havido por compra feita a Affonso Telles do Nascimento e sua mulher e transcripto no registro hypothecario d'esta comarca sob n° 98 em 04 de Dezembro de 1877, com todas as benfeitorias inclusive a parte acrescida e duas servidões d'agua⁴¹³.

Por ter sido um logradouro em que identificamos grande numero de negociantes, temos em mente que a partir de 1900, o comércio se expandiu para esta parte da cidade, rua esta também que até os dias atuais dá acesso ao caminho que segue para Borda da Mata, na época distrito de Pouso Alegre.

A região das Taipas e Cruzes possuíam poucas propriedades registradas, o que nos dá um panorama melhor do tipo de imóvel constante naquela localização. O bairro da Cruzes, região antiga da cidade, posicionado em um ponto mais alto da urbe, caracterizava-se por imóveis com preços mais baixos. Pelos registros percebemos a presença de pequenos comerciantes e lavradores, em propriedades de £4,18 a £31,28 (100\$000 a 500\$000 réis), contando apenas nas notações cartoriais de duas casas de morada e um terreno valorizado em £52,78 (950\$000 réis) No núcleo denominado Taipas, os valores de transações atingiram o valor de £500,00 (em torno de 8:000\$000 réis), sendo escrituradas duas chácaras vendidas a £125,60 e £503,18 (4:000\$000 e 8:000\$000 réis), duas casas de moradas nos valores £12,56 e £19,50 (400\$000 e 500\$000 réis) e um terreno “*de extensão quarenta e oito metros e por outro trinta e três metros*”⁴¹⁴ adquirido pelo valor de £9,60 (200\$000 réis). Esta região, na segunda década do século XX, abrigaria o Cemitério Municipal, transferido do Alto das Cruzes e um hospital, sendo construído com o apoio do então diretor de higiene pública do estado de

⁴¹²*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 58, reg. 2264. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Oficial do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, MG.

⁴¹³Idem, p. 20, reg. 2044.

⁴¹⁴Idem, tomo I, p. 07, registro 879.

Minas Gerais Samuel Libânio e da Fundação Rockefeller, sendo dirigido inicialmente por membros da Igreja Católica, as irmãs da Congregação da Divina Providência.

Os núcleos dos subúrbios possuíam casas simples na região do aterrado e Rio Mandú, terrenos estes que já sofriam pelas cheias do rio em tempos de chuvas torrenciais, chácaras e grandes extensões de terras em regiões que delimitava o núcleo mais habitado da cidade. Ao delimitarmos a localidade, tomamos como parte deste núcleo as terras que seguiam além do traçado férreo da Rede Mineira de Viação. Neste sentido, regiões conhecidas como aterrado, estradas que dava acesso para o Distrito de Estiva e o estado de São Paulo, parte da Rua Coronel Pradel, que abria caminho para o bairro da fazendinha e cidade de Ouro Fino e o final das Rua das Taipas, direção esta que conduzia a Colônia Francisco Sales e a cidade de Santa Rita. A planta da cidade contida no mapa 01, nos mostra que estas regiões eram compostas por chácaras ou fazendas, como a Fazenda do Ovídio, do Coronel Ribeirinho e a Chácara dos Reis, estas mais próximas do espaço citadino, não registradas na documentação de imóveis para as décadas que estamos estudando.

Imagem 14- Núcleo das Cruzes tendo vista para a região central e subúrbios, 1910

Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Dentre estas grandes propriedades, nas notações cartoriais, identificamos duas pequenas propriedades edificadas, composta por casas, com valores de £12,51 e £25,07

(200\$000 e 400\$000) réis, adquiridas por lavradores, e pastos, que equivaliam de £15,21 a 16,72 (300\$000 a 400\$000 réis), localizadas no aterrado do Rio Mandú. Ao final do núcleo do Rosário, no ano de 1903, foi realizada a transação de uma propriedade para abrigar o Colégio da Visitação, instituição de ensino voltada para meninas dirigida pela Igreja Católica, no valor de £297,97 (6:000\$000 réis). O patrimônio era constituído por

Uma chácara com todas as benfeitorias com frente para a antiga Rua do Cantagalo. Divisas: principia na mesma rua em divisas com Alfredo Ferreira de Paula e desce dividindo com este até o chanfrado em divisas com os transmitentes, depois de atravessar o córrego, seguindo pelo referido chanfrado até o córrego seguindo pelo valo pelo convexo córrego até as divisas com a Via Férrea Sapucahy; volta a esquerda em divisas com a mesma Via Férrea até alcançar as divisas da Chácara do Seminário Episcopal, segue por estas divisas até a Rua da Palha e dividindo com a dita rua até o canto da do Cantagalo e segue pelas divisas com Alfredo Ferreira de Paula. Fica incluído em pequeno terreno onde existe uma casa da preta Vinícia Leal, o qual terreno mede esteio da casa ao rego d'agua que remete ao Seminário⁴¹⁵.

Como percebemos em nosso mapeamento espacial da cidade, por meio da documentação, as propriedades pertencentes a Igreja Católica estavam relativamente próximas, como o Colégio da Visitação, estabelecido em frente ao Ginásio e Seminário Diocesano.

Imagens 15 e 16- Patrimônios da Igreja Católica: Colégio Diocesano e Colégio da Visitação

Fonte: Revista Fon Fon, ano II, nº 49, Rio de Janeiro, 14 de março de 1908.

⁴¹⁵*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo III, p. 52, registro 1971. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

No corpus documental analisado, encontramos também registros realizados pela municipalidade e empresa pública. Por estas instituições foram adquiridas nove propriedades, para o estabelecimento de prédios destinados a serviços, destacando o terreno em que se construiu o prédio do Mercado Municipal no centro da cidade, obtido por compra de propriedade da Igreja Matriz local, constando de *“uma casa e benfeitoria, a título público de compra e venda, no valor de 2:000\$000 (£96,00)”*⁴¹⁶ e o espaço de dois terrenos *“um com vinte metros de frente e com de fundos e o outro com dois mil setecentos e quatorze metros quadrados e oito décimos”*⁴¹⁷, na Rua do Mandú, destinados a edificação das instalações da Estação Ferroviária no final da principal avenida local, obtido por compra em 1895 pela Companhia de Via Férrea do Sapucahy com sede no Rio de Janeiro no valor de £103,00 (2:500\$000 réis).

Por meio desta sessão, buscamos analisar a cidade de Pouso Alegre mediante a divisão de núcleos e da documentação de registro de imóveis para as décadas estudadas, verificando os valores transacionados em determinadas regiões e os sujeitos sociais envolvidos nos atos de negociações. As aquisições feitas pelo estado e municipalidade visavam melhorias locais, como a aquisição de um espaço próprio para o Mercado, em que se construiu um prédio amplo para abrigar esta forma de comércio, a compra de terrenos pela Via Férrea Sapucaí, destinado a edificação de uma estação, proporcionando facilidade na comunicação de Pouso Alegre com os grandes centros e as cidades da região e a Colônia Francisco Sales, local este em que abrigou por alguns anos os colonos vindos da Europa. Já a Igreja Católica, com a criação da Diocese mantendo sua sede na cidade, procurou ampliar seu patrimônio local, por meio da construção de colégios e instituições de caridade voltadas para a educação e saúde, exercendo certa influência tanto no espaço urbano como nas vivências do dia a dia da cidade. As metamorfoses espaciais estavam ocorrendo, com o surgimento de novas ruas e espaços sociais que de certa forma influenciaram no cotidiano da população pouso alegreense.

⁴¹⁶*Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre*, tomo II, p.06, reg.871. Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg.

⁴¹⁷Idem, tomo II, Reg. 1196

3.4- Entre o campo e a cidade: breve análise sobre aqueles que mais transacionaram imóveis no município

Tendo analisado os registros de imóveis que compõem o corpus documental para as décadas estudadas neste trabalho, direcionamos nossas análises para o meio urbano e rural, observando as dinâmicas das transações de imóveis nos quatro decênios propostos, para os distritos, analisando cada localidade em sua especificidade, e em seguida voltamos nosso olhar apenas para a cidade de Pouso Alegre, utilizando da mesma metodologia de análise, tomando de forma separada o rural e o urbano, possibilitando observar os investimentos que estavam sendo feitos no campo e na cidade. Em Pouso Alegre constatamos que o deslocamento do meio rural para a cidade possui um relativo aumento na primeira década do século XX, quando a cidade passa por melhorias em sua infraestrutura, abertura de novas ruas e surgimentos de novas regiões. Geralmente, as pessoas que possuíam melhores condições financeiras, aquelas que constituíam a elite local, mantinham propriedades no campo concentrando a produção agrícola em fazendas, sítios ou porções de terras, e na cidade mantendo seus casarões como forma de expressar sua influência. Este costume já era observado desde os tempos da colônia, como é observado por Manolo e Florentino, em seus estudos que permeiam o século XVIII, lançando olhares para certo domínio das estruturas agrárias tradicionais, características do Antigo Regime, em que *“a aristocracia controlava, direta ou indiretamente, metade das terras e seus pares eclesiásticos cerca de 30%”*⁴¹⁸. No caso de nosso estudo, que abrange século e localidade diferente, percebemos de forma similar, maior concentração de terras nas mãos da elite, como forma de prestígio e investimentos. No decorrer da análise da documentação estudada, além das questões que já foram abordadas, percebemos que algumas pessoas realizavam transações com

⁴¹⁸FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 41. Nas páginas seguintes, da seção denominada “Em busca de uma nova abordagem”, os autores se referem ao arcaísmo dessa estrutura mantida em terras brasileiras em que se diferiam dos padrões que delineavam as sociedades do Antigo Regime, com o exemplo que citamos: *“Durante o século XVI, o panorama agrícola era de atrofia tecnológica e demográfica, estimando-se que o campesinato somasse apenas 1/3 da população- dado estranho até mesmo das economias do tipo antigo. Em contrapartida, os segmentos formados pelo clero (no século XVII havia um membro da Igreja para cada grupo de 36 habitantes), fidalgos e mercadores abarcavam outro terço, cabendo a parcela restante a artífices, trabalhadores manuais, marinheiros, pescadores, servidores e ociosos”*. Cf: Idem, p. 42. Para a região que estudamos, em uma analogia, percebemos que parte das terras estavam concentradas nas mãos dos “mais ricos”- elite, e outra parte daqueles que pertenciam a uma classe média e aos que constituíam a base (estes possuindo pequenas propriedades, em que trabalhavam a terras para atividades de subsistência e venda da produção que excedia).

maior frequência, no intuito de aumentar suas posses patrimoniais ou até mesmo no sentido de se inserir no mercado imobiliário.

Temos como proposta para esta sessão analisar o perfil daqueles que estavam mais ativos no mercado de transações imobiliárias, os imóveis adquiridos e vendidos e os investimentos realizados por estes sujeitos que geralmente possuíam mais de uma propriedade, sendo no campo, como partes de terras, sítios ou fazendas, e propriedades na cidade, casas de morada ou chácaras.

O fazendeiro Coronel José Ignácio de Barros Cobra, patriarca de numerosa família, atuou em diversos ramos da sociedade (comerciais e agrícolas) e foi chefe do Partido Conservador local, mantendo grande influência política local e em toda região, entre as décadas de 1860 e 187, principalmente no 5º Distrito eleitoral, como é constatado em uma coluna do Jornal A Ordem, referente a sua atuação *“proeminente nos movimentos eleitoraes que operarão-se ali, onde nenhum pleito se tratava sem sua activa e poderosa interferencia, estando previamente traçadas as linhas do triumpho pela acção decisiva de seu voto”*⁴¹⁹. Possuidor de bens em Pouso Alegre e no distrito de Borda da Mata entre as décadas de 1870 e 1880, realizou duas transmissões de seus bens, sendo uma em 1880, constando de uma parte de terras vendida a 158\$071 réis, e a outra em 1887, sendo uma casa de morada na sede do município no valor de 1:000\$000 réis. A relação das aquisições feitas por Barros Cobra se encontra na tabela abaixo:

Tabela 08: Aquisições feitas pelo Coronel José Ignácio de Barros Cobra 1879-1888

Década	Propriedade	Tipo de transação	Local	Valor em Réis	Valor em Libras
1879	Terras e Cafezais na Fazenda do Paiol do Campo	Compra	Borda da Mata	2:000\$000	£178,59
1879	Parte de Terras no distrito	Compra	Borda da Mata	80\$000	£7,14
1881	Uma morada de casa e terreno	Compra	Pouso Alegre	7:000\$000	£638,39
1887	Uma chácara	Compra	Pouso Alegre	2:200\$000	£205,68
1888	Uma casa no Largo do Rosário	Compra	Pouso Alegre	1:500\$000	£157,81
1888	Metade de uma chácara e suas benfeitorias na Rua 01 de Março	Compra	Pouso Alegre	2:500\$000	£263,02
1888	Metade de uma chácara e suas benfeitorias na Rua 01 de Março	Compra	Pouso Alegre	2:500\$000	£263,02

Fonte: Livro de Registros de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral)- Pouso Alegre, Mg.

⁴¹⁹Cf: A Ordem, Ouro Preto, Ano II, nº98, 13 de Março de 1891, capa.

Das nove transações realizadas por Barros Cobra, duas foram vendas de propriedades e as outras foram aquisições identificadas em sete registros. No distrito de Borda da Mata, são adquiridos terras e cafezais em uma fazenda denominada Paiol do Campo e uma parte de terras neste mesmo distrito. No entanto, seus maiores investimentos se realizaram na cidade de Pouso Alegre, patrimônio avaliado em £1.713,65 (15:700\$000 réis), consistindo em duas chácaras, uma no valor de £526,04 (5:000\$000 réis), localizada na Rua Primeiro de Março, comprada em duas metades valorizadas em £263,02 (2:500\$000 réis) e a outra chácara, localizada na cidade, a £205,68 (2:200\$000 réis). Na cidade, foram adquiridas também mais duas casas, sendo uma constante de grande extensão de terreno, no valor de £638,39 (7:000\$000 réis) e a outra, localizada no núcleo do Rosário, valorizada em £157,81 (1:500\$000 réis). Neste sentido, por meio das transações realizadas por Barros Cobra, percebemos a valorização e a busca de investimentos imobiliários na cidade, sendo que muitos destes que outrora se dedicavam as suas fazendas, com a vinda para o universo urbano, passarão a se ocupar também de atividades comerciais, mantendo propriedades no campo e na cidade.

Possuidor de grandes extensões de terras no distrito de Congonhal, na região denominada Cascata de São Domingos e Machado, o Major João Basílio da Costa Pinto fazendeiro e capitalista, colocou a venda seus patrimônios neste mesmo distrito na década de 1890, em valor correspondente a £9.428,92 (210:000\$000 réis)⁴²⁰. Com esta importância, passou a adquirir imóveis na cidade de Pouso Alegre, tanto no meio rural como no urbano, realizando dezessete transações nesta localidade e uma no distrito de Sant'Ana do Sapucaí, como consta na tabela abaixo:

Tabela 09: Transações feitas pelo Major João Basílio da Costa Pinto

Década	Propriedade	Local	Tipo de transação	Valor em Réis	Valor em Libras
1888	Parte de terras na Fazenda Paraíso	Pouso Alegre	Compra	6:000\$000	£631,25
1888	Parte de terras na Fazenda Paraíso	Pouso Alegre	Compra	2:000\$000	£210,42
1888	Parte de terras Fazenda Paraíso	Pouso Alegre	Compra	2:000\$000	£210,42
1889	Parte de terras Fazenda Paraíso	Pouso Alegre	Compra	1:534\$000	£169,04
1889	Parte de terras Fazenda Paraíso	Pouso Alegre	Compra	880\$000	£96,97
1894	Sorte de terras (Paraíso)	Pouso Alegre	Compra	4:000\$000	£167,20
1894	Chácara à Rua 01 de Março com terreno e benfeitorias	Pouso Alegre	Compra	6:000\$000	£250,80

⁴²⁰Percebemos aqui a desvalorização de moeda nacional (contos de réis) de um ano para o outro. As duas propriedades foram vendidas por João Basílio pelo mesmo valor (105:000\$000). Em 1893, este valor, em libras esterlinas era de £5.039,84, e no ano de 1894, o mesmo valor em réis registrou-se em £4.389,08 libras esterlinas.

1894	Sorte de terras (Cajurú)	Pouso Alegre	Compra	25:000\$000	£1.045,02
1895	Casa de morada com muros à Rua Ipiranga	Pouso Alegre	Compra	2:000\$000	£82,40
1896	Sorte de terras (Cajurú)	Pouso Alegre	Compra	1:500\$000	£56,25
1896	Sorte de terras (Paraíso)	Pouso Alegre	Venda	1:500\$000	£56,25
1897	Casa de morada e terreno à Rua da Boa Vista	Pouso Alegre	Compra	600\$000	£18,84
1899	Casa de morada pequena com terreno de 180 palmos à Rua Silvestre Ferraz	Pouso Alegre	Compra	400\$000	£12,28
1899	Casa de morada com terreno murado à Rua da Boa Vista	Pouso Alegre	Compra	13:000\$000	£399,10
1901	Duas casas de morada à Rua Boa Vista com terrenos	Pouso Alegre	Compra	1:200\$000	£56,83
1902	Casa de morada coberta de telhas e terreno à Rua Silvestre Ferraz	Pouso Alegre	Compra	800\$000	£39,58
1902	Casa de morada e terreno à Rua Júlio Brandão	Pouso Alegre	Compra	2:200\$000	£108,84
1903	Sítio de culturas na Fazenda Santa Bárbara	Sant'Ana	Compra	9:000\$000	£446,96

Fonte: Livro de Registros de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre. Disponível no Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral)- Pouso Alegre, Mg.

Os primeiros investimentos realizados pelo Major João Basílio se concentraram na compra de partes de terras da Fazenda Paraíso, localizada na região do Cajurú com extensões que se aproximavam às margens do rio Mandú. De acordo com a nossa documentação, várias pessoas adquiriram terras pertencentes a esta Fazenda, em que se produziam culturas diversas, como plantações de cana, mandioca, feijão e gêneros de primeira necessidade. Contudo, por João Basílio foram realizadas seis transações de aquisição correspondentes cinco partes e uma sorte de terras entre os anos de 1888-1894, dispendendo o valor total de £ 1.485,30 (16:414\$000 réis) sendo os primeiros imóveis que constituíram o seu patrimônio. No meio rural, realizou em 1894 a compra de uma sorte de terras no Cajuru, valorizada em £1.045,02 (25:000\$000), e anos mais tarde, em 1903, um sítio de culturas no distrito de Sant'Ana do Sapucaí, no valor de £446,96 (9:000\$000). As aplicações feitas em aquisições de bens rurais pelo Major resultaram na quantia total de £3.089,78 (50:414\$000 réis), correspondendo a 65% de seus investimentos.

Já na cidade, foram realizadas oito transações, correspondendo a nove imóveis, entre chácaras e casas com terrenos. A maioria destas propriedades se localizava no núcleo central, sendo quatro casas com respectivos terrenos na Rua Boa Vista, duas na Rua Silvestre Ferraz e uma chacara na Rua Primeiro de Março, e uma casa e terreno no núcleo do Rosário, localizada na Rua Júlio Brandão. No núcleo citadino, João Basílio

dispendeu com aquisições de imóveis a quantia total de £968,67 (26:200\$000 réis), correspondendo a 34% de todos os seus bens. Nestes anos todos em que foram realizadas transações, identificamos apenas uma venda realizada pelo Major no ano de 1896, constante de uma sorte de terras, no valor £56,25 (1:500\$000 réis), daquelas que ele havia adquirido na Fazenda do Paraíso. Constatamos que o João Basílio procurou concentrar seus investimentos na cidade de Pouso Alegre, quando mesmo decide vender suas propriedades no distrito de Congonhal e passa a adquirir imóveis na sede do município. Seu objetivo conservar e aumentar seu patrimônio imobiliário, permanecendo com seus trabalhos rurais, como podemos observar por meio dos investimentos no campo (tendo negociado apenas uma parte de suas terras da considerável extensão adquirida por ele da Fazenda do Paraíso), e manter imóveis na cidade, no intuito de movimentar o capital por meio de aluguéis ou por transações futuras.

Nascido em berço de família tradicional integrante da elite local, o Coronel Saturnino Vilhena de Alcântara foi aquele que obteve o maior número de transações, entre compra e venda de imóveis. No ambiente urbano, exerceu na municipalidade a função de primeiro suplente de delegado de polícia e nas práticas comerciais foi capitalista e proprietário de negócios, além de ser mencionado no quadro daqueles que plantam café⁴²¹. Realizou 35 transações entre os anos de 1890 a 1910, sendo a sua maioria de imóveis localizados no meio rural, no qual manteve boa parte de seus investimentos patrimoniais, mencionados no quadro abaixo:

Tabela 10: Transações feitas pelo Coronel Saturnino Vilhena de Alcântara

Década	Propriedade	Local	Tipo de transação	Valor em Réis	Valor em Libras
1884	Parte de terras e benfeitorias	Sant'Ana	Compra	100\$000	£8,62
1891	Terras	Pouso Alegre	Compra	3:000\$000	£185,39
1894	Casa, terreno e benfeitorias à Travessa Bom Jesus	Pouso Alegre	Compra	6:000\$000	£250,80
1895	Casa de morada, dependências, benfeitorias, terreno à R. do Rosário	Pouso Alegre	Compra	5:000\$000	£206,00
1896	Fazenda do Tijuco Preto	Sant'Ana	Venda	6:000\$000	£225,00
1896	Fazenda Agua Quente	Sant'Ana	Venda	5:000\$000	£187,50
1897	Casa de morada à R. Adolfo Olinto	Pouso Alegre	Compra	1:000\$000	£31,40
1897	Casa à Rua Adolfo Olinto	Pouso Alegre	Venda	1:000\$000	£31,40

⁴²¹Cf: VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanak Sul- Mineiro* para 1884. Campanha: Typographia do Monitor Sul- Mineiro, 1884, p. 365. OLIVEIRA, Antônio Marques de. *Almanack do Município de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900, p.107.

1898	Casa e respectivo terreno à Rua Adolfo Olinto	Pouso Alegre	Compra	4:000\$000	£118,80
1902	Pasto das Éguas	Pouso Alegre	Venda	2:000\$000	£98,95
1902	Duas casas e respectivos terrenos à Rua Dom Nery (Pertencia ao Saturnino)	Pouso Alegre	Permuta (Bispado)	11:000\$000	£544,20
1902	Duas casas e terrenos à Rua Quinze de Novembro (Pertencia ao Bispado)	Pouso Alegre	Permuta (Bispado)	8:000\$000	£395,78
1902	Chácara e benfeitorias nos Subúrbios	Pouso Alegre	Venda	4:000\$000	£197,89
1904	Sorte de terras “Pasto das Éguas”	Pouso Alegre	Venda	6:000\$000	£304,20
1905	Chácara, com casa e benfeitorias na Vendinha	Pouso Alegre	Venda	1:200\$000	£78,36
1905	Morada de casas de dois chalés à Rua Adalberto Ferraz	Pouso Alegre	Venda	2:500\$000	£163,25
1906	Sítio de pastagens às margens do Rio Cervo	Pouso Alegre	Compra	8:000\$000	£531,28
1907	Casa e terreno à Rua Silviano Brandão	Pouso Alegre	Venda	800\$000	£50,32
1908	Parte de terras em sociedade no bairro da Roseta	Pouso Alegre	Compra	60\$000	£3,75
1908	Casa e terreno à Rua Mons. José Paulino	Pouso Alegre	Venda	2:000\$000	£125,13
1909	Quatro alqueires de terras no Brejal	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Quatro alqueires de terras Brejal	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Cinco alqueires de terras “Ribeirão da Lavra”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Uma parte de terras “Córrego do Brejal”	Pouso Alegre	Compra	100\$000	£6,27
1909	Cinco alqueires de terras “Córrego do Brejal”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Parte de terras “Brejal”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Parte de terras “Fazenda Jatuba e Ribeirão da Lavra”	Pouso Alegre	Compra	40\$000	£2,51
1909	Parte de terras “Brejal”	Pouso Alegre	Compra	600\$000	£37,60
1909	Parte de terras “Ribeirão da Lavra”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Parte de terras “Ribeirão da Lavra”	Pouso Alegre	Compra	100\$000	£6,27
1909	Parte de terras “Ribeirão da Lavra”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Restante de parte de terras “Brejal”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1909	Parte de terras nas vertentes “Ribeirão da Lavra”	Pouso Alegre	Compra	160\$000	£10,03
1909	Parte de terras “Brejal”	Pouso Alegre	Compra	200\$000	£12,53
1910	Sorte de terras “Pasto das Éguas”	Pouso Alegre	Venda	300\$000	£20,14

Fonte: Livro de Registros de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre. Disponível no Acervo do Cartório
 Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral)- Pouso Alegre, Mg

Com a experiência na área comercial, Saturnino de Alcântara soube bem aplicar na área de transações de imóveis. Analisando a tabela, tomamos conhecimento, pelo

corpus documental que compõem as décadas estudadas, que o Coronel Saturnino manteve apenas uma propriedade fora de Pouso Alegre, no distrito de Sant’Ana do Sapucaí, constituída de partes de terras e benfeitorias adquiridas no ano de 1884, no valor de £8,62 (100\$000 réis). Neste mesmo distrito, foram vendidas duas fazendas no ano de 1896, a do “Tijuco Preto” por £225,00 (6:000\$000 réis) e a da “Água Quente” por £187,50 (5:000\$000 réis). Em Pouso Alegre, no ano de 1891 adquire uma parte de terras pelo valor de £185,39 (3:000\$000 réis), e realiza algumas vendas de partes de terras nas décadas seguintes no lugar denominado Pasto das Éguas, tendo um lucro de £423,29 (8:300\$000 réis). Pelas escrituras encontradas nos registros de imóveis, tomamos conhecimento que a concentração de terras se deu por meio de aquisições de propriedades, entre os anos de 1906 a 1909, na região conhecida como Brejal, localidade que fazia limites com o Cervo e abrigava a propriedade denominada Ribeirão da Lavra. A constituição de patrimônios rurais do Coronel Saturnino de Alcântara neste território se consolidou por meio de 16 transações, de parte, sorte e alqueires de terras, dispendendo em forma de investimento o valor total de £710,48 (11:160\$000 réis).

No espaço urbano de Pouso Alegre, foram negociados, entre os anos de 1894 a 1908, treze imóveis, sendo cinco aquisições, seis vendas e uma permuta entre duas casas, localizadas nos núcleos Central, do Rosário e nos subúrbios da cidade, sendo casas com terrenos anexos, algumas com benfeitorias e duas chácaras. Até o final do período estudado, Saturnino de Alcântara preservou apenas um imóvel na cidade de Pouso Alegre, e com a venda das outras residências obteve como lucro a soma de £1.042,13 (19:500\$000 réis).

Com o estudo de caso desses três cidadãos, tidos pela nossa análise como os que mais transacionaram imóveis durante o período que compõe o nosso recorte temporal, percebemos que, de forma particular, houve um crescimento dos investimentos na área urbana, principalmente na sede do município, a cidade de Pouso Alegre. Aqueles que antes se dedicavam apenas às suas fazendas (como nos dois primeiros casos, Coronel José Ignácio de Barros Cobra e Major João Basílio da Costa Pinto) passaram a investir no meio urbano, se tornando capitalistas e comerciantes, porém, mantendo uma ou outra propriedade rural. No caso do Coronel Saturnino Vilhena de Alcântara, a dinâmica de transações é bem maior, forma de negócio que ele encontra não apenas acumulando bens patrimoniais, mas fazendo-os circular por meio de compra e venda principalmente os imóveis localizados no meio urbano. Constituiu seu patrimônio mantendo uma casa

na cidade, local em que se dedicava a municipalidade e ao meio comercial, e uma propriedade no meio rural, em que iniciou uma pequena lavoura de café. Entre o campo e a cidade, estes homens, como tantos outros, obtinham seus ganhos e constituíam um legado para sua família.

Por meio deste capítulo, estudo dedicado aos registros de imóveis, tivemos a oportunidade de estabelecer outra visão sobre a trajetória histórica de Pouso Alegre, até hoje não investigada, dada a dificuldade de acesso a presente documentação. A riqueza de dados presentes contribuiu para que analisássemos a valorização dos imóveis, primeiramente nos distritos, em seu meio urbano e rural, e logo em seguida na sede do município, a inserção de comerciantes no meio urbano, com a aquisição de casas e cômodos de negócios e a procura de bens imobiliários pelas pessoas que residiam apenas no campo, passando a manter propriedades nos dois espaços ou se mudando definitivamente para a cidade, e que a partir da década de 1890, percebemos um aumento de transações imobiliárias no espaço citadino.

Percebemos que a cidade passa por metamorfoses, principalmente no início do século XX, os trilhos da modernização recebiam a luz fornecida pela energia elétrica e a comunicação via telefone encurtava a distância em que antes era percorrida a pé, a cavalo ou pelas linhas férreas conduzida pela locomotiva. Novas ruas surgiam, as antigas recebiam infraestruturas, e até mesmo o centro comercial, que antes era localizado apenas no núcleo central, passa a ter significativa concentração na região do rosário, especificamente na rua Silviano Brandão. A presença da Igreja trazia consigo um arcabouço ideológico cristão que fará parte do imaginário da população durante longos anos. A partir desta instituição, fundam-se escolas, internatos, orfanatos e centros de Caridade, estabelecendo em imóveis adquiridos na região central e nos subúrbios. Já o governo adquire as terras que abrigariam os imigrantes vindos de outras partes do mundo, área esta rural, mas que denominamos como subúrbios por estar próxima à cidade. A cidade se transforma para acolher e oferecer serviços para aqueles que passam a habitá-la.

O que nos chama atenção é o fator que torna o município de Pouso Alegre singular. Algumas cidades da região sul mineira, como Varginha, Três Corações, entre outras, adquiriam forças econômicas por meio da plantação e cultivo do café, sendo observada a existência de extensas propriedades pertencentes a fazendeiros. Os registros nos mostram, para Pouso Alegre, que muitas destas grandes propriedades, muitas vezes

fruto de partilhas de heranças, foram vendidas em partes, sorte ou alqueires de terras, pequenos sítios e roças, adquiridas em grande parte por lavradores, fator este que corresponde a pouca concentração de extensas propriedades de terras em que se mantinham a grande lavoura, e sim propriedades menores com pequenas produções de subsistência e abastecimento local.

CAPÍTULO IV- FORMAÇÃO DA RIQUEZA LOCAL: ESTUDO DA ELITE POUSOALEGRENSE

Nos capítulos anteriores, tratamos do processo de urbanização ocorrido em Pouso Alegre, por meio das atas do poder legislativo, demonstrando como a política local, representada pelos vereadores, conduziram este processo ocorrido na transição dos séculos XIX para o XX. Por meio da análise dos registros de imóveis, demonstramos as transformações ocorridas no espaço urbano e rural, a partir das características e valorizações dos imóveis transacionados no período proposto para este estudo. Pode-se constatar que aquisição de imóveis na sede do município obteve crescimento significativo a partir da década de 1890, período este em que a cidade passava por intensas transformações, com melhorias na infraestrutura urbana, a criação de instituições educativas, a chegada da ferrovia, instalação da energia elétrica e telefonia, sinais do processo de modernização, como também o surgimento de novas regiões e abertura de ruas, configuraram as metamorfoses ocorridas na cidade durante este período.

Neste capítulo buscaremos entender como os habitantes do município de Pouso Alegre se inseriram de certa maneira no processo urbanístico, analisando os *inventários post mortem* compreendidos entre 1870 a 1920. Este tipo de fonte, documentos ricos em detalhes que requer do pesquisador trabalho árduo e paciente, nos oferecem pistas para análises econômicas e sociais mediante a catalogação dos bens, aos quais podemos obter informações sobre as pessoas e suas vidas, constituição familiar, estrutura habitacional e objetos pessoais, podendo analisar o conjunto de uma sociedade. O Juiz responsável pela municipalidade “*nomeia dois louvados, que eram encarregados de levantar os bens possuídos pelo falecido, além de apontarem o valor desses bens de acordo com a declaração do inventariante e dos preços praticados no mercado*”⁴²² seguindo uma ritualística em que o inventariante (aquele que fica responsável pelo bens do arrolado até a finalização do processo de inventário) se comprometia declarar todos os bens e espólios deixados pela pessoa que havia falecido,

Debaixo de juramento aos Santos Evangelhos, posta a mão direita sobre um livro deles, e, na falta, sobre um missal ou sobre a cruz de

⁴²²ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Uma discussão metodológica sobre o crédito no século XIX. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Ano 3, vol. 3. Rio de Janeiro: setembro-dezembro 2011, p. 468.

vara, insígnia da judicatura, o cabeça do se compromete a declarar tudo o que ficou por morte e falecimento do defunto: “bens e fazenda... assim móvel como de raiz, dinheiro, ouro, prata, peças escravas, encomendas e seus procedidos, açúcares e outros quaisquer bens que por qualquer via ou maneira a este a este inventário pertençam, dívidas que ao defunto se davam ou que por consequência a ele outrem for devedor, conhecimentos, papéis, sentenças ou qualquer cousa que haja de fazer monte”⁴²³.

Sumariamente, Alcântara Machado nos apresenta a estrutura de um inventário. Mesmo que seu trabalho, elaborado na primeira metade do século XX, contemple a documentação dos séculos XVI e XVII, percebemos que a estrutura dos arrolamentos se manteve a mesma em relação as nossas fontes que percorrem a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Para entendermos melhor a estrutura de um inventário e a constituição de suas partes mais comuns, utilizaremos de uma ficha de coleta de dados, que desenvolvemos para esta pesquisa, reproduzindo de forma adequada os principais aspectos desta fonte. Em um primeiro momento, são preenchidas as informações iniciais, com a localização do documento, data do início do processo, nome do inventariado e inventariante e a data e local do falecido. São também fornecidos os dados dos herdeiros, constando o nome, idade e estado civil, sendo possível por meio destes dados observar se a riqueza acumulada pelo falecido inventariado continua na mesma família e as informações gerais que nos ajuda a localizar o sujeito inventariado na sociedade.

Em seguida, especificamos os bens descritos na documentação, a quantidade possuída e os valores atribuídos. Esta categoria divide-se em bens imóveis (que podem ser subdivididos em terras, casas, benfeitorias, culturas, mantimentos e roças), semoventes, bens móveis, dívidas, títulos, ações e terrenos, dados estes essenciais para nosso trabalho de pesquisa. Nas páginas finais da ficha de pesquisa, são anotadas a data de partilha, a somatória de todos os ativos, que nos remete o monte- mor, ou seja, o total da riqueza possuída pelo inventariado. São especificadas também as dívidas passivas e as custas (de enterro, testamento, taxas, impostos), resultando o monte- menor ou partível, ou seja, valores que seriam repartidos entre os herdeiros.

É interessante afirmar que em seu trabalho, Alcântara Machado, mesmo pertencendo a uma tradição de historiadores que escreviam sobre os grandes feitos e fatos ocorridos, ou construía a biografia de algum herói ou ilustrado, sua linha de

⁴²³MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins editora, 1965, p. 21.

pesquisa se torna inovadora ao tentar compreender a dinâmica da população, sem se prender a determinada classe social, desde os bandeirantes, que por meio de suas atividades exploratórias não acumulavam grandes fortunas e bens, a pessoas simples, ligadas ao campo ou a alguma atividade comercial. No decorrer de nosso estudo, neste capítulo, ao classificar a categoria de bem encontrada nos inventários, poderemos observar como se inseriam os sujeitos nos espaços sociais e físico do município de Pouso Alegre.

Outro estudo clássico que nos oferece grandes contribuições é o de Zélia Maria Cardoso de Mello. Em sua tese de doutorado *Metamorfoses da riqueza. São Paulo, 1845-1895*, com base em estudos dos inventários *post mortem*, faz uma análise de São Paulo do início do século XIX, momento em que estava sendo introduzido o cultivo do café. A sociedade, neste período, passa por transformações “na qual as formas tradicionais de riqueza começam a ceder espaço para as chamadas formas modernas de riqueza”⁴²⁴. A partir da segunda metade do século XIX, por volta dos anos 70, tornam-se mais perceptíveis estas mudanças, o mercado imobiliário passa a ser mais valorizados, principalmente com a queda da participação dos escravos como um bem constituinte do patrimônio acumulativo. Outros ativos, chamados pela autora como abstratos, como o dinheiro, dívidas ativas, hipotecas, letras bancárias, principalmente nas capitais, constitui nova forma do desenvolvimento da economia capitalista⁴²⁵.

Para as décadas que compreendem nosso estudo, serão utilizados 466 processos de inventários⁴²⁶ arrolados no município nos 1º e 2º Ofício da Comarca de Pouso Alegre. Por meio do conjunto que compõe o corpus documental deste capítulo, teremos condições de analisar nosso objeto de pesquisa nos âmbitos econômico e social, lançando nosso olhar para cada categoria de bens que constituem o monte-mor dos inventariados. Devemos levar em conta as limitações presentes neste corpus documental analisado. É importante salientar que o inventário nos dá conta de um indivíduo, e para

⁴²⁴LOPES, Luciana Suarez. A economia e a alocação de riqueza bruta em Ribeirão Preto (1899-1900). *Revista História Econômica & História de empresas*. Vol. 19, nº 1, 2016. p.62. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=249>. Acesso: 01/08/2017.

⁴²⁵Cf.: MELLO, Zélia Maria Cardoso. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. Editora Hucitec, São Paulo: 1985, p. 89-90.

⁴²⁶Na sessão dos anexos, se encontram especificados todos os inventários colhidos para o período estudado, identificando o ano em que se deu entrada no processo, nome do inventariado e o monte-mor dos bens ativos constituídos. O recorte temporal deste estudo está compreendido entre as décadas de 1870 a 1920, sendo que o levantamento deste corpus documental se estende até a década de 1920, por entendermos que a constituição de riqueza e bens especificados nos arrolamentos foram concebidos anteriormente ao ano abertura do processo.

análise da sociedade em que este está inserido, torna-se essencial a inserção das informações obtidas dos outros inventários e quantificá-las. Neste sentido, os ativos agrupados *dão-nos um olhar sobre as formas de acumulação e de constituição de fortunas no tempo, possibilitando-nos acompanhar as mudanças que influenciam na constituição e diversificação destas fortunas*⁴²⁷, dando-nos condições de refletirmos sobre a parcela da sociedade que estão inseridas e as transformações ocorridas com o tempo. Outro cuidado que devemos ter ao analisar o período que estudamos é a quantidade de inventários correspondentes as décadas propostas. Para o município de Pouso Alegre, temos o seguinte:

Tabela 11: Distribuição dos inventários por ano de abertura do processo- Pouso Alegre 1870-1920

Ano	Nº de processos	Ano	Nº de processos	Ano	Nº de processos	Ano	Nº de processos	Ano	Nº de processos
1870	07	1880	10	1890	26	1900	02	1910	05
1871	09	1881	14	1891	20	1901	02	1911	04
1872	04	1882	10	1892	14	1902	01	1912	06
1873	06	1883	16	1893	16	1903	06	1913	04
1874	14	1884	08	1894	16	1904	05	1914	03
1875	08	1885	13	1895	15	1905	01	1915	04
1876	12	1886	25	1896	12	1906	02	1916	02
1877	09	1887	17	1897	14	1907	02	1917	09
1878	06	1888	17	1898	06	1908	01	1918	06
1879	09	1889	09	1899	14	1909	02	1919	15
								1920	08
Total	84	Total	139	Total	153	Total	24	Total	66

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

O quadro acima demonstra o número de processos de acordo com os anos e o total por décadas em que foram abertos e nos chama atenção a diminuição do número de inventários para o período de 1900, e o mesmo ocorre para o município de Varginha como nos mostra a pesquisa de Natânia Silva Ferreira. Por meio de investigação histórica, não detectamos algum desmembramento de distrito ou criação de qualquer outra comarca⁴²⁸ que abrangesse parte do território de Pouso Alegre, o que nos leva a

⁴²⁷ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Uma discussão metodológica sobre o crédito no século XIX. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Ano 3, vol. 3. Rio de Janeiro: setembro-dezembro 2011, p. 471.

⁴²⁸No decorrer da história de Pouso Alegre temos que a instalação da Comarca do Sapucaí na cidade se deu no ano de 1839, até então sua sede estava situada na cidade da Campanha. Em 1855 muda-se apenas o nome para Comarca do Jaguari, vindo a receber a denominação de Pouso Alegre apenas em 1892. Cf: <http://www.tvuai.com.br/pousoalegre/pa153/datahist.html>, acesso em 02/08/2107.

crer que a documentação que engloba este espaço de tempo pode ter sido não conservada e se perdido.

Com a documentação em mãos, percebemos que alguns inventários são mais detalhados em informações e descrições de bens, principalmente quando a pessoa inventariada possuía uma fortuna significativa, o que nos ajuda a compreender certos padrões de consumo de determinado período. Ao identificar a estrutura da riqueza da população pouso alegreense, por meio do montante maior resultante no arrolamento, poderemos entender o destino em que se aplicava os investimentos locais em determinada década, identificando também as atividades que permitiram a acumulação das fortunas constituídas no município. Neste sentido, concordamos com Marcos Ferreira de Andrade, ao definir termo fortuna no “*sentido de haveres, de bens, riqueza acumulada por algumas gerações (...) associadas a um leque diversificado de atividades, destacando-se o tipo social fazendeiro/negociante, que comercializava parte de sua produção*”⁴²⁹. Contudo, devemos ficar atentos quanto a definição de elite, pois a mesma pode possuir uma série de significados, fatores e situações, como por exemplo, um membro desta classe social não necessariamente poderia dispor de grandes quantidades de valores e bens, mas poderia estar inserido em alguma camada da sociedade que lhe concedesse prestígio.

Neste intuito, buscaremos traçar o perfil da ocupação do arrolado, estando ele presente no campo ou na cidade. Sendo notória grande parcela inserida na área rural, para esta classificação, utilizaremos do método aplicado por Marcos Ferreira de Andrade em seu trabalho referente a cidade da Campanha. Este dispositivo de investigação adotado pelo autor permite “*perceber que tipos de atividades eram mais recorrentes entre os proprietários, indicando também o padrão das fazendas sul-mineiras*”⁴³⁰, e no caso do município de Pouso Alegre, das médias propriedades rurais. Como base dos critérios adotados por Andrade,

Foram considerados como agricultoras aqueles indivíduos que tinham arrolado entre seus bens algum tipo de produção de alimentos (milho, feijão, arroz, mandioca); como pecuaristas, todos os que se dedicavam exclusivamente à criação de animais (gado, cavalos, bestas, porcos e ovelhas); e como agropecuaristas, todos os proprietários que aparecem claramente envolvidos com as duas atividades, ou seja, que se

⁴²⁹ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 21.

⁴³⁰Idem, p. 40.

dedicavam à plantação e coleta de alimentos bem como à criação de animais⁴³¹.

Seguindo estes parâmetros de análises, poderemos traçar o perfil das atividades econômicas rurais que eram exercidas no município de Pouso Alegre, e em qual ramo da produção agrícola se destacava. Já para a área urbana, ao analisarmos os comerciantes, adotaremos como base investigativa os registros de dívidas ativas e a declaração de bens móveis que poderia caracterizar certa atividade comercial, tomando conhecimento daqueles que exerciam a função de capitalistas.

Dividimos este capítulo em três sessões. Em “Bens móveis e padrões de consumo local” observaremos, nas diferentes camadas sociais, as diversas formas de aquisições realizadas no período estudado, sejam elas no interior de uma propriedade (móveis, adereços, utensílios); a constituição de patrimônio imóvel (casas, terrenos e chácaras no espaço urbano ou rural, fazendas, sítios e benfeitorias); a formação de culturas e cultivos; a criação de animais e a constituição das dívidas ativas e passivas contidas no arrolamento dos bens. Já na segunda sessão, buscaremos entender a formação do patrimônio constituído pela elite do município de Pouso Alegre, o lugar de sua concentração, as formas de investimentos, por meio da concentração de bens durante a vida do inventariado. Na terceira e última sessão, faremos o estudo de alguns casos que possuíam padrões de consumo diferenciados, pessoas estas que de alguma forma se destacaram na localidade, buscando exemplificar as diversas atuações destes sujeitos na municipalidade. De nosso corpus documental composto pelos 466 processos inventariais, obteremos uma amostra de como se estruturava a riqueza dos moradores do município de Pouso Alegre, percorrendo na próxima sessão pelas categorias de bens encontradas em nossa documentação.

4.1- Formação da riqueza: os diversos tipos de bens

Como já afirmamos ao iniciar um processo o inventariante declarava os bens que o arrolado acumulou durante toda a sua vida, fruto de aquisições ou heranças de familiares. Por meio de cada rubrica acompanhada de seus valores somados se obtinha o monte maior, e sendo subtraída as dívidas passivas e as custas processuais se constituía

⁴³¹ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 40-41.

o monte menor que se repartiria com os herdeiros. A tabela abaixo nos traz informações sobre a porcentagem de riqueza dos moradores do município de Pouso Alegre em cada categoria de bens e a evolução da porcentagem ao longo das décadas estudadas.

Tabela 12: Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários *postem- mortem* do município de Pouso Alegre (1870-1920)

DESCRIÇÃO	PERÍODO				
	1870-1879	1880-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1920
Bens Móveis	2%	2%	6%	6%	4%
Bens Imóveis Rurais	25%	73%	65%	63%	81%
Bens Imóveis Urbanos	2%	2%	6%	18%	14%
Culturas	1%	1%	2%	0,4%	0,1%
Animais	5%	10%	8%	8%	6%
Escravos	22%	10%	-	-	-
Dinheiro	1%	-	3%	-	4%
Ouro e Prata	0,2%	-	0,1%	-	0%
Dívidas Ativas	34%	12%	17%	14%	3%
Dívidas Passivas	7%	8%	7%	12%	5%
Monte-Mor	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

Podemos caracterizar o município de Pouso Alegre como uma sociedade agrária, a partir da observação dos dados apresentados na tabela 12. Para a década de 1870, a porcentagem dos investimentos apresentavam valores baixos principalmente no ativo constante dos bens imóveis rurais, sendo observado para outros decênios um crescimento de quase 50% nos valores constantes. As dívidas ativas assinalavam 34% dos valores encontrados na documentação para este decênio⁴³², ocupando o primeiro lugar de nossa tabela, tal fato que nos leva a refletir a importância do crédito e financiamento local no período estudado. Já em segundo lugar se apresenta a posse de cativos, contando de 22% dos investimentos. Este valor apresentará queda na década de 1880, período este em que ocorrerá a abolição da escravatura, quando os investimentos passarão a ser realocados em outros ativos (sendo notados principalmente nos bens móveis). É importante observar, no tocante à vida no campo, a superioridade da criação de semoventes em relação ao cultivo de culturas. As diferenças de investimentos

⁴³²Se observarmos as outras décadas, percebemos que a porcentagem de dívidas ativas apresenta quedas de mais da metade dos valores apresentados para o decênio de 1870. Contudo, analisando o corpus documental para a respectiva década, temos que apenas uma pessoa concentrava um pouco mais de 30% do valor de dívidas ativas. Se subtrairmos o valor encontrado em seu inventário, temos que o total deste ativo corresponde a 8% dos investimentos para esta década. Na sessão relativa as dívidas ativas exploraremos este assunto.

chegam a quase 10% entre as duas formas de atividades exercidas no município, constituindo como base da produção rural como subsistência e para o mercado.

A estrutura da riqueza nos aponta que a maior concentração de propriedades se encontram no espaço rural, tendo em vista que para o espaço urbano há um aumento 12,29 % a partir da década de 1900. Na primeira década estudada, observamos que Esta evolução nos investimentos se torna perceptível também nos registros de imóveis, momento este em que o meio urbano recebe maiores cuidados e melhoramentos em sua infraestrutura. Contudo, torna-se interessante observar que a manutenção de propriedades rurais permanece predominante e possui um aumento 22,31% nas duas primeiras décadas do século XX, o que mantém o aspecto de ruralidade no município.

Em relação a outras localidades, podemos traçar alguns paralelos. Quando observamos os municípios de Campanha, Pouso Alegre e Varginha⁴³³, observamos os ativos que apresentavam maiores números de ocorrências entre os três municípios:

Tabela 13: Número de ocorrências por tipo de ativos (1880-1899)

Ativos	Campanha		Pouso Alegre		Varginha	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Bens Móveis	126	95,45%	210	76,64%	76	93,83%
Semoventes	114	86,36%	216	78,83%	59	72,84%
Escravos	84	63,64%	39	14,23%	15	18,52%
Imóveis Rurais	110	83,33%	253	92,34%	64	79,01%
Imóveis Urbanos	56	42,42%	66	24,09%	31	38,27%
Culturas	61	46,21%	59	21,53%	31	38,27%
Dívidas Ativas	74	56,06%	110	40,15%	29	35,80%
Dinheiro	12	9,09%	17	6,20%	9	11,11%
Dívidas Passivas	108	81,82%	140	51,09%	42	51,85%

Fonte: PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em transição*. Dissertação defendida no programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017, p. 148.

Ao observar os três municípios percebemos que a concentração da riqueza no município de Pouso Alegre estava concentrada nos imóveis rurais e na criação de animais, e logo em seguida, a posse de bens móveis. As dívidas ativas também era um ativo de destaque entre as três localidades, o que nos demonstra a movimentação financeira por meio de empréstimos e a presença de negócios comerciais no município.

⁴³³PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em transição*. Dissertação defendida no programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

A mão de obra escrava se concentrava mais na cidade da Campanha, cidade em que o apego à escravidão persistiu até a abolição. Em relação ao espaço urbano, a tabela acima nos apresenta Pouso Alegre com o maior número de ocorrências (66), em seguida Campanha (56) e Varginha (31). Mesmo possuindo quantidade um pouco maior de imóveis urbanos, os investimentos deste ativo no município de Pouso Alegre em valores (8% do valor da riqueza) ainda eram pequenos. O caráter rural é percebido nas três localidades, por meio da concentração de investimentos em propriedades no campo. Esta concentração também é percebida nos estudos empreendidos por Luciana Suarez Lopes⁴³⁴ sobre o município de Ribeirão Preto e de Fernando Antônio Abrahão⁴³⁵, ao abordar Campinas e região. Com referência a cidade de Lavras e seus distritos, Eduardo Vieira aborda em sua pesquisa que a acumulação de propriedades rurais se encontrava em sua maioria nas mãos da elite e que a maior concentração de riquezas, segundo o corpus documental levantado por este pesquisador, estava alocada nas dívidas ativas⁴³⁶.

Para entendermos como se estruturava a riqueza por meio da acumulação de patrimônios dos inventariados na transição dos séculos abordados nesta pesquisa, lançaremos nosso olhar sobre cada categoria de bens que constituíram o valor do monte mor contidos nos inventários *post mortem* que compõem nosso corpus documental e em algumas rubricas traçaremos paralelos com outras localidades da região.

4.1.1- Bens móveis e as múltiplas formas de consumo

Na maior parte dos processos⁴³⁷ que estamos analisando referentes ao período proposto encontramos mencionados os bens móveis que constituíam o patrimônio da pessoa que havia falecido. Em algumas documentações são bem detalhados, constando a quantidade das peças, as características e qualidade (“uma panela de ferro nova”, “taxo grande usado” ou até mesmo “uma mesa de madeira tosca”, teares, rodas de fiar, fornos de cobre ou de barro) e o valor correspondente discriminada para cada objeto.

⁴³⁴LOPES, Luciana Suarez. *Um estudo sobre a composição da riqueza de Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888)*. Disponível em http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/pesquisadores/luciana/index.htm, acesso em novembro de 2017.

⁴³⁵ABRAHÃO, Fernando Antônio. *A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940*. Artigo apresentado no XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. Vitória: ABPHE, 2015.

⁴³⁶VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2015.

⁴³⁷Para nosso corpus documental composto de 466 processos inventariais, 76% da documentação declararam a presença de bens móveis em seu arrolamento de bens.

Atentos a esta rubrica, podemos classificar em um primeiro momento se a vida do inventariado era dedicada ao campo ou a cidade, pela frequência em que se descrevia cada objeto. É interessante observar por meio da documentação certa divisão de classes. As pessoas que possuíam menos posses descreviam e apresentavam maiores detalhes de seu patrimônio móvel, enquanto que os detentores de maiores fortunas apresentavam as minúcias de suas extensões territoriais, propriedades imóveis rurais e urbanas, quantidade de trabalhadores braçais cativos, culturas plantadas e semoventes.

Os bens móveis descritos em nossa documentação se caracterizava por objetos de uso pessoal ordinário, que compunham a residência ou uma benfeitoria, utilizados no trabalho ou comercializados, em algumas declarações entre estas peças, poderiam conter bens em ouro e prata. Com as memórias do viajante Saint- Hilaire⁴³⁸, ao detalhar os aspectos por ele observado da região de Minas Gerais, podemos notar que as habitações mantinham características sóbrias e rústicas, sendo em muitos casos reduzidas poucas mesas, bancos e algumas cadeiras. Percebemos nos documentos estudados que estas características permaneceriam por longos anos, principalmente nas habitações das pessoas mais simples. Era comum no arrolamento de bens serem descritas as mobílias que faziam parte de uma casa, como mesas e cadeiras, talheres, panelas, tachos de cobre ou de ferro, catres⁴³⁹, rodas de fiar ou de tear, entre outros objetos. Já na documentação em que o monte-mor correspondia a valores maiores, a forma de consumo era tida como diferenciada: marquesas a óleo, pianos, livros e estantes para os mesmos, talheres e utensílios em ouro e prata, relógios de parede ou de armário, etc. No inventário de Belmira Cândida de Souza, falecida no distrito de Congonhal no ano de 1879, cujo monte- mor totalizava o valor de 2:466\$900 réis, foram declarados os seguintes bens:

01 taxo pequeno (3\$200), 4 panelas de ferro, sendo duas menores e uma pequena (5\$400), 2 caldeirões pequenos (3\$400), 2 cassarolas (2\$400), 1 chaleira (1\$600), 1 chocolateira (\$600), 1 armário de pinho (5\$000), 3 catres (7\$500), sendo de cedro, pinho e forrado de tábuas, 1 par de canastras⁴⁴⁰ (18\$000), 1 mesa grande de cedro (6\$000), 1

⁴³⁸Cf: Saint- Hilaire, Augusto de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. O viajante descreve regiões interioranas a cidade de Vila Rica, principalmente as que compõem a Comarca do Rio das Mortes, na parte III em seu trajeto do Rio de Janeiro a entrada da Província de Minas Gerais, o que nos leva a entender como era o cotidiano da população mineira.

⁴³⁹Leito de lona com pés que se cruzão, dobrão e apertão com cintas de couro. Leito pequeno. Cf: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

⁴⁴⁰Cesto do feitio de caixa com tampa. Cf: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

silhão⁴⁴¹ para senhora (25\$000) e 1 carro ferrado com os competentes arreios (150\$000), totalizando o valor de 228\$100 réis⁴⁴².

Por meio do fragmento da documentação acima, percebemos os bens que frequentemente se encontravam descritos nos inventários. Eram objetos estes que a maioria das pessoas possuíam dentro de suas casas ou propriedades. Entretanto, algumas pessoas dispunham de objetos diferenciados, ou seja, mantinham um padrão de consumo díspar do que era usual na sociedade, influência esta causada com a chegada da corte no Brasil, no início do século XIX, mantendo-se ao longo da segunda metade deste mesmo século. Estas pessoas poderiam se encaixar em uma classe mais elitizada ou possuir grandes fortunas, como no caso do Engenheiro Augusto César de Vasconcelos, falecido em Pouso Alegre no ano de 1908, deixando monte- mor contabilizado em 65:140\$240 réis, observando que entre os bens que compunham sua residência caracterizava uma forma de consumo diferenciada:

1 Piano pleyel preto em bom estado (1:200\$000), 12 cadeiras austríacas em bom uso (100\$000), mobília com 12 peças usadas (250\$000), 1 lampião de sala (30\$000), 1 lavatório com pedra de mármore (70\$000), 4 malas usadas grandes e pequenas (45\$000), 1 criado mudo com pedra mármore (25\$000), 4 camas, sendo 3 de solteiro (75\$000), 2 cômodas com gavetas (80\$000), 2 mesas de pinho, sendo uma para jantar e outra para engomar (30\$000), 1 guarda vestidos de pinho (100\$000), 1 guarda louças com tampa de vidro (120\$000), 1 relógio de parede (30\$000), 1 cama ordinária para criança (10\$000), 4 quadros a óleo (60\$000), 1 espelho quadrado (80\$000), meio aparelho de porcelana branca para jantar (50\$000), meio aparelho de porcelana pintada para jantar (80\$000), 1 aparelho para chá (50\$000), diversas peças de louças, copos, cálices, xícaras e pratos de vidros para doces (200\$000), 1 livreiro com pé de metal branco (20\$000), 1 salva⁴⁴³ de prata pequena (40\$000), 1 paliteiro de prata (20\$000), uma fruteira (30\$000), 1 jogo de porcelana para lavatório (40\$000), 1 caixa para roupa (8\$000), 1 batina para coroinha (50\$000), 2 tachos de cobre, sendo um pequeno (45\$000), 1 binóculo (20\$000), 1 cômoda pintada com duas gavetas (20\$000), 1 lampião a óleo (20\$000), 1 armário para livros (15\$000) e 1 estante com 500 volumes diversos sendo em maioria de engenharia e em inglês (600\$000), totalizando o valor de 3:613\$000 réis⁴⁴⁴.

⁴⁴¹Espécie de sella grande, em que as mulheres montão a cavalo, com encosto semicircular e hum estribo. Cf: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

⁴⁴²Inventário de Belmira Cândida de Souza, 1879. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁴⁴³Peça de vidro de prata ou outro metal em que se põem copo, taça, etc. Cf: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

⁴⁴⁴Inventário de Augusto César de Vasconcellos, 1908. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

Eram poucas as residências, em Pouso Alegre, que possuíam bens como piano, mobiliários europeus, porcelanas ou aparelhos para jantar. No caso específico do inventário citado acima, constatamos que o arrolado, possuindo padrões de consumo diferenciados, possuía ainda uma biblioteca ligada ao seu ofício de engenheiro, e uma batina de coroinha que deveria pertencer a algum de seus filhos, o que denota que a família pertencia a Igreja Católica. Com o exemplo citado acima, podemos notar um padrão de consumo diferenciado compartilhado por alguns membros que compunham a sociedade pouso alegreense, como móveis austríacos (cadeiras, mesas, marquesas, lavabos), piano, livros, louças importadas ou artisticamente adornadas, talheres de prata, bens estes que não estavam presentes em todos os inventários, sendo trazidos das capitais (Rio de Janeiro e São Paulo) que eram as maiores importadoras.

Outro investimento mantido pela elite, característica de um certo prestígio social, era a posse de joias em ouro ou prata, sendo mais identificados nas décadas que compõem a segunda metade do século XIX. Estes objetos poderiam ser adereços, talheres, relógios ou objetos de uso religioso e diário. O Capitão Manoel Moreira da Costa, falecido no ano de 1870 no distrito de Sant'Ana do Sapucaí, além dos bens móveis, possuía peças, moedas em ouro e prata e dinheiro em espécie equivalendo a quantia de 24:144\$270 réis, o que correspondia a 4% de sua fortuna. Entre estes objetos estavam contabilizados 100 talheres, 2 castiçais, 1 copo, 2 sabras de prata e 424 ativas de prata velha, e em ouro, cordões com ou sem crucifixo, cordão com medalhas e outro para relógio (também de ouro), 1 rosário, 1 trancelim, 14 vernicas e medalhas, 13 oitavas de ouro velho e mais dois relógios de ouro (um usado e outro desmanchado)⁴⁴⁵. Entre os bens do proprietário Américo Marques Teixeira de Mello, falecido em Pouso Alegre no ano de 1887, foram levantadas peças como *“brincos usados com pedras de brilhantes (400\$000), brincos com brilhantes (60\$000), relógio de ouro para colete com corrente de piloque (80\$000) e um copo de prata com peso de 340g para viagem (20\$000)”*⁴⁴⁶. Estas ocorrências apareciam com frequência em inventários que possuíam um montante superior a 5:000\$000 réis, ou seja, pessoas que possuíam valores de acúmulo durante a vida.

⁴⁴⁵Inventário de Augusto César de Vasconcellos, 1908. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁴⁴⁶Inventário de Américo Marques Teixeira de Mello, 1887. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Em referência ao vestuário, poucas pessoas declaravam no inventário, ou se apareciam, eram em pequenas quantidades. De caráter simples, eram vestuários usados no dia a dia na vida laboral e algumas peças para o meio social, como alguma festa ou a participação das missas dominicais. A documentação de Joaquim Alves Siqueira, do distrito de Estiva, nos apresenta uma série de roupas e acessórios a ele pertencentes. Dentre elas,

Huma calça de homem (16\$000), hum terno (4\$000), hum ponche usado, hum chapéu de pano (5\$000), huma calça de casimira (10\$000), quatro calças de lã usadas (16\$000), huma calça nova de lã (8\$000), três calças de chita (6\$000), huma calça forrada (5\$000), hum paletó de alpaca usado (2\$00), hum colete de pano usado (2\$000), huma calça de casimira usada (3\$000), huma calça de algodão (3\$000), huma calça de baim da Angola (6\$000), hum paletó de baim de angola (8\$000), totalizando o valor de 94\$000 réis.

Por intermédio de alguns documentos inventariais se torna possível identificar a profissão ou o ofício do inventariado por meio dos bens mencionados no arrolamento. No caso dos comerciantes, apenas em 15 arrolamentos aparecem a declaração de produtos para venda, podemos constatar o tipo do comércio que possuía entre pequenos e grandes negociantes. Em 1875, no inventário do Alferes Severiano Dias Ferraz da Luz, entre os bens móveis, estava declarado com o título “Botica” os objetos e produtos que se encontravam em sua farmácia: diversos potes de louças, vidros e bacias em vários tamanhos, balanças, caldeirões, máquina de fazer pastilhas e remédios como “*um kilo de emplasto de contaredas, 500 gramas de emplasto foalativo, 120 gramas de celeformia, 500 gramas de cabeças de dormideiras, 30 gramas de balsamo de mica, 30 gramas de extrato de ópio, 2 caixas de pastilhas vechy*”⁴⁴⁷ entre outros compunham a variedade de remédios presentes em seu estabelecimento. Já no processo de Maria Pinto Mayor, aberto no ano de 1919 na cidade de Pouso Alegre, nos deixa claro o ramo comercial em que era proprietária, de uma livraria e armarinhos (principalmente em gênero de papelaria) em geral. Entre a variedade de produtos descritos constavam

Grande quantidade de livros (gramáticas, cartilhas, atlas, história, matemática, catecismos), cadernos (caligrafia, desenho, cartografia, música), livros de ponto, cadernetas de negócio, protocolos, conta corrente, livros caixa, blocos de papel para carta, folhas pequenas,

⁴⁴⁷Inventário de Augusto César de Vasconcellos, 1908. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

lousas, envelopes, estojos, litros de tintas para canetas e penas, lápis, borracha, réguas, medalhas, cartolinas, coroas para defuntos, como também, máquinas de imprimir tipos e pertencesse para o impressor⁴⁴⁸.

Os bens constantes de sua casa comercial totalizavam o valor de 8:020\$000 réis, sendo 70% do valor do monte- mor declarado. No decorrer do levantamento de nosso corpus documental, fomos percebendo no decorrer de leituras e análises das declarações de bens a presença de objetos que caracterizavam o ofício da pessoa declarada, como por exemplo no inventário de Luiz Honorato Padilha, do distrito de Estiva, o qual exercia a função de homeopata, possuindo na classificação de seus bens “*9 caixas com remédios homeopáticos e diversos livros respectivos*”⁴⁴⁹. Entre os bens móveis mencionados nos autos de João Pereira Goularte, da cidade de Pouso Alegre, contamos com os indícios de seu ofício de carpinteiro, pois o mesmo possuía “*hum serrote braçal, huma ferramenta para carapina, dois machados, dois foices, hum banco de carpinteiro, hum banco de carpinteiro ordinário, uma tábua de óleo, hum pau de óleo e huma foice grande nova*”⁴⁵⁰. Em termos de pequenas indústrias na parte urbana, temos um registro feito em 1918 do processo de Ernestina Teixeira Rezende. A inventariada possuía na cidade máquina de beneficiar arroz e uma fábrica de manteiga localizada no núcleo do Rosário, na travessa que culmina para o largo. Em sua declaração de bens móveis, o inventariante viúvo Antônio Augusto Coutinho Rezende declara uma “*fábrica de manteiga com todos os seus pertences (4:000\$000)*”⁴⁵¹, sendo este empreendimento 94% do valor constante dos bens móveis.

Neste sentido, com a análise feita referente aos bens móveis, percebemos que os bens de consumo comum se davam em objetos que supriam a necessidade de todos, como aqueles que encontramos em uma sala convencional, cozinha e quarto, o vestuário e os instrumentos de trabalho. As casas comerciais possuíam mercadorias para atender as necessidades locais, como remédios, mantimentos, fumo, armarinhos, alguns modelos de vestuário e peças destinadas ao meio rural. Uma pequena fração da sociedade possuíam formas de consumo que se diferenciavam, com o acúmulo de joias

⁴⁴⁸Inventário de Maria Pinto Mayor, 1918. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre. O montante maior de seu inventário é de 11:520\$000 réis.

⁴⁴⁹Inventário de Luiz Honorato Marques Padilha, 1886. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁴⁵⁰Inventário de João Pereira Goularte, 1876. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

⁴⁵¹Inventário de Ernestina Teixeira de Rezende, 1918. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

e objetos importados, presentes nas residências daqueles que detinham certo poderio econômico, ou seja, uma “minoria modernizada” que não dependia apenas de produtos oriundos meio local, mas que iam em busca da novidade modernizadora e do requinte proporcionada pela importação.

4.1.2- Valorização dos espaços: os imóveis rurais e urbanos

No capítulo anterior, ao trabalhar com os registros de imóveis, realizamos uma análise mais detalhada dos imóveis que compunham o meio rural e urbano do município de Pouso Alegre, sendo um dos objetivos deste trabalho de pesquisa entender o movimento de urbanização e a valorização do espaço urbano. Como constatamos, a aquisição de bens imóveis rurais se manteve predominante até a década de 1880, momento este em que o mercado imobiliário urbano vai ganhando um relativo crescimento, como podemos observar no gráfico, agora a partir dos inventários *post-mortem*, feito com a porcentagem dos valores dos imóveis a partir do montante maior:

Gráfico 13: Patrimônio declarado nos inventários referente aos bens imóveis rurais e urbanos durante as décadas de 1870-1920

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

O acúmulo de imóveis rurais chega a 70% na década de 1880, enquanto as propriedades na zona urbana não ultrapassam os 5%. A elevação de bens acumulados na

cidade só terá uma elevação considerável a partir da década 1890, fator este que pode estar relacionado à abolição da escravatura em 1888, momento este em que as pessoas passam a investir em outros bens ou outras formas de se obter rendas, como abertura de comércios ou pequenas indústrias. Podemos observar este deslocamento de investimentos por meio da tabela abaixo:

Tabela 14: Composição da riqueza do município de Pouso Alegre, 1870-1899

	1870-1879		1880-1889		1890-1899	
Ativos	Valor em réis	%	Valor em réis	%	Valor em réis	%
Dinheiro	31:115\$180	1,59	3:248\$800	0,30	78:415\$113	3,15
Bens Móveis	64:709\$920	3,30	32:086\$602	2,97	145:622\$097	5,84
Cultura	11:606\$700	0,59	7:373\$200	0,68	61:216\$000	2,46
Animais	110:216\$600	5,62	98:383\$354	9,11	194:262\$300	7,80
Escravos	459:220\$684	23,42	104:046\$000	9,64	-	-
Imóveis Rurais	528:557\$816	26,95	696:903\$427	64,56	1.451:771\$207	58,26
Imóveis Urbanos	47:361\$000	2,41	15:218\$000	1,41	151:272\$706	6,07
Dívidas Ativas	711:640\$748	36,29	122:277\$931	11,33	409:435\$483	16,43
Total	1.961:149\$078		1.079:537\$314		2.491:994\$906	

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo (1870-1899).

A tabela acima referente à composição da riqueza do município de Pouso Alegre para as décadas de 1870 a 1899 nos chama atenção para os números referentes aos ativos imóveis rurais e dívidas ativas na década de 1870. Como mencionamos anteriormente, apenas uma pessoa possuía valor de dívidas que somam em torno de 70%, e se retirarmos os dados obtidos da documentação desta pessoa, esta porcentagem cai para 8%, demonstrando assim que os imóveis rurais possuíam os maiores investimentos.

Com a assinatura da Lei Áurea, decretando a libertação dos escravos no Brasil, percebemos uma mudança, principalmente entre as décadas de 1880-1890, na tabela acima que se refere a composição da riqueza no município de Pouso Alegre entre as décadas de 1870 e 1890 a partir da análise de 376 inventários. Mesmo que os investimentos se concentrassem mais em imóveis rurais, o que caracteriza o município como produtor de gêneros de abastecimento, com a ausência da rubrica escravos dos autos de composição patrimoniais, estas aplicações passam a ser destinadas a outros bens, como neste caso o aumento da participação da composição da riqueza entre os bens imóveis urbanos. Se entre as décadas de 1870 e 1880 há uma queda de 1% sobre a posse de imóveis urbanos, no decorrer do decênio de 1890, este investimento passa por um crescimento de 4,66%, demonstrando a tendência ao investimento da riqueza da sociedade pouso alegreense em bens urbanos no final do século XIX. Já a partir da

década de 1900, este aumento na composição de bens no meio urbano chega a uma variação positiva de 12,30%, enquanto que os investimentos nas propriedades rurais atingem a uma variação negativa de 13,8%, o que nos chama atenção a respeito da busca pela cidade que aos poucos estava se urbanizando, ganhando novos traços de infraestrutura, como mencionamos nos capítulos anteriores. Contudo, para as décadas seguintes, a posse dos bens imóveis rurais e urbanos irão se estabilizar, demonstrando o caráter rural, voltada a produção de gêneros de abastecimento destinados ao mercado regional, e urbano, por meio do crescimento do comércio e investimentos empreendidos pela municipalidade.

4.1.3- Cultivo da terra: as culturas e os mantimentos existentes no município

O município de Pouso Alegre traz em sua história a diversidade de gêneros cultivados em suas terras, não se apegando apenas um tipo de lavoura, produção esta que caracterizou a economia de abastecimento. Segundo consta no almanaque para o ano de 1874, as principais culturas produzidas no Sul de Minas eram o fumo, o algodão, a cana de açúcar e o café, produtos estes que satisfaziam as necessidades locais ou exportados para fora da província de Minas Gerais (no caso, para a Província de São Paulo e do Rio de Janeiro). Sobre o fumo, considerado pelo autor o principal produto de exportação da região, era cultivado em todos os municípios da região, *“especialmente nos de Pouso Alegre, Jaguary (onde fabrica-se o de excellente qualidade, denominado piranchim), Baependy, Itajubá, Christina, Campanha e Lavras- onde seu plantio se faz em elevada escala”*⁴⁵² sendo que 100 mil arrobas supriam as necessidades locais e 400 mil eram exportadas, totalizando uma produção anual de 500 mil arrobas. Já o algodão, na maioria das localidades, atendia o consumo próprio. A cana, produto essencial para o fabrico do açúcar e da aguardente, era cultivada em todos os municípios da província, sendo que *“do assucar faz-se apenas commercio interno, mas a aguardente é já exportada, embora em porção diminuta”*⁴⁵³ e o café, que o autor nos chama atenção, afirmando em suas descrições que esta produção se dava em modo excelente em Pouso Alegre e Alfenas.

⁴⁵²VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul- Mineiro para 1874*. Campanha: Thypographia do Monitor Sul- Mineiro, 1874, p. 31.

⁴⁵³ Idem.

Para as décadas subsequentes, além das culturas acima mencionadas, são elencadas pelas obras corográficas para a região do Sul de Minas posteriores as plantações de “*mandioca, milho, pinhão, jacotupê, feijão, arroz, batatas de diversas qualidades, araruta, inhame, centeio e o trigo*”⁴⁵⁴, sendo que para o município de Pouso Alegre se encontrava plantios de chá e vinha e batatinhas inglesas. Notamos a diversidade da produção exercida no Sul de Minas significativo pela sua variedade de culturas trabalhadas em seu solo.

Com o levantamento feito separadamente para Pouso Alegre e seus distritos, segundo Saturnino da Veiga, temos que o fumo era o produto mais cultivado no município, principalmente no distrito de Borda da Mata, Congonhal e Sant’Ana do Sapucaí, onde o autor denomina como cultura mais usada. Já as plantações de cana se encontram em todos os territórios do município, o que nos leva a entender a presença de engenhos e alambiques em diversas propriedades rurais declaradas nos inventários. Em Congonhal e Estiva não se plantavam café, sendo encontrado nas demais regiões do município. A cultura dos cereais era produzida em Congonhal e Sant’Ana, tendo maior vigor na cidade de Pouso Alegre. No início do século XX, são registradas plantações de videiras (para o fabrico de vinho) e mandioca (especialmente destinado para a farinha).

Pelas declarações feitas nos inventários, percebemos que mesmo em pequena escala, se fazia presente no município outros tipos de produtos, geralmente para serem atendidas nas necessidades locais. Tivemos cuidado ao analisar estas informações, pois as mesmas, na maioria das vezes, eram declaradas juntamente com os bens móveis rurais, se passando despercebidos, a categoria “culturas” não teriam talvez grande expressão na economia do município de Pouso Alegre. Como observamos na tabela 02, a presença destes cultivos nas declarações de bens obteve um crescimento positivo de 1,87% pontos percentuais entre as décadas de 1870 a 1890. Com o início do século XX, há uma queda, sendo que o valor declarado para esta primeira década correspondia a 0,36% do montante maior.

Com os inventários, identificamos as seguintes culturas no município expressa no gráfico abaixo:

⁴⁵⁴VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul- Mineiro para 1874*. Campanha: Thypographia do Monitor Sul- Mineiro, 1874, p. 31.

Gráfico 14: Culturas presentes no município de Pouso Alegre

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

Por meio deste gráfico, obtido a partir das declarações dos inventariantes, conseguimos fazer algumas comparações com os dados colhidos nos Almanques. Segundo os arrolamentos, a cultura mais presente é a do milho, o que fazia do município um celeiro cerealista, destinados para o comércio e alimentação do gênero animal. Em seguida, o cultivo da cana, assim como destacou o autor do almanaque, e como já afirmamos fator este da expressiva presença das benfeitorias dedicadas ao refinamento e destilamento presentes nas grandes e médias propriedades rurais. Com base na mesma documentação, tomamos conhecimento que o plantio rubiáceo⁴⁵⁵ era praticado principalmente no distrito de Borda da Mata. O plantio do arroz, que não é mencionado nos escritos de Veiga, também fazia parte da produção municipal, tanto que sabemos da existência de beneficiamentos presente na Colônia Francisco Salles⁴⁵⁶ e na

⁴⁵⁵Por meio dos inventários daqueles que declararam especificamente, contabilizamos para o período estudado a plantação de 37.796 pés de cafés, sendo destes, 27.169 no Distrito de Borda da Mata, 4.000 no Distrito de Estiva, 3.500 em Sant'Ana do Sapucaí e 2.100 em Pouso Alegre. Este número pode sofrer alterações, pois em alguns arrolamentos não foram declarados a quantidade de pés de cafés cultivados, tendo aqui uma ideia parcial desta cultura.

⁴⁵⁶Segundo as pesquisas do memorialista Octávio Gouvêa, na região onde foi instalada a Colônia Francisco Salles no final do século XIX (atualmente lugar conhecido como bairro da Faisqueira), existiam extensas várzeas onde se pretendeu fazer a cultura do arroz. Para este fim, "importou-se da Itália uma máquina de beneficiar arroz, movida a vapor, tão grande e pesada que foi preciso construir-se uma carreta especial para transportá-la da estação para a colônia, sendo esta instalada num prédio construído

cidade de Pouso Alegre, como declarou Antônio Augusto Rezende no inventário de sua esposa Ernestina Teixeira Rezende, possuir “*parte na máquina de arroz em sociedade com o herdeiro Bernardino Salles, no valor de 1:500\$000*”⁴⁵⁷ instalada na região do rosário na sede do município. Em pequena escala, pois há poucas declarações, encontramos as plantações banana, feijão, parreiras e fumo, compondo assim as principais culturas existentes no município.

Os maiores investimentos observados nesta categoria podem ser exemplificados com os exemplos a seguir. Na década de 1870, no inventário de Marciana Maria da Conceição, residente no distrito de Borda da Mata, foi declarada a existência em suas terras de “*dois cafezais, dois alqueires de roça de milho e meio alqueire de planta de arroz*”⁴⁵⁸ no valor de 4:344\$000 réis. Já na década de 80, foram feitos os maiores investimentos. Também no distrito de Borda da Mata, José Caetano de Camargo tinha em meio a seus bens um investimento de 6:000\$000 réis em pés de cafés⁴⁵⁹. Contudo, o valor mais alto depositado em culturas foi o da inventariada Josephina de Andrade Cobra da cidade de Pouso Alegre. Entre os seus bens, foram declarados “*parte em cafezal, seis mil pés de parreiras formadas e benfeitorias para fabrico de vinho, três mil e oitocentos pés de parreiras, cinco mil pés de parreiras e quatro mil pés de café*” avaliados na quantia de 10:385\$000 réis.

Neste sentido, observamos que o município de Pouso Alegre não se concentrava no cultivo de uma cultura apenas, o que correspondia a dinamicidade e variedade de produtos em seu comércio local. Podemos também preencher algumas lacunas mediante os escritos dos Almanques, que se limitavam apenas a especificar e dar maior ênfase apenas em algumas culturas. Mesmo não sendo a maior fonte de riqueza acumulada durante os períodos estudados, os bens cultivados possuíam um certo espaço na economia do município.

especialmente para aquele fim. Cf: GOUVÊA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Art's Gráfica e Editora, 1998, p. 135.

⁴⁵⁷Inventário de Ernestina Teixeira de Rezende, 1918. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

⁴⁵⁸Inventário de Marciana Maria da Conceição, 1871. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

⁴⁵⁹Idem.

4.1.4- De gado que sacia a fome à mula que movimenta o comércio: os bens semoventes

A criação de animais no município de Pouso Alegre correspondia a 7% dos investimentos durante as décadas estudadas, em números, tendo mais valor que as culturas⁴⁶⁰, sendo que dos 466 processos examinados para esta pesquisa 80% continham alguma criação. Em suas descrições, encontramos as seguintes espécies: suínos, muar (a que classificamos como mulas, bestas e burros), bois de carros (utilizados como meio de locomoção, nem sempre destinados ao abate), gado bovino (destinados ao abate ou a produção de leite), caprino e cavalar. Saturnino da Veiga em seus almanaques faz a relação das espécies de criação existentes no território do Sul de Minas: o gado vacum, como espécie de importante exportação, sendo sua criação “*próspera em todos os municípios (...) avalia-se a exportação annual do gado, que desta parte da província, segue para o Rio de Janeiro e São Paulo, em 70.000 cabeças, no valor de 4.000:000\$000*”⁴⁶¹, o gado lanígero, existentes em todos os municípios, fazendo-se exportação e o suíno, com grande escala de criação em todos os pontos da região sendo “*sua exportação não inferior a 30.000 cabeças annualmente, n’uma importância de 1.000:000\$000, pouco mais ou menos*”⁴⁶². Já para o ano de 1884, o mesmo autor se refere sobre a notável criação de animais domésticos destinados a alimentação, ao serviço e as pequenas indústrias “*como sejam bois, cavallos, bestas, carneiros, cabras, porcos, etc., entre os quadrúpedes; gallinhas, patos, perús, gansos, marrecos, etc., entre os bípedes*”⁴⁶³, sendo, segundo o autor, quase todas essas espécies exportadas, tendo destaque para o gado, porcos e galinhas. Para o município de Pouso Alegre, encontramos informações com os dados de Marques de Oliveira. Em toda região observa-se a criação do gado vacum; a engorda dos suínos também era praticada na cidade e distritos, porém com maior intensidade em Borda da Mata e Estiva. Já a criação de galinhas, que segundo o autor, já se fazia pequena exportação, se concentrava em Pouso Alegre e Estiva⁴⁶⁴. Confrontando os dados do Almanaque para o Município de Pouso Alegre e os dados obtidos nos inventários, temos a tabela abaixo:

⁴⁶⁰As culturas correspondiam 4% dos investimentos feitos pelos inventariados.

⁴⁶¹VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul- Mineiro para 1874*. Campanha: Thypographia do Monitor Sul- Mineiro, 1874, p. 32.

⁴⁶²Idem.

⁴⁶³Idem, 46.

⁴⁶⁴Idem. Contudo, não encontramos mencionados em nenhum inventario galinhas ou aves.

Tabela 15: Quantidade bens semoventes por distritos do município de Pouso Alegre

Animais	Localidades											
	Borda da Mata		Congonhal		Estiva		Sant'Ana		Pouso Alegre		Município	
	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Total	%
Suínos	660	4%	467	3%	1023	7%	420	3%	1213	8%	3783	25%
Muar	98	1%	57	0,4%	129	1%	71	0,5%	203	1%	558	4%
Bovino	891	6%	929	6%	913	6%	2666	18%	2582	17%	7981	53%
Caprino	296	2%	144	1%	263	2%	237	2%	419	3%	1359	9%
Cavalo	167	1%	148	1%	242	2%	230	2%	565	4%	1352	9%
Total	2112	14%	1745	11,4%	2494	18%	3624	25,5%	4982	33%	15033	100%

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo (1870-1899).

A tabela acima nos mostra em números a criação de animais, quantificadas nas décadas estudadas, no município de Pouso Alegre a partir dos dados obtidos nos arrolamentos de bens, aproximando das referências apresentadas pelos autores dos almanaques utilizados. Totalizando 15.033 animais entre os bens declarados, o maior número provinha da criação de gados bovinos, presente em toda região do município, porém estando mais concentrados no distrito de Sant'Ana e na cidade de Pouso Alegre. O gado bovino servia para o abastecimento local e para o comércio exportador, sendo para venda de carne ou a produção de leite. Em grande quantidade, também para comércio e exportação, a criação de “gado suíno”, cevados ou porcos (como eram nominados) estava presente nos distritos de Pouso Alegre, e nos bens de grande maioria que possuíam os semoventes. Além de concentrar a criação na sede municipal, o distrito de Estiva possuía grande número destes animais, concentrando 7% dos suínos, tanto que *“a peste, que dizimou a raça suína o anno passado, muitos prejuízos causou aos lavradores desta freguezia (Estiva)”*⁴⁶⁵. Nesta região também eram criadas cabras (principalmente em Pouso Alegre, Sant'Ana e Estiva), bois para carro, o qual faziam transportes de produtos para comércio, os muare, utilizados frequentemente pelos tropeiros e vendedores locais e os cavalos, como meio de locomoção utilizado na época.

Como mencionamos acima, foram declarados 15.033 animais pelos inventariantes durante as quatro décadas estudadas. Em relação ao município, e a posse destes animais, podemos observar as aplicações e investimentos nestes bens por meio da demonstração feita pela tabela 16:

⁴⁶⁵OLIVEIRA, Antônio Marques de. *Almanack do Município de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont' Alverne, 1900, p. 152.

Tabela 16: Quantidade de animais que compõem os inventários por décadas (1870-1920)

Espécie	Quantidade				
	1870-1879	1880-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1920
Suínos	943	1385	1050	180	224
Muar	203	143	171	18	23
Bovino	2025	2164	2484	599	710
Caprino	672	424	249	8	6
Cavalar	308	514	390	38	102

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

Pela tabela 16, notamos certo crescimento na criação de animais, apresentando quedas apenas nas duas primeiras décadas do século XX, principalmente as espécies de caprinos, que durante o período estudado vinha deixando de ser investido. Estes eram os principais animais criados pelos habitantes do município. Percebemos uma queda brusca na década de 1900 por ser de menor número a documentação encontrada no fórum de Pouso Alegre.

Em comparação aos municípios de Varginha, Lavras⁴⁶⁶ e Campanha, em diferentes décadas (para Lavras analisamos as décadas de 1870-1888, Varginha 1880-1920 e para Campanha 1880-1888), percebemos que Pouso Alegre mantém posição de destaque na criação de gado bovino, entre os municípios de Varginha e Lavras, estando Campanha um pouco mais a frente, enquanto que para a criação de suínos estes três municípios se aproximam. Constatamos que os investimentos feitos nos bens moveis semoventes em Pouso Alegre possuía certa relevância entre os municípios da região. Como os períodos dos três municípios que iremos analisar são distintos, faremos as comparações separadamente com Pouso Alegre de acordo com as décadas específicas.

Nos municípios de Pouso Alegre e Lavras (1870-1888), temos registrados nos inventários 20.488 animais, estando 73% desta soma no território pouso alegreense, que se destacava na criação de gado bovino, e nas espécies muar e cavalar. Em Lavras, a criação de bois destinados aos carros era maior, devido à dinâmica comercial e de produção local. Em ambas cidades, a criação de suínos se destacava, e se diferenciava apenas em uma espécie: enquanto em Pouso Alegre dedicava a criação de cabras, em Lavras, entre os semoventes, estava a criação de ovelhas, que provavelmente se

⁴⁶⁶Em anexo se encontra duas tabelas comparando a quantidade de animais entre Pouso Alegre e cada um dos municípios mencionados, baseando-se em Lavras no trabalho de Eduardo José Vieira e para Varginha na pesquisa de Natania Silva Ferreira.

destinava para a confecção de lãs. Em relação à Varginha, o período comparado abrange as décadas de 1880 a 1920. Utilizando da mesma metodologia, temos 21.827 animais nos dois municípios, sendo que deste total 69% estavam registrados nos inventários do município de Pouso Alegre. Em relação a estas duas localidades, percebemos que ambos se dedicavam a criação de suínos, bovinos e animais da espécie muar, e, em contrapartida, Pouso Alegre possuía criações maiores dos caprinos e cavalares. A cidade da Campanha mantinha números maiores de bens semoventes. Para o período em que comparamos com Pouso Alegre, verificamos que em torno de 60% do total de animais entre os dois municípios pertenciam ao território de Campanha. Em espécies, percebemos que os números relativamente se equiparam entre os dois municípios, notando-se que a criação de gado vacum e bovino era mais forte nesta cidade.

Comparando com estas três cidades sul mineiras, percebemos que Pouso Alegre possuía maiores investimentos nos bens semoventes, sendo que a parcela do monte mor correspondia em torno de 9,5%. Em relação aos criadores, dividimos em pequenos (os que possuíam em suas propriedades de 1 a 50 animais), médios (de 51 a 500 criações) e grandes proprietários (aqueles que detinham quantia superior a 500 animais), como podemos observar na tabela 17:

Tabela 17: Quantidade de criadores e de animais por distrito (1870-1920)

Década	De 1 a 50		De 51 a 500		Acima de 500	
	Nº de criadores	Nº de animais	Nº de Criadores	Nº de animais	Nº de criadores	Nº de animais
Borda da Mata	36	539	09	1002	1	591
Congonhal	27	452	12	1285	-	-
Estiva	56	1696	11	1207	-	-
Sant'Ana	50	685	12	1627	2	1265
Pouso Alegre	102	1425	32	3246	-	-
Total	271	4797	76	8367	3	1856

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

Na primeira coluna denominamos os pequenos criadores, aqueles que se dedicavam principalmente a agricultura familiar e ao pequeno comércio do excedente. O número de pessoas que se encaixavam nesta classificação era maior (271 indivíduos), detendo 32% dos semoventes identificados na documentação estudada. Percebemos que estes criadores se concentravam na sede municipal e nos distritos de Estiva e Sant'Ana. A maioria destas pessoas possuíam poucas criações concentradas em diversas espécies,

como percebemos na documentação de José Mariano Nunes⁴⁶⁷, falecido no ano de 1885 em Pouso Alegre. O arrolamento de bens deste inventariado nos aponta características de um típico pequeno produtor rural. Foram declarados 168\$640 em bens móveis, sendo estes utensílios domésticos, catres e objetos de uso cotidiano (como esporas e um carro pequeno de bois), um campo de cana e três quartos de milho a 55\$000 e dois imóveis rurais, sendo uma pequena casa velha com algumas benfeitorias e roça de pasto, sendo o ativo de maior investimento. Os semoventes de sua propriedade eram em número de vinte, sendo seis porcos, dois bois para carro, três gados bovinos, seis cabras e três cavalos, avaliados em 227\$000.

Aqueles a quem denominamos “médios criadores” (detentores de 51 a 500 animais), estavam em número de setenta e sete, sendo bem distribuídos entre a sede e os distritos, proprietários de 56% do total de semoventes encontrados na documentação analisada. Estas pessoas possuíam quantidade maior de animais, servindo para o consumo próprio e o comércio de abastecimento local e pequena exportação para outras províncias, como no caso do distrito da Estiva, em que parte da criação suína era conduzida para o interior da Província de São Paulo, cidades como Bragança Paulista e Pindamonhangaba, conduzida por tropas a pé ou pelo próprio dono da criação. Na documentação de José Pereira Garcia⁴⁶⁸, falecido no distrito de Estiva em 1881, encontramos como monte mor deixado pelo finado a seus herdeiros a quantia de 4:467\$000, sendo os ativos mais valorizados os bens semoventes, com 185 animais (2:305\$000) e os bens imóveis rurais, constando de uma propriedade e em anexo uma benfeitoria e campos de pasto a 1:400\$000. Constatamos que José Garcia se encaixava naqueles que criavam porcos para o comércio. No conjuntos dos animais pertencentes a ele foram contabilizados 110 suínos, 6 bois para carros, 45 gados bovinos, 20 cabras e 4 cavalos, possuindo o caráter de diversidade na produção, característica esta percebida na maioria dos inventários pertencentes ao corpus documental analisado.

A última coluna apresentada na tabela encontram-se os grandes proprietários, pessoas que detinham em suas propriedades quantias superiores a 500 animais, correspondendo a 12% dos bens semoventes catalogados na documentação para o período estudado. Encontramos apenas três indivíduos possuidores dos maiores

⁴⁶⁷Inventário de José Mariano Nunes, 1885. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁴⁶⁸Inventário de José Pereira Garcia, 1881. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

números de animais, localizados nos distritos de Borda da Mata e Sant'Ana do Sapucaí. Em Borda da Mata, Bárbara Ormindia Garcia⁴⁶⁹, falecida no ano de 1876, que fora casada com o Capitão Antônio Coutinho Penna, acumulou durante sua vida a quantia de 86:838\$000 em bens. Entre os ativos se encontravam uma propriedade urbana no valor de 600\$000, e ativos com maiores investimentos como a posse de 17 escravos a 19:700\$000 e seis imóveis rurais (parte de terras na Fazenda Agua Limpa, pasto e benfeitorias na mesma fazenda, fazenda de campos e culturas e mais benfeitorias na Fazenda Boa Vista, distrito de Pouso Alegre, terras em sociedades nas fazendas do Descalvado e Areias, distrito de Borda da Mata). Os semoventes, cujo totalizava 16:829\$000 constava de 47 suínos, 12 muares, 10 bois de carro, 426 bovinos, 86 caprinos e 10 cavalos instalados em suas terras. No distrito de Sant'Ana do Sapucaí, a Fazendeira Maria Modesta Marques Teixeira⁴⁷⁰, deixou para seu marido o Major Feliciano José Teixeira e herdeiros a fortuna equivalente a 265:966\$000, constando de 7 propriedades rurais, um plantel composto por 50 escravos, 2 imóveis urbanos, bens moveis, ouro e prata e dinheiro. A criação de animais de sua propriedade continha 569 animais, sendo 10 suínos, 13 muares, 9 bois de carros, 492 bovinos, 38 caprinos e 7 cavalos. Neste mesmo distrito, na década de 1890, encontramos o maior criador de animais presente no grupo de documentos analisados. O delegado e capitalista Antônio da Costa Rios⁴⁷¹ (cujo monte mor equivalia a 466:695\$714), proprietário de 19 propriedades rurais e 2 propriedades urbanas, dispunha em suas terras a quantidade de 703 animais, sendo 84 suínos, 7 muares, 4 bois de carros, 574 bovinos e 49 cavalos. O que nos chama a atenção nesses três grandes proprietários, é que além de possuir certa diversidade em suas criações, possuíam grande rebanho de gado bovino.

Entre as cidades que comparamos anteriormente, Pouso Alegre possuía os maiores investimentos nos ativos constituídos pelos semoventes. Em Campanha foram investidos 6,7% e Lavras 4,7%. Já para Varginha, os investimentos aplicados em

⁴⁶⁹Inventário de Bárbara Ormindia Garcia, 1876. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁴⁷⁰Inventário de Maria Modesta Marques Teixeira, 1876. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁴⁷¹Inventário de Antônio da Costa Rios, 1897. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

animais, comparados aos de cidades da região sul mineira como Pouso Alegre e Campanha, eram ainda baixos⁴⁷².

4.1.5- Bens humanos: a presença do trabalho escravo no município

Como o período proposto para este estudo tem seu início em 1870 passando pela década de 80, momentos estes marcados pela força do trabalho escravo e pelo fim do mesmo com a Lei Áurea, um dos ativos encontrados nos arrolamentos dos bens era escravos ou cativos. Nos inventários eram descritos a matrícula geral ou municipal do cativo, o nome, a cor, idade, estado civil e observações acerca estado de saúde. Os valores dados a esta mão de obra humanas variavam de acordo com o gênero, as condições físicas, mentais e etárias do cativo, podendo variar entre 200\$000 réis a 2:500\$000 réis.

Entre as décadas de 1870 e 1880, foram identificados em 100 processos que fazem parte de nosso corpus documental para o município de Pouso Alegre, o que corresponde a 45% da população inventariada, a quantia de 630 escravos. As escravarias pertencentes ao município neste período eram pequenas, geralmente não passavam de vinte cativos, conforme constatamos por meio da tabela 18:

Tabela 18: Plantéis de escravos presentes no município de Pouso Alegre (1870-1888)

	1870	1880
1 a 5	33	25
6 a 10	12	09
11 a 20	16	01
21 a 30	01	-
Acima de 30	01	-

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

Com base nos inventários, ao analisar a tabela 18, temos que apenas dois inventariados possuíam escravarias acima de 20 cativos, identificados em arrolamentos da década de 1870. Na documentação de Maria Modesta Marques Teixeira⁴⁷³, casada com o Major Feliciano Marques Teixeira, falecida em Sant'Ana do Sapucaí em 1876,

⁴⁷²Cf: SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha de Pouso Alegre no ocaso da escravidão. In: *Cultura Histórica e Patrimônio*. Universidade Federal de Alfenas, vol. 1, n° 1, 2012.

⁴⁷³Inventário de Maria Modesta Marques Teixeira, 1876. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

foram contabilizados 50 escravos, o que correspondia a 18% de sua riqueza. Já Ana Francisca de Guimarães⁴⁷⁴, proveniente do distrito da Borda da Mata, falecida em 1877, possuía um plantel com 26 cativos, o que equivalia a 48% de sua fortuna acumulada. Nas documentações observadas, constatamos que os maiores investimentos se encontravam em posse de terras e escravos, características que marcam o perfil da elite agrária.

Os arrolamentos nos indicam também que dois inventariados possuíam investimentos acima de 90% em bens cativos, seis entre 50% a 80% e o restante de 2% a 49%. Observemos, por exemplo, Dona Mariana Ignácia da Silva⁴⁷⁵, falecida no ano de 1876 em Borda da Mata. Em seu inventário, cujo monte maior foi avaliado em 1:1939\$200 réis, foram descritos apenas algumas peças de bens móveis existentes e dois escravos, Cassiano (45 anos) e Theodoro (26 anos), ambos do sexo masculino e respectivamente preto e pardo, avaliados na quantia total de 1:900\$000 réis. Manoel Gomes de Lima⁴⁷⁶, também falecido em Borda da Mata, teve o arrolamento totalizado em um monte mor de 4:815\$666 réis. Seus maiores investimentos estavam direcionados para a posse de quatro escravos (Maria, de 55 anos; Maria, 26 anos, ambas pretas; José, pardo, de 15 anos e Norberto, preto, 14 anos), avaliados em 4:700\$000 réis (correspondendo a aproximadamente 98% de seu arrolamento) e nos bens imóveis rurais. Pela análise da documentação, percebemos que possuir escravo correspondia a uma certa necessidade ligadas aos afazeres domésticos e no trabalho com a terra.

A população escrava no município de Pouso Alegre neste período era constituída por um pouco mais de quatro mil almas, estando na média das cidades da região e circunvizinhas, como consta na tabela abaixo:

⁴⁷⁴Inventário de Ana Francisca Guimarães, 1877. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁴⁷⁵Inventário de Mariana Ignácia da Silva, 1876. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁴⁷⁶Inventário de Manoel Gomes de Lima, 1876. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Tabela 19: População escrava nos municípios da região sul- mineira

Municípios	1873		1883		1885	
	Nº de Escravos	%	Nº de Escravos	%	Nº de Escravos	%
Alfenas	4.170	5,6	5.022	8,0	4.495	7,7
Ayruoca	3.564	4,8	3.092	4,9	2.654	4,5
Baependy	7.248	9,7	6.306	10,0	3.877	6,6
Cabo Verde	1.510	2,0	1.510	2,4	1.385	2,4
Caldas	2.391	3,2	2.720	4,3	2.492	4,3
Campanha	6.750	9,1	3.379	5,3	5.422	9,3
Carmo do Rio Claro	-	-	1.227	1,9	1.227	2,1
Christina	4.547	6,1	5.599	8,9	4.610	7,9
Dores de Boa Esperança	4.764	6,4	2.455	3,9	2.477	4,2
Itajubá	4.496	6,0	3.960	6,3	4.048	6,9
Jaguary	1.070	1,4	1.172	1,8	1.069	1,8
Lavras	8.380	11,2	6.322	10,0	5.417	9,3
Passos	4.065	5,4	5.623	8,9	4.792	8,2
Pouso Alto	-	-	2.439	3,9	2.282	3,9
Pouso Alegre	4.075	5,4	3.465	5,5	2.227	3,8
São José do Paraíso	4.164	5,6	1.890	3,0	1.778	3,0
São Gonçalo	-	-	37	0,05	151	0,2
São Sebastião do Paraíso	3.598	4,8	3.814	6,0	3.537	6,1
Três Pontas	5.997	8,1	2.817	4,4	2.313	4,0
Ouro Fino	3.574	4,8	-		1.694	2,9
Total	74.363	100	62.849	100	57.947	100

Fonte: DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado- UFJF, 2010.

Contando com 18,5% da população total, o município de Pouso Alegre mantinha uma proporção média da região. Em seu trabalho de pesquisa sobre a presença dos cativos no município de Pouso Alegre, Leonara Delfino afirma ser “uma localidade eminentemente escravista”, pois em sua análise que compreende as décadas de 1820 e 1888, foram identificados 55,6% dos processos contendo em seus arrolamentos a rubrica escravos, estando alocados em pequenos e grandes plantéis. Dos 678 inventários em que abrangiam o município, 377 registravam os bens cativos, sendo que apenas a declaração de bens do Capitão João Pinto da Fonseca, apresentava mais 100 escravos, sendo a média de cada propriedade era de 8,8. A autora observa que no município “*de 3.340 escravos arrolados ao longo do período de 1820-1888, 49,7% destes concentraram-se em grandes propriedades, situadas no plantel entre 11 a 49 escravos (...) 6,4% do total da escravaria pertenciam a plantéis menores*”⁴⁷⁷, sendo padrão comum de estrutura de posse, como Delfino observa, se comparando com cidades como

⁴⁷⁷DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado-UFJF, 2010, p. 86.

Campanha e Itajubá. Por meio de nossa coleta de dados⁴⁷⁸, identificamos a estrutura de posse de escravos em Pouso Alegre nas décadas de 1880-1888, expressa pela tabela 20:

Tabela 20: Estrutura de posse de escravos de Pouso Alegre (1880-1888)

Faixas da Escravaria	Nº de Escravos	%	Nº de Ocorrências	%
0	-	-	92	48,4
1 a 5	144	22,9	58	30,5
6 a 10	164	26,0	21	11,1
11 a 19	205	32,5	15	7,9
20 ou mais	117	18,6	4	2,1
Total	630	100	190	100

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

Devemos ter em mente para a análise da tabela acima que na década de 1870 74% dos inventariados possuíam em seus bens arrolados a categoria escravos, e na década seguinte, até o ano de 1888, cerca de 29% possuíam cativos entre seus bens declarados. Examinando as duas décadas, percebemos que a sociedade local não possuía grandes escravarias, ou seja, que excedia a 20 cativos (este número ultrapassa a 80% dos inventariados, em sua maioria possuindo de 1 a 5 escravos). Já uma pequena parcela, composta por 18,6% da população inventariada declarava fazer parte de seus bens um grupo maior de 20 cativos. Se formos analisar a partir do tamanho das escravarias, percebemos que estes números nos levam a pensar em um padrão de escravidão ligada ao mundo urbano, ou seja, dedicado ao trabalho doméstico (estimados em aproximadamente 31%). Já os 19% das ocorrências correspondiam a escravarias com 6 a 19 cativos, podendo caracterizar um tipo de trabalho voltado para o campo, porém, em pequenas produções e propriedades. Isto nos leva a considerar que, ao contrário de municípios como Lavras, Itajubá e até mesmo Campanha, o apego a mão de obra escrava teve menor intensidade no município de Pouso Alegre⁴⁷⁹.

⁴⁷⁸Os dados coletados para a elaboração da pesquisa de Leonara Delfino corresponderam a análise de 14 inventários contabilizando a existência de 73 inventários. No capítulo escrito para o livro “Sul de Minas em urbanização”, ao fazer uma análise dos anos finais da escravidão, utilizamos os dados a partir do estudo de 36 inventários com o registro de 138 escravos. No decorrer desta pesquisa, um novo levantamento foi feito na documentação relacionada ao município de Pouso Alegre. Para as décadas estudadas, foram analisados 98 inventários contendo 630 cativos (sendo 63 documentos para a década de 1870, com 491 escravos e 35 para a década de 1880 com 139 escravos).

⁴⁷⁹Cf: VALE, Fernando Henrique do; SAES, Alexandre Macchione; CARVALHO, Rafaela Rodrigues da Silva. Pouso Alegre: uma economia de abastecimento numa sociedade exportadora. In: *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p.287.

Notamos, no entanto, que nas duas décadas estudadas em que constavam a categoria “escravos”, investimentos em bens móveis, culturas e animais eram relativamente bem menores, sendo que a soma da porcentagem das três rubricas não atingiam a totalidade dos investimentos feitos nos cativos pelos inventariados, que correspondia a 23,7% dos investimentos totais para década de 1870. Já no próximo decênio, prestes ao fim do trabalho escravo, os investimentos começam a ser distribuídos, tendo aumento nos já citado acima, e mais considerável nos imóveis rurais, tornando mais diversificados os investimentos das riquezas nas décadas seguintes.

4.1.6- Movimento da vida econômica: dinheiro, dívidas ativas e passivas

Analisaremos nesta sessão os ativos referentes à posse de dinheiro, dívidas passivas e ativas, dinâmica que por muito tempo equivaleu às atividades bancárias outrora institucionalizadas. Em São João Del Rei percebemos que estas relações de crédito eram realizadas intensamente. Afonso de Alencastro Graça Filho⁴⁸⁰, em sua pesquisa sobre as relações comerciais entre a elite mercantil de São João com o Rio de Janeiro, nos apresenta visões e abordagens sobre a história econômica da Comarca do Rio das Mortes a partir da década de 30 do século XIX. Ao se referir sobre as dívidas ativas e passivas, o autor ressalta a frequência das dívidas ativas em decorrência à escassez de moeda. Graça Filho ressalta no capítulo em que trata do crédito e alto comércio que *“a presença de grandes valores em dívida ativa fora frequente nos inventários dos maiores negociantes sanjoanenses até fins do império, podendo ser vista como uma evidência da restrição crônica de numerário em Minas”*⁴⁸¹. Em alguns municípios do Sul de Minas que tomamos como parâmetro se torna perceptível maior ocorrência das dívidas em relação ao papel moeda. Em regiões como Campanha, Lavras e Varginha, por meio de dados obtidos das pesquisas realizadas sobre estas localidades, notamos que a posse de papel moeda encontrada em inventários não passava dos 17%, enquanto que as dívidas ativas e passivas estavam registradas em até 87% da população arrolada⁴⁸².

O caso de Pouso Alegre não se distingue dos municípios acima. De acordo com a documentação levantada, temos que os percentuais relativos ao meio fiduciário nunca

⁴⁸⁰FILHO, Afonso de Alencastro Graça. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume Editora, 2002.

⁴⁸¹Idem, p. 72.

⁴⁸²As informações podem ser consultadas na tabela contida na sessão dos anexos.

ultrapassaram a casa dos 4%, sendo que nos dois primeiros períodos registrou-se 1% para a década de 1870 e 0,3% para a década de 1880. Já a partir da década de 90, a moeda já fazia parte de 3% (1890) e 4% (década de 1910) da população inventariada, constatando a ausência da moeda já mencionada. As dívidas ativas totalizavam 80% dos investimentos totais das décadas estudadas, presentes em 179 inventários integrantes desta pesquisa, enquanto que as dívidas passivas, 40% subtraídos do monte mor das documentações, se encontravam em 181 inventários, sendo que, no entanto, apenas 39% da documentação levantada para o município de Pouso Alegre possuía a categoria de dívidas em seu arrolamento.

A vida bancária se concentrava mais nos grandes centros urbanos⁴⁸³, então era costume que as transações financeiras se concentrassem localmente, através de empréstimos, em que a figura do capitalista (poderiam ser fazendeiros, comerciantes ou pequenos empresários) aparecia como um “pequeno banqueiro”, homens este que possuíam capital que eram colocados em giro, através de empréstimos e investimentos. Renato Marcondes, em seu trabalho sobre o financiamento hipotecário no Vale do Paraíba⁴⁸⁴, nos aponta que anteriormente ao avanço do capitalismo no Brasil, ao qual proporcionou a modernização do mercado de capitais no país (a instalação de bancos, das sociedades acionárias, etc.), porém ainda era limitada pelas imperfeições do mercado (como os elevados custos de transação e assimetria de informações, principalmente nas regiões que se encontravam distantes dos grandes centros

⁴⁸³Na província de Minas Gerais, o primeiro banco a ser instalado foi em Vila Rica no ano de 1819, uma caixa filial do Banco do Brasil. Em 1838 instala-se a Caixa Econômica em Ouro Preto e em 1856 uma filial do Banco do Brasil na mesma cidade. Contudo, no século XIX, o sistema bancário em Minas Gerais ainda era precário. Cf: GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Expansão bancária no Sul de Minas em transição. In: *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012. p. Segundo Wirth, Até o final do século XIX, eram os bancos do Rio de Janeiro que ofereciam créditos e serviços bancários a região mineira. Cf: WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 100-102. No trabalho de Rodrigo Fontanari, sobre a região de São João da Boa Vista, podemos observar a importância do surgimento de pequenas casas bancárias locais. Segundo o pesquisador, a casa bancária por ele estudada surgiu em função do próprio grau de desenvolvimento da economia cafeeira regional, que ensejou a exploração tanto da atividade econômica urbana quanto a rural. Esta instituição bancária (Casa Bancária Christiano Osório) agia como uma espécie de correia de transmissão do capital bancário, concentrado em um grande centro urbano (São Paulo), suprimindo a necessidade de grandes banqueiros fundarem agências nas diversas localidades do interior. E esses pequenos bancos, atuaram de certa maneira como o entreposto das grandes instituições bancárias das grandes capitais. Cf: FONTANARI, Rodrigo. *Um banqueiro do café: a trajetória empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira e as teias do crédito na economia cafeeira paulista*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

⁴⁸⁴MARCONDES, Renato Leite. *O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87)*. Revista Brasileira de Economia, vol. 56, n° 1. Rio de Janeiro: Março de 2002.

comerciais). Estas limitações asseguravam a dominância do crédito pessoal, ao qual “*pautado por uma rede de relações de amizade, parentesco e dependência pessoal, facilitava a obtenção de informações sobre o devedor e o monitoramento sobre os pagamentos dos juros e amortizações*”⁴⁸⁵. O dinheiro em espécie, segundo Luciana Suarez Lopes, estava ligado ao arrolamento de algum bem do espólio direcionado para a manutenção da família enquanto se tramitava o processo do inventário. Poderia estar ligado também a bens, pelo motivo de serem perecíveis, poderiam deteriorar-se, caso os herdeiros esperassem a conclusão do processo para poder realizar a venda⁴⁸⁶. Confrontando com a documentação analisada, dos 466 processos para o município de Pouso Alegre, apenas em 36 encontramos declarações de dinheiro em espécie, valores estes em sua maioria que não ultrapassavam a quantia de um conto de réis⁴⁸⁷. Nos chama atenção o inventário de Herculano Cobra, cujo inventariante declarou existir a quantia de 22:350\$000 réis, proveniente de terras arrematadas em praça ainda em vida pelo inventariado⁴⁸⁸.

Em uma perspectiva das décadas que compunham o final do século XIX, as dívidas ativas passaram por oscilações. Da década de 1870 para 1880 houve uma queda para esta rubrica, juntamente com os investimentos na mão de obra escrava, tendo considerável aumento somente na passagem para o decênio de 1890, caindo novamente e se mantendo estável nos anos iniciais do século XX. Em contrapartida, os investimentos em imóveis (tanto rurais como urbanos) tendem para uma dinâmica contrária, mantendo crescimento relativo até a década de 1910. Com o fim do trabalho escravo, rubrica esta que era muito valorizada, percebemos que há um aumento de investimentos nas outras categorias, principalmente na constituição do patrimônio voltado para imóveis e na criação de animais.

Quando nos detemos na categoria “dívidas ativas”, percebemos certas particularidades entre as diversas documentações por nós estudadas. O maior valor em ativos encontrado nos inventários para o período que analisamos foi registrado no arrolamento do Capitão Manoel Moreira da Costa. Além de manter residência em Pouso

⁴⁸⁵MARCONDES, Renato Leite. *O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87)*. Revista Brasileira de Economia, vol. 56, n° 1. Rio de Janeiro: Março de 2002, p. 148.

⁴⁸⁶LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião: a cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2005, p. 64.

⁴⁸⁷Valores acima de 1:000\$000 foram encontrados em 13 documentos inventariais.

⁴⁸⁸Inventário de Herculano Olegário de Barros Cobra, 1920. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

Alegre, possuía comércio de fazendas, ferragens e armarinho em Ouro Fino. Na declaração dos ativos, logo notamos a ligação direta com seus negócios, possuindo um fundo de negócios no valor de 39:165\$750 réis. Em seu espólio foram encontrados 94 registros de dívidas ativas, totalizando a quantia de 541:607\$984 réis, com valores que iam de 28\$240 a 169:000\$000. Pelo quadro descritivo dos ativos, podemos deduzir que era uma casa comercial de porte grande, por fornecer mercadorias a outros comércios (Veiga Pinto & Cia- 168:483\$911 e Vilela Azevedo & Cia- 15:113\$032) e pela quantidade de pessoas que a ele devia, além de comerciante, exercer a função de capitalista. Em relação as dívidas passivas, que correspondia ao valor de 33:889\$351 réis, estavam ligadas ao seu negócio (16:889\$078 réis), parte nas dívidas que pertenciam a inventariante como acionária do finado José Alves de Barros (12:144\$533 réis) e parte nas que pertenciam ao sócio Manoel Moreira da Costa Júnior (3:691\$347 réis), sendo em sua maioria custas de dívidas ao comércio das praças do Rio de Janeiro, São Paulo e algumas das regiões próxima, no intuito de liquidar a casa comercial.

Dos bens constantes do inventário de Capitão Manoel Moreira da Costa, as dívidas ativas representavam a maior parte da fortuna acumulada em sua vida, sendo que 88% era formado pelos ativos. Em bens imóveis os investimentos registrados eram de 3,8% (sendo 3% em imóveis rurais, constituídos quatro partes de terras, quatro casas de morada e benfeitorias e 0,8% em imóveis urbanos, sendo duas casas de morada, uma na Rua Direita, em Pouso Alegre, e a outra uma propriedade pequena em Ouro Fino). Já os cativos, cuja quantia era de 18, foram avaliados em 15:600\$000 (correspondendo a 3% de seu espólio). O que leva a este valor reduzido (se formos levar em conta a quantidade de escravos que possuía) era a desvalorização devido à idade, doença ou alguma circunstância empreendida pelo cativo. A escravaria do Capitão Manoel era composta por quatro cativos acima dos 50 anos (cujo valores estavam em torno de 300 a 350\$000 réis), uma cega de um olho (300\$000), uma menina de 8 meses (120\$000) e Severino, de 28 anos, criminoso e preso (300\$000). Já os demais cativos, com idade entre 12 a 30 anos, eram valorizados acima de 1:000\$000 réis. Em relação aos animais, o valor de 3:913\$000 réis correspondiam a 0,6% de sua fortuna, possuindo apenas seis crias de muar (bestas) e 7 cavalos⁴⁸⁹. Nas páginas finais de seu inventário, são declaradas também 105 apólices de dívidas públicas, no valor de 95:449\$000 réis, correspondendo a 15% dos bens declarados. Por meio dos bens arrolados no inventário

⁴⁸⁹Inventário do Capitão Manoel Moreira da Costa, 1870. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

do Capitão Manoel Moreira, constatamos que seus maiores investimentos se deram no meio urbano, por meio de suas atividades comerciais e de investimentos em títulos públicos, sendo um típico elemento da elite do século XIX, aquele que também possuía terras no meio rural.

Era comum que nos inventários daqueles que possuíam alguma casa comercial, os investimentos em seu negócio, as dívidas ativas e passivas terem maior peso no arrolamento dos bens. No caso do negociante de molhados Gustavo Gonçalves Lopes, falecido em Pouso Alegre no ano de 1887, pouco foi investido nos bens móveis, em animais (possuía apenas uma égua e uma besta no valor de 120\$000 réis), escravo (Gabriela, de 23 anos, filha de Margarida cozinheira a 500\$000) e bens imóveis (sendo uma sorte de terras no distrito de Sant’Ana do Sapucaí e mais duas casas com benfeitorias, uma no mesmo lugar em que se encontravam as terras e a outra na área rural de Pouso Alegre, no valor de 9:600\$000 réis), totalizando 53% do montante maior. Os bens que constituíam a casa comercial de Gustavo Gonçalves Lopes (composto por fazenda- 4:034\$000, roupas feitas- 563\$090, chapéus- 673\$500, chapéus de sol- 196\$760, calçados- 299\$030, armarinhos e ferragens- 3:359\$880 e molhados e louças- 348\$070) resultava no balanço de 9:474\$990, correspondendo a 42% dos bens declarados no inventário. Já as dívidas ativas, valor este que deveria ser recebido dos clientes de seu comércio em sua maioria, era de 1:823\$546 réis. Do monte mor de 22:558\$336 réis composto a partir do arrolamento dos bens, 51% do valor (11:484\$180 réis) estava destinado a saldar suas dívidas, como a que encontramos no decorrer do processo, o pagamento da quantia de 1:058\$000 afirma social de Cunha Calouro & Cia, da praça do Rio de Janeiro, pelo filho e herdeiro Alberto Bressane Lopes⁴⁹⁰.

Entre os documentos inventariais, encontramos outras formas de investimentos, como no caso de títulos públicos e apólices. Em nosso corpus documental localizamos dois processos que fazia menção a estas categorias, sendo um registrado no final da década de 1870 e o outro no século XX, em 1908. Entre os bens de Lázaro Openheim, Alemão radicado na cidade de Pouso Alegre, e falecido no ano de 1879, nesta mesma cidade. O requerente de seu processo foi João José de Barros Cobra Júnior (proprietário da residência em que o inventariado habitava), pois Lázaro possuía no Brasil apenas um sobrinho na idade de 15 anos que morava com ele em Pouso Alegre. Seus herdeiros habilitados estavam residindo em sua maioria na Europa, estando apenas um no Brasil,

⁴⁹⁰Inventário do Gustavo Gonçalves Lopes, 1887. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

em outra cidade não referida. O inventariado não possuía nenhum bem imóvel declarado (de propriedade, o que nos leva a entender que alugava imóveis de outro proprietário ou vendeu os mesmos em vida), porém possuía bens móveis em Pouso Alegre e na cidade de Cristina (citado no documento por carta precatória), correspondendo a 6% do montante maior. O maior investimento a partir do espólio deixado pelo finado Lázaro se concentrava em títulos públicos, na quantia de 66:919\$440 réis, correspondendo a 90% de seus bens, sendo “*um cheque ou letra do Banco do Brasil, com o número 880, datado de 20 de julho de 1879 (...) que no verso continha 5 estampilhas no valor de 67\$000 em papel amarelo com letras de água*”⁴⁹¹ no valor de 66:709\$650 réis e um outro cheque ou letra no mesmo banco, registrado em 01 de agosto de 1879 no valor de 209\$790 réis.

No processo de inventário do engenheiro Dr. Augusto César de Vasconcelos, falecido na cidade de Pouso Alegre, no ano de 1908, o valor do monte mor era de 65:140\$240 réis. Desta soma final, 42% dos investimentos se encontravam entre os bens móveis (5%- 3:563\$000 réis), bens imóveis rurais (3%- 1:800\$000, sendo um pasto e terreno de um alqueire sito em Pouso Alegre) e urbanos (17%- 11:200\$000, correspondendo a três casas, um terreno e uma olaria na cidade) e dívidas ativas (16%- 10:221\$682), dinheiro este em sua maioria declarado como empréstimos via crédito. A outra parte de seus investimentos, declarados como títulos, ações, aluguéis de casas e bancos, ou depositados em bancos, contabilizavam a quantia de 38:055\$558 réis (correspondendo a 58% do montante maior), sendo 3:563\$000 réis em títulos de dívidas públicas e 12:800\$000 réis em ações de Companhia⁴⁹². Em bancos (União do Comércio, no Rio de Janeiro e Alemão de São Paulo) e caixas econômicas se encontravam o valor de 17:594\$958 réis e na Secretaria de Finanças do Estado a quantia de 3:606\$000⁴⁹³. Dos inventários analisados, este foi o que mais investiu em títulos públicos e apólices.

As dívidas passivas⁴⁹⁴, como já afirmamos, estavam presentes em torno de 40% dos inventários que analisamos. A maior incidência desta categoria encontra-se presente nos inventários das pessoas mais pobres (enquanto que as dívidas ativas correspondiam

⁴⁹¹Inventário de Lázaro Openheim, 1879. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁴⁹²Os títulos públicos obtidos pelo Dr. Augusto César de Vasconcellos eram composto por: Quinze apólices Federais, duas apólices do Bispado de Pouso Alegre e vinte ações na Companhia Jardim Botânico.

⁴⁹³Inventário de Augusto César de Vasconcellos, 1908. Disponível no Acervo do Fórum da comarca de Pouso Alegre.

⁴⁹⁴Grande parte da documentação analisada trazem apenas os valores das dívidas passivas sem especificar a origem que deveria ser paga.

a 4% dos investimentos, a passivas contabilizavam o dobro, isto é, 8%), aquelas que possuíam monte mor até a quantia de 2:000\$000. Geralmente os passivos eram menores ou quase equivalentes ao monte mor dos inventariados, salvo alguns casos em que pelos valores das dívidas sobressaíam o total da herança deixando os herdeiros em situação de valores negativos. Mediante esta situação, ao se tratar dos inventários das pessoas mais pobres, Eduardo Vieira chama atenção para a principal motivação da abertura desses processos, em que *“o arrolamento dos bens, mesmo que escassos, servia para atender aos credores ávidos pela recuperação de seus recursos. Mas não havia garantia do pagamento total das dívidas, pois ocorrem casos de riquezas líquidas negativas”*⁴⁹⁵. No município de Pouso Alegre, não encontramos nenhuma documentação a qual apresentavam riquezas negativas. Contudo, as dívidas passivas poderiam chegar a mais da metade do monte mor deixado pelo inventariado. Como é o caso do agricultor Venâncio José Simões⁴⁹⁶, falecido no distrito de Borda da Mata no ano de 1888. Foram levantados no arrolamento de bens vinte um animais (sendo 16 suínos, 2 bovinos e 1 cavalo), no valor de 254\$000 e uma propriedade rural constante de uma casa de morada coberta com telhas, com um paiol e todas as benfeitorias anexas, situada na fazenda denominada Paiol do Campo, no valor de 150\$000 e mais vinte e seis porcos grandes que foram vendidos no valor de 468\$000, totalizando no monte mor de 872\$000. Como dívidas passivas, acumulou a quantia de 513\$150, sendo que o monte partível destinado a seus herdeiros resultou na quantia de 358\$500. O comerciante Joaquim Roberto Duarte Júnior⁴⁹⁷, falecido em 1894 na cidade de Pouso Alegre, deixou de herança para sua esposa Emília de Barros Duarte (inventariante) e seus quatro filhos a quantia de 37:145\$024 em bens móveis, uma propriedade pequena no bairro das cruzeiras, gêneros de comércio e apólices para cada um dos herdeiros. Como montante líquido a ser dividido resultou na quantia de 12:499\$834, devido ao pagamento do valor de 24:645\$190 em 15 títulos de dívidas passivas a pessoas da cidade, comerciantes de praças do Rio de Janeiro e São Paulo, liquidação de seguro e honorários de sua criada.

As dívidas ativas e passivas registravam o movimento local, e como percebemos, se deve em grande parte à escassez da moeda, sendo que a ocorrência deste ativo

⁴⁹⁵VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro*: Lavras/MG (1870-1888). Dissertação de mestrado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2015, p. 93.

⁴⁹⁶Inventário de Venâncio José Simões, 1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁴⁹⁷Inventário de Joaquim Roberto Duarte Júnior, 1894. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

apresenta-se com maiores frequência e valores nos inventários dos mais ricos, como percebemos nos inventários do Capitão Manoel Moreira da Costa, em 1870, o valor de 22:583\$060 em dinheiro (4% do monte mor) e de Herculano Cobra, em 1920, a quantia de 22:350\$000 (10% do monte mor), ambos comerciantes e residiam na cidade de Pouso Alegre.

Com este tópico tivemos a oportunidade de observar certas questões que aparecem no decorrer deste trabalho, como um certo desapego da mão de obra cativa no município de Pouso Alegre, principalmente nos anos que antecederiam a abolição da escravidão, se comparada com cidades como Campanha e Lavras, a variedade de produção por meio das culturas existentes, demonstrando a inexistência de determinada lavoura predominante e a força na criação de animais, principalmente do gado vacum, suínos e caprinos, comparando com outros municípios, como Campanha, Lavras e Varginha. Após termos analisado as categorias que compõem os bens a partir dos arrolamentos feitos nas décadas propostas em nosso trabalho, observando alguns que se destacavam em certa maneira por possuir determinados bens ou investimentos, iremos observar, na sessão seguinte, a estrutura de riqueza daqueles que possuíam maiores fortunas no município de Pouso Alegre, confrontando com a amostra de nosso corpus documental proposta para o recorte temporal desta pesquisa.

4.2- Conceito de elite e faixas de riquezas local

Como já dissemos, a elite pouso alegreense possuía características agrárias, justamente pelos seus investimentos estarem concentrado no meio rural, por meio de compras e manutenção de imóveis e propriedades rurais em grande número, como percebemos na amostra de inventários coletados para esta pesquisa. Ao contrário de algumas cidades da região do Sul de Minas, como Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas, as quais se destacavam na produção cafeeira, Pouso Alegre mantinha uma diversificação de culturas. Maria Lúcia Prado Costa, ao se referir sobre a expansão cafeeira nas diversas regiões do sul da Província de Minas Gerais, principalmente em Alfenas e Pouso Alegre, nos aponta ter ocorrido na passagem da década de 1860 para 1870, mantendo investimentos em cafezais de porte considerável, empreendidos por

fazendeiros há muito tempo estabelecidos nas terras sul- mineiras⁴⁹⁸. Ao contrário do argumento de Maria Lúcia, em relação ao município de Pouso Alegre, por meio da análise da amostra de inventários, não se nota grandes extensões do cultivo da rubiácea⁴⁹⁹, apenas alguns produtores que mantinham em suas terras plantações que não ultrapassavam a 100 mil pés de café. Contudo, esta produção variada presente no município o torna uma sociedade de produção para abastecimento em meio a cidades que aos poucos investem na exportação.

A partir da definição geral do conceito elite, alguns critérios são adotados para os estudos que se voltam para a região do Sul de Minas. No período da escravidão, Renato Leite Marcondes⁵⁰⁰, ao analisar a economia cafeeira do Vale do Paraíba, e Marcos Ferreira de Andrade⁵⁰¹, em estudos das elites regionais, voltados para a cidade de Campanha, são amparados pelo conceito de uma elite escravista, ou seja, ambos definiram fazerem parte desta classe pessoas que eram detentoras de 20 ou mais cativos em suas escravarias.

Um outro critério utilizado para a definição de elite foi o de Alexandre Saes e Antoniel Avelino Filho⁵⁰². Ao realizarem um estudo de caso de duas localidades, Campanha e Pouso Alegre, na segunda metade do século XIX, principalmente nas últimas décadas, no período em que se tornava extinto o sistema escravocrata e

⁴⁹⁸COSTA, Maria Lúcia P. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002, p.19. A autora se baseia nos dados contidos no Almanaque Sul Mineiro para o ano de 1884.

⁴⁹⁹Como bem sabemos, as pessoas que iniciavam um processo de inventário eram aquelas que possuíam um grupo de bens que resultava em um montante maior a ser repartido. Devemos ainda ter em mente que estes dados são relacionados apenas a pessoas que morreram, nos dando a ideia do número parcial de produção. Nos 466 processos analisados para o município de Pouso Alegre, encontramos registrados pequenas produções de cafés, o que denotava não ser o carro chefe da economia local. Na sede municipal, foram encontrados sete processos em que declaravam a presença de pés de cafés nas propriedades rurais, com a quantia de 2.100 plantações. No distrito de Borda da Mata, haviam dez declarações contabilizando 27.169 pés, sendo o distrito com maior quantidade desta produção. Já em Estiva foram declarados 4.000 pés em seis inventários e no distrito de Sant'Ana dez produtores apontaram a existência de 3500 plantas da rubiácea, totalizando nas declarações dos arrolamentos para as décadas estudadas 36.796 pés de cafés no município de Pouso Alegre. Segundo dados obtidos para a década de 1880 (tabela em anexos), Comarca do Jaguaré possuía 254 fazendeiros cafeeiros e 3.370.000 pés de cafés. O município de Pouso Alegre, neste contexto, detinha apenas 4% da produção cafeeira da Comarca, sendo cultivadas por sete fazendeiros. As cidades de Jacutinga e Monte Sião detinham em torno de 80% do cultivo da rubiácea. Cf: FILETTO, Ferdinando. *Trajetória histórica do café na região sul de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal de Lavras. Lavras: 2000, p. 130.

⁵⁰⁰MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1988, p. 89-91.

⁵⁰¹ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 82-83.

⁵⁰²SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. *Escravidão e trajetória das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão*. In: *Cultura histórica & Patrimônio*, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), vol. 1, nº 1, p. 65-90, 2012.

consequentemente este bem estava sendo desvalorizado, os autores não puderam se valer do método e conceito utilizado por Marcos Ferreira de Andrade e Renato Marcondes. Para isso, elaboraram um critério de caráter econômico-financeiro, aplicando na soma de todos os bens encontrados na amostra documental de inventários e dividindo em três partes. Os sujeitos que integraram esta classe da elite foram classificados a partir dos inventários que, tendo as maiores fortunas e suas riquezas somadas entre si, o valor do montante correspondia a terça parte do total⁵⁰³. Saes e Avelino nos chamam a atenção a respeito do acúmulo de fortunas em relação a estrutura econômica local, que “*nem sempre o volume de riqueza garante a prosperidade de uma sociedade*”⁵⁰⁴. Contudo, nossas observações se direcionarão para os investimentos realizados pelos sujeitos que compõem o corpus documental de inventários levantados para as décadas que correspondem o período deste trabalho a partir da riqueza bruta acumulada⁵⁰⁵. As conclusões mediante os dados obtidos nos darão indícios parciais da sociedade observada, pois nem todos os sujeitos que compunham a localidade possuíam tal documentação, apenas aqueles que detinham bens a serem divididos por seus herdeiros. O critério que utilizaremos para as observações nos ajudará a observar cada década. Utilizaremos de divisão por faixas de riqueza, baseado no método adotado por Thomas Piketty. Ao definir elites, o autor não estabelece barreiras entre as classes sociais, sendo que

⁵⁰³O critério adotado pelos autores é bem explicado na nota 29 do texto produzido por eles. Saes e Filho apontam que “ao contrário de abordagens como de Renato Marcondes (1998) e Marcos Andrade (2008), o nosso entendimento para as grandes fortunas se baseou somente na questão econômico-financeira. Ao invés de considerar a elite como aquela que possuía plantéis com 20 ou mais escravos, para nosso estudo foram considerados os inventários que, somados, representavam um terço de toda a riqueza avaliada para o período para Campanha. No caso, foram considerados 6 inventários cujos monte mor eram maiores que 40 contos de réis. Isso especialmente para não deixar de considerar aqueles inventários que estivessem diversificando sua riqueza, em que apesar de grandes fortunas, sua escravaria não seria um importante ativo. A verdade é que, para o caso de Campanha entre 1880 e 1888, esse critério alterou pouco o grupo de análise. Mantendo o mesmo número de inventários para Pouso Alegre (6), a riqueza acumulada alcança os 42%. SAES, Alexandre Macchione: FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetória das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. In: *Cultura histórica & Patrimônio*, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), vol. 1, nº 1, p. 84.

⁵⁰⁴ SAES, Alexandre Macchione: FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetória das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. In: *Cultura histórica & Patrimônio*, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), vol. 1, nº 1, p. 82.

⁵⁰⁵Tomaremos como *riqueza bruta* o resultado da soma de todos os valores obtidos dos bens que constituem o processo de inventário anterior a subtração das custas inventariais e das dívidas passivas contraídas pelo inventariado (o que podemos chamar de riqueza líquida). Nos anexos, poderemos encontrar a relação dos inventários pesquisados com os valores correspondentes (o monte mor, constituído pela riqueza bruta e o monte menor pelo resultado líquido).

(...) toda representação da desigualdade fundamentada num pequeno número de categorias está fadada a ser esquemática e imprecisa, já que a realidade social subjacente é sempre de uma distribuição contínua. Em todos os níveis de renda e riqueza, há sempre um número de pessoas de carne e osso, cujas características e importância numérica varia de forma lenta e progressiva em função da estrutura de distribuição em uma dada sociedade. Não há rupturas descontínuas entre as diferentes classes sociais, entre o mundo do “povo” e os das “elites”⁵⁰⁶.

Em seu método, o autor percorre por suas análises com conceitos estatísticos de décimos, classificando as faixas de riqueza em 10% mais ricos, 40% do meio e 50% da base. Com esta organização, tornava-se possível realizar comparações no tempo e no espaço, “*sem deixar de lado as complexidades específicas dos povos e, principalmente, o caráter contínuo da desigualdade social*”⁵⁰⁷. Para as análises que faremos durante as décadas, utilizaremos dos valores deflacionados⁵⁰⁸, denominaremos para Pouso Alegre, os “mais ricos” aqueles que possuíam o montante final de seu inventário em valores entre £4700,01 a £56.500,00 libras esterlinas. Já para aqueles que compõem o “meio” (podendo ser chamada de classe média) tomamos como valores aqueles que possuíam o montante maior em torno de £190,01 a £4.700,00 libras esterlinas. A base constituinte da sociedade que estamos analisando se encontra no intervalo de riqueza que correspondem os valores até £19,00 a £190,00 libras esterlinas⁵⁰⁹. Nesta etapa da análise, poderemos observar os diferentes sujeitos sociais que compunham cada faixa de riqueza e suas ocupações na sociedade pouso alegreense. Em seguida, utilizando do critério elaborado por Saes e Avelino, analisaremos apenas a elite local, a partir da composição de suas fortunas, observando em quais ativos mais se investiam, podendo comparar com outras localidades da região.

Afinal, quem eram aqueles que compunham a elite no município de Pouso Alegre? Para entender esta composição, é preciso ter em mente os dados e informações que compõem as especificidades da localidade. Os valores acumulados durante a vida dos inventariados selecionados para este estudo variavam de 345\$000 réis (£32,26

⁵⁰⁶PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2013, p. 323.

⁵⁰⁷Idem.

⁵⁰⁸A utilização dos valores em libras esterlinas nos dá mais segurança quanto ao trabalho de comparações de riquezas nas décadas que compõem esta pesquisa. A moeda inglesa cobre parte do período que estamos analisando, e suas alterações de valores são menores que a moeda brasileira.

⁵⁰⁹Para a elaboração do critério de intervalos de riqueza, tomamos os valores em contos de réis que já havíamos definidos e deflacionamos pela taxa de câmbio (10,638) do ano de 1890, período que ocorria o encilhamento.

libras) resultantes da soma dos bens de Rita Maria de Jesus⁵¹⁰, residente no distrito de Borda da Mata, a grande fortuna do Capitão Manoel Moreira da Costa⁵¹¹, residente na cidade sede, contabilizada em 617:498\$974 réis (£57.012,18 libras). Tomaremos como base de análise sobre a elite local as pessoas que compunham a faixa de riqueza dos “mais ricos”, identificando aqueles que possuíam valores que estavam acima da metade de Manoel Moreira da Costa, correspondendo a 58% do valor extraído para este grupo, podendo ser observados no quadro abaixo:

Tabela 21: Composição da Elite local por valores de fortunas (1870-1920)

Ano	Inventariado	Localidade	Monte mor em Libras	Monte mor em Réis
1870	Capitão Manoel Moreira da Costa	Pouso Alegre	£57.012,18	617:498\$974
1876	Maria Modesta Marques Teixeira	Sant'Ana	£28.222,39	265:996\$000
1888	Maria Carolina Rios	Pouso Alegre	£22.041,26	209:502\$175
1897	Antônio da Costa Rios	Sant'Ana	£14.662,38	466:952\$714
1918	Bárbara Maria de Oliveira	Congonhal	£11.623,07	216:840\$000
1893	Coronel José Ignácio de Barros Cobra	Pouso Alegre	£10.977,58	228:706\$971
1920	Herculano Olegário de Barros Cobra	Pouso Alegre	£9.788,55	220:350\$000

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

A tabela acima nos mostra os valores das fortunas acumuladas durante a vida do inventariado em épocas diferentes, sendo colocadas por ordem de valores em contos de réis. Observamos que há uma variação entre os resultados obtidos em contos de réis e libras esterlinas, devido a inflação ocorrida principalmente com o encilhamento. Se formos considerar os valores da moeda inglesa, o Capitão Manoel Moreira da Costa continua no topo das maiores riquezas. Já a fortuna de Antônio da Costa Rios, falecido na década de 1890 se desvaloriza perante a somatória de bens de Maria Modesta Marques Teixeira. Já Maria Carolina Rios, que se encontra com o valor mais baixo das maiores fortunas acumuladas, ocuparia a terceira posição em valores ingleses.

Para entendermos a composição da riqueza no município de Pouso Alegre, utilizaremos do gráfico de dispersão com os dados obtidos para as décadas estudadas.

⁵¹⁰Inventário de Rita Maria de Jesus, 1887. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁵¹¹ Inventário de Capitão Manoel Moreira da Costa, 1870. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Gráfico 15: Composição da riqueza do município de Pouso Alegre 1870-1920 (em réis)

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

No gráfico 03 estão contidos os valores em contos de réis em forma de dispersão dos 466 inventários selecionados para este estudo, podendo notar quais os documentos que distanciaram da maioria da amostra. No eixo vertical encontramos os valores na moeda nacional, enquanto que no horizontal são constituídos a documentação de acordo com cada década. A maior concentração de renda dos inventariados no município de Pouso Alegre se encontram abaixo de 100:000\$000 réis, sendo percebidos na linha inicial. As maiores riquezas neste gráfico estão dispostas nas décadas de 1870 e 1890, em valores acima de 400:000\$000 réis, sendo que a faixa de riqueza correspondente pelos mais ricos percorrem por todas as décadas acima de 200:000\$000 réis. No primeiro plano deste gráfico, notamos que o monte mor do Capitão Manoel Moreira da Costa se encontra de forma elevada e logo em seguida em 1897 está a soma dos bens de Antônio da Costa Rios. Em conjunto com estes dois documentos, se encontram mais cinco inventários com riquezas acima estipulada para este grupo que compõem os mais ricos, pois se distanciam da concentração de renda local.

Em seguida, tomamos a mesma ordem da documentação, deflacionando os valores segundo a taxa de câmbio para os anos correspondentes em libras esterlinas⁵¹², e obtemos o seguinte gráfico:

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1920. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

Por meio do gráfico 16, em valores da moeda inglesa, percebemos alteração em alguns dados. A concentração de renda se encontram em valores abaixo de £10.000,00 libras esterlinas, onde estão as pessoas que constituem a base social da faixa de riqueza e a classe média, que se localizam entre o eixo inicial ao valor de £20.000,00 libras. Já as pessoas que concentravam a maior riqueza (acima de vinte mil) são em número de três, o que nos leva a entender que ao final da década de 1880, com a crise do encilhamento, suas fortunas se desvalorizaram. Neste gráfico, percebemos que o montante do Capitão Manoel Moreira da Costa se mantém, por seu processo ter sido feito na década de 1870 e o segundo que mencionamos acima, Antônio da Costa Rios, já não faz mais parte no contexto deste gráfico, por seu processo percorrer a década de

⁵¹²A libra esterlina é a moeda que cobre a maior parte do período analisado nesta pesquisa e sofre menos alteração de valores que a moeda nacional (contos de réis). Trabalhar com os valores deflacionados nos dá maior segurança para a realização de comparações ao longo do tempo, devida as alterações mencionadas acima.

1890. Analisaremos na próxima seção o perfil da elite de Pouso Alegre, como também de cada faixa de riqueza composta pelos inventários selecionados.

4.3- A composição social dos inventariados e o patrimônio constituído

Com base em nossa documentação analisaremos nesta sessão as faixas de riqueza constituídas no meio social de Pouso Alegre e o patrimônio composto por cada grupo social no decorrer dos anos em que correram os processos, pelo critério dos 10% mais ricos, 60% do meio (representando uma classe média na época) e 30% constituintes da base. Dividiremos em três subseções para melhor nos organizarmos. Em um primeiro momento, trabalharemos com o grupo daqueles considerados os mais ricos, a chamada elite agrária local. Em seguida, observaremos a estrutura formada pelas faixas de riquezas que compunham o “meio” (classe média) e a base do município.

4.3.1- Os mais ricos: a elite agrária e seus investimentos

A documentação analisada nos mostra que a elite por nós aqui proposta⁵¹³ era constituída por um pequeno grupo de pessoas que possuíam padrões de consumo diferenciados, maiores acumulações de bens ou uma dinâmica econômica que possibilitava alguma forma de lucro. Quando obtemos o valor total dos montantes maiores constituídos dos 458 inventários analisados temos como importância a quantia de £261.541,66 libras (7.347:337\$484 réis), sendo que a soma obtida dos documentos da faixa etária dos mais ricos correspondia a 46%, ou seja, quase a metade da riqueza local estava concentrada em dezoito inventariados, 5% da população arrolada que compõe nosso corpus documental. A maior parte residia na cidade de Pouso Alegre, exercendo atividades como fazendeiros (exportador de gado, tropeiro), comerciantes, capitalistas, ou inseridos em alguma função ligada ao poder público, como vereador, juiz de paz e escrivão de órfãos. Títulos como capitão, major, alferes ou coronel eram comum de serem concedidos aos sujeitos que compunham esta faixa de riqueza, demonstrando certa ascensão no meio social, como no caso do Coronel José Ignácio de Barros Cobra, residente na cidade de Pouso Alegre, exerceu funções políticas como chefe do Partido Conservador local e da região, sendo Vereador por diversos anos e Juiz

⁵¹³Entenda-se o termo elite por nós empregado mediante os critérios por nós adotados, ou seja, aqueles que possuíam fortunas entre £4.700,01 a £56.500,00, compondo a faixa econômica dos “mais ricos”.

de Paz Municipal, e Herculano Olegário de Barros Cobra, comerciante, proprietário de uma olaria e escrivão do juizado de órfãos da cidade.

Com a tabela abaixo teremos a noção da distribuição de investimentos feitos pelas pessoas que compunham esta faixa de riqueza durante suas vidas:

Tabela 22: Distribuição dos ativos entre os 10% mais ricos do Município de Pouso Alegre (1870-1920)

Composição da Riqueza- “Mais ricos”		
Ativos	Valor em Réis	% do Monte Mor Total
Dinheiro	69:999\$755	2%
Bens Móveis	96:579\$332	3%
Ouro e Prata	2:860\$730	0,1%
Cultura	33:070\$000	1%
Animais	182:150\$000	5%
Escravos	143:520\$000	4%
Imóveis Rurais	1.449:142\$662	44%
Imóveis Urbanos	142:810\$000	4%
Dívidas Ativas	966:088\$938	29%

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

A tabela 22 nos mostra a distribuição dos ativos entre as pessoas que compunham o grupo dos mais ricos no município de Pouso Alegre. O maior ativo investido por estas pessoas eram as propriedades rurais, sendo 44% dos bens acumulados, estando estas aplicações em sua maioria acima de 150:000\$000 réis. No espólio do fazendeiro e negociante Herculano de Barros Cobra⁵¹⁴, foram contabilizadas oito propriedades rurais no valor de 171:100\$000 réis, o que correspondia a 78% de seus bens. Eram propriedades (tidas como sorte ou parte de terras) que compreendiam a extensão de 44 a 185 alqueires e uma casa, localizadas em sua maioria no distrito de Borda da Mata e Congonhal⁵¹⁵. A inventariada Bárbara Maria de Oliveira⁵¹⁶, falecida no ano de 1917 no distrito de Congonhal, possuía também grandes investimentos em propriedades rurais

⁵¹⁴Inventário de Herculano Olegário de Barros Cobra, 1920. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

⁵¹⁵No distrito de Borda da Mata estavam localizadas as propriedades de terras e culturas de pastagens e uma casa na Boa Vista (185 alqueires no valor de 55:000\$000 e uma casa coberta de telhas e assoalhada e mais benfeitorias que são duas casas de terreno, um monjolo e um moinho no valor de 5:000\$000), parte de terras no Retiro (214 alqueires a 42:800\$000 réis), no Gaspar (44 alqueires 8:800\$000 réis), sorte de terras de qualidade inferior no Areão (27:500\$000 réis), no Ribeirão Fundo e Fazenda do Descalvado (50 alqueires a 15:000\$000 réis e outra sorte de terras e pequena parte de pasto a 6:250\$000 réis). Em Congonhal, eram possuídas uma sorte de terras de culturas de inferior qualidade no lugar denominado Terra Preta, possuindo 45 alqueires de extensão a 10:250\$000 réis. Inventário de Herculano Olegário de Barros Cobra, 1920. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

⁵¹⁶Inventário de Bárbara Maria de Oliveira, 1918. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

nas regiões do distrito em que se estabelecia e em territórios de Pouso Alegre⁵¹⁷, sendo estes imóveis avaliados em 176:720\$000, correspondendo a 81% de seus investimentos. Se tomarmos o conjunto que compõe esta faixa de riqueza em valores, temos que seus investimentos para esta categoria de imóveis estavam em sua maioria acima de 150:000\$000 réis, nos apontando o perfil de uma elite agrária possuidora de terras.

A segunda categoria em que encontramos maior incidência de valores mencionados em nossa documentação é a de dívidas ativas. Somando-se esta categoria temos que 29% destas pessoas exerciam a prática de emprestarem dinheiro, obtendo um certo lucro quando era feito a juros. Faziam parte deste grupo de credores pessoas que atuavam como capitalistas, no empréstimo de dinheiro e movimentações financeiras, como o Capitão Manoel Moreira da Costa⁵¹⁸ e Maria Carolina Rios. Na descrição de arrolamento de bens de Moreira da Costa, foram acumulados a soma de 541:607\$984 réis, correspondendo a 88% do montante maior de seu inventário. Foram descritas 75 pessoas que contraíram dívidas do inventariado, dentre elas os fazendeiros Coronel José Ignácio de Barros Cobra (30:115\$901), Francisco da Motta Paes (10:558\$990 réis) e Doutor Antônio Fernandes da Rocha Leão (6:152\$120 réis)⁵¹⁹. Uma outra dívida encontrada no seu inventário correspondia a um investimento feito na firma de Barros Moreira Filho, este residente em Ouro Fino. Em sua descrição se refere a ser concernente a um capital livre e sujeito a liquidação por meio do último balanço feito no ano de 1870, no valor de 39:165\$750 réis. Já nos autos de Maria Carolina Rios⁵²⁰, foram contabilizados 30:263\$631 réis relativos ao recebimento de 17 dívidas de

⁵¹⁷Em seus autos são descritas propriedades em Congonhal como um sítio de pastagens no lugar denominado Campestre (97 hectares a 9:100\$000 réis), a Fazenda da Grotta com culturas regulares (390 hectares a 36:200\$000 réis), um sítio de culturas divididas denominado São Jacintho (95 hectares a 8:600\$000) e uma casa de morada na Fazenda Grotta Rica, com todas as benfeitorias com todas as benfeitorias constantes de um paiol, moinho, monjolo, casinha para despejo, cerca e terreno de mangueira (2:500\$000 réis) e uma casa de morada no Córrego dos Barreiros a 120\$000. No território de Pouso Alegre, uma fazenda de pastagens localizada na região do Cervo (1332 hectares a 109:060\$000 réis), um sítio de pastagens e cerrado (68 alqueires a 5:440\$000 réis), quatro casas de morada situadas na mesma propriedade da Fazenda do Cervo (1:600\$000 réis), quatro casinhas para agregados (200\$000 réis) e um engenho de cilindro com alambique assentado e casa (2:500\$000 réis). Inventário de Bárbara Maria de Oliveira, 1918. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

⁵¹⁸Inventário de Capitão Manoel Moreira da Costa, 1870. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁵¹⁹Antônio da Rocha Fernandes Leão nasceu no ano de 1840, em Minas Gerais. Formado em Direito, trabalhou como promotor em sua província de origem. Trabalhou como advogado, foi deputado geral por Minas Gerais e senador. Fazendeiro, desenvolveu em suas terras a criação de gado, plantações de café e vinha. Presidiu a província do Rio de Janeiro no período de julho de 1886 a 29 abril de 1888. Cf: Projeto Identidades do Rio, em: <http://www.pensario.uff.br/texto/1886-1888-antonio-rocha-fernandes-leao>, acesso em 18/09/2017.

⁵²⁰Inventário de Maria Carolina Rios, 1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

empréstimos a créditos e juros, cuja soma correspondeu a 14% de seus bens, sendo o segundo maior valor encontrado nos documentos que compõem esta faixa de riqueza. Percebemos ainda na documentação a relação de “compadrio” que se mantinham entre as pessoas desta mesma faixa de riqueza. Em ambos os documentos foi citado o nome do Coronel José Ignácio de Barros Cobra com empréstimos altos (do Capitão Manoel Moreira da Costa, a quantia de 30:115\$091 e de Maria Carolina Rios 3:544\$529). Ao tomarmos o processo de Barros Cobra, cuja fortuna equivalia a £10.977,58 (228:706\$971) notamos que seus investimentos estavam localizados nos bens imóveis rurais (30) e imóveis urbanos (11), sendo que no fechamento do seu processo não foram listadas o recebimento da quantia 25:341\$791 e nenhuma dívida passiva. O fato de exercerem a função de capitalistas, esta movimentação de valores, a crédito ou a juros e maior incidência, os diferenciavam das outras faixas de riqueza, em que os valores e números de empréstimos eram menores.

As propriedades localizadas na área urbana eram bens presentes em todos os documentos da faixa que estamos estudando. Era comum que as pessoas mais abastadas possuísem pelo menos uma propriedade na cidade, como forma de estar presente na dinâmica urbana local. Sendo 4% do montante maior dos inventariados, os valores declarados eram mais baixos em comparação com os imóveis rurais. Na década de 1890, no inventário do Coronel José Ignácio de Barros Cobra, foram descritos 11 imóveis na cidade remetendo ao valor de 34:300\$000 réis, na cidade de Pouso Alegre e no Distrito de Borda da Mata. Herculano Cobra, em 1918, possuía entre seus bens 13 propriedades urbanas, no valor 50:000\$000 réis. Entre suas propriedades, sete casas se localizavam no núcleo central de Pouso Alegre, sendo cobertas de telhas e assoalhadas, algumas contendo terreno anexo, três no núcleo do rosário e uma no distrito de Borda da Mata. Em seu documento não é mencionado a finalidade destas propriedades, porém, este grande número de propriedades nos leva a classificá-lo como um empreendedor imobiliário da época (podendo atuar na compra e venda de imóveis urbanos ou até mesmo em aluguéis como forma de renda), pois o mesmo possuía apenas cinco herdeiros.

Entre os animais e escravos, os ativos constituíam 9% dos bens (sendo 5% de animais e 4% dos cativos) pertencentes aos inventariados estudados. Apenas dois autos se inseriam nos anos da escravidão, o Capitão Moreira da Costa, possuidor de 18 cativos (15:600\$000 réis, 3% dos bens arrolados), e Maria Marques Teixeira,

proprietária de um grande plantel de 50 escravos (48:570\$000 réis, 18% de sua fortuna). Nas propriedades constantes na documentação analisada, a criação de animais era variada, porém, o gado bovino se destacava por se encontrar em maior número (3138 cabeças de gado), sendo que as maiores criadoras eram as Fazendeiras Maria Modesta Marques Teixeira (492 cabeças) e Maria Carolina Rios (451 cabeças). Em menores proporções, nas terras desta elite agrária, se encontravam a criação de porcos (400), cavalos (196), muares (136), caprinos (190), e bois de carros (91). Estas criações atendiam o consumo próprio, local ou eram exportadas, porém em pequenas proporções, e os bois de carros, cavalos e muares, serviam para o transporte pessoal ou de alguma produção pertencente às fazendas e propriedades.

Os ativos menos investidos por este grupo eram a presença de dinheiro em espécie, bens móveis, metais preciosos e culturas. Era comum ter em caixa pequenas quantidades de dinheiro em espécie, para saldar custas do inventariado (como alguma dívida pendente, gastos com enterro e com a documentação do inventário). Notou-se em nossas fontes que o Capitão Manoel Moreira da Costa e Herculano Cobra possuíam grandes quantias em espécie (um pouco acima de 20:000\$000), pois ambos, em épocas distintas, pouco tempo antes do falecimento, venderam propriedades que estavam em hasta pública. Em relação ao cultivo de culturas, há apenas duas menções no grupo documental, totalizando o valor de 33:070\$000, 1% da composição dos bens encontrados. Plantações de milho, feijão, cana e café foram as culturas que mais se sobressaíram nas propriedades destes inventariados.

Os bens móveis e metais preciosos aparecem com menores valores por serem menos avaliados. No entanto, percebemos, por meio da presença de alguns desses objetos, hábitos diferenciados de consumo entre as faixas de riqueza. Apenas dois inventários declararam a existência de peças em ouro e prata. No espólio do Capitão Manoel, as peças destes metais preciosos são avaliadas em 1:256\$210 réis, sendo compostas por um jogo completo para refeição (talheres), faca apunhalada e bainha, castiçais, copos, sabra, cetro e material bruto em prata. Em ouro, seis cordões, sendo que quatro acompanhavam de crucifixo e um o relógio, trancelim, medalhas e mais dois relógios, e nos autos de Maria Marques Teixeira apontava a existência de onze libras e doze oitavas de prata velha. A existência de certos objetos nas propriedades também se tornava fatores de luxo e de distinção. Objetos como aparelhos de jantar, móveis decorativos, piano, livros, não faziam parte do cotidiano da maioria da população. Se

adentrássemos a residência de Antônio da Costa Rios⁵²¹, falecido no ano de 1897, encontraríamos objetos como mobílias da sala de visita, catres modernos e ordinários, pratos, travessas e sopeiras, aparelho para café e para chá, paliteiros e bacias de louça, escarradeiras, máquina de costura e máquina para água gasosa, objetos estes que atendiam os hábitos de consumo de uma família pertencente a uma classe mais rica.

Percebemos que a dinâmica das pessoas que compunham esta faixa de riqueza era mais diferenciada, como um maior investimento na área rural e maior circulação do capital por meio de empréstimos e títulos públicos. Dos hábitos cotidianos, a começar de suas habitações (seja em suas fazendas ou casas na cidade) a vida dos negócios, eram sujeitos que se destacavam socialmente, por meio de algum título concedido, pelo cargo que dispunham na sociedade ou por possuir numerosas propriedades rurais, os tornavam constituintes de uma elite agrária local.

4.3.2- O perfil econômico da classe média local

O meio social que compunha a faixa econômica do “meio” era composto por pessoas que atuavam em diversos ramos sociais, como fazendeiros, comerciantes, proprietários, sacerdotes, médico, professor, engenheiro, fiscal e alguns capitalistas, pessoas estas que se inseriam no rol dos 287 inventários analisados, o que equivale a 60% de nossa amostra. Constituído por um grupo maior de pessoas arroladas, a soma de seus bens correspondia a 51% da riqueza local distribuídas de forma heterogênea. Mediante a tabela abaixo consideramos os investimentos feitos por este grupo de pessoas durante o período que estamos estudando:

⁵²¹Inventário de Antônio da Costa Rios, 1897. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Tabela 23: Distribuição dos ativos entre os mais ricos do Município de Pouso Alegre (1870-1920)

Composição da Riqueza- “O meio”		
Ativos	Valor em Réis	% do Monte Mor Total
Dinheiro	93:118\$838	2
Bens Móveis	169:927\$025	5
Ouro e Prata	3:596\$640	0,1
Cultura	48:051\$900	1
Animais	296:701\$254	8
Escravos	417:221\$684	11
Imóveis Rurais	2.065:169\$041	55
Imóveis Urbanos	321:533\$040	9
Dívidas Ativas	375:502\$010	10

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

Como analisamos no grupo anterior, o maior investimento feito por esta faixa de riqueza se concentrou também nos imóveis rurais, variando entre duas a trinte e três propriedades descritas, de pequenas ou grandes proporções. Entre os bens de Manoel da Costa Abreu⁵²², falecido no ano de 1870 em Pouso Alegre, foram agrupados quatro imóveis rurais no valor de 2:943\$000 réis, 30% dos bens que possuía. Suas propriedades no meio rural eram constituídas por uma morada de casas coberta com telhas, e em anexo uma venda, rancho, paiol, monjolo e pomar. Esta mesma propriedade constava de noventa e quatro alqueires de terras divididas e cinco alqueires comprados pelo finado posteriormente. Em sociedade com outras pessoas, possuía partes de terras na Fazenda denominada Carioca nos territórios de Pouso Alegre. As características observadas em sua documentação nos mostra ser um típico cidadão do meio rural, possuindo moradia apenas no campo, com culturas de arroz e milho e uma venda que provavelmente atendia a região em que habitava.

Na região denominada Itaim, incorporada na época ao Distrito da Estiva, localizava-se os bens de Cândido de Almeida⁵²³, falecido no ano de 1890. Suas propriedades estavam valorizadas em 14:583\$720 réis, contemplando 69% de seus bens. Pela descrição de seus imóveis rurais, temos em mente que Cândido possuía pequena produção de derivados do milho e da mandioca, além de algumas casas que provavelmente serviam de aluguel e terras em outras propriedades e regiões. A sua fazenda do Itaim dispunha de casa para paiol no terreiro (onde eram armazenados os milhos colhidos), cortador de milho e monjolo, e uma casa onde tinha o moinho e roda

⁵²²Inventário de Manoel da Costa Abreu, 1870. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁵²³Inventário de Cândido de Almeida, 1891. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

de mandioca, com acepção de das pedras para o mesmo. Em suas terras não foram mencionados os tipos de culturas existentes, porém, pelas descrições dos imóveis, podemos considerar a existência de milharais e mandiocais em seus cultivos.

Os autos de Francisco das Chagas Fagundes⁵²⁴ nos mostra também variedade de produção em suas terras. Os ativos correspondidos pelos bens imóveis rurais correspondiam a 92% de sua riqueza (58:197\$000 réis). Nas propriedades de Francisco era possível encontrar campos de pastagens de capim gorduras (que serve de alimento de cavalos e muares, e para a engorda do gado bovino), um mangueiro para a engorda de porcos, moinho e uma casa com todo material de uma fábrica de polvilho em abandono. Percebemos que outrora suas atividades se diversificavam entre criação de animais e produção de derivados de mandioca. Em linhas gerais, por meio da análise da documentação que compõem esta faixa de riqueza, percebemos grande presença de produtores rurais que exerciam pequenas atividades em suas propriedades, sejam elas para o comércio ou consumo próprio.

A criação de animais e o cultivo de culturas, por esta faixa de riqueza, correspondia a 9% dos investimentos feitos por esta classe média, tendo aqueles que possuíam maior número para o comércio e exportação, e outros, pequenos rebanhos destinados a consumo próprio. Dos 9128 animais contabilizados (8% de investimentos) a partir da documentação proposta, temos que grande parte se dedicava a criação de porcos (2877) e gado bovino (3904). Como visto anteriormente, em dados mencionados nos almanaques corográficos sobre o Sul de Minas, o município de Pouso Alegre possuía número significativo relacionado ao comércio de porcos e de gado. Maria Thereza Rios⁵²⁵, pertencente ao distrito de Sant'Ana, era uma típica criadora de gado. Além das 139 cabeças bovinas presente em sua propriedade, possuía dois muares, nove bois para carro e onze cavalos. Em Pouso Alegre, Josepha Maria Rezende⁵²⁶, dos 218 animais que compunham sua propriedade, 121 eram vacum, 75 suínos, 14 bois para carro sete cavalos e 1 luar. Algumas pessoas possuíam apenas para consumo próprio, e este tipo de ativo se tornava de menor investimento. José Ferreira dos Santos⁵²⁷,

⁵²⁴Inventário de Francisco das Chagas Fagundes, 1916. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

⁵²⁵Inventário de Maria Thereza Rios, 1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁵²⁶Inventário de Josepha Maria Rezende, 1889. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁵²⁷Inventário de José Ferreira dos Santos, 1894. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

residente no distrito de Borda da Mata, possuía em suas terras 9 animais, sendo 3 bovinos, 4 cavalos e 2 muares. Compunham também em números o quadro de criação de animais no município por este grupo os caprinos (979), cavalos (911), bois para carro (603) e muares (350). Neste mesmo ambiente rural, o cultivo de culturas possuía o extrato de 1% dos investimentos feitos por 23% inventariados inseridos neste grupo (48:051\$900), entre roças de milho, alqueires de arroz, canaviais e algumas plantações de café (que em muitas declarações apareciam como plantações velhas ou decadentes).

Os escravos correspondiam, no grupo da documentação estudada, a 11% dos investimentos feitos. Entre as décadas de 1870 e 1880, foram registrados como propriedades destas pessoas 488 cativos, sendo que em geral, cada um possuía na média de um a cinco escravos. No primeiro decênio, este número era maior, chegando ao número de 20 cativos. Esta escravaria pertencia a José Alves Fagundes⁵²⁸, sendo o maior investimento registrado em seu inventário (99% de sua riqueza), sendo que no arrolamento de seus bens, poucos bens móveis foram avaliados e apenas dois muares como animais. Já na década de 1880, as pessoas passam a possuir menos cativos, quantidade que chegava entre dois a cinco escravos por pessoas que possuíam.

As rubricas correspondentes às dívidas ativas para esta faixa de riqueza equivalem a 10% da riqueza deste grupo. A maior parte dos valores eram de 1:000\$000 a 7:000\$000 réis, porém encontramos alguns (fazendeiros, capitalistas, engenheiro) que sobressaiam a esta variação, chegando a valores acima dos 10:000\$000 réis. O proprietário em Major Francisco Paula Duarte⁵²⁹, cujos bens foram arrolados em 1877, mencionou-se a quantia de 20:415\$161 réis (46% de seu montante final). Os empréstimos realizados por Francisco foram realizados por créditos, sendo nove o número de credores que lhe deviam determinada quantia. Na documentação do Engenheiro Augusto César de Vasconcellos⁵³⁰, falecido no ano de 1908, subscreveu-se 10:221\$682 réis como dividas ativas, em empréstimos feitos a onze pessoas, por meio de crédito, recibos e títulos. Diferentemente da primeira faixa analisada, onde prioritariamente os fazendeiros que faziam a função de capitalistas, nesta classe, os

⁵²⁸Inventário de José Alves Fagundes, 1873. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁵²⁹Inventário de Major Francisco de Paula Duarte, 1877. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁵³⁰Inventário de Augusto César de Vasconcellos, 1908. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

comerciantes, autônomos e pequenos fazendeiros exerciam esta função em médias e pequenas proporções, como forma de movimentar sua riqueza.

A constituição de patrimônios imóveis no meio urbano seguia uma dinâmica que se opunha a faixa econômica dos mais ricos. Como observado na análise feita anteriormente, as pessoas que faziam parte desta elite agrária, detentoras das maiores fortunas, possuíam bens imóveis tanto no meio rural como no urbano. Dos 287 componentes deste grupo, apenas 80 possuíam alguma propriedade na cidade (28%), em sua maioria entre 2 a 4 propriedades, mantendo imóveis em ambos espaços ou se estabelecendo unicamente no meio urbano. Residente no distrito de Congonhal, Custódia Maria de Oliveira⁵³¹, proprietária de sete bens no meio rural, possuía duas edificações na cidade de Pouso Alegre. Foram declaradas duas casas, sendo uma dividida em duas moradas, com três portas e duas janelas, na Rua Adalberto Ferraz, núcleo central, e outra na mesma rua, com uma porta e duas janelas. Nota-se, pelos inventários, o costume de se manterem diversas casas divididas no mesmo terreno, muitas vezes como forma de moradia de filhos (herdeiros) ou destinadas para aluguel. Haviam aqueles que seus investimentos se direcionavam apenas na cidade, concentrando também todas as suas atividades no espaço urbano. O Coronel José Joaquim Vieira de Carvalho⁵³², falecido em Pouso Alegre no ano de 1911, deixou para seu espólio quatro propriedades no meio citadino no valor de 11:000\$000 réis (78% de sua riqueza). Entre as edificações de propriedade do Coronel, contavam de uma chácara nos subúrbios da cidade, lugar denominada como Gambá, com pastos e vargens do Rio Mandú e campos da Vendinha⁵³³ possuindo anexo outra casa mal construída, uma morada localizada no núcleo central, *“coberta com telhas, assoalhada, forrada e envidraçada, com seis janelas e uma porta principal, com todas as suas dependências e um terreno anexado”*⁵³⁴ e outra na mesma Rua Adalberto Ferraz com o mesmo padrão e estrutura. Em linhas gerais, percebemos que apenas 8% dos inventariados possuíam propriedades apenas no meio urbano, e exerciam atividades como comerciantes, padres, médico, engenheiro e políticos. Os outros 85% se concentravam no espaço rural, e

⁵³¹Inventário de Custódia Maria de Oliveira, 1903. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

⁵³²Inventário de José Joaquim Vieira de Carvalho, 1911. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

⁵³³O local mencionado como “Vendinha” atualmente é denominado como bairro São João.

⁵³⁴Inventário de José Joaquim Vieira de Carvalho, 1911. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

alguns mantinham alguma edificação na cidade, reforçando o perfil agrário do município.

Os ativos expressos como bens móveis, dinheiro e ouro e prata geralmente dispunham de menos investimentos, ou por serem objetos de uso cotidiano, com o tempo se tornavam pouco valorizados. Os metais preciosos equivaliam a 0,1% dos bens encontrados na documentação deste grupo, entre duas a quatro peças, e mesmo aqueles que detinham número maiores destes artefatos, não ultrapassavam a quantia de 500\$000 réis. Já aqueles que detinham posse de determinada quantia de dinheiro em espécie, possuía valores menores do que a faixa anteriormente analisada, com a mesma função mencionada, de saldar dívidas passivas e as custas do enterro e documentação do inventariado, sendo repartido entre os herdeiros a quantia remanescente. Os bens móveis, 5% dos investimentos, eram declarados por esta classe como os bens encontrados em suas residências, gêneros de negócio e mantimentos (carro de milho em casca, rolos de fumo, espigas de milho no paiol). Na residência de algumas pessoas deste grupo analisado era comum encontrar bens que os diferenciavam pelas formas de padrão de consumo. Na residência de Flauzina Maria do Espírito Santo, na zona rural de Pouso Alegre, foram levantados peças como dois catres, sendo um mais velho, uma roda de mandioca, um banco de pinho, uma mesa com duas gavetas, um taxo grande de cobre, carro arreado e um monjolo⁵³⁵. No espólio da comerciante Maria José Schimdt, que mantinha residência em vida na cidade de Pouso Alegre, além de bens encontrados em sua residência, como uma cama princesa, um tocador com mesa, armários, um guarda louça, poltrona, lâmpadas belgas, serviços para mesa de cozinha, registrou-se o balanço feito de seu comércio, caracterizado como estabelecimento em que se comercializava produtos secos e molhados, como lenços, armarinhos e ferragens, fósforos, açúcar, sal, caixas de cervejas, garrafas de “*Fernet*” e “*Vermuth*”, licores, vinhos nacionais e estrangeiros, água “*Seltz*” e velas de sebo⁵³⁶, foram calculados como 50% de seu montante final.

Em linhas gerais, esta faixa de riqueza possuía pessoas que se inseriam tanto no campo como na cidade. A maioria dos inventários analisados pertencia a lavradores, que possuíam culturas diversas e criações para o próprio sustento e comércio. Identificamos

⁵³⁵Inventário de Flauzina Maria do Espírito Santo, 1891. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁵³⁶Inventário de Maria José Schimdt e Silva, 1904. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

também pequenos e médios fazendeiros, que possuíam maiores quantidades de terras e animais e pequenos plantéis de escravos (até o final da década de 1880). Encontramos alguns que exerciam a função de capitalista, tropeiro e possuidores de engenhos de cana (movidos ou não por animais) e de serrar.

No espaço urbano, identificamos maior número de inventariados (que exerciam alguma função) do que na primeira faixa. Destes constam o arrolamento de dois sacerdotes, de um proprietário de uma fabrica de velas e um de uma fabrica de arroz, dois farmacêuticos, quatro proprietários (sendo um dirigente de um hotel), cinco capitalistas e quinze comerciantes, alguns profissionais liberais, como dois médicos, um advogado, tabelião, professor, diretor de colégio (Colégio São Sebastião), engenheiro e funcionários da municipalidade, subdelegado, juiz de paz, Fiscal e Agente do Correio. A presença uma elite urbana formada pelos profissionais acima e médios proprietários de terras, se diferenciava pelas grandes fortunas, porém se constituía na manutenção dos bens imóveis, da circulação monetária (a existência de alguns capitalistas) e de padrões de consumo diferenciados. Se na faixa anterior a figura do fazendeiro se sobressaía, a classe média era composta por profissionais autônomos, sacerdotes e comerciantes, pessoas estas que poderiam diferenciar do perfil de elite adotado para a análise anterior (em que nos baseamos pelas grandes fortunas), inseridos na dinâmica econômica local.

4.3.3- A sociedade da Base

A faixa econômica denominada como “base” da sociedade pouso- alegreense era constituída por pessoas que possuíam como montante final do arrolamento de seus bens quantias que estavam em torno de 200\$000 a 2:000\$000 réis, valores encontrados em 153 inventários de nosso corpus documental, correspondendo a 30% da população por nós estudada. De pequenos fazendeiros, roceiros, ao simples homem do campo, faziam parte deste grupo alguns pequenos comerciantes, funcionário público (diretor de instrução), açougueiro, fabricante de velas, sacerdote e um tropeiro. O total dos montes extraídos desta faixa corresponde a 3% da composição da riqueza local, distribuídas conforme a tabela abaixo:

Tabela 24: Distribuição dos ativos das pessoas que compunham a “base” no Município de Pouso Alegre (1870-1920)

Composição da Riqueza- “Base”		
Ativos	Valor em Réis	% do Monte Mor Total
Dinheiro	1:900\$500	1
Bens Móveis	16:603\$752	6
Ouro e Prata	227\$500	0,1
Cultura	2:846\$000	1
Animais	37:876\$000	13
Escravos	2:525\$000	1
Imóveis Rurais	205:089\$320	72
Imóveis Urbanos	11:720\$666	4
Dívidas Ativas	10:989\$525	4

Fonte: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1870-1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).
Elaboração do autor.

Os ativos compostos pelos imóveis rurais compunham os maiores investimentos feitos também por aqueles que constituíam a base da sociedade. Estas pessoas, sem sua maioria, possuíam entre dois a seis imóveis, sendo constituídos por partes de terras, casas e algumas benfeitorias. No inventário de Ignácio Francisco Cardoso, residente no Distrito de Sant’Ana, foram encontradas três propriedades rurais no valor de 460\$000 réis (30% dos ativos presentes no seu arrolamento), como uma sorte de terras no sítio do Imburuçu (320\$000 réis), pequena parte de terras no mesmo terreno (80\$000) e uma pequena morada de casas velhas coberta com telhas (60\$000)⁵³⁷. No ano de 1884, o inventariante de Emerenciana Ana de Jesus, residente no distrito de Estiva, declarou existir entre os bens da finada uma morada de casas, monjolo e mais benfeitorias de terreiro, na Fazenda das Cabeceiras do Rio Mogy, no valor de 200\$000 réis e uma sorte de terras na mesma fazenda e distrito de Estiva a 1:200\$000 réis, contando 85% dos bens deixados pela inventariada⁵³⁸. Nos autos de Antônia Maria de Jesus, falecida no distrito de Congonhal no ano de 1907, com o monte mor a 900\$000 réis, foram encontrados apenas ativos referentes aos imóveis rurais, constando de uma parte de terras divididas (dez alqueires) no lugar denominado São Pedro, fazendo divisas com a Fazenda de Congonhal a 500\$000 réis e uma parte de terras no lugar denominado São José (com oito alqueires) no valor de 400\$000 réis⁵³⁹. Pela nossa amostra, percebemos a existência de poucas propriedades por pessoas, benfeitorias e casas de moradas

⁵³⁷Inventário de Ignácio Francisco Cardoso, 1874. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁵³⁸Inventário de Emerenciana Ana de Jesus, 1884. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁵³⁹Inventário de Antônia Maria de Jesus, 1907. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

precárias, sendo que muitos possuíam terras divididas entre os herdeiros ou em sociedade com outras pessoas.

A criação de animais correspondia ao segundo ativo mais investido, correspondendo a 13% do total obtido a partir do monte mor dos inventariados, e sendo contabilizados 1120 animais a partir da documentação analisada para este grupo. Destes, 344 eram os suínos, 267 gados bovinos 195 cavalos, 193 caprinos, 107 bois de carro e 60 muares, valorizados em 37:876\$000 réis. Algumas pessoas se dedicavam a um ramo de criação de animais específicos ou possuíam alguns que auxiliariam no trabalho diário, como observamos na documentação da finada Maria Julia, oriunda de Pouso Alegre, dos quarenta animais pertencentes a sua criação, trinta eram porcos, seis bois de carro, dois gados bovinos (duas vacas, sendo uma leiteira) e dois cavalos⁵⁴⁰. Já Maria Franceline Carolina, do distrito de Sant’Ana, possuía no grupo de suas criações quarenta e um animais, sendo que seu ramo se direcionava na espécie dos caprinos, possuindo quarenta e uma cabras. Além destes, no espólio de Maria, foram contabilizados dez gados bovinos e quatro bois de carro⁵⁴¹. O tropeiro Manoel Bento de Souza, falecido em Pouso Alegre no ano de 1884, deixou para seus herdeiros apenas os animais que utilizavam em seus trabalhos do dia a dia e para o sustento de sua família, três cavalos preparados para tropas e uma vaca leiteira⁵⁴². Percebemos que, diferentemente das outras duas faixas de riqueza analisadas acima, em que as dívidas ativas apareciam como um dos maiores investimentos feitos, os animais foram os bens que possuíam maior investimento em valores pelas pessoas que compunham a faixa econômica da base.

Os valores obtidos a partir da soma dos bens móveis resultaram em 6% da riqueza total deste grupo, constituídos principalmente por alguns mobiliários mais simples e utensílios utilizados no dia a dia. Os metais preciosos foram encontrados em nove inventários, sendo constituídos por alguns talheres (facas e colheres prateados) e pequenas peças, como botões, medalhas, alfinetes, relicários, argolas e brincos de ouro ou prata. A distinção desta para as outras faixas de riqueza anteriormente analisadas, em relação aos bens móveis e objetos de metais preciosos, são as formas e padrões de consumos. Enquanto “os mais ricos” e “a classe média” possuíam objetos diferenciados,

⁵⁴⁰Inventário de Maria Júlia, 1888. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁵⁴¹Inventário de Maria Franceline Carolina, 1887. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

⁵⁴²Inventário de Manoel Bento de Souza, 1884. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

a maior parte das pessoas que compunham a base social dispunham de bens que atendiam suas necessidades diárias. O espólio de Raimundo José do Couto, falecido no distrito de Borda da Mata no ano de 1901, continha apenas um carro ferrado usado (130\$000 réis), uma canastra velha (15\$000 réis), uma mesa velha (6\$000), uma espingarda de dois canos (15\$000 réis) e um poncho velho de pano azul forrado (20\$000 réis), avaliados em 186\$000 réis. Notamos que os poucos declarados eram utilizados para o trabalho diário de Raimundo⁵⁴³. No inventário de Thomé Baptista de Souza⁵⁴⁴, são agrupados objetos que compunham o mobiliário de sua casa e dos trabalhos que exerceu durante sua vida. No interior de sua residência, continha um gamelão (1\$500 réis), uma panela grande de ferro (4\$000 réis), um caldeirão grande de ferro (3\$000 réis), um taxo menor fundo (2\$000 réis), um banco pequeno (\$500 réis), uma bacia para banho pequena (1\$5000 réis), duas travessas de ferro batido (1\$500 réis) e três catres velhos (\$400 réis). Já para as algumas atividades exercidas pelo finado e sua família, encontramos objetos para o fabrico de rapadura: dois tachos grandes de cobre de 15 quilos (32\$000 réis), um tacho pequeno com sete quilos (8\$000 réis), uma moenda engendrada de engenho (12\$000 réis), banco para enformar rapaduras (2\$000 réis e alguns utensílios (medida de quartos, duas gamelas pequenas, bacia pequena e mais um taxo velho a 5\$700 réis). Para a confecção de linhas e tecidos, uma roda de fiar (2\$000 réis), um descascador de algodão (1\$000 réis) e duas folhas de pasta (5\$000 réis). Foram mencionados também objetos um carro velho ferrado (contendo quatro cangas de bois e rabos de tiradeiras a 31\$000 réis), instrumentos para marcenaria (uma serra de mão, um graminho e um compasso novo a 7\$800 réis) e 576 telhas guardadas no quintal (11\$000 réis), totalizando em seus bens móveis a quantia de 131\$400. Com os dois exemplos acima, podemos ter a noção das características dos bens móveis acumulados durante a vida das pessoas que faziam parte desta faixa de riqueza. Eram compostos por poucos objetos, mobiliários triviais e em alguns casos instrumentos que indicavam a simplicidade vivida por estas pessoas e os afazeres que o inventariado poderia ter exercido em vida.

As dívidas ativas e a constituição de patrimônios no meio urbano compunham 4% da riqueza calculada para este grupo. Eram poucas as pessoas que detinham imóveis

⁵⁴³Inventário de Raimundo José do Couto, 1901. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

⁵⁴⁴Inventário de Thomé Baptista de Souza, 1884. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

urbanos, e em suas posses concentravam não mais do que quatro propriedades. No legado deixado pelo açougueiro José Ferreira Funchal⁵⁴⁵, falecido em Pouso Alegre no ano de 1913, foram levantadas três propriedades na cidade, sendo uma parte de terras no fim da Rua Silvestre Ferraz, fazendo divisas com o Rio Mandú (três hectares a 1:000\$000 réis), parte de uma casa coberta de telhas e casinha de tijolos situados no mesmo terreno em sociedade com seu irmão e em anexo uma olaria com rancho e forno de queimar tijolos (300\$000 réis). Já entre os bens de Eugênio Fernandes de Moura⁵⁴⁶, além de ser mencionada uma pequena sorte de terras na região do Cantagalo em Pouso Alegre, foi arrolada juntamente uma pequena casa velha coberta de telhas em ruínas na cidade e um terreno em anexo por 800\$000 réis. Como percebemos com estes exemplos e pela documentação analisada, eram propriedades pequenas e que em muitas das vezes se encontravam em ruínas e sua localização (a maioria) estava nos subúrbios da cidade. As dívidas ativas, cuja a soma resultou em 10:989\$525 réis, constituía também 4% da riqueza desta faixa. Dos inventários selecionados, encontramos apenas 20 menções de pessoas que realizavam alguma forma de empréstimo ou circulação monetária em pequenas quantias, observando aqui a ausência de pessoas que exerciam a função de capitalistas.

Os ativos que registraram os menores investimentos da “base” que constituía a sociedade de Pouso Alegre foram a posse de cativos, dinheiro e culturas, sendo que cada um correspondia a 1% do capital acumulado pelos inventariados. Foram mencionados, no grupo da documentação estudada, apenas cinco escravos, entre 200\$000 a 800\$000 réis, totalizando o valor de 2:525\$000 réis. Como os ativos acima, a posse de dinheiro em espécie também era escassa nesta faixa de riqueza, sendo poucos os que possuíam e em menores quantidades, para custear, geralmente, as dívidas deixadas pelo inventariado e as contas burocráticas com o falecimento. As culturas registraram a quantia de 2:486\$000 réis por meio da soma de toda a documentação, o que demonstra que poucos conservavam em suas propriedades rurais algum tipo de plantação ou cultivo (dos 153 inventários, apenas treze menções foram feitas), sendo mencionadas pequenas roças de milho, módicos plantios de mandioca, feijão, cana de açúcar e alguns pés de cafés.

⁵⁴⁵Inventário de José Ferreira Funchal, 1913. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

⁵⁴⁶Inventário de Eugênio Fernandes de Moura, 1919. Disponível no Acervo do Fórum da Comarca de Pouso Alegre.

A análise destas três faixas de riqueza (os 10% “mais ricos”, 60% do “meio” e 30% da “base”) nos ajudou a fazer uma leitura e caracterizar de forma sucinta cada grupo e suas peculiaridades. Das poucas pessoas que detinham as maiores riquezas (quase a metade da fortuna local) que realizavam grandes investimentos na posse de terras (imóveis rurais) e mantinham casas na cidade, exercendo a função dos bancos, com empréstimos de dinheiro em forma de crédito e títulos, sustentando padrões de consumo diferenciados e modernizados para o seu tempo, a classe que estava no meio, um pouco mais da metade dos indivíduos analisados, sendo o intermediário dos padrões de riqueza, sujeitos que atuavam na área do comércio, empregados públicos e alguns na função religiosa, aproximavam-se dos mais ricos, o que nos mostra um certo equilíbrio entre estas duas faixas. Aqueles que integravam a base social, se caracterizavam por uma vida mais hostil, caracterizados por possuir pequenas propriedades rurais, se dedicando na criação de animais e as suas pequenas plantações. As formas de consumo que dispunham se limitavam a objetos de primeira necessidade em suas casas ou para algum ofício exercido, não mantendo padrões de ostentação ou certos privilégios mantidos pelas outras faixas analisadas.

Em relação a composição da riqueza, e para fins comparativos com outras regiões, estabelecemos algumas comparações com os municípios de Campanha, Lavras e Varginha, com a finalidade de percebermos as singularidades de cidades que pertencem a uma mesma região⁵⁴⁷. Na tabela 11, organizamos os dados obtidos para Pouso Alegre, Campanha e Varginha. Como a amostra da cidade de Campanha abrangia apenas uma década (1880-1889), tomamos como parâmetros este decênio para a análise destas localidades:

⁵⁴⁷Para fins comparativos com estas três cidades, utilizamos de dados presentes em alguns trabalhos produzidos pelo Projeto Sul de Minas em transição e pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. Para Campanha: SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha de Pouso Alegre no ocaso da escravidão. In: *Cultura Histórica e Patrimônio*. Universidade Federal de Alfenas, vol. 1, n° 1, 2012. Para o município de Varginha: FERREIRA, Natânia Silva. *Elite agrária e processo de urbanização: O município de Varginha- MG (1882- 1920)*. Dissertação de Mestrado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2016. Para o município de Lavras: VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2015.

Tabela 25: Composição da riqueza dos municípios de Pouso Alegre, Campanha e Varginha- 1880-1889

Ativos	Pouso Alegre		Campanha		Varginha	
	Valor em Réis	%	Valor em Réis	%	Valor em réis	%
Dinheiro	3:248\$800	0,3%	15:227\$300	1%	4:041\$450	0,4%
Bens Móveis	32:086\$602	3%	99:263\$566	5%	71:803\$980	7%
Cultura	7:373\$200	1%	55:925\$656	3%	52:739\$100	5%
Animais	98:383\$354	9%	127:314\$011	7%	61:173\$600	6%
Escravos	104:046\$000	10%	406:816\$060	21%	90:054\$000	9%
Imóveis Rurais	696:903\$427	65%	902:242\$580	48%	61:306\$4115	58%
Imóveis Urbanos	15:218\$000	1%	77:819\$741	4%	34:902\$000	3%
Dívidas Ativas	122:277\$931	11%	213:162\$140	11%	12:251\$0343	12%
Total	1.079:537\$314	100	1.947:604\$054	100	1.050:056\$628	100

Fontes: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1880-1889. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).

O Sul de Minas possuía uma economia essencialmente rural, como podemos perceber, os grandes investimentos se davam por meio da posse de terras e propriedades no campo. Já a cidade da Campanha, como pode perceber, manteve um forte apego a mão de obra cativa, mesmo na última década da escravidão. Enquanto que em Pouso Alegre mantinha 9,64% e Varginha 8,58% dos ativos no trabalho escravo, Campanha se destacou por manter 21% do valor total neste bem. Na criação de animais, o território pouso-alegrense se destacava por ter investimentos que chegavam a aproximar dos 10%, Campanha e Varginha possuíam entre os bens arrolados 9,11% e 5,83% respectivamente. Em relação aos outros ativos, as duas cidades que tomamos como comparação apresentam maiores posses, em relação aos bens móveis, culturas, dívidas ativas e propriedades na cidade. Neste sentido, podemos levar em consideração que o município de Pouso Alegre, inserido nesta economia agrária, se destacava na criação de animais, seja para o próprio consumo ou abastecimento do comércio local e exportação. Em relação ao município de Lavras, a tabela 12 nos apresenta os dados:

Tabela 26: Composição da riqueza dos municípios de Pouso Alegre e Lavras- 1870-1888

Ativos	Pouso Alegre		Lavras	
	Valor em Réis	%	Valor em Réis	%
Dinheiro	34:363\$980	1%	125:070\$115	5%
Bens Móveis	68:886\$352	2%	67:085\$597	3%
Cultura	18:979\$900	1%	103:188\$065	4%
Animais	208:599\$954	7%	126:625\$526	5%
Escravos	563:266\$684	18%	667:485\$104	25%
Imóveis Rurais	1.225:461\$243	39%	702:858\$427	26%
Imóveis Urbanos	62:579\$000	2%	101:050\$243	4%
Dívidas Ativas	833:918\$679	26%	761:971\$506	29%
Total	3.154:118\$696	100%	2.655:334\$583	100%

Fontes: Inventários post-mortem da Comarca de Pouso Alegre 1880-1889. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo e no Arquivo do Foro de Pouso Alegre (2ª e 3ª Varas Cíveis).

O município de Pouso Alegre apresentou, com a soma dos montantes maiores dos inventários para as décadas comparativas, uma quantia um pouco maior do que a de Lavras. Como fator igualitário para todas as cidades, os investimentos em bens imóveis rurais eram tidos como os maiores, porém, no caso do município de Lavras, percebemos que a mão de obra escrava se aproximava do ativo rural. As porcentagens relativas aos outros bens arrolados praticamente se igualavam entre as duas cidades, contudo, percebemos que em relação ao dinheiro em espécie, bens móveis, culturas, imóveis urbanos e dívidas ativas, em Lavras as proporções eram poucos maiores que em Pouso Alegre, porém, o município por nós estudados, mantinha o percentual um pouco maior na criação de animais.

Este capítulo se propôs a observar a sociedade de Pouso Alegre por meio das classes sociais e econômicas que a compunham. A utilização dos inventários, documentação esta rica em informações, nos deu pistas para realizar nossas análises. Percebemos que o perfil dos inventariados da elite era comum, ou seja, ligada ao meio agrário e por possuírem maiores valores em dívidas ativas. As pessoas que possuíam as maiores fortunas e aqueles que faziam parte da faixa de riqueza dos “mais ricos” não realizaram grandes investimentos nos serviços urbanos, frutos estes, em sua maioria, de iniciativas do governo, do município ou empresas privadas, distinguindo de outras cidades da região. Percebemos que ao longo das décadas estudadas, os maiores investimentos estavam alocados nos imóveis rurais, as pessoas, possuindo maiores ou menores posses, direcionavam a maior parte de sua riqueza as propriedades camponesas. Porém, com o passar do tempo, outros ativos começam a ganhar maiores investimentos. Após a abolição da escravidão (observando uma grande queda da década de 70 para 80), as aplicações nos bens imóveis urbanos começam a crescer, sendo a segunda categoria com maiores investimentos no início do século XX, em conjunto com a dinamização da economia por meio de empréstimos notados pelas dívidas ativas, feitos em sua maioria pela “elite agrária” e pelos “mais ricos”, o que os diferenciavam das outras faixas de riqueza. Percebemos ainda, por meio de nossas análises, que distinguindo-se de outras localidades, que os ativos se voltavam para a produção no campo, por meio do cultivo da terra (plantações de cafés), Pouso Alegre se mantinha na criação de animais, bens estes voltados para o sustento interno e para a exportação.

Os dados obtidos dos inventários exigem do pesquisador um trabalho árduo, e muitas vezes, esta documentação possui suas limitações. Contudo, estas fontes nos

oferecem dados valiosos sobre a formação da riqueza local e o perfil econômico da sociedade estudada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício que adotamos como historiadores nos leva a retornar ao passado. Um estranho e ao mesmo tempo curioso interesse pelos mortos, por aquilo que produziram e deixaram para a posteridade, para muitos meros papéis desinteressantes, mas para o ávido investigador, vestígios de uma época não vivenciada, momentos derradeiros que se tornam testemunhos, e conduzem o historiador a uma regressão temporal. Cabe ao seu ofício não tomar posse, dominar ou alterar com sua escrita os testemunhos, e sim, captar as minúcias do tempo que optou por desvendar, pois *“o que eles representam está no passado, que nunca poderá ser alterado”*⁵⁴⁸. Nesta perspectiva da investigação histórica, Benedetto Croce não hesita em afirmar que toda verdadeira história é história contemporânea, mesmo que os fatos se distanciem cronologicamente *“a história se relaciona sempre com a necessidade e a situação presentes, nas quais aqueles fatos propagam as suas vibrações”*⁵⁴⁹. E neste sentido percorremos com este trabalho, em conjunto com estudos já realizados sobre a região do Sul do estado de Minas Gerais. “Minas são muitas”, poeticamente se referiu Guimarães Rosa há algum tempo, traduzindo a diversidade regional que possui a economia mineira.

Com a elaboração desta pesquisa foram levantadas algumas questões que contribuem para a construção histórica do município de Pouso Alegre e complementam o conjunto de estudos realizados sobre o Sul de Minas Gerais. Primeiramente, por meio das leituras dos trabalhos clássicos e estudos recentes, em conjunto com a observação das fontes documentais, compreendemos a participação da produção sul mineira para o mercado de abastecimento, na primeira metade do século XIX, contrapondo os argumentos apresentados pelos clássicos da suposta “decadência da economia mineira” com a escassez dos metais preciosos e o fim da mineração. As visões dos teóricos clássicos confrontadas com os estudos realizados a partir do final da década de 1970, em que se procura problematizar a história regional, nos permite voltar o olhar para as especificidades de cada objeto pesquisado. Percebemos que Pouso Alegre se encaixava na economia de produção para abastecimento, em um primeiro momento, escoando o excedente para o mercado carioca. Já, na segunda metade deste século, período em que se situa nossa pesquisa, o município se inseriu em um sistema econômico de

⁵⁴⁸GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003, p. 29.

⁵⁴⁹CROCCE, Benedetto. *A história, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962, p. 14.

abastecimento regional para aquelas localidades que se incorporaram ao mercado de exportação cafeeira: a diversificação da produção agropecuária, que atendia o próprio consumo, abastecia o comércio local, regional e interprovincial. O mercado local fornecia os gêneros às cidades e regiões vizinhas, principalmente aquelas que se dedicavam ao cultivo do café (como Ouro Fino, Jacutinga, Monte Sião), revelando a sua vocação direcionada ao comércio regional. Com a análise dos impostos cobrados pela municipalidade, registrados nos livros de receitas e despesas da Câmara Municipal, constatamos a forte presença do comércio, sejam eles em estabelecimentos, nas feiras da praça do mercado ou pelas ruas da cidade realizados pelos mascates. Já por meio do mercado interprovincial manteve relações comerciais com São Paulo e regiões subjacentes. Com referência às interpretações clássicas para a economia mineira no século XIX, os dados demonstrados neste trabalho contribuem para afirmar, que mesmo com o declínio da exploração aurífera, Minas Gerais, em especial a região sul, manteve uma dinâmica econômica voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade, caracterizada por “*pronunciados contrastes internos*”⁵⁵⁰. No entanto, devemos relativizar as ideias de “decadência” e “atrofiamento” relacionadas ao aspecto econômico de Minas Gerais.

O que diferencia, contudo, o nosso objeto de estudo de outras localidades do sul de Minas, no que concerne à economia de exportação sul mineira, principalmente na segunda metade do século XIX, é que com a introdução do café na região, mesmo Pouso Alegre não exercendo a função de exportadora, se consolidou com o centro de um complexo, com a constituição de um comércio ligado ao abastecimento dos distritos e localidades mais próximas. A riqueza local se fortaleceu com o crescimento do comércio e investimentos alcançados pela própria municipalidade, ao contrário de outras regiões, que foram frutos dos membros do grande capital urbano. Por meio de investimentos criam-se empreendimentos característicos de um universo capitalista: a criação de rotas ferroviárias, a abertura de bancos, a instalação de empresas de serviços urbanos e o surgimento das primeiras indústrias. Em Pouso Alegre, estes investimentos privados serão destinados, sobretudo na implantação da ferrovia da região, por meio de cotas, no final do século XIX, na constituição de uma empresa dedicada aos serviços de energia elétrica, a Companhia de Força e Luz, implantada pelo Engenheiro Benjamim

⁵⁵⁰Cf. PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: Economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX*. X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR (UFMG), 2002.

Franklin Silviano Brandão e na instalação de linhas telefônicas, pelo Sr. Euzébio Dias Ferreira, empresário este que já estaria implantando este tipo de serviços em cidades da região. Os melhoramentos do espaço urbano ocorreram com maior intensidade após a proclamação da República, quando os municípios adquirem maior autonomia mediante a Constituição de 1891. Contudo, temos em mente que um ponto em comum entre as cidades sul mineiras⁵⁵¹ é que este processo caminha paralelamente. A construção de teatros, escolas, cadeias, hotéis e os melhoramentos na infraestrutura urbana, como a instalação de energia elétrica, construção de calçadas e a elaboração de uma rede de esgotos fará parte deste processo vivenciado pelas cidades do Sul de Minas, que de certo modo, a seus passos, acompanhava o projeto de urbanização pelo qual o Brasil estava passando.

O segundo aspecto desenvolvido em nossa pesquisa se refere ao processo de urbanização e construção do espaço público no município de Pouso Alegre. Este movimento, ocorrido no Brasil na transição do século XIX para o XX, derivou-se de certa maneira das novas influências inerentes aos padrões de consumo diferenciados adotados pela elite brasileira. Habitar o espaço urbano constituía de certa maneira um padrão de consumo diferenciado, tanto nas grandes e médias cidades, como nas regiões do interior, como no caso de Pouso Alegre. Neste período, o país passa por transformações em sua economia, o que permitiu a expansão de relações comerciais e financeiras com o centro do capitalismo, e a busca pela modernização influenciou a transformação nos padrões de consumo da elite brasileira, introduzindo aos poucos os costumes europeus no cotidiano e na mentalidade de alguns membros da sociedade brasileira.

As transformações ocorridas no espaço urbano e rural, a valorização dos imóveis, tanto nos distritos como na sede, são também consequências deste processo de urbanização. A partir da década de 1890, há um aumento de transações no meio citadino, sendo que algumas pessoas mantinham propriedades nos dois espaços, demonstrando mais uma vez os padrões de consumo diferenciados. Cruzando os dados com outras documentações, temos que as pessoas que compunham a faixa de riqueza dos mais ricos, possuíam fazendas e outras propriedades rurais, e casas na cidade, servindo de moradia, de obtenção de rendas (aluguéis) ou instalada alguma forma de

⁵⁵¹Os Almanques Sul Mineiro (1874 e 1884), Corografias de Minas Gerais e periódicos, ao se tratarem das cidades sul mineiras, nos apontam algumas semelhanças no processo de construção do espaço urbano. Percebemos que estas cidades seguiam um certo padrão urbanístico, diferenciando-se em alguns aspectos.

negócio. Já a faixa do meio, possuíam propriedades e ambos os espaços, ou apenas em um deles, e quando na cidade, atuavam de forma mais intensa no comércio ou exercendo algum serviço público. Em contrapartida, aqueles que se inseriam na faixa da base, os pequenos fazendeiros e roceiros, o simples homem do campo, pequenos comerciantes e funcionários públicos, possuíam propriedades em apenas um destes espaços e padrões de consumo com menores variações que as outras faixas de riqueza.

No início do século XX, a cidade passou por mudanças, novas ruas surgiam, as antigas recebiam infraestruturas, e até mesmo o centro comercial, passando para outras regiões da cidade. Instituições como a Igreja e suas propriedades, escolas, internatos e orfanatos, se instalaram no centro da cidade e nos subúrbios, enquanto que a colônia em que acolheu os imigrantes (anos mais tarde escola agrícola) em uma área entre o campo e a cidade. A singularidade de Pouso Alegre está em sua dinâmica econômica. Enquanto cidades como Varginha, Três Corações, Guaxupé, entre outras, possuíam grandes propriedades cafeeiras e os investimentos partiam desta produção, os registros de imóveis em Pouso Alegre nos indicaram a pouca concentração de extensas propriedades de terras, sendo transacionadas por meio de partes, sorte ou alqueires de terras, sítios pequenos, ranchos e roças, adquiridas por lavradores que mantinham pequenas produções que garantiam a sua subsistência e o abastecimento do comércio local.

Em nossa análise sobre a dinâmica econômica de Pouso Alegre, a construção do espaço urbano e as metamorfoses ocorridas neste mesmo espaço, coube analisar no quarto capítulo a forma de inserção dos habitantes neste processo de urbanização e na economia local. Para este estudo foram utilizados dos documentos de inventários *post-mortem* que nos ofereceram diversos dados para a construção de nossa pesquisa histórica no intuito de compreender a estrutura de riqueza dos inventariados na transição do século XIX para o XX. Caracterizamos Pouso Alegre como uma sociedade agrária, sendo que seus investimentos se concentravam mais nas propriedades rurais e na criação de animais voltados para o comércio local e de exportação.

Ao examinar cada ativo, observamos os padrões adotados em cada faixa de riqueza. Em relação os bens moveis, percebemos na maioria ser aqueles bens de primeira necessidade, e apenas uma camada da sociedade (alguns da faixa do meio e os mais ricos) possuíam padrões de consumo diferenciados. Considerando as culturas e os mantimentos, demonstramos, por meio da documentação, a variedade de produção no município, não se concentrando apenas no cultivo de uma cultura, mesmo não sendo

uma das grandes fontes de riqueza os bens cultivados possuíam um certo espaço na economia do município. Em relação aos cativos, na primeira década estuda (1870) possuía grande porcentagem de investimento, e com o passar dos anos, próximos à abolição, no ano na década de 1880, este número vai caindo e sendo distribuídos para outros ativos, sobretudo nos imóveis e nas dívidas ativas. Com os estudos das categorias que compõem os bens a partir das anotações nos inventários, cujos processos foram feitos nas décadas propostas em nosso trabalho, observamos algumas pessoas que se destacavam em certa maneira por possuir determinados bens ou investimentos. Como método de análise, utilizamos de divisões por faixa de riqueza instrumentalizada por Thomas Piketty, o qual faz a distinção em três classes: “mais ricos, meio e base”.

O perfil da elite em Pouso Alegre era comum, ligada ao meio agrário, e, diferentemente de outras cidades, principalmente aquelas que cultivavam e exportavam o café, os “mais ricos”, tidos como grandes fazendeiros, não realizaram grandes investimentos nos serviços urbanos, que, no caso de Pouso Alegre, notamos ser frutos, em sua maioria, de iniciativas do governo, do município ou empresas privadas que já realizavam serviços pela região. Seus maiores investimentos estavam nas atividades rurais (imóveis e produção) e dívidas ativas, atuando como capitalistas, realizando movimentação de dinheiro. Já a classe média, composta por pessoas que atuavam em diversos ramos sociais, possuíam também maiores investimentos em imóveis rurais, constituídas em sua maioria por médias propriedades, em que se dedicavam ao trabalho com a terra, por meio da plantação e criação, ativo este que fazia parte de um dos maiores investimentos desta classe. Na cidade, atuavam como comerciantes, padres, engenheiros ou médicos. Se na elite a figura do grande fazendeiro sobressaía, nesta faixa de riqueza surge a figura do profissional autônomo. Já a população que compunha a faixa que classificamos como “base”, tinha como maiores investimentos também os imóveis rurais, logo em seguida as dívidas ativas e propriedades urbanas, e os menos investidos, escravos, culturas e animais. Se formos comparar o perfil econômico do município de Pouso Alegre com outras regiões, como Campanha e sua elite escravista, Itajubá e seus investimentos em bens de raiz e dívidas ativas, Alfenas, dedicada às atividades agropecuárias e ligada ao setor de abastecimento do mercado interno, Varginha, voltada para a produção de café, São João del Rei, com seus investimentos em dívidas ativas, apólices e imóveis urbanos ou até mesmo Juiz de Fora, com um importante mercado consumidor interno e focalizada nas atividades urbanas e

industriais, constatamos diferenças e similaridades. Se observarmos os ativos constantes nos inventários do município analisado, temos que, assim como São João del Rei e Itajubá, grandes investimentos se concentravam em dívidas ativas e imóveis rurais. Nas últimas décadas do século XIX e na transição para o século XX, a dinâmica local se estabelecia em torno das fazendas, predominantemente nas atividades rurais, principalmente como as de criação de animais e de cultura de gêneros alimentícios, tal como a cidade de Alfenas, itens estes que consistiam nos artigos centrais de exportação local. Em contrapartida ao município de Campanha, Pouso Alegre acompanhou as transformações propostas pela modernização assimilando de maneira equilibrada a passagem da mão-de-obra escrava para a livre no contexto da transição para o capitalismo no país. E em relação a Juiz de Fora, as atividades urbanas em Pouso Alegre se concentraram mais nas no exercício das práticas comerciais do que nas indústrias, e sua riqueza urbana se fortaleceu com o crescimento do comércio e dos investimentos empreendidos pela municipalidade. Se não podemos encontrar manifestações daqueles membros do grande capital urbano, por outro lado, a cidade não deixou de caminhar na construção de sua própria trajetória na assimilação do mundo urbano moderno.

No exercício desta pesquisa, percorrendo pela trajetória histórica de Pouso Alegre, constatamos que mesmo não fazendo parte das localidades exportadoras, o município se beneficiou do desenvolvimento econômico regional (do complexo que se formara), tornando-se referência no comércio de abastecimento, por possuir pujante agricultura mercantil de alimentos. Como parte de um grupo de trabalhos que se propõem a construir uma escrita histórica sobre o Sul de Minas, quando observamos a trajetória histórica de cada município, percebemos a homogeneidade em alguns aspectos, contudo, temos em mente que as cidades apresentaram formação e avanços econômicos distintos, reafirmando a expressão de que “Minas são muitas” e muitas são suas singularidades. Por ser um trabalho pioneiro nesta temática para Pouso Alegre, pretende-se de alguma forma contribuir com futuras pesquisas para que possam acrescentar e motivar investigações em torno de nossa região.

REFERÊNCIAS

Livros, Teses, Artigos

- ABRAHÃO, Fernando Antônio. *A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940*. Artigo apresentado no XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. Vitória: ABPHE, 2015.
- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Uma discussão metodológica sobre o crédito no século XIX. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Ano 3, vol. 3. Rio de Janeiro: setembro-dezembro 2011.
- ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Brasileiro: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850)*. 2ª edição revista atualizada. Belo Horizonte: Fino Traço.
- ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. *História Constitucional do Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.
- ANDRADE, Alexandre de Carvalho de. *Pouso Alegre: expansão urbana e as dinâmicas sócioespaciais em uma cidade média*. Tese de Doutorado. Rio Claro, SP: UNESP, 2014.
- ANDRADE, Ana Eugênia; VALE, Fernando Henrique do. *Mercado Municipal de Pouso Alegre: o cotidiano na cidade*. Campinas, SP, Pontes, 2013.
- ANDREOTTI, Azilde L. Acervo de fontes de pesquisa para a História da Educação Brasileira: características e conteúdo. 2005. Disponível em www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 08/06/2016.
- BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras II 1891*. Biblioteca do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2012.
- BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. *Transportes, modernização e formação regional: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Paris do segundo Império - A boêmia; Flâuner; A modernidade*, 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CANO, Wilson; Luna, Francisco Vidal. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH-UNICAMP, 1. Ed. Campinas: UNICAMP, 1983.
- _____. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (Século XIX)- Uma hipótese. In: *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH- UNICAMP, vol. 10, outubro. Campinas: 1983.

CANO, Wilson. *Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2002.

_____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

CARRARA, Ângelo. *Minas e currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados- O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2005.

CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

CASTRO, Pérola Maria Goldefeder e. *Minas do Sul: Visão corográfica e política regional no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *A Transição da mão de obra no Sul de Minas: o braço do imigrante e nacional nos periódicos locais*. São Paulo: Paco Editoria, 2011.

CRAVO, Têlio Anísio; GODOY, Marcelo Magalhães. *Por estradas e caminhos no interior do Brasil oitocentista: o desenvolvimento da infraestrutura de transportes de Minas Gerais*. XIV Seminário sobre Economia Mineira, Diamantina.

CROCCE, Benedetto. *A história, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

COSTA, Wagner Cabral da. *Celso Furtado e formação econômica do Brasil: uma interpretação*. Revista Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, v. 2, nº 2. São Luiz: 1996.

COSTA, Ângela Marques da. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Maria Lúcia P. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

COUTINHO, Maurício C. *Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado*. Revista Nova Economia, Departamento de Ciências Sociais da UFMG, v. 18, nº3. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. *Congresso Brasileiro de História Econômica, 5; Conferência*

Internacional de Historia de Empresas, 6, 2003, Caxambu, MG. Anais... Caxambu: ABPHE, 2003. 1 CD-ROM.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. RJ: Contraponto, 1997.

DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia da escravidão no Sul de Minas*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

DIAS, Reginaldo Benedito. *A História além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica*. Revista História e Ensino, v. 6, Outubro, p. 103-120, Londrina, 2000.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, Natânia Silva. *Elite agrária e processo de urbanização: o município de Varginha- MG (1882-1920)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

FILETTO, Ferdinando. *Trajetória histórica do café na região sul de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal de Lavras. Lavras: 2000.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo, RS: UPF. 2000.

FONTANARI, Rodrigo. *Um banqueiro do café: a trajetória empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira e as teias do crédito na economia cafeeira paulista*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia* Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Fundo de Cultura S. A, 1959.

- _____. *A Economia Brasileira*. Editora A Noite, Rio de Janeiro.
- _____. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro S/A, 1974.
- _____. *Introdução ao desenvolvimento- Enfoque histórico- estrutural*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.
- GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.
- GIORDANO, Carolina Celestino. *Ações sanitárias na imperial cidade de São Paulo: Mercado e matadouros*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Campinas: Pontifícia Universidade Católica, 2006.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1988.
- GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. *Uma outra modernização. Transporte em uma província não exportadora- Minas Gerais, 1850-1870*. Revista Economia e Sociedade, v. 17, nº2. Campinas, 2008.
- GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. *Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas...* Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 27, jan/jun 2010.
- GOMES, A. C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARTZ, L.M (Org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. V. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2003.
- GREGÓRIO, Juliano de Melo. *Economia e riqueza em Pouso Alegre (1831-1888)*. Dissertação defendida na Universidade Federal de São João del Rei. São João del Rei: UFSJ, 2018.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.
- JUNIOR, José Geraldo Simões. *Cenários de modernidade: os projetos urbanos das capitais brasileiras no início da República*. In: III Fórum de pesquisa FAU. Mackenzie. São Paulo: 2007.

LAGO, Ivan Jacopetti do Lago. *História da publicidade imobiliária no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2008.

LANA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

LAXE, João Baptista Cortines; SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Regimento das Câmaras Municipaes: ou Lei de 1º de Outubro de 1828*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1885.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto* (O município e o Regime Representativo no Brasil). 4ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista- Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____. Notas sobre fontes para a História Econômica do Brasil. *América Latina en la Historia Económica*. Enero-Junio 1995, p. 99-100. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18232/alhe.v2i03.165>.

LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1977.

LINHARES, Maria Yedda. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência*. Seminário sobre a cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião: a cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2005.

_____. A economia e a alocação de riqueza bruta em Ribeirão Preto (1899-1900). *Revista História Econômica & História de empresas*. Vol. 19, nº 1, 2016.

_____. *Um estudo sobre a composição da riqueza de Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888)*. Disponível em http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/pesquisadores/luciana/index.htm, acesso em novembro de 2017.

LOUREIRO, Waldemar. *Registros de propriedade imóvel*, vol. 1, 6ªEd. Rio de Janeiro: Editoria Forense, 1968.

MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins editora, 1965.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARCONDES, Renato Leite. *O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87)*. Revista Brasileira de Economia, vol. 56, nº 1. Rio de Janeiro: Março de 2002.

_____; OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. *Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930)*. Revista Economia e Sociedade, v. 22, nº 1(47). Campinas: abril 2013.

MARTINS, Roberto Borges. *A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para discussão. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.

_____. *Growing in silence: The slave economy of nineteenth- century- Minas Gerais no século XIX*. Tese de Doutorado. Nashville: Vanderbilt University, 1980.

_____. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas- USP, v. 13, nº1, 1983.

MARTINS, Marcos Lobato. *Uma história da navegação a vapor no Sul de Minas (1880-1960)*. Diálogos- Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 15, num. 2, maio e agosto de 2011.

_____; SOUZA, André Silva. *Notas sobre as propriedades rurais de Alfenas/MG: décadas de 1860-1880*. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Org.). *Sul de Minas em transição- A formação do capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012.

MEIRELLES, Helly Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. 16ª Edição (atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva). São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Zélia Maria Cardoso. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. Editora Hucitec, São Paulo: 1985.

MILET, Henrique Augusto. *A lavoura da canna de assucar*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1881.

MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Quando os deveres eram muitos: distribuição e concentração da riqueza a partir dos inventários post- mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa. In: *Anais do XVI Encontro Nacional dos Estudos Populacionais*. Caxambú: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.

OLIVEIRA, Fernanda Amaral de. *As contas de um município no Império: As fiscalidade de Juiz de Fora, 1857-1889*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto, Marinana, 2011.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP. São Paulo: 1996.

_____; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do século XIX*. Anais do X Seminário sobre economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

PASCOAL, Isaias. *A economia agrária e poder político no Sul de Minas: formação de uma identidade política e conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. IFCH: UNICAMP, 2000.

_____. *Economia e trabalho no Sul de Minas no século XIX*. Revista Economia e sociedade, vol. 16, n. 2 (30), ago. 2007. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. *Fundamentos econômicos da participação política do Sul de Minas na construção do Estado Brasileiro nos anos 1822-1840*. Economia e Sociedade, v. 17, n. 2 (33). Campinas, SP, 2008.

_____. *O Escravismo no Sul de Minas: Apogeu e crise*. Pouso Alegre: Instituto Federal Sul de Minas Gerais, 2015.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2013.

PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em transição*. Dissertação defendida no programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

PINSKY, Carla Bessanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PIRES, Anderson José. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. Tese de Doutorado do Programa de História Econômica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 2004.

PINSKY, Carla Bessanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. *Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo*. Boletim Geográfico, ano III, nº 29, agosto de 1945.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

_____. *A formação do Brasil contemporâneo- Colônia*. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Publifolha, 2000.

RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província: Rotas de comércio interprovincial. Minas Gerais 1839-1844*. Dissertação de Mestrado. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista, 2006.

SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru, SP: Editora EDUSC, 2010.

_____. et al. “Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX”. In: *XIV Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010.

_____; FILHO, Antoniel Avelino. *Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão*. Revista Cultura Histórica e Patrimônio, volume 01, n. 01. Alfenas: Unifal, 2012.

_____; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)*. In: *Sul de Minas em urbanização: Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

_____; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. *O processo de urbanização no Sul de Minas em transição: uma proposta de interpretação*. In: *Sul de Minas em Urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Editora Alameda, 2016.

_____; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

_____; MARTINS, Marcos Lobato; Thiago Fontanelles Rosado Gambi. *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

Saint- Hilaire, Augusto de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil 1500-1820*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: As ferrovias no Sul de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2012, p. 179.

SLENES, Robert Wayne Andrew. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. Estudos Econômicos (IPE/USP), vol. 18, n. 03, setembro-dezembro. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração, 1988.

SOBRINHO, Juliano Custódio. Produção mercantil e diversificação econômica: um desafio para o sul mineiro, Freguesia de Itajubá (1785-1850). In: *XIV Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010.

SOUSA, Paulino José Soares (Visconde do Uruguay). *Estudos práticos sobre a administração das Províncias no Brasil*. Primeira parte, tomo I. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1865.

SPIX, Johann & MARTIUS, Carl. *Viagem pelo Brasil*. 3 ed., vol. I. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

VALE, Fernando Henrique do; SAES, Alexandre Macchione; CARVALHO, Rafaela Rodrigues da Silva. *Pouso Alegre: uma economia de abastecimento numa sociedade exportadora*. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; Thiago Fontanelles Rosado Gambi. *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

VALENTIN, Agnaldo; MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Quando os deveres eram muitos: distribuição e concentração da riqueza a partir dos inventários post- mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa. In: *Anais do XVI Encontro Nacional dos Estudos Populacionais*. Caxambú: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.

VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas- o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 15, edição de outubro. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZAMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1951.

Dicionários

MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. 13ª Impressão. São Paulo: 2007.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SANTOS, Washington dos. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Livraria del Rey Editora, 2001.

Almanaques, Anuários, Corografias e Memorialistas

ARAÚJO, Alexandre de. *Pouso Alegre através dos tempos*, sequencia histórica. Pouso Alegre: Grafcenter, 1997.

BERTOLACCINI, João. *Borda da Mata e sua história*. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 2000.

CARVALHO, Côn. Augusto José de. *Terra do Bom Jesus*. Pouso Alegre: Artes Gráficas Irmão Gino Ltda, 1982.

CAZAL, Padre Manoel Ayres de. *Corografia Brazilica*, ou relação histórico- geográfica do Reinado do Brazil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

DUTRA, Carlina de Moraes. *Sant'Ana do Sapucaí: atual Silvianópolis*. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2006.

Festas Constantinianas: Edição especial em comemoração ao ano santo. Diocese de Pouso Alegre, 1913. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

GOUVÊA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Pouso Alegre: Editora Art's Gráfica, 1998.

LEFORT, José do Patrocínio. *Cidade de Campanha: Monografia Histórica*. Belo Horizonte, 1972.

MASSENA, José Franklin da Silva. *Panorama do Sul de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Vol. 09, Mês Jul/Dez, fascículo 03, 1904.

NOGUEIRA, Armando. *O Sul- Mineiro* Ilustrado (Edição especial do “O Sul Mineiro” dedicada ao Sul de Minas. Varginha: 1940.

OLIVEIRA, Antônio Marques de. *Almanack do município de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont’Alverne, 1900.

Pouso Alegre e seus institutos de ensino e de caridade. São Paulo: Oficina Gráfica Ave Maria, 1941.

QUEIROZ, Amadeu de. *Dos sete aos setenta e sete: Recordações e comentários 1880-1950*. São Paulo: Editora Cupolo, 1956.

_____. *O Senador José Bento* (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.

_____. *A História de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 1998.

ROSSI, Pompeu. *História de Ouro Fino: seus registros, sua gente e suas lendas*. Belo Horizonte, 1981.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geographia descriptiva da Província de Minas Geraes*. Juiz de Fora: G.C. Dupin, 1878.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874.

_____. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

Documentos Primários

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1867-1871. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1872-1875. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1877-1878. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1878-1881. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1881-1887. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1887-1890. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre 1904-1913. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Câmara Municipal de Pouso Alegre. *Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre:* Estado de Minas Gerais. 5ª Edição. Pouso Alegre, 2006.

Código de Posturas de Pouso Alegre de 1831. Manuscrito. Documento pertencente a coleção do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Decreto n. 1960 de 16 de Dezembro de 1906. Collecção das Leis e decretos do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1906.

Documento em que solicita a deliberação da Câmara Municipal de Pouso Alegre sobre o Hospital de Caridade. Coleção Documentos soltos, 1849. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Leis, Decretos e Modelos relativos à REFORMA ELEITORAL. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

Lei Nº 1 de Agosto de 1892: Estatutos do Município de Pouso Alegre. Tipografia Silva Cabral, Ouro Preto, 1892, p. 01. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Lei Nº 3384 de 15 de Junho de 1886. Livro da Lei Mineira, Tomo XXXVII, Ouro Preto, 1880.

Leis, Decretos e Modelos relativos à REFORMA ELEITORAL. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

Livro da Lei Mineira, Lei nº 128 de 14 de março, tomo V, parte 1ª, folha nº 5, 1839.

Livro da Lei Mineira, tomo XXXVII, Ouro Preto, 1880.

Livro de Registros de Terras do Município de Pouso Alegre, 1854, termo de abertura. Disponível no acervo do Arquivo Público Mineiro.

Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre, tomo 01, Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg, digitalizado pelo pesquisador no ano de 2016.

Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre, tomo 02, Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg, digitalizado pelo pesquisador no ano de 2016.

Livro de Registro de Imóveis do município de Pouso Alegre, tomo 03, Disponível no acervo do Acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral) - Pouso Alegre, Mg, digitalizado pelo pesquisador no ano de 2016.

Livro de Ouro da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1887.

Mapa da população do Districto de Pouso Alegre para o ano de 1808. *Arquivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Coleção Secretaria de governo da Capitania, Caixa 076, Documento 038.

Orçamento para construção do prédio do Mercado Municipal. Pouso Alegre, 1888. Coleção de Documentos soltos, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Orçamento das obras da Cadeia Pública Estadual de Pouso Alegre. Coleção documentos soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Permissão para construção da cadeia. Coleção documentos soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Posturas da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Resolução nº 938 de 08 de Junho de 1858. Livro da Lei Mineira, tomo XXIV. Ouro Preto, 1858.

Projeto de Lei Nº145. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Projecto de Lei nº 3, Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1911. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Arquivo Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Proposta sobre a Iluminação da Cidade, 1875. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Questionários sobre as paróquias da Diocese de Pouso Alegre, 1901. Acervo da Cúria Metropolitana de Pouso Alegre. Digitalizado pelo próprio pesquisador.

Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1870-1910, Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874.

Relatório apresentado à Assembléa de Minas Geraes: na sessão extraordinária de 02 de Março de 1871, pelo Presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro.

Relatório do Fiscal da Câmara, 09 de Janeiro de 1888. Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório do Fiscal Municipal. Coleção Documentos soltos, 1890. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório apresentado pela Intendência à Câmara Municipal de Pouso Alegre em 07 de março de 1892. Coleção Documentos soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório do Chefe do Executivo da Cidade de Pouso Alegre para o ano de 1910, 02 de Fevereiro de 1911, Coleção Documentos Soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório para o ano de 1908. Pouso Alegre, 12 de Janeiro de 1909. Coleção Documentos soltos. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório do Chefe do Executivo à Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1911. Coleção Documentos Soltos, acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório do Fiscal Joaquim José de Paiva. 1865. Coleção Documentos Soltos, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Relatório dos Presidentes da Província de Minas Gerais, Presidente Jacintho da Veiga, Exposição, 23/03/1843.

Relatório dos Presidentes da Província, Presidente José da Silva Quintiliano, 03/02/1846, disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais.

Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

Jornais, Periódicos e Revistas

BRANT, Celso. *Revista ACaiaca*. Número 27. São Paulo: Sucursal, 1951.

A Ordem, Ouro Preto, Ano II, nº98, 13 de Março de 1891.

Correio Sul- Mineiro. Ano II, número 54, Pouso Alegre, 19 de Novembro de 1905.

Diário de São Paulo. 02 de Março de 1872, Ano VII, nº 1915.

Gazeta do Rio de Janeiro. Quarta Feira, 23 de Janeiro de 1811. Rio de Janeiro, Impressão Régia.

Noticiador de Minas, 21 de janeiro, Ano II, nº 62, 1869.

O Clarim. Ano I, número 05, Pouso Alegre, 09 de Março de 1904.

O Mineiro- Periódico litterário, comercial e noticioso. Pouso Alegre, 19 de Julho de 1874. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

O Pouso-Alegrense. Ano I, nº6. Pouso Alegre, 08 de Agosto de 1880.

Revista do Museu Histórico Tuany Toledo. Outubro de 2010.

VEIGA, Xavier. *Revista do Arquivo Publico Mineiro*. Ano I, Fascículo 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul-set 1896.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Atas do Poder Legislativo

No total foram lidas 575 Atas do Poder Legislativo da cidade de Pouso Alegre, entre os anos de 1869 a 1910, divididos em 06 tomos. Há uma lacuna entre 1891 a 1904, que será preenchida com outros documentos da Câmara Municipal.

ANO	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
1869	1	4	0	4	1	0	4	2	0	0	5	3	24
1870	0	6	0	0	0	0	0	1	0	0	0	6	13
1871	0	2	1	3	0	1	0	1	2	0	0	2	12
1872	3	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	1	08
1873	9	1	0	4	0	1	2	0	0	3	0	0	20
1874	6	0	0	6	0	0	7	0	1	7	0	3	30
1875	6	3	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	13
1876	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1877	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3	0	5	11
1878	6	1	0	6	3	2	6	0	0	8	0	2	34
1879	5	1	0	0	0	6	5	2	0	0	3	1	23
Total													188
1880	4	0	0	0	3	2	0	1	0	0	4	0	14
1881	7	1	0	4	0	2	3	3	0	3	0	1	26
1882	6	3	1	3	1	3	6	1	4	0	0	6	34
1883	6	0	2	3	3	1	3	3	4	6	0	0	31
1884	4	0	2	2	4	1	0	5	2	2	2	2	26
1885	3	1	1	5	0	0	2	4	0	3	1	2	22
1886	1	3	1	0	1	0	1	4	0	2	0	0	12
1887	7	0	4	3	4	1	9	0	4	4	1	0	37
1888	8	0	1	0	6	1	0	8	0	8	1	0	33
1889	4	0	2	4	2	0	5	0	1	3	0	0	21
Total													256
1890	2	2	7	2	2	2	3	2	1	3	0	1	27
1891	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1892	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1893	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1894	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1895	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1896	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1897	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1898	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1899	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2	2	7	2	2	2	3	2	1	3	0	1	27
1900	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1901	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1902	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1903	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1904	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	0	5
1905	3	0	2	0	2	0	2	0	3	0	2	0	15
1906	5	0	0	0	0	0	2	0	3	2	0	2	14
1907	4	2	1	2	2	0	0	0	4	0	1	0	16
1908	5	1	0	0	0	3	0	0	5	1	3	0	18
1909	6	0	3	0	0	1	0	0	9	0	0	0	19
1910	7	1	1	0	0	3	0	0	5	0	0	0	17

APÊNDICE B- Impostos arrecadados por décadas (1870-1900)

Fonte: Livros de Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre (1870-1910). Disponível no acervo MHMTT.

APÊNDICE C – Despesas realizadas por décadas (1870-1900)

Fonte: Livros de Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre (1870-1910). Disponível no acervo MHMTT.

APÊNDICE D- Bens imóveis transacionados no município de Pouso Alegre, 1870-1910 (valores em contos de réis)

Ano	Bens e valores correspondentes				Totais		% do investimento	
	Rurais	\$	Urbanos	\$	Bens	\$	Rurais	Urbanos
1870	01	350\$000	02	7:000\$000	03	7:350\$000	5%	95%
1871	03	6:002\$500	03	8:340\$389	06	14:342\$889	42%	58%
1872	02	10:500\$000	01	900\$000	03	11:400\$000	92%	8%
1873	01	130\$000	01	1:770\$000	02	1:900\$000	7%	93%
1874	03	5:164\$000	01	1:000\$000	04	6:164\$000	84%	16%
1875	02	2487596	0	0	02	2:487\$596	100%	0%
1876	01	900\$000	01	2:100\$000	02	3:000\$000	30%	70%
1877	04	44:421\$000	01	4:000\$000	05	48:421\$000	92%	8%
1878	02	34:036\$000	01	45\$000	03	34:081\$000	99,9%	0,1%
1879	02	2:080\$000	0	0	02	2:080\$000	100%	0%
Ano	Bens e valores correspondentes				Totais		% do investimento	
	Rurais	\$	Urbanos	\$	Bens	\$	Rurais	Urbanos
1880	07	5:133\$071	02	7:500\$000	09	12:633\$071	41%	59%
1881	07	38:940\$000	10	41:950\$000	17	80:890\$000	48%	52%
1882	08	16:640\$486	05	4:480\$000	13	21:120\$486	79%	21%
1883	02	5:929\$000	02	1:350\$000	04	7:279\$000	81%	31%
1884	08	6:040\$680	08	8:027\$000	16	14:067\$680	43%	57%
1885	16	23:051\$996	08	20:500\$000	24	43:551\$996	53%	47%
1886	12	8:181\$915	04	8:300\$000	16	16:481\$915	50%	50%
1887	14	33:900\$000	04	2:370\$640	18	36:270\$640	93%	7%
1888	31	67:384\$000	07	1:230\$000	38	68:614\$000	98%	2%
1889	29	24:480\$590	9	10:680\$000	38	35:160\$590	70%	30%
Ano	Bens e valores correspondentes				Totais		% do investimento	
	Rurais	\$	Urbanos	\$	Bens	\$	Rurais	Urbanos
1890	14	15:776\$514	06	18:916\$763	20	34:693\$277	45%	55%
1891	27	42:725\$069	12	11:045\$000	39	53:770\$069	79%	21%
1892	26	63:263\$571	17	15:510\$000	43	78:773\$571	80%	20%
1893	33	293:389\$937	23	14:370\$000	56	307:759\$937	95%	5%
1894	95	352:187\$100	25	32:730\$000	120	384:917\$100	91%	9%
1895	41	134:455\$000	26	25:475\$000	67	159:930\$000	84%	16%
1896	48	136:316\$186	21	34:700\$000	69	171:016\$186	80%	20%
1897	64	172:473\$284	16	34:630\$000	80	207:103\$284	83%	17%
1898	54	244:682\$500	13	17:173\$250	67	17:173\$250	93%	7%
1899	56	209:684\$321	23	46:497\$000	79	256:181\$321	82%	18%
Ano	Bens e valores correspondentes				Totais		% do investimento	
	Rurais	\$	Urbanos	\$	Bens	\$	Rurais	Urbanos
1900	29	75:969\$665	20	33:470\$000	49	109:439\$665	69%	31%
1901	49	274:271\$100	27	43:771\$296	76	318:042\$396	86%	14%
1902	56	91:720\$000	31	88:154\$665	87	179:874\$665	51%	49%
1903	22	26:349\$050	25	35:019\$660	47	61:368\$710	43%	57%
1904	19	82:680\$000	21	40:630\$000	40	123:310\$000	67%	33%
1905	20	26:971\$000	24	28:990\$000	44	55:961\$000	48%	52%
1906	32	55:595\$000	26	32:950\$000	58	88:545\$000	63%	37%
1907	39	68:333\$339	32	41:475\$000	71	109:808\$399	62%	38%
1908	46	135:079\$500	30	84:990\$000	76	220:069\$500	61%	39%
1909	93	162:221\$405	24	45:860\$000	122	208:081\$405	78%	22%
1910	62	215:780\$000	20	21:200\$000	82	236:980\$000	91%	9%

**APÊNDICE E – Amostra de inventários *post-mortem* utilizados para esta pesquisa,
contendo a faixa de riqueza a que pertence, ano, inventariado e monte mor (em
contos de réis e libras esterlinas) 1870-1920**

Base	Meio	Mais Ricos	Ano	Inventariado	Monte mor (Réis)	Monte mor (Libras)
		X	1870	Manoel Moreira da Costa	574:301\$152	£57.012,18
	X		1870	Manoel José de Souza	4:028\$748	£404,93
	X		1870	Manoel da Costa Abreu	9:926752	£918,36
	X		1870	José Maria de Oliveira	6:072\$660	£578,64
	X		1870	João Custodio Fonseca	4:155\$863	£398,82
	X		1870	Rita de Cássia Guimaraes	28:899\$490	£2.703,45
	X		1870	Francisco Antônio de Oliveira Franco	31:395\$454	£4.062,82
	X		1871	Francisco Antonio da Costa	7:346\$400	£735,38
	X		1871	José Gonçalves Mendes	7:768\$000	£777,58
	X		1871	Silvestre Bezerra Leitaó	5:929\$700	£593,56
	X		1871	Marciana Maria da Conceição	8:969\$100	£897,81
	X		1871	Amador de Barros Mello	32:086\$080	£3.211,82
	X		1871	Rita Silveria Nascimento	5:872\$000	£587,79
	X		1871	Maria Clara de Jesus	7:176\$021	£718,32
	X		1871	Joaquim Alves Siqueira	5:458\$538	£546,40
	X		1871	Francisco Antonio Nogueira	2:507\$000	£250,95
	X		1872	Ana Thereza de Jesus	8:398\$000	£875,07
X			1872	Francisco Vieira Rocha	1:042\$000	£108,58
	X		1872	Francisco José Ferraz	43:929\$799	£4.577,45
	X		1872	Maria do Carmo de Jesus	7:381\$800	£769,18
	X		1873	José Alves Fagundes	21:433\$180	£2.238,69
	X		1873	Maria Magdalena da Silva	5:949\$220	£621,39
	X		1873	Luzia Fortunata Moreira	23:707\$840	£2.476,27
	X		1873	João Alves de Vilhena Fagundes	5:156\$500	£538,59
	X		1873	José Francisco Toledo	19:294\$577	£2.015,31
	X		1873	Isabel Barreiro	4:017\$000	£419,57
X			1874	Joaquim Dias Pereira	1:954\$070	£209,87
	X		1874	Ana Francisca da Silva	6:736\$800	£723,53
	X		1874	Bento Luiz Moreira	13:838\$900	£1.486,30
	X		1874	Maria Thereza de Jesus	3:042\$452	£326,76
	X		1874	Mariana Albina de Abreu	37:600\$470	£4.038,28
		X	1874	Mariana E. Ribeiro	73:168\$728	£7.858,31
	X		1874	Custodia Ferreira do Carmo	24:051\$000	£2.583,07
	X		1874	Emerenciana Maria de Jesus	3:668\$400	£393,99
	X		1874	Francisco Duarte Moreira	5:787\$000	£621,52
X			1874	Ignacio Francisco Cardoso	1:522\$000	£163,46
	X		1874	José Joaquim da Rosa	10:914\$000	£1.172,16
	X		1874	Rita Maria de Jesus	5:253\$000	£564,17
	X		1874	Vicente Alves dos Santos	2:358\$000	£253,25
	X		1874	Maria de Freitas	2:780\$000	£298,57
	X		1875	Miguel Pedroso Xavier	2:390\$700	£275,11
	X		1875	Francisco Carvalho Duarte	8:058\$000	£927,27
	X		1875	Guilhermina de Barros Dias	33:816\$000	£3.891,37
X			1875	Joaquim Torres de Almeida	1:527\$000	£175,72
	X		1875	Severiano Dias Ferraz da Luz	21:452\$250	£2.468,61
	X		1875	José Antônio dos Reis	4:729\$999	£544,30
	X		1875	Francisco Custodio de Souza	4:788\$400	£551,02
	X		1875	Fernando Afonso C. Lacerda	35:433\$919	£4.077,55
		X	1876	Barbara Orminda Garcia	86:838\$000	£9.213,58
		X	1876	Maria Modesta Marques Teixeira	265:996\$000	£28.222,39
	X		1876	Maria Schimidt	6:359\$000	£674,69

Base	Meio	Mais Ricos	Ano	Inventariado	Monte mor (Réis)	Monte mor (Libras)
X			1876	Mariana Ignacia da Silva	1:939\$200	£205,75
	X		1876	Francelina Candida de Jesus	8:085\$000	£857,82
	X		1876	Manoel Gomes de Lima	4:815\$666	£510,95
	X		1876	Maria Ignacia de Jesus	15:035\$788	£1.595,31
	X		1876	Maria Josepha de Jesus	13:114\$000	£1.391,41
	X		1876	Messias Pereira Balbao	35:879\$000	£3.806,79
	X		1876	João Pereira Goulart	3:065\$230	£325,22
X			1876	Escolastica Maria Ferreira	1:711\$000	£181,54
	X		1876	Joaquim Ribeiro Fernandes	3:320\$600	£352,32
	X		1877	Matilde Clara de Jesus	3:381\$540	£347,43
	X		1877	Romualdo Antonio da Silva	4:017\$000	£412,72
	X		1877	Ana Francisca Xavier	16:758\$975	£1.721,87
X			1877	João Luis de Moraes	991\$000	£101,82
X			1877	Engracia Maria Caetana	1:014\$800	£104,26
	X		1877	Ana Coutinho de Rezende	3:413\$000	£350,66
X			1877	Gabriel Silva Novaes	1:780\$000	£182,88
		X	1877	Ana Francisca de Guimaraes	61:602\$526	£6.329,24
	X		1877	Francisco Paula Duarte	44:539\$803	£4.576,16
		X	1878	Messias José Pereira	102:512\$745	£9.765,91
	X		1878	Manoel José de Oliveira	5:962\$000	£567,97
	X		1878	Cyriaca Claudina de Almeida	13:069\$340	£1.245,05
X			1878	Francisco Theodoro da Silva	726\$520	£69,21
	X		1878	Genoveva Maria de Jesus	18:193\$820	£1.733,24
	X		1878	João Bernardes de Carvalho	14:643\$351	£1.395,00
	X		1879	Isabel Maria de Jesus	10:191\$200	£910,01
	X		1879	Belmira Candida de Souza	2:466\$900	£220,28
	X		1879	Joao Baptista de Carvalho	3:695\$000	£329,94
	X		1879	Maximiano Cyrillo de Paiva Penna	4:876\$130	£435,41
	X		1879	Josepha Maria do Espirito Santo	9:666\$000	£863,11
	X		1879	Ana Esmeria de Jesus	5:684\$000	£507,55
	X		1879	Joaquim Pedro de Alcantara	9:324\$000	£832,57
	X		1879	Albano José Simoes	4:210\$000	£375,93
		X	1879	Lazaro Openheim	74:758\$740	£6.675,48
	X		1880	Valentina Candida de Oliveira	2:130\$000	£197,77
X			1880	Manoel Luiz Moreira	1:050\$000	£97,49
X			1880	Maria Jacintha Duarte	1:539\$000	£142,90
	X		1880	Lina Carneiro de Jesus	3:162\$000	£293,59
X			1880	Maria Rosa de Jesus	1:284\$000	£119,22
	X		1880	Ignacio José de Souza	2:859\$540	£265,51
	X		1880	Francisca Oliveira da Silva	23:140\$970	£2.148,65
	X		1880	Maria Pereira dos Reis	24:454\$220	£2.270,59
X			1880	Ana da Silva Fernandes	1:644\$000	£152,65
	X		1880	Maria Francisca de Paiva Bueno	19:634\$600	£1.823,08
	X		1880	Antonio José de Souza	3:097\$040	£287,56
	X		1880	Izabel Pereira Ribeiro	11:257\$035	£1.045,22
	X		1881	Antonio Joaquim de Gouveia	3:427\$160	£312,55
	X		1881	Francisca Augusta de Rezende	5:036\$000	£459,28
	X		1881	Maria Justina de Almeida	5:145\$000	£469,22
X			1881	Ana Josepha Duarte	974\$071	£88,83
	X		1881	José Ignacio Pinheiro	6:787\$356	£619,00
X			1881	Francisco Claudino	1:886\$000	£172,00
	X		1881	Francisca Maria de Jesus	4:355\$900	£397,25
	X		1881	José Pereira Garcia	4:467\$000	£407,39
	X		1881	Damazio de Abreu	2:294\$400	£209,25
X			1881	Maria Francisca de Paiva	1:054\$000	£96,12

Base	Meio	Mais Ricos	Ano	Inventariado	Monte mor (Réis)	Monte mor (Libras)
X			1882	Henrique José Soares	865\$000	£76,29
X			1882	Prudencio Honório de São José	1:877\$500	£165,59
	X		1882	Francisco Domingues da Silva	18:009\$685	£1.588,44
	X		1882	Carolina Maria de Jesus	4:249\$811	£374,83
	X		1882	Anna Bernardina da Silva	2:346\$237	£206,94
	X		1882	Joaquina Maria de Jesus	5:937\$000	£523,64
	X		1882	Bernardo José Ferreira	8:532\$400	£752,55
	X		1882	Maria Sabina de Souza	6:362\$080	£561,13
	X		1882	Maria Eogenia de Oliveira	5:903\$000	£520,64
	X		1883	Claudina Maria de Jesus	9:811\$000	£881,02
	X		1883	Floriania Carolina de Jesus	4:728\$000	£424,57
X			1883	Maria Theodora	740\$000	£66,45
	X		1883	Anna Barbosa de Carvalho	12:977\$000	£1.165,32
X			1883	Custódia Ferreira Dias	1:805\$000	£162,09
X			1883	José Florenço da Silva	617\$563	£55,46
	X		1883	Laurindo José Barroso	15:204\$000	£1.365,30
X			1883	Silvestre da Silva Passos	1:136\$000	£102,01
	X		1883	Antonia Xavier dos Reis	13:211\$000	£1.186,33
	X		1883	José Rodrigues Cid	4:169\$000	£374,37
X			1883	João Luiz da Costa e Silva	986\$400	£88,58
	X		1883	João Marianno da Silva	10:800\$500	£969,87
	X		1883	Ritta Alves de Liquiso	2:059\$000	£184,90
X			1883	Maria Thedora	740\$000	£66,45
	X		1883	Ana Gonçalves de Mello	3:216\$000	£288,79
	X		1883	Francisco Antonio do Couto	17:734\$000	£1.592,49
	X		1884	Joaquim José Ferreira Gonçalves	30:331\$162	£2.614,53
X			1884	Emerenciana Ana de Jesus	1:522\$680	£131,25
X			1884	Francisco Ferreira de Lima	1:905\$000	£164,21
X			1884	Thomé Baptista de Souza	1:665\$200	£143,54
X			1884	Manoel Bento de Souza	398\$000	£34,31
X			1884	Joaquim Monteiro da Silva	352\$000	£30,34
X			1884	Valentim Alves Xavier	1:563\$000	£134,73
X			1884	Ana Francisca da Silva	1:070\$000	£92,23
X			1885	Camilo Justino de Toledo	880\$000	£68,12
	X		1885	Manoel Antonio Ferreira	5:060\$548	£391,74
	X		1885	Francisco Domingues da Costa	22:754\$710	£1.761,47
X			1885	Vicente Ferreira de Almeida	1:524\$000	£117,97
	X		1885	Pedro de Alcantara	12:138\$000	£939,62
	X		1885	José Antonio Leal	8:303\$500	£642,79
X			1885	José Mariano Nunes	1:532\$640	£118,64
	X		1885	Rita Felícia de Abreu	18:902\$640	£1.463,28
X			1885	Joaquim Luiz do Prado	1:022\$000	£79,11
	X		1885	Maria do Carmo	2:450\$000	£189,66
	X		1885	América Placidina da Conceição	2:975\$000	£230,30
	X		1885	Francisco Antonio Barcellos	2:310\$000	£178,82
	X		1886	Manoel Antonio da Costa	27:804\$000	£2.163,06
	X		1886	Maria Umbelina do Rozario	5:375\$000	£418,16
	X		1886	Emerenciana Lucia do Carmo	3:533\$750	£274,91
	X		1886	Luiz Honorato Marques Padilha	9:195\$215	£715,36
	X		1886	Maria Theodora de Carvalho	16:348\$000	£1.271,82
	X		1886	Maria Xavier de Jesus	2:299\$000	£178,85
	X		1886	Eugênio Ferreira de Mattos	4:100\$000	£318,97
	X		1886	Joaquim José Pereira da Silva	3:557\$000	£276,72
	X		1886	Marianna Clara de Jesus	2:127\$000	£165,47
	X		1886	Joaquim José dos Reis e Oliveira	2:694\$240	£209,60

Base	Meio	Mais Ricos	Ano	Inventariado	Monte mor (Réis)	Monte mor (Libras)
X			1886	Anna Thereza dos Santos	1:883\$000	£146,49
X			1886	Domingues Lucas Barboza	785\$000	£61,07
	X		1886	Daniel Alves de Castro	2:627\$000	£204,37
X			1886	Rita Maria de Jesus	1:025\$000	£79,74
	X		1886	Antônio Francisco Pereira dos Reis	4:013\$509	£312,24
	X		1886	Anna Pereira da Conceição	2:008\$140	£156,23
	X		1886	Manoel da Silva Castello	5:252\$147	£408,60
	X		1886	Porfirio Ribeiro de Andrade	3:050\$000	£237,28
	X		1886	Cassimiro Dutra de Alvarenga	4:500\$000	£350,09
	X		1886	José Bernardes de Souza	2:151\$500	£167,38
X			1886	Joaquim Ferreira de Mattos Junior	1:918\$000	£149,21
	X		1886	Ana Eufrazina de Jesus	2:429\$000	£188,97
	X		1886	Silveria Maria da Trindade	29:589\$000	£2.301,93
	X		1887	Américo Marques Teixeira de Mello	21:698\$132	£2.028,62
	X		1887	Gustavo Gonçalves Lopes	22:558\$336	£2.109,04
X			1887	Maria Joaquina de Jesus	1:994\$000	£186,42
X			1887	Maria Franceline Carolina	1:897\$000	£177,36
X			1887	Rita Maria de Jesus	345\$000	£32,26
	X		1887	Francisco Mariano da Silva	3:560\$000	£332,83
	X		1887	Joaquim José Cardoso	2:692\$720	£251,75
X			1887	Joana Silveria de Moraes	1:067\$172	£99,77
	X		1887	Guilhermina Augusta de Castro	3:176\$000	£296,93
	X		1887	Maria Umbelina de Faria	2:467\$015	£230,65
X			1887	Alexandrina Ana da Silva	1:035\$500	£96,81
	X		1887	Francisca Honoria de Lima	4:065\$570	£380,10
X			1887	Rita Maria de Jesus	1:510\$775	£141,25
X			1887	Bernardo Manoel da Silveira	785\$820	£73,47
	X		1887	Barbara Maria de Jesus	7:368\$790	£688,93
X			1887	Maria Barbara Ribeiro	723\$000	£67,60
	X		1888	Maria Victória da Rosa	5:787\$000	£608,84
X			1888	Francisca Theodora de Jesus	1:926\$500	£202,68
X			1888	Francisca Olina de Paula	1:286\$000	£135,30
X			1888	Maria do Carmo dos Santos	435\$000	£45,77
	X		1888	Francisco Pereira do Prado	3:094\$400	£325,55
X			1888	Andreza Maria de Jesus	1:857\$000	£195,37
		X	1888	Maria Carolina Rios	209:502\$175	£22.041,26
	X		1888	Antonio Pereira de Moraes	8:803\$000	£926,14
X			1888	Antonio Joaquim Pedro	724\$200	£76,19
X			1888	Anna Ignácio da Roza	1:005\$000	£105,73
	X		1888	Antonio Coutinho Pereira Júnior	35:699\$855	£3.755,90
X			1888	Paulo José Gomes Marques	1:556\$900	£163,80
	X		1888	Maria Thereza Rios	41:458\$556	£4.361,76
X			1888	Venancio José Simões	872\$000	£91,74
X			1888	Maria Julia	1:581\$000	£166,33
X			1888	Manoel José dos Santos	1:857\$000	£195,37
X			1889	Luiz da Costa Fontes	800\$000	£88,15
X			1889	Anna Cândida de Rezende	1:620\$000	£178,51
	X		1889	Maria Custódia Pereira	8:348\$800	£919,98
	X		1889	Joaquim Rodrigues Bueno	2:729\$000	£300,72
	X		1889	Francisca Alves da Silva	2:225\$000	£245,18
	X		1889	Jospeha Maria de Resende	38:636\$500	£4.257,47
X			1889	Manoel Pio de Almeida	897\$000	£98,84
	X		1889	Anna Constança Brasidina	3:369\$600	£371,31
		X	1889	Francisco Antonio Ferreira	51:846\$809	£5.713,15
	X		1890	José Pedro Mariano da Silva	16:975\$290	£1.595,72

Base	Meio	Mais Ricos	Ano	Inventariado	Monte mor (Réis)	Monte mor (Libras)
	X		1890	Aurea Maria de Jesus	2:447\$000	£230,02
	X		1890	Maria Josepha de Abreu	10:095\$173	£948,97
	X		1890	Estevão Vaz de Lima	5:701\$200	£535,93
X			1890	José Antonio da Costa Sobrinho	1:005\$125	£94,48
		X	1890	Manoel Coutinho Xavier de Resende	114:438\$637	£10.757,53
X			1890	José Delfino da Silva	600\$000	£56,40
		X	1890	Malaquias Vaz de Lima	53:367\$003	£5.016,64
	X		1890	Faustino José da Fonseca	4:071\$000	£382,68
	X		1890	Miguel José de Oliveira	5:218\$400	£490,54
	X		1890	Hemenelgídio Pereira dos Santos	2:841\$000	£267,06
	X		1890	Joaquim José da Silva Leandro	9:864\$046	£927,25
X			1890	Candida Joaquina de Oliveira	974\$234	£91,58
	X		1890	José Pedro da Silva	16:962\$790	£1.594,55
	X		1890	Maria Joaquina de Jesus	2:023\$586	£190,22
	X		1890	Maria Mariana da Silva	4:372\$000	£410,98
	X		1890	Candido Ribeiro da Costa	2:245\$000	£211,04
X			1890	Marcolina Maria do Espírito Santo	1:867\$655	£175,56
	X		1890	Anna Francisca do Nascimento	9:344\$312	£878,39
	X		1890	Ana Marques	2:810\$789	£264,22
	X		1890	Margarida Maria de Jesus	3:430\$533	£322,48
X			1890	Francisco José de Sousa	1:860\$000	£174,84
	X		1890	José Gonçalves Lopes	5:982\$353	£562,36
	X		1890	Maria Bárbara	2:584\$500	£242,95
	X		1890	Honorina Zeferina de Araujo	2:539\$000	£238,67
	X		1890	Balbina Augusta de Castro	3:148\$575	£295,97
	X		1891	Candido de Almeida	21:307\$183	£1.316,72
	X		1891	Francisca Antonia de Azevedo	10:973\$540	£678,13
X			1891	Euflazina Maria de Jesus	1:060\$000	£65,50
	X		1891	Flauzina Maria do Espirito Santo	7:165\$500	£442,81
	X		1891	Francisca Maria de Jesus	2:524\$500	£156,01
	X		1891	Joaquim Lourenço Cardoso	2:311\$320	£142,83
X			1891	Thereza Maria de Jesus	1:960\$000	£121,12
	X		1891	Gabriel José da Fonseca	7:447\$450	£460,23
	X		1891	José Pereira	15:656\$000	£967,49
X			1891	José Francisco de Paula	764\$500	£47,24
	X		1891	Marcellino Lemes da Silva	2:675\$120	£165,31
	X		1891	Antonia Xavier dos Reis	8:677\$000	£536,21
	X		1891	Lauriana Coutinho Pereira	4:079\$000	£252,07
X			1891	José Claro Pinto de Mello	1:017\$150	£62,86
	X		1891	Maria Benedita de Jesus	22:650\$000	£1.399,70
	X		1891	Lauriana Maria	2:422\$000	£149,67
	X		1891	Jonas Huner Brigagao	3:679\$000	£227,35
X			1891	Francisco Luiz de Andrade	1:474\$000	£91,09
	X		1891	Maria Ignacia do Espirito Santo	9:112\$000	£563,09
	X		1891	Maria Perpetua de Jesus	2:906\$000	£179,58
X			1892	Francisco Caio de Andrade	1:474\$245	£73,57
X			1892	Maria Ignácia do Espírito Santo	1:780\$000	£88,82
	X		1892	Maria Francisca de Jesus	8:424\$910	£420,40
X			1892	Justina Martins	400\$000	£19,96
	X		1892	Marianna Candida de Souza	8:160\$000	£407,19
	X		1892	Adolpho Schmidt	5:115\$500	£255,26
	X		1892	Candido Antonio do Couto	2:062\$000	£102,89
	X		1892	Anna Eliza de Paiva	27:035\$650	£1.349,08
X			1892	José Luiz da Costa	1:700\$000	£84,83
	X		1892	Antonio Francisco dos Santos	2:960\$000	£147,70

Base	Meio	Mais Ricos	Ano	Inventariado	Monte mor (Réis)	Monte mor (Libras)
	X		1892	Anna Candida de Jesus	2:470\$000	£123,25
	X		1892	Joaquim Ferreira de Mattos	10:738\$696	£535,86
	X		1892	Vicente de Moura Mendonça	10:592\$172	£528,55
		X	1892	Maria Guilhermina Gomes Paes	63:590\$458	£3.173,18
		X	1893	José Ignácio de Barros Cobra	228:706\$971	£10.977,58
	X		1893	Maria de Jesus	4:055\$000	£194,63
	X		1893	Maria Candida de Alvarenga	8:950\$000	£429,59
	X		1893	Mathias Pires Ramos	4:050\$000	£194,39
	X		1893	Emirena Osoria de Almeida	15:985\$000	£767,26
	X		1893	Joaquim Jorge de Camargo	3:929\$000	£188,59
	X		1893	Manoel Ribeiro Fernandes	2:100\$000	£100,80
X			1893	Anna de Oliveira	900\$000	£43,20
	X		1893	Francisco Cabral da Costa	2:214\$210	£106,28
	X		1893	Francisco Ferreira da Silva Vieira	8:500\$800	£408,03
	X		1893	Manoel Ferreira da Lima	9:792\$500	£470,02
	X		1893	Francisca Avelino da Silva	7:245\$362	£347,77
		X	1893	Antônio Gonçalves Lopes Pinheiro	71:586\$000	£3.436,02
	X		1893	Maria Heliadora de Jesus	9:992\$000	£479,60
	X		1893	Maria Inês de Jesus	5:797\$300	£278,26
	X		1893	Maria Possedonia de Jesus	4:055\$000	£194,63
	X		1894	Maria Sabina de Jesus	10:342\$825	£432,34
	X		1894	Bernardina de Jesus	17:311\$017	£723,61
	X		1894	Maria Bárbara de Oliveira	5:700\$000	£238,26
	X		1894	Thereza maria de Jesus	9:872\$000	£412,66
	X		1894	José Ferreira dos Santos	11:842\$320	£495,02
	X		1894	José Bernardino Franco	46:885\$920	£1.959,87
	X		1894	Francisco França Agmon	2:625\$940	£109,77
	X		1894	Thomaz José de Freitas	6:891\$000	£288,05
X			1894	Celestino da Silva Novaes	1:000\$000	£41,80
	X		1894	Anna Martins Ferreira	2:160\$000	£90,29
	X		1894	Delminda Augusta Pereira	9:968\$000	£416,67
	X		1894	Miguel Caetano da Silva	1:943\$300	£81,23
	X		1894	Anna Barbosa de Mira	8:995\$800	£376,03
	X		1894	Anna Justina de Oliveira	2:383\$500	£99,63
	X		1894	Joaquim Roberto Duarte Júnior	37:145\$024	£1.552,69
	X		1894	Francisco Ribeiro de Lima	38:671\$200	£1.616,49
	X		1895	Vicente de Mello Cezar	20:498\$900	£844,55
	X		1895	Joaquim Rodrigues Cid	3:815\$000	£157,18
X			1895	Joaquim Antonio de Sousa	1:506\$000	£62,05
X			1895	Ignácio Ferreira dos Santos	660\$000	£27,19
	X		1895	Manoel Pereira da Costa	8:016\$000	£330,26
	X		1895	Francisco de Assis Pinto de Andrade	31:686\$240	£1.305,46
	X		1895	Maria do Espírito Santo	2:960\$000	£121,95
	X		1895	João Antonio de Oliveira Carvalho	30:231\$000	£1.245,51
	X		1895	Anna Justina Blabina	3:331\$500	£137,26
X			1895	Felisbina Maria do Carmo	1:300\$000	£53,56
	X		1895	Josephina de Andrade Cobra	27:415\$650	£1.129,52
	X		1895	Possidonio Tavares Paes	36:609\$820	£1.508,31
	X		1895	Maria Custódia Pereira	12:806\$500	£527,62
	X		1895	Ignacio da Silva Lemes	9:024\$000	£371,79
	X		1895	Maria Luiza de Jesus	3:200\$000	£131,84
	X		1896	Carlota Maria de Jesus	4:802\$000	£180,07
	X		1896	Maria Madalena de Jesus	11:395\$000	£427,31
	X		1896	Anna Francisca de Lima	5:433\$000	£203,73
	X		1896	Anna Luiza de Jesus	6:269\$000	£235,08

Base	Meio	Mais Ricos	Ano	Inventariado	Monte mor (Réis)	Monte mor (Libras)
	X		1896	Joaquina Rosa de Oliveira	35:742\$000	£1.340,31
X			1896	Maria Francisca de Magalhães	1:171\$000	£43,91
X			1896	José Gonçalves da Fonseca	1:518\$000	£56,92
	X		1896	Manoel Francisco de Faria	8:239\$000	£308,96
	X		1896	José Francisco de Prado Lima	16:457\$170	£617,14
	X		1896	Maria José da Conceição	2:750\$000	£103,12
	X		1896	Joaquim Borges de Lima	2:180\$000	£81,75
X			1896	Ana Francisca de Jesus	1:215\$000	£45,56
		X	1897	Antonio da Costa Rios	466:952\$714	£14.662,38
	X		1897	Juventino José de Almeida	9:116\$000	£286,24
	X		1897	Luiz da Costa Ribeiro e Silva	5:080\$000	£159,51
	X		1897	Eufrosina Josepha de Jesus	10:002\$840	£314,09
X			1897	Tristão	1:200\$000	£37,68
X			1897	Thereza de Jesus	1:426\$000	£44,78
	X		1897	José Antonio de Mello	3:868\$615	£121,48
	X		1897	Alberto Alencar de Resende	7:800\$000	£244,92
	X		1897	Jacinto Maximo de Souza	16:244\$100	£510,07
	X		1897	João Gualberto de Alvarenga Lopes	14:417\$116	£452,70
	X		1897	José Pinto de Andrade	17:855\$000	£560,65
	X		1897	José Secundário de Faria	4:533\$500	£142,35
	X		1897	Maria Francisca da Rosa	5:800\$000	£182,12
	X		1897	Joaquim Martins Coelho	5:300\$000	£166,42
	X		1898	Maria Firmino de Jesus	2:100\$000	£62,37
	X		1898	José Pereira Coutinho	19:606\$000	£582,30
		X	1898	Julião Florencio Meyer	136:997\$705	£4.068,84
	X		1898	Candida de Jesus	8:430\$000	£250,37
	X		1898	Maria Ignácia de Jesus	2:635\$000	£78,26
		X	1898	José Caetano de Camargo	60:520\$000	£1.797,45
		X	1899	Lina Vieira Rios	174:282\$402	£5.350,52
X			1899	João Francisco de Mattos	1:490\$000	£45,74
	X		1899	Elias Alves da Cunha	2:192\$000	£67,29
X			1899	Perpetua da Luz	594\$780	£18,26
	X		1899	Pedro Archanjo de Araújo	3:000\$000	£92,10
X			1899	João Baptista Jordão	900\$000	£27,63
	X		1899	Maria Custódia de Jesus	10:410\$000	£319,59
X			1899	José Serafim Gomes	200\$000	£6,14
	X		1899	Maria Ritta de Jesus	5:190\$500	£159,35
	X		1899	Maria do Carmo da Silveira	17:374\$870	£533,41
X			1899	Manoel Luis Pereira	763\$000	£23,42
X			1899	Thereza Maria de Jesus	1:657\$680	£50,89
	X		1899	Francisca Theodora de Araujo	5:500\$000	£168,85
	X		1899	Francisco Tavares da Silva	2:087\$000	£64,07
	X		1900	Manoel Rezende da Costa	11:614\$000	£452,95
	X		1900	Rita Maria de Jesus	2:215\$000	£86,39
	X		1901	Maria José da Costa	3:137\$745	£148,60
	X		1901	Raimundo José do Couto	3:549\$700	£148,60
	X		1902	Gertrudes Maria de Jesus	3:674\$500	£181,79
	X		1903	Francisco Custodio Braga	5:690\$000	£282,58
X			1903	Lucio José de Andrade	1:070\$000	£53,14
	X		1903	Francisco Silviano de A. Brandao	35:379\$000	£1.757,00
	X		1903	Marcelino Barcogni	8:135\$000	£404,00
	X		1903	Custodia Maria de Oliveira	20:454\$000	£1.015,79
	X		1903	Maria Thereza de Jesus	16:010\$000	£795,09
	X		1904	Bernardo José da Silva	3:309\$000	£167,77
X			1904	Balbina Maria Victoria	1:820\$000	£92,27

Base	Meio	Mais Ricos	Ano	Inventariado	Monte mor (Réis)	Monte mor (Libras)
	X		1904	Honorato de Souza Gouvea	5:001\$000	£253,55
	X		1904	Maria José Schimidt e Silva	5:181\$020	£262,68
		X	1904	Maria Antonieta de Carvalho	57:825\$000	£2.931,71
	X		1905	Ana Souza de Oliveira	10:348\$000	£675,72
	X		1906	Joaquim Antonio Barcellos	4:993\$900	£331,64
	X		1906	José Antonio de Freitas Lisboa	22:601\$800	£1.500,98
X			1907	Antonia Maria de Jesus	900\$000	£56,61
	X		1907	Mariana Garcia Pereira	20:367\$000	£1.281,02
		X	1908	Augusto César de Vasconcellos	65:140\$240	£4.075,34
		X	1909	Joao Basilio da Costa Pinto	156:191\$094	£9.788,25
	X		1909	Antonio Xavier dos Santos	10:650\$000	£667,42
	X		1910	Manoel Pereira de Andrade	3:253\$000	£218,34
	X		1910	Alexandre José da Costa	7:012\$000	£470,64
X			1910	Raphael Antonio da Silva	1:660\$000	£111,42
	X		1910	José Gonçalves Campos	2:671\$000	£179,27
	X		1910	Rita Maria de Jesus	9:930\$000	£666,49
	X		1911	José Joaquim Vieira de Carvalho	14:018\$110	£933,11
	X		1911	Ana V. de Jesus e Joaquim G. Pereira	16:754\$000	£1.115,22
	X		1911	José Lourenço Alves	7:330\$000	£487,92
	X		1911	Maria Carolina de Paiva	29:000\$000	£1.930,37
	X		1912	Maria Joana	2:868\$000	£191,20
X			1912	Manoel José da Silva	1:420\$000	£94,67
	X		1912	Joaquim Gonçalves Campos	16:307\$500	£1.087,17
	X		1912	Joaquina Maria da Costa	7:954\$000	£530,27
	X		1912	Maria Felicia de Jesus	2:820\$000	£188,00
	X		1912	Pedro Vieira de Souza	9:513\$000	£634,20
	X		1913	Maria Julia Pereira	5:315\$000	£354,33
X			1913	José Ferreira Funchal	1:300\$000	£86,67
	X		1913	Virginio Tosta de Oliveira	10:920\$000	£728,00
	X		1913	Antonio Bernardes da Costa	17:519\$000	£1.167,93
	X		1914	Maria Custodia de Oliveira	12:443\$000	£777,01
	X		1914	Francisco Alves Pereira dos Santos	13:232\$000	£826,28
	X		1914	Elias Ferreira da Silva	10:302\$000	£643,31
	X		1915	Balbino Pereira do Prado	6:044\$000	£312,51
	X		1915	Francisco Silverio de Almeida	2:603\$263	£134,61
X			1915	Luiza Maria de Jesus	1:060\$000	£54,81
	X		1915	Maria Eugenia de Jesus	6:695\$000	£346,17
		X	1916	Francisco das Chagas Fagundes	63:370\$000	£3.150,54
X			1916	Emiliana Victoria da Rosa	1:900\$000	£94,46
	X		1917	Maria Theodora de Jesus	2:791\$000	£147,86
	X		1917	Delminda Theodora da Conceição	9:250\$000	£490,04
	X		1917	Joao L.de Mello e Umbelina C. Mello	5:300\$000	£280,78
	X		1917	Joaquim José do Couto	8:185\$400	£433,64
	X		1917	Joao Laurindo Barroso	4:000\$000	£211,91
	X		1917	Ana Ignacia Possidonia	2:950\$000	£156,28
	X		1917	Messias Pereira	2:410\$000	£127,68
	X		1917	Ildefonso Constantino Almeida Faria	34:032\$000	£1.802,92
	X		1917	Francisco Ferreira Funchal	5:440\$000	£288,20
		X	1918	Barbara Maria de Oliveira	216:840\$000	£11.623,07
	X		1918	Henriqueta Muniz Barreto	7:000\$000	£375,21
	X		1918	Antonio Joaquim do Couto	12:920\$000	£692,54
	X		1918	Antonio Lopes Pinheiro	22:428\$440	£1.202,21
	X		1918	Maria Victoria dos Reis	4:492\$740	£240,82
	X		1918	Ernestina Teixeira de Rezende	36:200\$000	£1.940,39
	X		1919	José Silvestre de Oliveira	8:774\$660	£472,72

Base	Meio	Mais Ricos	Ano	Inventariado	Monte mor (Réis)	Monte mor (Libras)
	X		1919	Mariana Coutinho do Espirito Santo	25:485\$000	£1.372,97
	X		1919	Maria Pereira de Jesus	3:850\$000	£207,41
	X		1919	Eugenio Fernandes de Moura	2:430\$000	£130,91
	X		1919	Messias Candido da Silva Dutra	14:650\$000	£789,25
	X		1919	Maria pinto Mayor	11:520\$280	£620,64
	X		1919	Lina Maria de Jesus	4:740\$000	£255,36
	X		1919	Antonio Joaquim Pereira	4:450\$000	£239,74
	X		1919	Antonio Pereira da Costa	36:775\$000	£1.981,20
		X	1919	Maria Ignacia dos Santos	50:200\$560	£2.704,48
	X		1919	Silvestre José Barbosa	2:040\$000	£109,90
	X		1919	David José	3:177\$140	£171,16
	X		1919	Ana Lucia Pereira	4:505\$010	£242,70
	X		1919	Luiz Manoel de Mello	5:820\$000	£313,54
	X		1919	Alfredo Garcia Machado e Rita Maria	9:400\$000	£506,41
	X		1920	Mariana Vicencia de Jesus	29:900\$000	£1.328,24
	X		1920	Lauriana Maria Pereira	21:190\$000	£941,32
		X	1920	Joao Evangelista Galvao	100:385\$000	£4.459,38
	X		1920	José Borges da Silva	2:330\$000	£103,50
	X		1920	Aurea Pereira de Jesus	2:750\$000	£122,16
	X		1920	Lino Adolpho Machado	4:564\$000	£202,75
	X		1920	Joaquina Rosa de Carvalho	8:732\$000	£387,90
		X	1920	Herculano Olegario de Barros Cobra	220:350\$000	£9.788,55

ANEXOS

ANEXO A – Minas Gerais- Consumo interno como porcentagem da produção total de alguns produtos

Porcentagem da produção total consumida internamente					
Produtos	1819	1840	1845	1868	1882
Açúcar	68,70	91,96	91,08	95,27	-
Aguardente	99,75	100,00	100,00	100,00	99,42
Rapadura	100,00	98,15	99,80	85,28	88,73
Arroz	99,99	99,97	99,99	99,96	99,89
Feijão	99,91	99,16	99,85	99,64	99,13
Milho	99,99	99,92	99,89	99,85	99,93
Farinha de Mandioca	97,04	99,97	99,98	99,87	99,61
Porcos	76,85	89,31	80,46	92,91	95,10
Bois	52,58	64,87	65,14	73,92	80,27
Algodão	33,27	83,39	75,49	76,52	96,96
Óleo de Mamona	99,07	99,36	99,26	99,90	100,00

Fonte: MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: The slave economy of nineteenth- Century Minas Gerais, Brazil*. Tese de Doutorado. Nashville: Vanderbilt University, 1980, p. 284.

ANEXO B – Correpondências de pesos e medidas no Império

Pesos e Medidas	
Denominação	Equivalência
Alqueire	4 quartas
Arroba	32 arráteis
Vara	5 palmos

Fonte: COSTA, Iraci del Nero (Compilador). *Pesos e medidas no período colonial brasileiro*. Boletim de História Demográfica, São Paulo, FEA-USP, 1(1), 1994.

ANEXO C – Impostos arrecadados na Praça do Mercado Municipal de Pouso

Alegre

Tabela de Impostos Arrecadados na Praça do Mercado	
1. Multas	
Artigo 1º: Todos os importadores de gêneros alimentícios são obrigados a expô-los a venda na Praça do Mercado nos dias de feira, observando-se o seguinte: quando houver carestia os gêneros que forem expostos à venda serão vendidos a retalho, e só depois de 24 horas por atacado; e quando houver abundância poderão vender por atacado depois de decorridos 6 horas.	De 5\$000 a 10\$000
Artigo 2º: Os gêneros comprados diretamente pelos particulares e negociantes aos agricultores, e quando a entregar não estão sujeitos as disposições do artigo precedente. Aos negociantes porém que aproveitando-se do disposto neste artigo monopolizarem por este meio causando escassez de qualquer gênero na praça do mercado estarão sujeitos à multa.	De 20\$000 a 30\$000
Artigo 8º: É proibido vender na mesma feira os gêneros comprados no mercado	De 10\$000 a 20\$000
Artigo 9º: Ao tropeiro ou carreiro que não trouxerem gêneros para se vender no país, não é permitido se arrancharem no edifício do Mercado, e nem dele se utilizar nem para acomodar sua tropa ou carro e seus pertences.	2\$000

Aluguel		
Aluguel dos quartos do Mercado aos importadores de fora da cidade por cada dia que ali estiverem		500\$000
Tabela de Impostos dos Gêneros Vendidos		
Gênero	Peso	Valor
Toucinho	Cada Peçaço	250\$000
Capado	Cada	500\$000
Rés	Talho	500#000
Farinha de Trigo	Arroba	\$080
Fumo	Arroba	\$080
Café	Arroba	\$080
Algodão	Arroba	\$080
Açúcar	Arroba	\$080
Milho	Alqueire	\$040
Feijão	Alqueire	\$040
Arroz	Alqueire	\$040
Farinha de Mandioca	Alqueire	\$040
Farinha de Milho	Alqueire	\$040
Sal	Alqueire	\$040
Cal	Alqueire	\$040
Fubá	Alqueire	\$040
Polvilho	Alqueire	\$040
Rapaduras	Dúzia	\$020
Queijos	Dúzia	\$120
Tecidos de algodão grosso	Vara	\$065
Sola	Meio	\$040

Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, *Regulamento da Praça do Mercado*, 1865.

ANEXO D – Impostos Municipais

Das licenças para negócios, espetáculos e outros	
Denominação	Valor
De cada uma casa de negócio em que se vender fazendas secas, gêneros secos, molhados importados, molhados e mais gêneros do país, sendo em um mesmo balcão	6\$000
Sendo na mesma casa, porém em balcão diverso pertencente ao mesmo dono, um valor acrescido	4\$000
De cada casa de negócios de fazendas secas, ou qualquer outro em que se vender drogas permitidas pelas posturas, além de outros impostos, um valor acrescido	5\$000
De cada uma casa de negócio em que se vender molhados de fora, inclusive sal e genros do país	5\$000
De cada uma casa de negócio em que somente se vender gêneros do país, ou em que somente se vender aguardente ou restillo	4\$000
De cada uma botica	8\$000
De cada um mascate de fazendas secas, não sendo morador do Termo que não tiver casa aberta	12\$000
De cada um mascate de fazendas secas, morador do Termo que não tiver casa aberta	6\$000
De cada mascate que vender obras de ouro, prata e pedras preciosas, não sendo morador no Termo	30\$000
De cada um dentista	20\$000
De cada um retratista que tiver retratos por qualquer máquina	20\$000
De cada loja ou tenda aberta de ofícios, em que trabalhem dois ou mais oficiais compreendidos os aprendizes	2\$000
Por um dia ou tarde de volatim	10\$000
Por cada noite de cavalinhos ou qualquer espetáculo ginástico	10\$000
De cada casa de jogos permitidos	25\$000

De cada cabeça de gado vacum que se matar	1\$200
De cada casa em que se vender carne a talho	4\$000
De cada licença para escavações	2\$000
De cada vaca de leite dentro da cidade	2\$000
De cada barril de aguardente ou restillo importado	320\$000
Por dia ou tarde de cavaladas	10\$000
Por uma representação teatral, não sendo em teatrinho particular	10\$000
Por um presepe	10\$000
Por um reinado, ou festa nas ruas	10\$000
Carros dentro ou nos subúrbios da cidade	4\$000
Carro ferrado	6\$000
Por um carretão	6\$000
Contribuição anual do fazendeiro ou agricultor	2\$000
Empregado Público	1\$000
Títulos (Juiz Municipal/Comarca)	1\$000

Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, *Código de Posturas da cidade de Pouso Alegre, 1858*

ANEXO E – Para arrecadação do imposto predial em 1892

Imposto	Valor
De cada casa de morada na cidade ou freguesias (exceto aquelas que tiverem parte ocupada com negócio que pagarão somente a metade da taxa)	3% do valor locativo
De cada propriedade agrícola cujo valor não for menor de um conto de réis e nem maior do que dois contos de réis	2\$000
De cada propriedade agrícola de valor maior de dois contos até três contos de réis	3\$000
De cada propriedade agrícola de valor maior de três contos	3\$000
De cada um cafelista, cuja colheita não seja inferior a 750 quilos	10\$000

Fonte: Lei nº 1 de Agosto de 1892- Estatutos do Município de Pouso Alegre. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

ANEXO F – Impostos municipais a partir de 1908

Das licenças para negócios, espetáculos e outros	
Denominação	Valor
De cada casa de negócio em que se venderem fazendas, roupa feita, armarinho, chapéus, calçados, perfumarias, molhados e gêneros do país com fundo superior a 10:000\$000	160\$000
De cada casa de negócio em que se venderem fazendas, roupa feita, armarinho, chapéus, calçados, perfumarias, molhados e gêneros do país com fundo inferior	140\$000
De cada casa de negócio em que se venderem molhados, louça, armarinho, ferragens, sola, couros, arreios, sal e gêneros do país com fundo superior a 5:000\$000	120\$000
De cada casa de negócio em que se venderem molhados, louça, armarinho, ferragens, sola, couros, arreios, sal e gêneros do país com fundo inferior	100\$000
De cada casa de negócio em que se venderem aguardente, sal, querosene e gêneros do país com fundo superior a 2:000\$000	80\$000
De cada casa de negócio em que se venderem aguardente, sal, querosene e gêneros do país com fundo inferior	60\$000
De cada casa citada acima que receber gêneros à consignação ou vender drogas permitidas, um valor acrescido de	30\$000
De cada casa comercial, que só receber gêneros à consignação	120\$000
De cada casa de negócio, em que se venderem aguardente e gêneros do país,	100\$000

fora da sede do município e dos distritos	
De cada Hotel na sede do município	80\$000
De cada hotel na sede do distrito	30\$000
De cada botequim ou restaurante vendendo bebidas alcoólicas	100\$000
De cada botequim ou restaurante não vendendo bebidas alcoólicas	50\$000
De cada botequim ou restaurante não vendendo bebidas alcoólicas temporário por dia	5\$000
De cada farmácia em qualquer ponto do município	100\$000
De cada padaria ou confeitaria na sede do município	30\$000
De cada padaria ou confeitaria na sede do distrito	20\$000
De cada mascate de fazendas ou armarinhos	500\$000
De cada exportador de aves	30\$000
De cada dentista estabelecido no município	50\$000
De cada dentista domiciliado fora	150\$000
De cada mascate de joias, ouro, prata ou objetos galvanizados	150\$000
De cada fábrica de vinhos artificiais, cervejas, licores ou xaropes	70\$000
De cada espetáculo por companhias	20\$000
De cada espetáculo por amadores	10\$000
De cada diversão remunerada, corridas, touradas, cosmoramas e outros divertimentos congêneres, e exposições de animais, etc.	20\$000
De cada engenho movido por água	80\$000
De cada engenho movido por animais	48\$000
De cada engenho de serra	50\$000
De cada fotógrafo	50\$000
De cada carroça que conduzir gêneros à venda ou trabalhar a frete	10\$000
De cada carro dentro de 9 quilômetros da cidade	10\$000
De cada carro fora dessa distância	5\$000
De cada olaria em terreno público	30\$000
De cada olaria em terreno particular	20\$000
De cada metro de terreno aberto na área urbana na sede do município	1\$000
De cada açougue em que se vender carne de qualquer qualidade	30\$000
De cada oficina em que se venderem obras de folha, cobre, ferro batido ou fundido, de 1ª ordem	40\$000
De cada oficina em que se venderem obras de folha, cobre, ferro batido ou fundido, de 2ª ordem	20\$000
De cada oficina em que se venderem obras de folha, cobre, ferro batido ou fundido, de 3ª ordem	10\$000
De cada oficina de seleiro ou marceneiro de 1ª ordem	30\$000
De cada oficina de seleiro ou marceneiro de 2ª ordem	20\$000
De cada oficina de seleiro ou marceneiro de 3ª ordem	10\$000
De cada oficina de seleiro ou marceneiro de 4ª ordem	5\$000
De cada oficina de alfaiate de 1ª ordem	30\$000
De cada oficina de alfaiate de 2ª ordem	20\$000
De cada oficina de alfaiate de 3ª ordem	10\$000
De cada oficina de alfaiate de 4ª ordem	5\$000
De cada oficina de alfaiate tendo a venda fazendas ou armarinhos a mais	40\$000
De cada oficina de ferreiros com oficiais de 1ª ordem	30\$000
De cada oficina de ferreiros com oficiais de 2ª ordem	20\$000
De cada oficina de ferreiros com oficiais de 3ª ordem	10\$000
De cada oficina de ferreiros sem oficiais	5\$000
De cada oficina de sapateiros com oficiais de 1ª ordem	30\$000
De cada oficina de sapateiros com oficiais de 2ª ordem	20\$000
De cada oficina de sapateiros com oficiais de 3ª ordem	10\$000
De cada oficina de sapateiros sem oficiais	5\$000
De cada oficina de sapateiros tendo depósitos de calçados a mais	40\$000
De cada relojoeiro	20\$000
De cada barbeiro ou cabeleireiro	10\$000
De cada barbeiro ou cabeleireiro tendo perfumarias ou qualquer outro artigo a	40\$000

mais	
De cada tintureiro	10\$000
De cada concertador ou afinador de piano	10\$000
De cada pessoa que esmolar para festa de fora do município	50\$000
De cada vendedor ambulante de preparados medicinais	10\$000
De cada tipografia	20\$000
De cada fábrica de pólvora ou fogos de artifício de 1ª ordem	20\$000
De cada fábrica de pólvora ou fogos de artifício de 2ª ordem	10\$000
De cada fábrica de charutos, cigarros, fumo picado ou desfiado	40\$000
De cada fábrica de tecidos ou chapéus movida por água, vapor ou eletricidade	140\$000
De cada fábrica de tecidos ou chapéus movida por qualquer outro meio	70\$000
De cada fábrica de polvilho movida por água	10\$000
De cada fábrica de polvilho movida a mão	5\$000
De cada fábrica de mel e fumo	30\$000
De cada fábrica de velas ou sabão de 1ª ordem	20\$000
De cada fábrica de velas ou sabão de 2ª ordem	10\$000
De cada fábrica de velas ou sabão de 3ª ordem	5\$000
De cada fábrica não especificada, de dependa de casa especial	20\$000
De cada refinação de açúcar	50\$000
De cada máquina de beneficiar café movida a vapor, cobrando comissão	50\$000
De cada máquina de beneficiar café movida a vapor, só para serviço particular	20\$000
De cada riba para o mesmo fim cobrando comissão	20\$000
De cada riba para o mesmo fim só para serviço particular	10\$000
De cada agência bancária	100\$000
De cada escritório de advogado	40\$000
De cada escritório de solicitador	20\$000
De cada rancho com ou sem pasto de aluguel	20\$000
De cada vendedor ambulante de objetos de cobre ou ferro batido ou fundido	40\$000
De cada vendedor ambulante de arreios, tecidos, tranças, facas, esporas ou outros objetos de metal	20\$000
De cada vendedor de animais	20\$000
De cada casa de bilhares ou outros jogos permitidos	80\$000
De cada dia de leilão público, em casa de comissão ou particular	5\$000
De cada tropeiro residente no município, por animal de carga	\$500
De cada carro puxado por cabritos ou carneiros, ocupando-se em vender lenha ou ganhar frete	5\$000
De cada <i>pary</i> dentro de 12 quilômetros da foz dos rios navegáveis	100\$000
De cada <i>pary</i> fora dessa distância	50\$000
De cada rez abatida para consumo público	2\$000
De cada rez abatida em açougue estabelecido	1\$500
De cada matrícula de cão de raça	2\$000
De cada série de pesos e medidas aferidos	2\$000
De cada Agente de contratos de sociedade de seguros de vida, de propriedades e outros	50\$000
De cada atestado passado pela Câmara ou pelo Agente Executivo, não sendo para receber vencimentos	10\$000
De cada Engenheiro ou agrimensor que trabalhar no município	20\$000
De cada barca a frete	30\$000
De cada canoa a frete	10\$000
De cada cargueiro que conduzir lenha ou capim à venda	2\$000
De cada criador de gado, por bezerro	\$500
De cada criador de animais cavalares ou muares, de cada cabeça	\$500
De cada engordador de suínos para vender cada um	\$500
De cada prédio urbano na sede do município	6% sobre o valor locativo
De cada prédio urbano na sede de distritos,	3% igualmente sobre o valor locativo

De cada prédio sujeito ao imposto excedente de 40\$000	8\$000
Excedente de 30\$000	6\$000
Excedente de 20\$000	5\$000
Excedente de 10\$000	4\$000
Excedente de 5\$000	3\$000
Excedente de 3\$000	2\$000
Inferior a 3\$000	1\$000
De cada cafelista, cuja colheita não seja inferior a 50 arrobas	10\$000
De cada agência ou vendedor de bilhetes de loteria no município	100\$000
De cada animal de grande porte não proibido nos logradouros públicos por ano	10\$000
De cada animal de grande porte não proibido nos logradouros públicos por noite	\$200
De cada animal de pequeno porte, por ano	2\$000
De cada pena de água, por ano	20\$000
De cada vendedor ambulante de querosene ou outros artigos não compreendidos nesta tabela, por artigo	30\$000
De cada carro de praça	30\$000
De cada engordador de gado, de 25 rezes para cima, exceto que já estiverem sujeitos à taxa de 25 bezerros, no mínimo	50\$000
Da matrícula e numeração de cada veículo	1\$000
De cada carregador da Estação, conduzindo a bagagem à mão ou em carrocinha	5\$000
De cada alugador de animais para sela ou carga, por animal	2\$000
De cada depósito ou agência de madeira para construção	30\$000
Do aluguel do Teatro municipal por mês	300\$000
Do aluguel do Teatro municipal por noite	30\$000

Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Câmara Municipal de Pouso Alegre, *Leis e Resoluções do Município de Pouso Alegre 1908*